

ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
ESCOLA MARECHAL CASTELLO BRANCO

Maj Eng LUIZ CARLOS TOMAZ SILVA

**A liderança do General Góes Monteiro nas transformações
políticas do Exército, na Era Vargas**



Rio de Janeiro
2012

Maj Eng LUIZ CARLOS **TOMAZ** SILVA

**A liderança do General Góes Monteiro nas transformações
políticas do Exército, na Era Vargas**

Dissertação apresentada à Escola de
Comando e Estado-Maior do Exército, como
requisito parcial para a obtenção do título de
mestre em Ciências Militares.

Orientador: Ten Cel Com Marcelo GOMES da Silva
Co-orientador: Cel Inf R1 Eduardo Henrique de Souza Martins Alves

Rio de Janeiro
2012

T 655

Silva, Luiz Carlos Tomaz

A liderança do General Góes Monteiro nas transformações políticas do Exército, na Era Vargas/Luiz Carlos Tomaz Silva – Rio de Janeiro, 2012.

196 f. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2012.

Bibliografia: f. 160 – 168.

1. A liderança do General Góes Monteiro nas transformações políticas do Exército, na Era Vargas

CDD 355

Maj Eng LUIZ CARLOS **TOMAZ** SILVA

A liderança do General Góes Monteiro nas transformações políticas do Exército, na Era Vargas

Dissertação apresentada à Escola de
Comando e Estado-Maior do Exército, como
requisito parcial para a obtenção do título de
Mestre em Ciências Militares.

Aprovado em 3 de outubro de 2012.

BANCA EXAMINADORA

Marcelo GOMES da Silva – TC Com – Me. Presidente
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

Richard Fernandez Nunes – Cel Art – Dr. Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

Paulo André Leira Parente – Prof Dr. Membro
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

À minha mãe, Maria de Fátima, à minha esposa, Edna, e aos meus filhos, Carlos Henrique e Luiz Felipe, pelo apoio, paciência e inspiração na realização desta pesquisa.

AGRADECIMENTOS

Ao Deus Pai Todo-Poderoso pela iluminação para um correto planejamento e realização desta pesquisa.

À minha mãe, Maria de Fátima Tomaz Ferreira, pelos ensinamentos de vida, pelos exemplos de perseverança e pela educação proporcionados a mim, que foram essenciais no desenvolvimento desta pesquisa.

À minha amada esposa Edna Cristina, pelo amor, carinho, dedicação, desprendimento e sacrifício oferecidos à nossa família, que foi fundamental para a concretização deste trabalho.

Aos meus amadíssimos filhos, Carlos Henrique e Luiz Felipe, dom de Deus, pelo amor, carinho e compreensão na realização desta pesquisa.

Ao Ten Cel Com Marcelo GOMES da Silva, pelo incondicional apoio e profícuas orientações acadêmicas para o desenvolvimento desta pesquisa.

Aos que forneceram voluntariamente o conhecimento e as experiências profissionais para a elaboração deste trabalho.

“À grandeza de um trabalho é, talvez, antes de tudo, unir os homens”. (Saint Exupéry).

RESUMO

A liderança do General Góes Monteiro foi fundamental nas transformações políticas do Exército Brasileiro no Período Vargas. Nos primeiros postos da sua carreira, Góes assumiu uma posição legalista: auxiliou na Revolução de 1923, no Rio Grande do Sul; combateu na Revolução de 1924 e perseguiu a Coluna Prestes, de 1925 a 1927. Desiludido com a política e achando-se vítima de perseguição no Exército, mudou de posição e liderou militarmente a Revolução de 1930, que levou Getúlio Vargas à Presidência da República. Após 1930, conquistou posição de grande destaque no cenário nacional e no Exército: fundou o Clube 3 de Outubro, comandou a 2ª RM e as Forças do Leste na Revolução de 1932. A partir deste ano, deu início à política de matriz institucional do Exército, executando reformas orgânicas na Instituição, particularmente quando esteve à frente do Ministério da Guerra, de 1934-1935. O conjunto das suas ideias passou a constituir a chamada Doutrina Góes Monteiro, que se consolidou com o Estado Novo, e que, em síntese, preconizava o fortalecimento do Estado. Góes foi também o grande estrategista e formulador da política militar da sua época, a qual foi traçada, em boa parte, quando da sua passagem pela chefia do EME, de julho de 1937 a dezembro de 1943. Como principais transformações que planejou destacam-se o avanço na questão do reaparelhamento do Exército; o isolamento dos militares das influências políticas e ideológicas externas e o estabelecimento de canais mais abertos de entrada e saída no Exército. Foi, no campo militar, um elemento-chave na aproximação do Brasil com os Aliados, do que resultou o envio da FEB à Itália, em 1944, para lutar na 2ª GM. Em 1945, liderou o movimento que resultou na deposição de Vargas e na eleição de Dutra. Com o fim do Estado Novo, a sua Doutrina foi repensada e modernizada pela Escola Superior de Guerra (ESG). Em 1985, dentro do processo de aperfeiçoamento institucional, foi criado o Sistema de Planejamento do Exército (SIPLEX), incorporando aspectos característicos da Doutrina Góes. No presente trabalho, busca-se demonstrar que o General foi um líder transformacional, comportando-se como um visionário, inovador e autossuficiente, exercendo a sua liderança militar nos níveis de pequenos escalões, organizacional e estratégico. Busca-se demonstrar, ainda, que traços marcantes do seu pensamento fazem parte da política do Exército até os dias de hoje.

Palavras-chave: Góes Monteiro, liderança, transformação, Exército.

RESUMEN

El liderazgo del general Góes Monteiro fue fundamental en las transformaciones políticas del Ejército de Brasil en el Período Vargas. En los primeros cargos de su carrera, Góes tomó una posición legalista: colaboró en la Revolución de 1923, en Río Grande do Sul, luchó en la revolución de 1924 y persiguió la Columna Prestes, de 1925 a 1927. Desilusionado con la política y sintiendo-se víctima de acoso en el Ejército, cambió su posición militar y encabezó la revolución de 1930 que llevó a Getulio Vargas a la presidencia. Después de 1930, ganó una posición de gran prominencia en la escena nacional y en el Ejército: fundó el Club 3 de octubre, mandó a la segunda RM de Oriente y las fuerzas de la Revolución de 1932. A partir de este año, inició la política de matriz institucional del Ejército, haciendo reformas orgánicas en la Institución, sobre todo, cuando estuvo al frente del Ministerio de la Guerra de 1934-1935. El conjunto de sus ideas se dio en llamar la Doctrina Góes Monteiro, que se consolidó con el Estado Nuevo, y que, en esencia, defendía el fortalecimiento del Estado. Góes también fue un gran estratega y planeador de la política militar de su tiempo, que fue elaborada en gran parte, cuando de su pasaje por la dirección del EME, de julio 1937 a diciembre 1943. Como principales cambios que planificó fueron el progreso en el tema de la modernización del Ejército, el aislamiento de los militares de las influencias político-militar e ideológica externas y el establecimiento de canales de entrada y salida más abiertos en el Ejército. Fue en el campo militar, un elemento clave en el acercamiento de Brasil con los aliados, lo que resultó en el envío de la FEB a Italia en 1944 para luchar en 2ª Guerra Mundial. En 1945, dirigió el movimiento que dio lugar a la deposición de Vargas y la elección de Dutra. Con el fin del Estado Nuevo, su doctrina fue replanteada y modernizada por la Escuela Superior de Guerra (ESG). En 1985, en el proceso de mejora institucional, se creó el Sistema de Planificación del Ejército (SIPLEX), incorporando rasgos característicos de la Doctrina de Góes. En este trabajo, tratamos de demostrar que el General Góes Monteiro fue un líder transformacional, comportándose como un visionario, innovador y autosuficiente, ejerciendo su liderazgo militar a nivel de pequeños grupos, organizativo y estratégico. Pretendemos demostrar, además, que rasgos característicos de su pensamiento son parte de la política del Ejército hasta el día de hoy.

Palabras claves: Góes Monteiro, liderazgo, transformación, Ejército.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição de contingentes do Exército e a população 1888/1920..	69
Tabela 2 – Estrutura do corpo de oficiais do Exército, 1889-1972.....	70
Tabela 3 - Movimentos Militares, 1930-1945.....	93
Tabela 4 – Efetivos do Exército, 1930-1944.....	138
Tabela 5 – Gastos Militares, 1929-1946.....	139

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AN-FGM	Arquivo Nacional – Fundo Góes Monteiro
ANL	Aliança Nacional Libertadora
CPDOC	Centro de Pesquisa e Documentação
EEM	Escola de Estado-Maior
EME	Estado-Maior do Exército
ESG	Escola Superior de Guerra
EUA	Estados Unidos da América
FAEP	Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto
FEB	Força Expedicionária Brasileira
FM	Field Manual
FUG	Frente Única Gaúcha
FUP	Frente Única Paulista
Gen	General
GQG	Grand Quartier General (Grande Quartel General)
LMD	Liderança Militar Direta
MMDC	Martins, Miragaia, Dráusio e Camargo
MMF	Missão Militar Francesa
PCB	Partido Comunista do Brasil
PD	Partido Democrata
PMT	Política Militar Terrestre
PNB	Produto Nacional Bruto
PRM	Partido Republicano Mineiro
PRR	Partido Republicano Rio-grandense
PSD	Partido Social Democrático
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
RCI	Regimento de Cavalaria Independente
RI	Regimento de Infantaria
RM	Região Militar
SIPLEX	Sistema de Planejamento do Exército
UDN	União Democrática Nacional

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
1.1	TEMA	17
1.2	PROBLEMA	17
1.2.1	Alcances e limites	17
1.2.2	Justificativas	18
1.2.3	Contribuições	18
1.3	REFERENCIAL TEÓRICO	18
1.4	OBJETIVOS	22
1.4.1	Objetivo geral	22
1.4.2	Objetivos específicos	22
1.5	HIPÓTESES	22
1.6	VARIÁVEIS	23
1.7	METODOLOGIA	23
1.7.1	População alvo da pesquisa	30
2	LIDERANÇA MILITAR	31
2.1	CONSIDERAÇÕES INICIAIS	31
2.2	CONCEITOS DE LIDERANÇA	32
2.3	TEORIAS SOBRE LIDERANÇA	34
2.4	ASPECTOS DA LIDERANÇA TRANSFORMACIONAL	36
2.5	LIDERANÇA MILITAR	37
2.6	LIDERANÇA EM NÍVEIS DE COMANDO	39
2.6.1	Liderança em nível de comando de pequenos escalões	40
2.6.2	Liderança em nível de comando organizacional/tático	40
2.6.3	Liderança em nível de comando estratégico	42
3	AS TRÊS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX	45
3.1	CONSIDERAÇÕES INICIAIS	45
3.2	A PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL	45
3.3	A REVOLUÇÃO RUSSA	47
3.4	O TRATADO DE VERSALHES	47

3.5	PANORAMA POLÍTICO DO PÓS-GUERRA	48
3.5.1	Aspectos gerais	48
3.5.2	Situação das potências democráticas	49
3.5.3	Situações das potências periféricas	50
3.6	A GRANDE DEPRESSÃO	51
3.7	A QUEDA DO LIBERALISMO E A ASCENSÃO DA DIREITA	51
3.8	AS PRIMEIRAS TRÊS DÉCADAS DO SÉCULO XX NO BRASIL	53
3.8.1	Aspectos gerais	53
3.8.2	A Política Brasileira na Primeira República	55
3.8.3	As dissensões oligárquicas e a Reação Republicana	56
3.8.4	O Movimento Tenentista	58
3.8.5	A Aliança Liberal e a Revolução de 1930	61
3.9	O EXÉRCITO NAS TRÊS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX	64
3.9.1	Aspectos gerais	64
3.9.2	Os Jovens Turcos	65
3.9.3	Reflexos da Primeira Guerra no Exército Brasileiro	66
3.9.4	A Missão Militar Francesa (MMF)	67
3.9.5	Aspectos estruturais da organização do Exército	68
3.9.6	O processo político no Exército	71
4	GÓES MONTEIRO: DE LEGALISTA A REVOLUCIONÁRIO	73
4.1	CONSIDERAÇÕES INICIAIS	73
4.2	FORMAÇÃO FAMILIAR E PROFISSIONAL	74
4.3	A AÇÃO LEGALISTA DE GÓES MONTEIRO	76
4.4	GÓES MONTEIRO E O COMBATE À COLUNA PRESTES	78
4.5	GÓES MONTEIRO EM SÃO LUÍS DAS MISSÕES	82
4.6	GÓES E OS PREPARATIVOS DA REVOLUÇÃO DE 1930	84
4.7	GÓES MONTEIRO E A REVOLUÇÃO DE 1930	86
5	GÓES MONTEIRO E OS PRIMEIROS ANOS DO ESTADO GETULISTA ..	90
5.1	CONSIDERAÇÕES INICIAIS	90
5.2	O BRASIL PÓS-REVOLUCIONÁRIO	90

5.3	O EXÉRCITO PÓS-REVOLUCIONÁRIO	92
5.4	INÍCIO DA AÇÃO POLÍTICA DE GÓES MONTEIRO	94
5.5	GÓES MONTEIRO E O CLUBE TRÊS DE OUTUBRO	96
5.6	GÓE MONTEIRO NO COMANDO DA 2ª RM	97
5.7	GÓES NO COMBATE AOS CONSTITUCIONALISTAS	99
5.7.1	A preparação contrarrevolucionária	99
5.7.2	As operações militares	100
5.7.3	Consequências da Revolução	101
5.8	GÓES MONTEIRO E A COMISSÃO CONSTITUCIONAL DE 1932	104
5.9	GÓES MONTEIRO E A PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	106
5.10	GÓES MONTEIRO E O MINISTÉRIO DA GUERRA	108
5.11	SÍNTESE DO PENSAMENTO POLÍTICO DE GÓES MONTEIRO	114
5.11.1	Influências ideológicas	114
5.11.2	A Doutrina Góes Monteiro e a guerra	114
5.11.3	A Doutrina Góes e a política	115
5.11.4	A Doutrina Góes e a Segurança Nacional	119
5.11.5	A Doutrina Góes e as Forças Armadas	120
5.11.6	A aceitação da Doutrina Góes Monteiro	122
6	GÓES MONTEIRO E O ESTADO NOVO	124
6.1	CONSIDERAÇÕES INICIAIS	124
6.2	PREPARAÇÃO DO GOLPE DO ESTADO NOVO	124
6.3	O GOLPE DO ESTADO NOVO	127
6.4	A DOCTRINA GÓES MONTEIRO E O ESTADO NOVO	129
6.5	A AÇÃO DE GÓES MONTEIRO NO EME	130
6.6	A APROXIMAÇÃO DO BRASIL COM OS EUA E A 2ª GM	135
6.7	A REDEMOCRATIZAÇÃO	139
6.8	A QUEDA DO ESTADO NOVO	141
6.9	REFLEXOS DA DOCTRINA GÓES MONTEIRO	145
7	CONCLUSÃO	151
	REFERÊNCIAS	160

ANEXO A - NOMEAÇÃO DE GÓES COMO MINISTRO DA GUERRA	169
ANEXO B - FOLHA DE DADOS INDIVIDUAIS DE GÓES MONTEIRO	170
ANEXO C - INGRESSO DE GÓES MONTEIRO NO EXÉRCITO	171
ANEXO D - PASSAGEM DE GÓES MONTEIRO PELA ENGENHARIA	172
ANEXO E - RESULTADO FINAL DE GÓES NO CURSO DE E.M	173
ANEXO F - NOMEAÇÃO DE GÓES COMO INSTRUTOR DA E.E.M	174
ANEXO G - HISTÓRICO DE CAMPANHA DE GÓES MONTEIRO	175
ANEXO H - DESPEDIDA DE GÓES DA DIRETORIA DE AVIAÇÃO	178
ANEXO I - HISTÓRICO DE CAMPANHA DE GÓES EM 1932	180
ANEXO J - NOMEAÇÃO DE GÓES COMO MINISTRO DA GUERRA	182
ANEXO K - EXONERAÇÃO DO CARGO DE MINISTRO DA GUERRA	183
ANEXO L - NOMEAÇÃO DE GÓES COMO CHEFE DO E.M.E	184
ANEXO M - VIAGEM DE GÓES MONTEIRO AOS E.U.A	185
ANEXO N - NOMEAÇÃO DE GÓES COMO EMBAIXADOR ESPECIAL	186
ANEXO O - GRADE CRIPTOGRÁFICA USADA POR GÓES	187
ANEXO P - DOCUMENTO CRIPTOGRAFADO POR GÓES	188
ANEXO Q - VISÃO DE GÓES SOBRE A QUESTÃO SOCIAL	189
ANEXO R - LEIS ORGÂNICAS DO EXÉRCITO 1934-1935	193

1 INTRODUÇÃO

O tema liderança tem sido alvo de várias pesquisas, na atualidade. Isso decorre das profundas mudanças organizacionais por que vem passando o mercado empresarial e o próprio Estado. Empresas consideradas absolutas pela sua solidez e modos inquestionáveis de excelência, atravessam graves dificuldades, mudanças de direção, fusões e desmembramentos. No setor público não tem sido diferente. Instituições consideradas modelares tem tido a sua própria existência questionada e governos de todo o mundo reviram, reinventam, enxugam e privatizam as suas operações e serviços.

A fim de garantir a sua sobrevivência e legitimar a sua existência, a maioria das organizações tem adotado programas de mudanças, tais como qualidade total, excelência gerencial e reengenharia. Além disso, buscam reduzir os seus níveis hierárquicos, deixando as suas estruturas mais enxutas. Embora esses conceitos e ferramentas tenham trazido benefícios, em boa parte dos casos, o retorno não tem correspondido aos investimentos realizados. Esses poucos resultados talvez se devam às dificuldades dos líderes adotarem os novos paradigmas organizacionais em difusão. Assim, para garantir o processo de transformação nas organizações é preciso, sobretudo, uma mudança no modelo mental de seus dirigentes e gestores.

O Exército tem passado pelo processo em questão, como qualquer outra organização. Como exemplo, podem ser citadas a implantação do Programa “5 S”, no final dos anos de 1980 e início dos anos de 1990, e o Programa de Excelência Gerencial, implantado nos anos de 2000. Assim como em outras organizações, surgiram dificuldades na consolidação desses programas, em grande medida, pelos mesmos motivos já citados: dificuldades dos líderes adotarem os novos paradigmas organizacionais em difusão.

Somente com a ação determinada dos seus líderes, o Exército poderá promover as mudanças necessárias para enfrentar os desafios do presente e do futuro, em que a busca pela eficiência, eficácia e efetividade surgem como imperativos. Para isso, as pesquisas sobre lideranças históricas do Exército Brasileiro que realizaram significativas transformações na Força Terrestre se revestem de grande importância. Como exemplo, pode-se destacar o papel exercido pelo General Pedro Aurélio de Góes Monteiro, durante a Era Vargas.

As primeiras décadas do século XX foram marcadas por uma grande agitação política no Brasil. Predominavam nessa época governos oligárquicos e claramente liberais, sob a liderança dos estados de São Paulo e Minas Gerais, formando um arranjo político que se tornou conhecido como “política do café com leite”.

Após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), seguindo o exemplo das tendências europeias, iniciou-se no Brasil um ciclo de grande contestação ao modelo político oligárquico-liberal. Eram movimentos das mais variadas matizes: anarquistas, sindicalistas, comunistas, fascistas, dentre outros. A participação de militares nesses eventos foi significativa, com destaque para o Movimento Tenentista dos anos de 1920.

O coroamento desse processo antioligárquico foi a vitória do Movimento Revolucionário de 1930, que levou o gaúcho Getúlio Dorneles Vargas à presidência do Brasil. Para o êxito nessa Revolução, foi fundamental a participação dos militares, sob a liderança do então Tenente-coronel Pedro Aurélio de Góes Monteiro.

O período que se seguiu à Revolução de 1930 foi politicamente caótico. As forças que garantiram a vitória do movimento revolucionário eram fortemente fragmentadas na sua composição, origem e objetivos, abrindo caminho para intensas disputas pela ocupação de espaços nos círculos do poder. Essa fragmentação também estava presente no Exército, com graves reflexos para a hierarquia, a disciplina e a coesão. Coube às lideranças militares, em particular ao General Pedro Aurélio de Góes Monteiro, promover medidas para livrar o Exército dessa grave crise de identidade política.

Góes Monteiro soube, como nenhum outro militar do seu tempo, identificar os prejuízos nefastos que a politização dos quadros do Exército provocava na coesão da Instituição. Para isso, traçou e executou, com o apoio de outros militares, uma estratégia para expurgar “a política no Exército e fazer a política do Exército”.

Nesse contexto, o presente trabalho tem como objetivo investigar quais foram as contribuições do General Góes Monteiro que conduziram o Exército Brasileiro a uma verdadeira transformação na sua articulação política, cujos reflexos permanecem na Instituição até os dias atuais.

1.1 TEMA

O objeto de estudo do presente trabalho é “O Processo de Transformação do Exército na Era Vargas: uma visão política”, delimitando-se como foco a ser pesquisado a seguinte proposição: “A Liderança do General Góes Monteiro nas transformações políticas do Exército Brasileiro, na Era Vargas”.

1.2 PROBLEMA

Logo após a Revolução de 1930, o ambiente político brasileiro era caótico, com grandes reflexos para o Exército. Esta Instituição encontrava-se bastante fragmentada e dividida, provocando sérios problemas na sua hierarquia, disciplina e coesão. Durante a Era Vargas (1930-1945), coube às lideranças militares a adoção de medidas para minimizar a influência nefasta da política no seio do Exército. Dentre essas lideranças destacou-se o General Pedro Aurélio de Góes Monteiro.

Nesse contexto, o presente trabalho pretende investigar o seguinte problema: quais foram as contribuições do General Góes Monteiro que conduziram o Exército Brasileiro a uma verdadeira revolução na sua articulação política, cujos reflexos permanecem na Instituição até os dias atuais?

1.2.1 Alcances e limites

O campo a ser estudado no presente trabalho é “A Liderança do General Góes Monteiro nas transformações políticas do Exército Brasileiro, na Era Vargas”. Como principais alcances e limites nessa tarefa destacam-se:

- a identificação da liderança como um fator determinante para as transformações das instituições e das sociedades;
- a identificação da Era Vargas como um período bastante favorável às mudanças institucionais na História Republicana Brasileira;
- a demonstração de que o Exército sofreu uma grande transformação na concepção da sua política institucional, durante a Era Vargas;
- a identificação do General Góes Monteiro como ator fundamental nesse processo; e

- a demonstração de que traços marcantes do pensamento do General Góes Monteiro fazem parte da política do Exército até os dias atuais.

1.2.2 Justificativas

A importância da presente pesquisa decorre da necessidade de se esclarecer os seguintes aspectos: como se processou a transformação política do Exército, na Era Vargas (da política no Exército para a política do Exército) e como a Instituição emergiu desse processo. Também decorre da necessidade de se resgatar a liderança do General Góes Monteiro como personalidade fundamental nessa condução.

A principal razão de ordem teórica que justifica o presente estudo é a necessária investigação das condicionantes que determinaram a mudança de rumos na política do Exército, no período em questão. Por outro lado, a principal razão de ordem prática para o mesmo é a necessidade de enriquecer a bibliografia sobre o assunto, ainda pouco explorado na atualidade.

1.2.3 Contribuições

Os resultados da presente pesquisa fornecerão aos leitores esclarecimentos sobre o processo de amadurecimento político do Exército, na sua história recente. Esses resultados possibilitarão, ainda, o desenvolvimento de novas pesquisas sobre aspectos da evolução política da Instituição, enriquecendo a sua história.

O presente projeto aplica-se à formação de base de dados para estudiosos da liderança militar, da biografia do General Góes Monteiro, da história do Exército Brasileiro e da recente história brasileira.

1.3 REFERENCIAL TEÓRICO

O General Góes Monteiro foi uma personalidade de destaque na Revolução de 1930. Em depoimento a Camargo e Góes, Cordeiro de Farias, um dos comandantes de destacamento da Coluna Prestes, após muitos anos de contato militar e político com Góes Monteiro, assim opinou sobre o mesmo:

Góis foi uma figura decisiva. Era um homem de inteligência fora do normal, profundo conhecedor de história militar. (...) Ao assumir suas responsabilidades em 1930, cumpriu esplendidamente a tarefa de chefe do estado-maior de Getúlio. (CAMARGO; GÓES, 1981, p. 167-168).

A observação é confirmada pelo depoimento do brigadeiro Francisco Teixeira, cassado em 1964 e que nos anos 30 era oficial de Marinha:

Eles [os generais] dariam o golpe mesmo sem Getúlio. Naturalmente, para eles era mais cômodo dar com o Getúlio, não é? Teriam mais cobertura. E o Getúlio era hábil o suficiente para não perder aquela oportunidade de ter plenos poderes. O golpe de 37 foi um golpe militar, do Exército. A idéia que predominou na estratégia do Exército foi a do Góis: a intervenção controladora do Estado. (LIMA, apud PINTO, 1999, p. 293).

Com a vitória dos revolucionários em 1930, Getúlio Vargas foi conduzido ao Governo, inaugurando no Brasil a Segunda República. Nesse período, o Exército instalou-se no poder de maneira mais participativa que na República Velha. No entanto, a situação da Instituição era de muita dificuldade, em razão dos vários conflitos existentes, que separavam as praças dos oficiais e que dividiam os oficiais em verdadeiras facções. Conforme descreve Carvalho:

O Exército que emergiu da revolução era uma organização fragmentada que teve dificuldade em sobreviver no ambiente quase caótico que se seguiu. A divisão interna era agravada pelo conflito externo, que vinha de longa data, entre militares e lideranças civis, sobretudo as dos estados. A rivalidade tinha sido esquecida durante a luta, mas ressurgiu logo depois. (CARVALHO, 2005, p. 64).

Em razão disso, ganhou força no seio do Exército um projeto de mudanças na estrutura interna da organização, nas relações com o Estado e com a sociedade, sob a liderança do General Góes Monteiro. Para John Kotter (1997, apud STROUGO, 2007, p.7), a atividade principal de um líder é produzir a mudança. A sua ação deve se pautar sobre três dimensões fundamentais: estabelecer a direção estratégica da empresa, comunicar essas metas aos recursos humanos e motivá-los para que sejam cumpridas.

Pontos importantes desse projeto eram a necessidade de abertura da sociedade ao Exército e o fechamento do Exército à sociedade, buscando imunizá-lo da influência política e do contágio dos conflitos externos. Como destaca Carvalho:

Do ponto de vista de Góes, a tarefa principal era exatamente fortalecer o Exército ao ponto de torná-lo capaz de agir com independência, inclusive

em relação a Vargas. Segundo a sua famosa expressão, era preciso acabar com a política no Exército para se poder fazer a política do Exército. (CARVALHO, 2005, p. 108).

Para cumprir essa tarefa, Góes passou a desenvolver uma estratégia, que pode ser definida como intervencionismo tutelar. Os principais pontos desse modelo eram: uma visão do Estado como fator preponderante na vida política, a necessidade de formulação e execução pelo Estado de uma política nacional e a necessidade de elites bem treinadas e capazes de dirigir o Estado. O próprio Góes Monteiro assim definia:

O Exército é um órgão essencialmente político. Assim sendo, deve-se fazer a política do Exército e não a política no Exército. Todo o mal consiste em tornar-se o militar político-partidário. A política do Exército é a preparação para a guerra, que envolve todas as manifestações e atividades da vida nacional, no campo material — economia, produção e recursos de toda natureza — e no campo moral, sobretudo a educação do povo e a formação de uma mentalidade que sobreponha a tudo os interesses da pátria, suprimindo, quanto possível, o individualismo ou qualquer outra espécie de particularismo. A liberdade deve ser compatível com a segurança nacional. (MONTEIRO apud PINTO, 1999, p. 298)

Sobre isso, assinala Carvalho:

Góes postulava a inadequação tanto do sistema político, cuja base era o liberalismo, como das elites dirigentes, que acusava de incapazes, divididas, egoístas, sem visão nacional. Nesse quadro, salientavam-se as Forças Armadas como a elite capaz, organizada e de visão nacional. Caberia a elas a liderança na formulação e implementação da política nacional. Para que isso ocorresse, que fosse feita a política do Exército, no entanto, era necessário eliminar conflitos internos, fortalecer a hierarquia e aumentar o poder da organização em termos de efetivo, armamentos e treinamento. (CARVALHO, 2005, p. 108).

Esse projeto foi sendo executado de modo sistemático, sob a liderança do General Góes Monteiro e com o apoio de Getúlio Vargas. Abrangeu a efetivação do serviço militar obrigatório, a desprofissionalização dos sargentos, a homogeneização e doutrinação dos oficiais, o expurgo dos dissidentes da Revolução de 1930 e a formação de um núcleo hegemônico de oficiais.

Afirma, ainda, Carvalho:

Assim é que em 1935 todos os generais-de-brigada tinham já sido promovidos após a revolução. Deste grupo, particularmente dos que tiveram sua lealdade testada durante a revolta paulista, saiu praticamente toda a

liderança militar até 1945. (...) A união do grupo era reforçada pela liderança de Góis Monteiro e de Eurico Dutra. O primeiro certamente teve papel decisivo inclusive na escolha dos novos generais, dada sua posição de oficial revolucionário mais graduado (...) e o grande acesso que tinha a Getúlio Vargas. Góis e Dutra completavam-se: o primeiro era o estrategista, o formulador da política militar da época; o segundo era o implacável executor desta política. (CARVALHO, 2005, p. 83-84).

O procedimento de Góis Monteiro tem coerência com a abordagem clássica da administração que diz que a função do líder é estabelecer e fazer cumprir critérios de desempenho para atingir objetivos organizacionais. A atenção principal do líder deve focar-se na necessidade da organização e não nas necessidades do indivíduo (STONER; FREEMAN apud STROUGO, 2007, p.1).

Para reforçar essa liderança, é importante destacar que, no período de 1930 a 1945, Góis Monteiro foi ministro da Guerra por duas vezes e chefiou o Estado-Maior do Exército por mais de seis anos.

Esse modelo, visualizado por Góis Monteiro, teve o seu auge com o Estado Novo (1937-1945). Neste período, eliminou-se a política partidária na sociedade e ao mesmo tempo nas Forças Armadas. Segundo Carvalho (2005, p. 110): *“Os militares se consolidaram como atores políticos assumidos, pelo lado político, a garantia da base social das elites tradicionais e, pelo lado econômico, a promoção dos interesses da burguesia industrial emergente.”*

Nelson Werneck Sodré (2010), assim se refere em relação à participação de Góis Monteiro no golpe do Estado Novo:

O bonapartismo colonialista assumiria, assim, de forma específica, levando à ditadura pretoriana, aquele tipo de ditadura em que a fonte de poder provém de forças militares. A cúpula militar estava preparada para o exercício dessa função, desde que se desencadeara a reação. Mais do que o próprio titular da pasta da Guerra, era, por isso mesmo, o chefe do estado-maior, general Góis Monteiro, um dos mentores da operação bonapartista. (SODRÉ, 2010, p. 341).

Do mesmo modo, assim se refere Coelho a respeito de Góis:

E a atuação deste oficial, seja como ministro da Guerra ou como chefe do estado-maior do Exército, teria reflexos profundos e duradouros no que diz respeito às relações entre a organização militar e a sociedade civil (...). Foi o principal inspirador e articulador do Estado Novo e homem forte do regime. Sem ser estimado dentro do Exército, seu prestígio foi incontestável. (COELHO, 1976, p. 91-99).

Góes Monteiro ganhou destaque no papel exercido à frente do Exército e da Política Nacional na Era Vargas. Esse fato pode ser comprovado pela citação de Freixinho:

Góes Monteiro, ao exercer o papel catalisador de aglutinação das duas correntes do Exército – os tenentes revolucionários da década de vinte, herdeiros do pensamento quanto ao papel do soldado fardado face ao poder civil, e os técnico-profissionais, então imbuídos da postura da legalidade institucional – aglutinação que tornou possível a implantação da nova ordem política propugnada pela Revolução de 1930, sob o comando político civil de Getúlio Vargas. (FREIXINHO, 1997, p. 85).

1.4 OBJETIVOS

1.4.1 Objetivo geral

- Identificar o General Góes Monteiro como um dos principais responsáveis pelo processo de transformação da política do Exército, no Período Varguista.

1.4.2 Objetivos específicos

- Identificar a liderança como um fator determinante para as transformações das instituições e das sociedades;

- Identificar a Era Vargas como um período bastante favorável às mudanças institucionais na História Republicana Brasileira;

- Demonstrar que o Exército sofreu uma grande transformação na concepção da sua política institucional, durante a Era Vargas.

- Demonstrar que traços marcantes do pensamento do General Góes Monteiro fazem parte da política da Força Terrestre Brasileira até os dias atuais.

1.5 HIPÓTESES

A liderança do General Góes Monteiro, à frente dos principais órgãos da alta administração do Exército, foi fundamental nas transformações políticas do Exército Brasileiro no Período Varguista.

Traços marcantes do pensamento do General Góes Monteiro fazem parte da política da Força Terrestre Brasileira até os dias atuais.

1.6 VARIÁVEIS

Considerando o título - “A Liderança do General Góes Monteiro nas transformações políticas do Exército Brasileiro, durante a Era Vargas (1930-1945)”, destacam-se as seguintes variáveis no presente estudo:

- Variável I – mudanças estruturais do Exército; e
- Variável II – permanências na atualidade.

1.7 METODOLOGIA

O método de pesquisa do presente trabalho foi histórico, inserindo-se no campo da História Política.

Mas, afinal, do que trata a História Política?

Segundo Cardoso e Vainfas (1997, p. 62-63), não é possível definir se a História nasceu com Heródoto. O que de fato se pode afirmar é que, sim, nasceu com os gregos uma determinada concepção de História: uma narrativa de certo tipo de ações heroicas ou humanas, dignas de serem lembradas. A cidade-estado, os impérios, monarquias, ou, num plano mais abstrato, a República e/ou Estado, foram os centros que polarizaram as narrativas históricas, e, nestas, o papel dos políticos e/ou homens de Estado. Surgiu e consolidou-se, assim, ao longo dos séculos, a “história dos historiadores” ou, apenas, a história. Bem mais tarde, esta história foi identificada como um tipo particular de história: a história política tradicional. Ligada intimamente ao poder, essa história pretendeu ser também memória. Coube-lhe, então, durante séculos, lembrar e ensinar pelos exemplos reais e ilustres de que era a única depositária. Esta história *magistra vitae* (mestra da vida) pôde então servir com equanimidade aos políticos, filósofos, juristas, militares e pedagogos.

A prática da história política não sofreu modificações sensíveis da Idade Antiga, dos gregos, à Idade Moderna, dos humanistas e renascentistas.

Acrescenta Cardoso e Vainfas (1997, p. 63-65) que, de meados do século XVIII ao terceiro quartel do século XIX, dois grandes movimentos, o Iluminismo e o

Romantismo, acentuaram ainda mais a importância do político na historiografia: os iluministas pela supervalorização da história local e regional e os romancistas pela valorização da erudição, da crítica documental, da incessante busca por novas fontes, o conhecimento filológico. Esses dois movimentos promoveram o Estado como objeto por excelência da produção histórica. No século XIX, os acontecimentos são sempre eventos políticos, pois são estes os temas nobres e dignos da atenção dos historiadores.

A partir do final do século XIX, com o declínio do romantismo, ganhou terreno a historiografia metódica, baseada na cientificidade, considerada indispensável ao verdadeiro conhecimento histórico. Essa historiografia levou a história política ao seu apogeu nos meios acadêmicos em geral, sendo fortemente baseada na narrativa, na linearidade e nos fatos.

No entanto, a partir da terceira década do século XX, o estudo da História Política entrou em declínio. Considera Da Motta (2000, p. 4) que isso foi decorrente da renovação historiográfica iniciada com a publicação da revista *Annales d'histoire économique et sociale*, em janeiro de 1929, por iniciativa de Marc Bloch e Lucien Febvre, a qual deu origem à Escola dos Annales. Esse movimento tinha a História Política como modelo a ser negado, por focalizar prioritariamente o Estado e as instituições, as figuras ilustres e os heróis nacionais, estando comprometida com a função política de legitimar o poder e fortalecer o Estado. Por ser psicologizante, biográfica, qualitativa, narrativa, factual e ideológica a história política não teria condições de atingir a natureza da realidade social, na medida em que era prisioneira de fatos superficiais e atitudes individuais, de análises estreitas e descrições lineares.

A proliferação e a difusão de análises de natureza marxista nos anos 60 e 70, também, acentuaram o abandono dos temas políticos. Aqueles que os defendessem eram tachados de elitistas e acusados de conivente com a opressão e a alienação a que estavam submetidas as classes populares.

Segundo Ferreira e De Abreu (1998, p.6), na virada dos anos 70 e no decurso da década de 80, registraram-se transformações expressivas nos diferentes campos da pesquisa histórica: incorporou-se o estudo de temas contemporâneos, revalorizou-se a análise qualitativa e resgatou-se a importância das experiências individuais, deslocando-se o interesse das estruturas para as redes, dos sistemas de

posições para as situações vividas, das normas coletivas para as situações singulares. Paralelamente, ganhou novo impulso a história cultural e ocorreu um renascimento do estudo do político. Acrescenta Da Motta (2000, p. 6) que essa revalorização ocorreu no bojo de uma reação em favor da restauração da razão na História, pois como lembrava Georges Balandier, “o setor político é um daqueles que mais são marcados pela história, um daqueles em que melhor se aprendem as incompatibilidades, as contradições e as tensões inerentes a toda sociedade”.

Mas, por que estudar a História Política? Conforme descreve René Rémond (1994, p. 18), não existe outra atividade que atinja um número maior de homens e mulheres, pelo menos nos países democráticos, do que a política. O princípio segundo o qual todos os cidadãos são iguais entre si e são chamados a participar das grandes escolhas políticas faz dela a coisa de todos. Mesmo que nem todos façam uso desse direito, todos são chamados, todos estão comprometidos. De outro lado, a política, o que é decidido, não lhes é indiferente. Acrescenta que da política depende o nível de vida, a segurança e até, em alguns casos, a própria existência das pessoas. Mesmo que não se interessem pela política, a política os alcança.

Segundo Da Motta (2000, p. 6), a percepção do ganho de importância da esfera política nas sociedades contemporâneas abalou a tradicional tese de que esta se constituiria em mero reflexo da estrutura socioeconômica. Isso se deveu em razão da acentuada politização de domínios ditos apolíticos – a moral, a religião, a ecologia – bem como a significativa influência da burocracia estatal no estabelecimento de políticas públicas, demonstrando que o campo político se situava numa encruzilhada de escolhas e pressões que não eram imperativamente ditadas por qualquer instância externa. A descoberta de um dinamismo interno e de uma consistência própria conferiu interesse e especificidade ao estudo do político. O jogo de interesses, a tomada de decisão, a conquista e a prática do poder, tudo isto é agora colocado à luz de reflexões que deixaram de lado o reducionismo e o determinismo de análises apriorísticas e finalistas.

No entanto, o retorno da História Política foi marcado por mudanças significativas nos seus métodos, objetos e problemáticas. A História Política ampliou o seu campo de investigação num movimento entre a política no sentido mais clássico do termo – eleições, partidos e associações, ideias políticas, elites, biografia - e o político em termos de cultura política, ou seja, o imaginário, as representações,

a memória coletiva, os mitos e as mitologias políticas. De acordo com Barros (2005, p. 129), redefinida desta maneira, os objetos da História Política são todos aqueles que se mostram atravessados pela noção de poder em todas as direções e sentidos. Nesta perspectiva, temas rejeitados pela historiografia mais moderna a partir dos anos 1930 (Escola dos Annales e novos marxismos) como a Guerra, a Diplomacia, as Instituições, ou até mesmo a trajetória política dos indivíduos que ocuparam lugares privilegiados na organização do poder passaram a ganhar destaque.

A priori, poderia se dizer que, por tratar de História Política, o presente trabalho busca conceber-se como história monumental, baseado nos severos dogmas da Escola Positivista, com a absoluta valorização das fontes documentais e bibliográficas, o que de fato, não é a intenção. Até por que, como ensina Jacques Le Goff (2003, p.538), o documento é um produto da sociedade que o fabricou, segundo as relações de força que aí detinham o poder, não existindo um documento-verdade, pois todo documento é uma mentira, uma representação.

Pretende-se, ao contrário, realizar um trabalho de História viva e participativa, sendo muito mais do que uma simples narrativa, pois como sugere Lucien Febvre, citado por Jacques Le Goff (2003, p. 530):

A história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando estes existem. Mas pode fazer-se, deve fazer-se sem documentos escritos, quando não existem. Com tudo o que a habilidade do historiador lhe permite utilizar para fabricar o mel, na falta de flores habituais. Logo, com palavras. Signos. Paisagens e telhas. Com as formas do campo e das ervas daninhas. Com eclipses da lua e da atrelagem dos cavalos de tiro. Com os exames de pedras feitos pelos geólogos e com análises de metais feitas pelos químicos. Numa palavra, com tudo o que pertencendo ao homem, depende do homem, serve o homem, exprime o homem, demonstra a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem.

Por tratar-se de um trabalho no contexto de História institucional, cuidados especiais foram tomados na sua elaboração, pois como nos adverte Marc Ferro (1989, p.1), “Uma instituição não fornece apenas uma base social a uma doutrina, ela a determina e torna-a possível sub-repticiamente”.

Os principais instrumentos utilizados para coletar os dados necessários à compreensão da questão do presente estudo foram a pesquisa bibliográfica e documental, e a utilização de entrevistas orais de testemunhas históricas que tiveram contato, mesmo que indireto, com o General Góes Monteiro.

As entrevistas orais utilizadas na presente pesquisa foram aproveitadas dos bancos de dados de instituições de pesquisa que desenvolvem projetos de História Oral, de livros ou de outras publicações. A bibliografia foi selecionada a partir do acervo do próprio autor, de bibliotecas, de arquivos históricos, de documentos do Estado-Maior do Exército, da internet, dentre outros.

O tratamento das informações coletadas na presente pesquisa, visando à elucidação da questão formulada, foi basicamente qualitativo.

Os passos para a consecução dos objetivos propostos no presente projeto foram: levantamento da bibliografia e de documentos pertinentes; seleção da bibliografia e documentos; leitura da bibliografia e dos documentos selecionados; montagem de arquivos; análise crítica, tabulação das informações obtidas e consolidação das questões de estudo.

A coleta de material foi realizada por meio de consultas às bibliotecas da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, da Escola Superior de Guerra e da Escola de Guerra Naval. Foram realizadas, também, consultas ao Acervo do General Góes Monteiro, no Arquivo Histórico Nacional e no Arquivo do CPDOC. Foram consultadas, ainda, revistas, jornais e outros documentos históricos do Exército Brasileiro sobre o assunto e a rede mundial de computadores.

Neste trabalho, foi dada ênfase na comparação das fontes: bibliográficas (primárias e secundárias) e testemunhais (por meio da coleta de entrevistas orais), de modo a fazer emergir novas verdades em relação à História oficial.

Paul Thompson (1998, p.217-218) considera que a história oral ajusta-se particularmente ao trabalho por projeto – quer para estudantes em grupo, quer individualmente: em escolas, universidades, faculdades, na educação de adultos, ou em centros comunitários. Pode ser realizado em qualquer parte. Considera que há um sem número de temas que podem ser estudados localmente: a história de uma indústria ou de um ofício local, relações sociais em determinadas comunidades, cultura e dialeto, mudança na família, o impacto das guerras e das greves, e assim por diante. Acrescenta, ainda, que um projeto de história oral será viável, especialmente se o projeto enfocar raízes históricas de alguma preocupação contemporânea, demonstrando a importância do estudo para o meio ambiente imediato.

Considera Ferreira e De Abreu (1998, p. 7) que o resgate do político provocou a revalorização da ação dos atores históricos. Dentro dessa nova postura, foram atribuídos novos significados aos depoimentos, relatos pessoais e biografias, e muitos dos seus defeitos foram relativizados. Acrescenta, ainda, que essas transformações geraram uma nova discussão sobre o papel das fontes históricas, permitindo que a história oral ocupe um novo espaço nos debates historiográficos atuais. Colaboram para isso, a emergência do estudo da história do tempo presente, portadora da singularidade de conviver com testemunhos, colocando em foco o debate relativo aos depoimentos orais e às transformações das sociedades modernas com as conseqüentes mudanças no conteúdo dos arquivos que, cada vez mais, passam a dispor de registros sonoros.

De acordo com Verena Alberti (1990, p.1-9), o depoimento oral é uma fonte não apenas informativa, mas, sobretudo, de compreensão mais ampla e globalizante do significado da ação humana; de suas relações com a sociedade organizada, com as redes de sociabilidade, com o poder e o contrapoder existentes, e com os processos macroculturais que constituem o ambiente dentro do qual se movem os atores e os personagens deste grande drama ininterrupto que é a história humana. Descreve, ainda, que a maior preciosidade da história oral é a possibilidade de reconstituir a História por meio de suas múltiplas versões; captar a lógica e o resultado da ação por meio de seu significado expresso na linguagem do ator; ou seja, desvendar o jogo complexo das ideologias. A história oral é legítima como fonte, porque não induz mais erros do que outras fontes documentais e históricas, tendo, ainda, o mérito de introjetar no documento produzido o controle sistemático da produção da própria fonte.

Afirma Barros (2005, p. 130) que a imprecisão do oral não nos deve enganar; se a oralidade é território da ambigüidade e das contradições, também existem espaços dissimulados que se escondem na documentação escrita, contornando silêncios e falseamentos, revelando segredos que o próprio autor do texto não pretendia revelar. Acrescenta que estes segredos acabam escapando por meio da linguagem, dos modos de expressão, da súbita iluminação que se espalha pelo texto quando o confrontamos com outro nesta prática que é hoje chamada de 'intertextualidade'. Isto sem falar nas múltiplas vozes, na polifonia que pode ser extraída de um texto.

Embora o presente trabalho não se constitua numa reconstituição biográfica, a biografia do General Góes Monteiro foi amplamente estudada e discutida. Isso decorre da necessidade de se compreender os principais aspectos motivadores do seu pensamento político, que condicionaram a sua liderança, levando-o a promover uma verdadeira transformação na política do Exército no período varguista.

A crise da história política dos anos 20 produziu a queda da biografia. Do mesmo modo, a volta do político nos anos 80 levou à sua ascensão. Basta verificar o número de biografias no mercado editorial, que ocupam destacadas posições na lista de mais vendidos, na atualidade.

Mas o que justificaria o estudo histórico por meio de biografias? Conforme assinala Da Motta (2000, p. 9-10), a riqueza da biografia reside na possibilidade de escapar das explicações monocausais e lineares calcadas apenas no “destino final”, e de recuperar os complexos processos de elaboração e tomada de decisões. Seria possível, assim, através da reconstrução das trajetórias de vida de determinados personagens, iluminar aspectos pouco esclarecidos pela documentação, em geral muito pródiga em destacar os atos e muito pobre em detalhar os meandros decisórios. Desatada das malhas do reducionismo e da simplificação, a biografia permitiria não só perceber as margens de liberdade e de constrangimento no interior das quais os indivíduos se moviam, como refletir sobre os limites da racionalidade do ator histórico.

Acrescenta Ferreira e De Abreu (1998, p. 6-7) que o relato pessoal assegura a transmissão de uma experiência coletiva, constituindo-se em uma representação que espelha uma visão de mundo e que, como dizia Giovanni Levi, “nenhum sistema é de fato suficientemente estruturado para eliminar toda possibilidade de escolha consciente, de manipulação ou interpretação das regras. Assim, a biografia constitui o lugar para se verificar a liberdade de que as pessoas dispõem e para se observar como funcionam concretamente os sistemas nominativos”.

Certamente, o uso da História Oral tem o seu valor no trabalho de construção histórica. Todavia, conforme assinala Jean Glénisson (1986, p.141): “a justificada importância que atribuímos aos documentos não escritos não deve fazer esquecer um fato incontestável: o documento escrito continua a ser a fonte primordial de informações dos historiadores”. E, certamente, a existência de arquivos, bibliotecas e museus é uma grande vantagem para o pesquisador, pois,

para constituí-los, gerações de especialistas se empenharam, possibilitando o desenvolvimento da arte da pesquisa: a heurística.

Destaca-se nesse contexto, o acervo sobre a vida do General Góes Monteiro existente no Arquivo Histórico Nacional, no CPDOC e no Arquivo Histórico do Exército. Trata-se de uma série de documentos pessoais e oficiais, que descrevem aspectos da sua trajetória familiar, social, militar e política. Constituem-se, pois, importantes fontes de consulta aos principais fatos históricos em que esse militar tomou parte e que muito servirá para a presente pesquisa.

Mas o que vem a ser um fato histórico? Segundo Jean Glénisson (1986, p.132): “os fatos históricos são, em larga medida, construções da História. Os caminhos da História.” No entanto, nem todo fato é histórico, pois, para isso, deve possuir, conjuntamente, as qualidades de fato passado e de fato portador de consequências.

O fato histórico é um fato social. Eis o que já pretendia demonstrar o sociólogo Lévy-Bruhl, citado por Jean Glénisson (1986, p.129): “Merecerá, escreve ele, a qualificação de fato histórico, todo fato passado tal como se refletir na consciência coletiva, e a importância histórica destes fatos medir-se-á pela importância que tiveram na seqüência dos fatos da mesma”. Neste contexto, considera-se que o General Góes Monteiro produziu fatos históricos que muito refletiram na consciência coletiva do Exército Brasileiro, sendo uma personalidade histórica que deve ser preservada pela memória, a fim de servir como exemplo de liderança às gerações do presente e do passado.

1.7.1 População alvo da pesquisa

Para a materialização do presente projeto, foram processadas entrevistas com personalidades, históricas ou não, que tiveram contato, mesmo que indireto, com o General Góes Monteiro, as quais foram coletadas em projetos de História Oral de instituições científicas, em livros e outras publicações.

2 LIDERANÇA MILITAR

2.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente capítulo tem por finalidade apresentar o arcabouço teórico sobre o tema da liderança e de modo específico da liderança militar. O objetivo principal é identificar a liderança como um fator determinante para as transformações das instituições e das sociedades e, de modo particular, das instituições militares. Do mesmo modo, identificar os aspectos conceituais que condicionaram o General Góes Monteiro, como líder militar capaz de realizar importantes transformações na política do Exército, na Era Vargas.

Na atualidade, este tema tem sido alvo de várias pesquisas. Isso decorre das profundas mudanças organizacionais por que vem passando o mercado empresarial e o próprio Estado. Empresas consideradas exemplares pela sua solidez e modelos inquestionáveis de excelência, atravessam graves dificuldades, mudanças de direção, fusões e desmembramentos. No setor público, não tem sido diferente. Instituições consideradas modelares tem tido a sua própria existência questionada e governos de todo o mundo reviram, reinventam, enxugam e privatizam suas operações e serviços.

A fim de garantir a sua sobrevivência e legitimar a sua existência, a maioria dessas organizações tem adotado programas de mudanças, tais como qualidade total, excelência gerencial, reengenharia, além de buscar reduzir os seus níveis hierárquicos, deixando as suas estruturas mais enxutas. Segundo Levek e Malschitzky (2011, p. 33), embora esses conceitos e ferramentas poderosas tenham trazido benefícios, em boa parte dos casos, o retorno não tem correspondido aos investimentos realizados. Os poucos resultados obtidos com essas mudanças talvez se devam às dificuldades dos líderes adotarem os novos paradigmas organizacionais em difusão. Assim, para manter ao processo de mudanças nas organizações é preciso, também, uma mudança no modelo mental de seus dirigentes e gestores.

O Exército como qualquer outra organização tem passado pelo processo em questão. Como exemplo, podem ser citadas: a implantação do Programa “5 S”, no final dos anos de 1980 e início dos anos de 1990, e o Programa de Excelência

Gerencial (atual Sistema de Excelência do Exército Brasileiro), nos anos 2000. Assim como em outras organizações, dificuldades têm surgido na consolidação desses programas, em grande medida, pelos mesmos motivos: dificuldades dos líderes adotarem os novos paradigmas organizacionais em difusão. Portanto, o estudo do assunto liderança, na atualidade, tem merecido destaque.

2.2 CONCEITOS DE LIDERANÇA

Na atualidade, a definição de liderança ainda não está pacífica. Na literatura acadêmica mais recente, este tema tem sido abordado de forma bastante diversa.

Segundo MIRADOR INTERNACIONAL (1987 apud SANTIAGO 2007, p. 31) “A palavra liderar vem do verbo inglês *to lead*, que significa, entre outras coisas, conduzir, dirigir, guiar, comandar, persuadir, encaminhar, encabeçar, capitanear, atravessar”. Acrescenta Santiago (2007, p. 31) que o primeiro registro dessa palavra está datado em 825 d.c e que os diversos conceitos a ela ligados relacionam-se com os do latim, *ducere*, que significa conduzir (no português - duzir, precedido de prefixos), cujo conjunto semântico influenciou as derivações de *to lead*. Em 1300, documentou-se *leader*, “condutor, guiador, capitaneador”, aquele que exerce a função de conduzir, guiar. Também nessa época surge *leading*, substantivo de *to lead*, traduzido por “ação de conduzir”. *Leadership*, em 1834, emerge como “dignidade, função ou posição de guia, de condutor, de chefe”. Segundo Vieira:

No seu sentido mais simples, a liderança pode ser definida como um processo de influência do comportamento humano, isto é, motivar indivíduos a adotar um comportamento que de outro modo eles não adotariam. Num contexto organizacional (institucional) a liderança pode ser definida como o processo de influenciar, para além do que seria possível através do uso exclusivo da autoridade investida, o comportamento humano com vista ao cumprimento das finalidades, metas e objetivos concebidos e prescritos pelo líder organizacional designado. (VIEIRA, 1998, p. 10-11)

Mc David e Herrera (apud FAEP 2011, p. 5) afirmam que “liderança é o papel que se define pela frequência com que uma pessoa influencia ou dirige o comportamento de outros membros do grupo”. Por outro lado, Gomes e colabs. (2000 apud FAEP 2011, p. 5) consideram que “liderança é a capacidade para promover a ação coordenada, com vista ao alcance dos objetivos organizacionais”. Coerente com este pensamento, Tead (apud AVELAR COUTINHO, 1997, p. 115)

assinala que “Liderança é o processo de influenciar pessoas para motivá-las e obter o seu envolvimento pessoal na realização de um empreendimento e consecução de seus objetivos”.

Para Freitas e Rodrigues:

Liderar consiste em conseguir com que os demais façam o que devem fazer com profunda convicção e, sobretudo, que o façam tomando a si a responsabilidade para que isso aconteça. Líderes excepcionais têm visão, conduzindo pessoas e organizações em direções que sozinhas não seguiriam. Podem lançar empreendimentos, formar culturas organizacionais, ganhar guerras ou mudar o curso dos eventos, são estrategistas que agarram oportunidades que outros deixam de perceber. (FREITAS; RODRIGUES, 2011, p. 4)

Assinala Fachada (1998 apud FAEP 2011, p.5) que “a liderança é um fenômeno de influência interpessoal exercida em determinada situação através do processo de comunicação humana, com vista à comunicação de determinados objetivos”. Para Parreira (2000 apud FAEP 2011), “é um processo de influência e de desempenho de uma função grupal, orientada para a consecução de resultados, aceitos pelos membros dos grupos. Liderar é pilotar a equipe, o grupo, a reunião; é prever, decidir, organizar”.

Já para Tannebaum (1970 apud JORGE e SILVA 2011, p. 48) “a liderança é a influência interpessoal exercida numa situação e dirigida através do processo de comunicação humana à consecução de um ou diversos objetivos específicos”.

De acordo com Chiavenato (1999 apud FREITAS; RODRIGUES, 2011, p. 3), “a liderança é uma forma de influência, sendo esta uma transação interpessoal em que uma pessoa age para modificar ou provocar o comportamento de outra pessoa, de maneira intencional”.

Numa abordagem psicanalítica, Freud (1975 apud ALVES 2011, p. 61) considera que o líder seria uma referência daquilo que os seus seguidores desejam se tornar. Nessa relação, o líder é “aquele que opera em virtude de sua semelhança com o pai e por cujo amor a realização é levada a cabo”. Isso faz com que os seus seguidores desenvolvam uma forte atração por ele e ajam segundo o seu desígnio, ou de acordo com a missão que encarna, ou pela causa que personifica.

A despeito das várias interpretações apresentadas e da vasta e diversificada bibliografia hoje disponível sobre liderança, o teor científico do tema tem predominado. Bateman (1998 apud FREITAS; RODRIGUES, 2011, p. 2) considera

que a liderança parece ser a convocação de habilidades possuídas por uma maioria, mas utilizada por uma minoria, sendo, porém, algo que pode ser aprendido por qualquer pessoa, ensinado a todos, não devendo ser negado a ninguém.

No entanto, ainda hoje, são frequentes as colocações de que alguém é "um líder natural", de que "nasceu líder", constituindo-se como reminiscências de antigos conceitos de liderança.

Ainda outros estudam a liderança como uma arte, argumentando que a redução da liderança a um quadro de valores adequados à investigação científica destrói a sua própria essência. Max De Pree (1989 apud VIEIRA 1998, p. 10-11), presidente do conselho de administração e diretor executivo da Herman Miller Inc., escrevia: "A liderança é uma arte. É mais tribal que científica, mais uma teia de relações do que uma acumulação de informação [...]".

É certo que a observação e estudo dos líderes de sucesso são suscetíveis de contribuir para a orientação de potenciais líderes. Mais certa, ainda, é a vantagem do estudo científico das relações de liderança, à medida que os métodos de investigação vão sendo progressivamente aperfeiçoados e os instrumentos de medida vão surgindo. Assim, sendo o estudo sobre as teorias da liderança revela-se indiscutível.

2.3 TEORIAS SOBRE LIDERANÇA

Segundo Ralph Stogdill (apud VIEIRA, 1998, p. 10), entre o grande número de definições que compilou, distingue as seguintes categorias em que a liderança é explicada: como função das características pessoais ou dos quadros de comportamento; pela referência à interação entre o líder e o subordinado (ou seguidores); pela incidência no cumprimento dos objetivos dos grupos; pela diferenciação entre algo designado como funções e, enfim, pela ênfase do exercício do poder e influência. Para compreender cada uma destas categorias de definições torna-se indispensável conhecer o contexto em que elas se inserem.

De acordo com Jorge e Silva (2011, p. 47), antes da 2ª Grande Guerra, a liderança era definida em termos das características de personalidades do Líder - Teoria dos Magos. Considerava-se que a solução para resolver o problema da eficácia era a seleção natural dos líderes. Mais tarde, a abordagem comportamental

definiu a liderança em termos dos comportamentos capazes de distinguir os líderes dos não líderes. Assim, o problema da eficácia da liderança podia ser resolvido através da formação dos líderes.

Várias são as categorizações sobre as teorias de pensamento sobre a liderança. Serão apresentadas, abaixo, as principais destas teorias, segundo a visão de Crainer (2000 apud STROUGO 2007, p. 5).

A primeira delas é a Teoria do Grande Homem. Esta teoria foi predominante no final do século XIX até o início do século XX, fundamentando-se na premissa de que o líder nasce com habilidades de liderança inatas, inexplicáveis e incompreensíveis para a maioria dos seres humanos, sendo, portanto exaltado como heróis. Thomas Carlyle (1841 apud VIEIRA 1998, p. 11-14) defendia esta tese, afirmando que esses homens possuíam qualidades dinâmicas e carismáticas capazes de modelarem os acontecimentos da História. Por esta teoria, considera Tolfo (2000 apud SANTIAGO 2007, p. 33) que o líder é possuidor de certas características que o tornam mais apto a conduzir os demais à execução de tarefas, ao passo que aos demais cabia o papel de seguidores.

Outra teoria é a do Poder e da Influência. Fundamenta-se na premissa de que todos os caminhos levam ao líder e nega o papel dos seguidores e a força da cultura organizacional.

A Teoria Behaviorista ressalta o que fazem os líderes e não as suas características. Autores que defendem essa linha são: Blake e Mouton, criadores da Grade Gerencial e Rensis Likert. Por esta teoria, de acordo com Tolfo (2000 apud SANTIAGO 2007, p. 35), “em vez de traços, a liderança passou a ser investigada para a identificação dos padrões de comportamento adotados pelos líderes e suas funções”.

Segundo Marquis e Houston (1999, apud SANTIAGO 2007, p. 35), na medida em que se desenvolveu, a pesquisa sobre liderança afastou-se do estudo das características do líder para dar ênfase às coisas que ele fazia – o estilo de liderança do líder. A habilidade de liderança é configurada com base em conjuntos de comportamentos que possibilitam aumentar a eficácia na condução dos liderados.

A Teoria da Situação destaca a liderança como específica em cada situação, ao invés de um tipo especial de personalidade. Fundamenta-se no princípio de que

cada situação diferente exige formas diferentes de liderança. Seus criadores foram Kenneth Blanchard e Paul Hersey. Segundo Vieira (1998, p. 11-14), por esta teoria, virtualmente, “qualquer pessoa pode ser um líder num apropriado quadro de circunstâncias”.

Outra Teoria é a da Contingência. É uma evolução da teoria situacional e busca selecionar as variáveis associadas à circunstância, as quais melhor identifiquem o estilo de liderança mais adequado a cada situação.

A Teoria Transacional ressalta o relacionamento entre líderes e seguidores. Analisa os ganhos mútuos da troca, do líder oferecendo recursos ou recompensas em troca, do compromisso dos seguidores ou da aceitação da sua autoridade, por exemplo.

A Teoria da Atribuição adiciona uma maior importância dos seguidores, concentrando-se nos fatores subjacentes à atribuição de liderança a um determinado fator.

A Teoria da Transformação baseia-se na motivação intrínseca no relacionamento de trocas, enfatizando o comprometimento e não a conformidade dos seguidores. Portanto, o líder é um visionário e inovador. Segundo Vieira:

O líder transformacional consegue com que os subordinados transcendam os seus próprios interesses em atenção ao líder, à equipe e à unidade ou organização. O líder transformacional obtém dos seus subordinados mais do que mudanças superficiais nas suas atitudes ou acréscimos mínimos nos seus níveis temporários de motivação. (VIEIRA, 1998, p. 14)

2.4 ASPECTOS DA LIDERANÇA TRANSFORMACIONAL

O foco do presente estudo será a liderança transformacional, por considerá-la como a que tem o maior potencial para a promoção de mudanças organizacionais, Assim, serão apresentados alguns dos seus principais aspectos.

De acordo com Bergamini (1994 apud SANTIAGO 2007, p. 41), “a teoria da liderança transformacional pressupõe uma relação que é de influência mútua, em contraposição à ideia de um liderado passivo, à espera dos ditames do líder”. O líder deve conhecer as necessidades e motivações dos seguidores para tratá-los como pessoas integrais, porque as relações interpessoais são a base de seu papel.

Para John Kotter (1997 apud STROUGO 2007, p. 6) “a atividade principal de um líder transformacional é produzir a mudança”. A sua ação deve se pautar sobre três dimensões fundamentais: estabelecer a direção estratégica da empresa, comunicar essas metas aos recursos humanos e motivá-los para que sejam cumpridas.

De acordo com Jorge e Silva (2011, p. 60) “o líder transformacional deve buscar influenciar mudanças nas atitudes e comportamentos dos membros da organização e a criação de comprometimento com a missão e os objetivos da organização”. Do mesmo modo, este líder deverá definir claramente aquilo que pretende fazer; analisar as capacidades para a sua concretização; antecipar-se às dificuldades e criar projetos realistas que possam ser concretizados, definindo, para isso, uma linha orientadora que clarifique o rumo a seguir. (FAEP, 2011, p. 24).

2.5 LIDERANÇA MILITAR

Num mundo em profunda e acelerada mudança, o sucesso dos líderes militares exigirá atributos afetivos como caráter, lealdade, autodisciplina, vontade, inteligência, iniciativa, capacidade de julgamento, decisão dentre outros. Ao mesmo tempo, conforme descreve o EME (2011, p. 1-1), a acentuada evolução do conhecimento científico-tecnológico, possibilitando a produção de armas e equipamentos sofisticados, dispendiosos e de difícil manuseio, torna cada vez mais complexas as atividades militares. Assim, verifica-se que a arte militar é essencialmente dependente dos valores humanos e o entendimento sobre a sua natureza é fundamental aos chefes da atualidade.

Considera Vieira (1998, p. 5-6) que somente por meio de um desenvolvimento profissional contínuo, os líderes militares do futuro desenvolverão a sua autoconfiança, iniciativa, franqueza, competência, capacidade de previsão e dedicação, tornando-se líderes inspiradores e fazendo-se merecedores do respeito e da confiança dos seus subordinados. Adverte, ainda, que a esses líderes será exigida uma grande agilidade mental para decidir corretamente, sob condições de incerteza e de caos, bem como elevada criatividade e força de vontade para executar os seus planos.

A História Militar tem mostrado que a liderança, através dos tempos, sempre foi o alicerce das tropas coesas, motivadas e aguerridas. Contudo, tem mostrado também as dificuldades encontradas pelos comandantes na condução de seus soldados em combate.

Acrescenta o EME (2011, p. 1-3) que nas situações de normalidade, quando o grupo militar e as pessoas que o integram não estão sob pressão, geralmente as ordens dos comandantes são cumpridas, sem vacilações. Entretanto, nas crises e principalmente no combate, quando está presente o risco de vida e os soldados sofrem penúrias de todo tipo, os indivíduos só obedecerão voluntariamente às ordens se confiarem e se acreditarem em seus comandantes. Assim argumenta Vieira sobre esse aspecto:

As guerras, independentemente dos meios nelas empenhados, constituem um processo extremo de força, moral e física e de resistência. Os líderes devem compreender os efeitos do perigo, medo, esgotamento, privação e violência nos seus soldados. Deles se espera que consigam equilibrar, constantemente, o imperativo do cumprimento da missão com a necessidade de cuidar e motivar os seus subordinados, colocando tanto a missão como os seus soldados antes do seu próprio bem-estar. Os líderes devem manifestar nas suas ações um genuíno respeito pelos outros, manter um clima ético e, aceitando o julgamento das suas próprias ações, terão necessidade de encorajar a franqueza e a liberdade de pensamento e de ação nos seus subordinados. (VIEIRA, 1998, p. 5-6).

Portanto, quando a hierarquia e a disciplina estão inseridas em um quadro no qual os comandantes estabeleceram sólidos laços de liderança com os subordinados, mesmo havendo pressões, riscos e extremas dificuldades, raramente ocorrerão casos de desobediência.

Outrora, imaginava-se ser suficiente formar pessoal de alta capacitação, pois deles surgiriam os líderes. Hoje, busca-se desenvolver nos oficiais e sargentos um elenco de valores, atributos e conhecimentos que lhes facilite o desempenho da liderança nos grupos que lhes forem dados para comandar. Esta necessidade é coerente com o que assinala Foch:

Quando chega a hora de tomar decisões, de assumir as responsabilidades, de suportar os sacrifícios, onde encontrar os obreiros dessas arriscadas empresas, senão em naturezas superiores impregnadas da vontade de vencer, que veem nitidamente os únicos meio que conduzem à vitória e que têm coragem de arriscar tudo. (FOCH apud COURTOIS, 1984, p. 17).

Nesse contexto, muitos exércitos passaram a desenvolver projetos voltados para a formação de líderes e inseriram esta preocupação no preparo dos seus contingentes. Na atualidade, não se considera ser possível ter um exército pronto para cumprir as respectivas missões constitucionais sem comandantes, em todos os níveis, que possuam desenvolvida capacidade de liderança.

De acordo com o EME:

A liderança militar consiste em um processo de influência interpessoal do líder militar sobre seus liderados, na medida em que implica o estabelecimento de vínculos afetivos entre os indivíduos, de modo a favorecer o logro dos objetivos da organização militar em uma dada situação. (EME, 2011, p. 3-1).

A definição acima é coerente com o que propõe o Exército norte-americano no seu manual de campanha *FM 22 – 100 – Military Leadership* (apud AVELAR COUTINHO, 1997, p. 127): “O processo em que o oficial aplica os seus valores, ética, caráter, conhecimentos e aptidões (e crenças) para influenciar outros ao cumprimento da missão”.

Tanto em situações de normalidade como nas crises, o líder atuará, preponderantemente, por intermédio do bom exemplo pessoal e da capacidade de persuasão, convencendo os subordinados a agirem de uma forma útil à instituição à qual pertencem.

No entanto, a liderança militar não é exercida da mesma maneira em todos os escalões, variando de acordo com os níveis de comando correspondentes. A seguir, serão apresentados os mesmos.

2.6 LIDERANÇA EM NÍVEIS DE COMANDO

Segundo Pereira (2001, p. 1), a relação da liderança com a função exercida tornou-se objeto de estudo em Administração, em 1955, quando Robert Katz apresentou o modelo de estrutura das empresas em compartimentos horizontais de três níveis: estratégico, tático e operacional. De acordo com esta categorização, há uma cúpula, responsável pelas definições estratégicas; quadros intermediários, no nível tático, que verificam se as equipes de operações trabalham de acordo com as

decisões da cúpula; e o nível operacional, que é responsável pela execução do negócio.

Katz definiu, ainda, três tipos de habilidades que são exigidas dos integrantes dos diferentes níveis funcionais: conceituais, técnicas e interpessoais. Segundo ele, no nível estratégico, o líder é muito exigido nas habilidades conceituais (aquelas que tratam da capacidade de perceber a totalidade do sistema organizacional e suas relações de interdependência) e, em menor intensidade, nas habilidades técnicas. No nível operacional, predomina a aplicação das habilidades técnicas. No nível tático, estabelece-se a ligação entre cúpula e os executantes, destacando-se as habilidades interpessoais.

O Exército Brasileiro, adaptando esse modelo, estabelece que a liderança militar está presente nos diversos níveis de comando: no nível de pequenos escalões, no nível tático/organizacional e no nível estratégico.

2.6.1 Liderança em nível de comando de pequenos escalões

Os pequenos escalões são caracterizados pelas esquadras ou turmas, pelos grupos, pelos pelotões ou pelas seções, até o nível subunidade incorporada. Nesse nível, o líder deve cultivar, predominantemente, a liderança militar direta (LDM), deixando que cada militar tenha oportunidade de ser investido da responsabilidade adequada ao seu escalão.

De acordo com o EME (2011, p. 2-6), a LMD é aquela que acontece todas as vezes em que o líder se relaciona pessoalmente com os liderados. Por intermédio do contato pessoal, o líder tem melhores condições de exercer influência sobre eles. Para tirar o máximo proveito desse contato direto, o líder precisa evidenciar um elenco considerável de atributos afetivos, ter boa capacidade de estabelecer vínculos positivos, bem como ser possuidor de habilidades técnicas, de forma que seus liderados sejam efetivamente influenciados e conduzidos ao cumprimento do dever.

2.6.2 Liderança em nível de comando organizacional/tático

Neste nível, o líder utiliza as formas direta e indireta de liderança.

Segundo o EME (2011, p. 6-8), a forma indireta se expressará pela capacidade de influenciar, via cadeia de comando, o comportamento humano e conduzir grandes efetivos militares ao cumprimento de missões. Essa forma indireta é exercida por militares nos cargos de Estado-Maior, assessores, predominantemente, em brigadas, divisões, comandos militares de área, Diretorias e órgãos da alta administração do EB.

Segundo Alves (2011, p. 64), o líder organizacional pode ser considerado como um generalista, um visionário, alguém que se distingue por possuir uma personalidade persuasiva, sedutora e capaz de provocar uma interação com seus seguidores fundada em sentimentos, com um elevado teor de afetividade, e esses se identificam entre si e a partir dele, e agem em conformidade com a missão que o líder personifica. Ele possui a audácia de inovar, inspira confiança, tem uma perspectiva de longo prazo e preocupa-se mais com as interações do que com a atividade administrativa em si. Acrescenta Alves (2011, p. 65) que o líder organizacional é por excelência um vetor a nortear e induzir um novo comportamento desejado em relação a um propósito mais ambicioso, concomitantemente com a preservação da unidade interna e com o esforço de adaptação às circunstâncias externas.

O líder militar organizacional exerce influência de maneira mista: LMD sobre os comandantes subordinados e liderança indireta sobre os integrantes de OM subordinadas (grandes efetivos), por meio de documentos, tais como diretrizes, planos e ordens com foco na intenção do comandante. De acordo com Pereira (2001, p. 2), o foco do seu trabalho é voltado para o interior da organização. Sua autoridade é clara e bem definida na cadeia de comando. Normalmente, trabalha com ênfase na coordenação dos elementos subordinados, como por exemplo, finanças, pessoal, logística e organizações subordinadas.

Argumenta Vieira (1998, p. 14-15), que a essência da liderança no nível de comando organizacional não se confina à direção de pessoas e das suas tarefas, mas inclui ainda uma componente de influência, para além e acima do cumprimento mecânico correspondente às exigências rotineiras da organização. Com efeito, a realização individual dos membros da organização resulta da combinação das suas capacidades multiplicadas pelas motivações individuais, uma combinação que evidencia a responsabilidade do líder relativamente a cada membro da organização.

Assim, a função do líder organizacional visará estreitar o intervalo ou corrigir o desvio entre a realização individual e os requisitos organizacionais, de forma que a organização e os subordinados recebam mutuamente benefícios aceitáveis.

Neste nível, os líderes aplicam sistemas de pensamento, focalizado mais em padrões do que em situações particulares, uma vez que sucessos e problemas nesse nível geralmente referem-se mais a correções e imperfeições sistêmicas do que a realizações e falhas humanas individuais. O melhor emprego do líder militar organizacional evidencia-se pela fiscalização de ordens, pelo detalhamento dessas ordens (recebidas do escalão superior) aos escalões subordinados e pela produção de indicadores de desempenho para o melhor assessoramento das lideranças estratégicas da Força.

2.6.3 Liderança no nível de comando estratégico

A liderança no nível de comando estratégico é exercida pelos responsáveis por conduzir os grandes rumos da Instituição.

No caso do Exército, no nível estratégico, a liderança é exercida de forma mais característica, embora não exclusiva, pelos oficiais-generais que ocupam os mais altos escalões, a começar pelo Comandante da Força, bem como os órgãos de assessoramento e de direção geral e setorial. Para o exercício pleno de sua liderança, esses líderes militares estratégicos relacionam-se com autoridades externas ao EB de toda ordem, nas mais diversas esferas do poder e da sociedade brasileira e internacional.

De acordo com Pereira (2001, p.3), a visão do futuro, capacidade de formular metas estratégicas e conceitos-chaves para sua instituição, é a habilidade mais significativa do líder. Assim, para estabelecê-la, o líder estratégico deve ter completo entendimento dos objetivos que se deseja atingir e dos meios disponíveis, bem como deve ser capaz de trabalhar ativamente para moldar o ambiente de forma favorável à consecução desses objetivos. Para isso, o líder tem de ser capaz de construir o consenso, negociar e influenciar o ambiente para beneficiar sua organização.

Acrescenta Pereira (2001, p.3) que estabelecer consenso é encontrar proposta aceitável por todos os membros da equipe, sem que haja oposição a ela,

não sendo, no entanto, a obtenção de unanimidade. O processo de negociação para isso tem como essência a capacidade de expressar uma posição clara sobre uma questão, transmitindo, ao mesmo tempo, o compromisso com a busca da solução.

A habilidade mais importante do líder, na negociação, é manter-se firme nos pontos não negociáveis, sem perder, simultaneamente, o respeito pelo posicionamento dos outros participantes do processo. Para influenciar as pessoas, o líder tem no diálogo uma eficiente ferramenta, por meio do qual pode mudar pontos de vista, posicionamentos, reunir informações, esclarecer dúvidas e conseguir o apoio de pares e subordinados. (PEREIRA, 2001, p.4).

Outra característica importante na busca do consenso é a capacidade de entusiasmar do líder, gerando ânimo e motivação nas pessoas. De acordo com o essa característica do líder deve ter como alvo a interação de suas motivações com os valores, desejos e idéias das pessoas, ampliando a relação de confiança mútua e a sensação de bem-estar nesse intercâmbio.

Portanto, além de estabelecer uma visão de futuro e dar prioridade a pontos importantes, o líder estratégico deve tirar o máximo proveito do comando, habilidades de seus pares e inspirar os liderados a pensar e agir.

O trabalho desses líderes é elaborar políticas, estratégias e estabelecer prioridades que mantenham a organização em movimento por um período de 10 a 20 anos; estabelecer os grandes objetivos da Instituição; e promover as mudanças que se fizerem necessárias, comprometendo-se com a busca dos recursos para este fim. De acordo com EME (2011, p. 6-8), os líderes estratégicos concebem a estrutura desejada, planejam a alocação de recursos e comunicam a visão estratégica da Instituição, preparando-a para os desafios do futuro. Simultaneamente, eles encorajam os aspectos culturais, visualizam o futuro, difundem essa visão para uma audiência maior e, pessoalmente, lideram as mudanças necessárias na Instituição.

Segundo Pereira (2001, p.4), o ambiente em que atua o líder estratégico não é estruturado, sendo ambíguo. As soluções para os problemas deixam de ser claras e passam a ser voltadas para o futuro. Assim, de executante da política passa a ser o seu idealizador, necessitando ter uma visão global orientada para o ambiente onde a instituição se insere.

O nível de complexidade de relações funcionais que envolvem um líder militar estratégico, na maioria das vezes, não o permite estar fiscalizando ou visitando os elementos operacionais da Força, uma vez que sua presença estará sempre requisitada nos maiores escalões de decisão. Assim, as funções de fiscalização atribuídas aos líderes estratégicos, na maioria das vezes, deverão ser delegadas aos líderes militares organizacionais pertencentes ao canal de comando legalmente vinculado. EME (2011, p. 6-8).

Cresce de importância, então, a expedição de ordens, diretrizes, normas, portarias e demais tipos de documentos que sejam claros, precisos, concisos e curtos. Isto porque, como a presença destes líderes nas lides diretas da Instituição é mais difícil, em muito facilitará o estabelecimento de indicadores de desempenho correlatos para a medição da eficácia dessas ordens e, também, para permitir o detalhamento dessas pelas lideranças militares organizacionais presentes no canal de comando vinculado. EME (2011, p. 6-8).

O líder militar estratégico deve possuir uma aptidão multidisciplinar para o aprendizado, devendo estar motivado, para acumular conhecimentos nas áreas de liderança, da estratégia, da geopolítica, da história militar, da administração, da gestão empresarial, da gestão de recursos humanos, das relações internacionais, entre outros. Estes conhecimentos servirão de suporte e, ao mesmo tempo, de ferramentas para o aprimoramento de outras competências importantes, como as capacidades de argumentação, de persuasão, de comunicação e, em última instância, de competência profissional. Somente assim estará dotada de condições para o exercício eficaz da liderança nos mais altos níveis da Instituição. EME (2011, p. 6-8)

3 AS TRÊS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX

3.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente capítulo tem por finalidade apresentar o panorama histórico das três primeiras décadas do século XX. O objetivo principal desta seção é a identificação dos principais acontecimentos neste período que tornaram a Era Vargas uma época bastante favorável a mudanças institucionais e que condicionaram as importantes transformações na concepção da política do Exército. Para atingir esta proposição serão realizadas considerações em escala global, no Brasil e no Exército Brasileiro, no período considerado.

“ ‘As luzes se apagam em toda a Europa’, disse Edward Grey, secretário das Relações Exteriores da Grã-Bretanha, observando as luzes de Whitehall na noite em que a Grã-Bretanha e a Alemanha foram à guerra. ‘Não voltaremos a vê-las acender-se em nosso tempo de vida.’ ”. Assim Eric Hobsbawm (1995, p. 30) inicia a sua célebre obra *Era dos Extremos*. Segundo esse autor, não há como compreender o “breve século XX”, sem que se estude detalhadamente a Primeira Grande Guerra Mundial. Desse modo, a análise do panorama político dos primeiros anos do século XX terá esse acontecimento como maior referência.

3.2 A PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL

A Primeira Guerra Mundial começou em 1914 como uma guerra essencialmente europeia, entre a Tríplice Aliança (França, Grã-Bretanha e Rússia), de um lado, e as chamadas Potências Centrais (Alemanha e Áustria-Hungria), do outro. Logo em seguida, a Sérvia e a Bélgica foram arrastadas para cada um dos lados, em decorrência do ataque austríaco (que iniciou o conflito) à primeira e o ataque alemão à segunda (como parte da estratégia de guerra da Alemanha).

Na sequência dos acontecimentos, a Turquia e a Bulgária se juntaram às Potências Centrais, enquanto à Aliança se agregaram a Itália, a Grécia, a Romênia e Portugal. O Japão compôs a coalizão quase que de imediato, a fim de tomar posições alemãs no Oriente Médio e no Pacífico ocidental, mudando de lado mais tarde. No entanto, o ponto de inflexão desse conflito foi a entrada dos Estados

Unidos da América, em 1917, ao lado da Aliança, rejeitando a advertência de George Washington quanto às complicações europeias.

Conforme descreve Hobsbawn:

A Primeira Guerra Mundial envolveu todas as grandes potências da época. Na Europa, permaneceram de fora do conflito apenas a Espanha, os Países Baixos, os três países da Escandinávia e a Suíça. É importante destacar que tropas do ultramar foram, muitas vezes pela primeira vez, enviadas para lutar e operar fora de suas regiões. Canadenses lutaram na França, australianos e neozelandeses forjaram a consciência nacional numa península do Egêu - Gallipoli – que tornou-se seu mito nacional. Indianos foram enviados para a Europa e o Oriente Médio, batalhões de trabalhadores chineses vieram para o Ocidente, africanos lutaram no exército francês. (HOBSBAWN, 1995, p. 31).

Para as duas principais oponentes, a Alemanha e a Grã-Bretanha, o céu era o limite, pois a primeira queria uma política e posição marítima global como as que até então ocupava a segunda. Era uma questão de uma ou outra. Para a França, os objetivos em jogo eram menos globais, mas igualmente urgentes: compensar sua crescente e aparentemente inevitável inferioridade demográfica e econômica frente à Alemanha.

No que se refere à estratégia do conflito, o plano alemão era liquidar rapidamente a França no Ocidente e depois partir com igual rapidez para liquidar a Rússia no Oriente. A Alemanha planejava uma campanha relâmpago.

A Primeira Guerra Mundial foi inquestionavelmente um conflito de massa característico do século XX. Segundo Hobsbawn (1995, p. 51) “a Grã-Bretanha mobilizou cerca de 12,5% de seus homens para as Forças Armadas, a Alemanha 15,4%, e a França quase 17%.” Como uma guerra total, a Primeira Guerra Mundial bateu todos os recordes até então registrados de perdas humanas, girando as estimativas de mortos em combate em torno de 8,5 milhões de militares e 21 milhões de feridos, inválidos e desaparecidos, sem contar os 10 milhões de civis vitimados pelos bombardeios, ataques de artilharia, afundamento de navios e a proliferação da violência, desnutrição e doenças causadas pela guerra. (MAIA, 2011, p. 5).

O balanço econômico da Guerra foi desastroso. As estimativas dos custos diretos do conflito (com a mobilização de tropas, armamentos, equipamentos e operações militares) oscilam de US\$ 180 bilhões a 230 bilhões (a preços de 1914, ou de US\$ 2,962 trilhões a US\$ 3,785 trilhões a preços de 2008), ao passo que o

custo indireto como resultado da destruição da infraestrutura física pública (estradas, cidades, pontes e instalações) e da riqueza privada (danos a moradias e edificações, plantas industriais, rebanhos, navios mercantes etc), teria alcançado a marca de US\$ 150 bilhões de 1914 (cerca de US\$ 2,468 trilhões de 2008). (MAIA, 2011, p. 7).

O “breve século XX” não poderia ter começado pior. Com tamanhos prejuízos, era de se esperar que as consequências da Primeira Guerra Mundial se revelassem desastrosas para o futuro da humanidade.

3.3 A REVOLUÇÃO RUSSA

Em face dos horrores da Guerra, em 1917, toda a Europa se tornou um monte de explosivo social, pronto para entrar em ignição.

A Rússia, madura para a revolução social, cansada de guerra e à beira da derrota, foi o primeiro dos regimes da Europa Central e Oriental a ruir sob as pressões e tensões que vinha sofrendo. O governo do Czar Nicolau II desmoronou quando uma manifestação de operárias (no habitual Dia da Mulher do movimento socialista 8 de março) se combinou com um “*lockout*” industrial na notoriamente militante metalúrgica Putilov e produziu uma greve geral e a invasão do centro da capital, do outro lado do rio gelado, basicamente para exigir pão (HOBBSAWN, 1995, p. 66-67).

As consequências indiretas da era de levantes, após 1917, foram tão profundas quanto as diretas. Os anos após a Revolução Russa iniciaram o processo de emancipação colonial e descolonização, e introduziram a política de bárbaras contrarrevoluções (na forma do fascismo e outros muitos movimentos) e a política de socialdemocracia na Europa.

3.4 O TRATADO DE VERSALHES

Em 1918, decorridos quatro anos do início do conflito, os países da Aliança triunfaram sobre as Potências Centrais. Para selar oficialmente o fim da guerra, foi firmado o Tratado de Versalhes. Apesar das tentativas do presidente Wilson de abrandar as penas impostas aos alemães, os franceses redigiram um documento no qual culpavam a Alemanha pela guerra e exigiam uma enorme indenização, impossível de ser paga com a economia alemã em frangalhos; além da mudança de

governo, da monarquia para a república, e a proibição de formação de forças armadas. (OLIVEIRA, 2002, p. 31)

O Tratado de Versalhes mostrou-se uma vingança francesa pela derrota na Guerra Franco-Prussiana, no final do século XIX, e feria o orgulho dos alemães, além de afundá-los ainda mais na crise financeira.

De acordo com Hobsbawn (1995, p. 38-41), esse acordo de paz imposto pelas grandes potências vitoriosas (EUA, Grã-Bretanha, França, Itália) era dominado por cinco considerações principais: o colapso dos regimes absolutistas na Europa e o surgimento na Rússia de um regime bolchevique revolucionário alternativo; a necessidade de controlar a Alemanha, que afinal quase tinha derrotado sozinha toda a coalizão aliada; a necessidade de enfraquecer a Alemanha e preencher os grandes espaços vazios deixados na Europa e no Oriente Médio pela derrota e colapso simultâneos dos impérios russo, habsburgo e otomano; os atritos entre os países vitoriosos (Grã-Bretanha, França e EUA) e a busca por um acordo de paz que tornasse impossível outra guerra como a que acabara de devastar o mundo.

Fracassaram, no entanto. Com exceção das cláusulas territoriais, nada restava do Tratado de Versalhes em meados da década de 1930. O formato vingativo desse Tratado não seria esquecido pelos derrotados.

3.5 PANORAMA POLÍTICO DO PÓS-GUERRA

3.5.1 Aspectos gerais

A Primeira Guerra Mundial provocou profundas modificações nas potências periféricas da Europa. A severidade com que foram tratados os vencidos e a benevolência com que eram atendidas as pretensões das potências vencedoras fizeram com que os ideais de liberdade e democracia do final da Guerra se desfigurassem. O que parecia sepultado com a derrota das Potências Centrais – o militarismo imperialista, os governos autocráticos e prepotentes e a existência de grandes impérios – ao contrário, ressurgiu de forma mais agressiva, totalitária, militarista e ideológica.

O esfacelamento e a mutilação dos grandes impérios – prussiano, austro-húngaro, otomano e o absolutismo russo – deu origem a um novo mapa para a Europa. Este cenário resultou numa tremenda corrida de inconformismo,

ressentimento e ódio revanchista, estimulando governos fortes que libertassem as nações vencidas da autêntica escravidão a que estavam submetidas.

Considera Raposo Filho (1990, p. 227) que as relações internacionais evidenciavam, ao início da década de 1920, um acentuado declínio da Europa, decorrência da devastação moral, material e de vidas humanas; queda de economia europeia em benefício dos EUA e do Japão; perda de poder político das potências aliadas e crescente aumento da influência dos EUA.

3.5.2 Situação das potências democráticas

Após a Primeira Guerra Mundial, consolidaram-se três grandes potências democráticas – a Inglaterra, a França e os Estados Unidos. No entanto, o sistema democrático sofreu fortemente com a grave crise econômica mundial que se seguiu.

A Inglaterra saiu da guerra, economicamente, muito enfraquecida: o seu comércio exterior encontrava-se, em grande parte, destruído; possuía um enorme endividamento com os EUA e uma acentuada queda das suas exportações de manufaturas, consequência do surgimento de fábricas no Japão, na Índia e na Austrália.

A França foi o país que mais sofreu com a guerra, pois a luta foi travada no seu território.

Assinala Maia (2011, p. 4-5) que mais danosos do que a destruição de ativos físicos para as economias europeias foram o deslocamento e a interrupção dos processos produtivos que provocaram recuos nos níveis de produto do pré-guerra: declínio de 40% da produção industrial e de 30% no produto agrícola na Europa como um todo e queda do Produto Nacional Bruto (PNB) de 30% na França e de 22% na Inglaterra. O continente europeu teve reduzida sua parcela no comércio mundial (de 63% em 1913 para 50% em 1922) e grande parte de seus ativos no exterior foram liquidados para fazer face às despesas de guerra.

Os EUA foram o país que mais se beneficiou com a Guerra, tornando-se o mais rico e poderoso do mundo. Enquanto a guerra arruinava a Europa, os EUA, neutros até 1917, se constituíram no grande fornecedor dos Aliados, suprindo as suas necessidades e substituindo os países europeus nos mercados da América Latina e da Ásia.

3.5.3 Situações das outras potências

A Alemanha foi submetida, após 1918, a terríveis provações e passou por grande efervescência social: greves, fome e movimentos revolucionários irromperam por todo o país. Uma nova constituição foi promulgada, implantando a República de Weimar, que durou até 1933. Assinala Raposo Filho (1990, p. 235-236) que o Nazismo expandiu-se na década de 1920, em razão da humilhação do Tratado de Versalhes; da grande inflação de 1923; da alternativa do militarismo como contraponto ao bolchevismo, que representava grande perigo nos anos 20; do apoio dos capitalistas e grandes proprietários à radicalização de direita, temerosos com o avanço comunista; e do apoio dos pequenos agricultores, universitários e desempregados, principais vítimas dos efeitos da grande depressão.

O complexo de imposições feitas às potências centrais no Tratado de Versalhes, paradoxalmente, produziu as seguintes consequências: concorreram para o fortalecimento da unidade alemã e a transformaram na maior potência europeia. A rápida aceitação do tratado pela Alemanha (seis meses) foi confissão da sua derrota e demonstrou a sua impossibilidade de reiniciar a guerra, obrigando os aliados a garantir a paz e reconhecer a existência de um Governo alemão, representado pelo Reich.

A Rússia, após a Revolução de 1917 e a Primeira Guerra viu-se envolvida em três anos de violenta guerra civil. A partir de 1920, Lenin procurou ampliar o instrumento revolucionário universal, por meio da Terceira Nacional Comunista, em oposição às potências capitalistas. Considera Hobsbawn (1995, p. 43) que, em decorrência deste estado de ânimo, a Rússia soviética foi obrigada a desenvolver-se no isolamento.

Na Itália, o fascismo chegou ao poder em 1922 e, sete anos depois, atuou como um governo contrarrevolucionário, para enfrentar o perigo comunista que, no final da década, ameaçava as democracias em toda a Europa. Assinala Raposo Filho (1990, p. 235) que inúmeras causas favoreceram o movimento fascista: a exaltação nacionalista decorrente da frustração do pós-guerra; a grave situação econômica do país e a incapacidade do poder político para controlar a crise.

O fascismo era um regime forte, totalitário e nacionalista, conhecido como estado corporativo. Com o apoio dos grandes proprietários rurais, dos comerciantes e dos industriais, Mussolini assumiu o poder absoluto em 1925; procurou recuperar a

economia, realizando vasto programa de obras; fortaleceu o poder militar e assinou com a Igreja o Tratado de Latrão, criando o Estado do Vaticano.

3.6 A GRANDE DEPRESSÃO

A Primeira Guerra Mundial foi seguida por um tipo de colapso verdadeiramente mundial. Esse colapso foi a Grande Depressão, que teve como epicentro a derrocada econômica dos EUA.

De acordo com Hilgendt (1945 apud Hobsbawn, 1990, p. 95), a Primeira Guerra Mundial beneficiou os EUA de forma espetacular. Em 1913, esse país já havia se tornado a maior economia do mundo, com mais de um terço da produção industrial - pouco abaixo do total combinado de Alemanha, Grã-Bretanha e França. Em 1929, respondiam por mais de 42% da produção mundial total, comparados com apenas pouco menos de 28% das três potências industriais europeias.

No entanto, no final dos anos 20, essa ascensão foi temporariamente interrompida pela Grande Depressão, decorrente da incapacidade dos países europeus honrarem o pagamento dos empréstimos contraídos durante e após o conflito; da superprodução da indústria americana e do subconsumo do mercado internacional, em particular da Europa.

Na maior parte do mundo colonial, a Depressão assinalou o início efetivo do descontentamento político e social contra as potências colonizadoras.

3.7 A QUEDA DO LIBERALISMO E A ASCENSÃO DA DIREITA

O período de 1929/33 foi um abismo a partir do qual o retorno a 1913 tornou-se não apenas impossível, como impensável. O velho liberalismo parecia condenado. Três opções competiam agora pela hegemonia intelectual e política no mundo: o comunismo marxista; o capitalismo privado em associação à moderada socialdemocracia de movimentos trabalhistas não comunistas e o fascismo, que a Depressão transformou num movimento mundial, e, mais objetivamente, num perigo mundial.

Segundo Hobsbawn (1995, p. 111-112), à medida que crescia a maré do fascismo com a Grande Depressão, tornava-se cada vez mais claro que a paz, a estabilidade social e econômica, as instituições políticas e os valores intelectuais da

sociedade liberal burguesa (governos constitucionais livremente eleitos, o domínio da lei e as liberdades individuais) do século XIX entravam em decadência ou colapso. De fato, as instituições da democracia liberal haviam avançado politicamente, e a Primeira Guerra Mundial apressou esse avanço. Com exceção da Rússia soviética, todos os regimes que emergiram desse conflito, novos e velhos, eram basicamente regimes parlamentares representativos eleitos.

No entanto, a partir de 1918, ocorreu uma retirada acelerada e cada vez mais catastrófica das instituições políticas liberais. Entre 1918 a 1920, assembleias legislativas foram dissolvidas ou se tornaram ineficazes, em dois Estados europeus; na década de 1920, em seis; na década de 1930, em nove, e em outros cinco, durante a Segunda Guerra Mundial. Em suma, os únicos países europeus com instituições políticas adequadamente democráticas que funcionaram sem interrupção durante todo o período entreguerras foram a Grã-Bretanha, a Finlândia, o Estado Livre Irlandês, a Suécia e a Suíça.

As forças que derrubavam os regimes liberal-democráticos eram de três tipos basicamente.

O primeiro deles eram os autoritários ou conservadores anacrônicos, vencedores na recém-independente Finlândia, na Polónia e na Espanha. Não tinham qualquer programa ideológico particular, além do anticomunismo e dos preconceitos tradicionais de sua classe.

De acordo com Linz (1975 apud HOBBSAWN, 1996, p. 116-119), um segundo tipo da direita produziu o que se tem chamado de "estatismo orgânico" ou regimes conservadores, que se opunha ao individualismo liberal e à ameaça do trabalhismo e do socialismo. Os seus adeptos temiam a terrível perspectiva da luta de classes, crendo numa voluntária hierarquia social, decorrente do reconhecimento de que cada grupo social ou "estamento" tinha seu papel a desempenhar, numa sociedade orgânica composta por todos, sendo esse reconhecimento realizado por uma entidade coletiva.

Por fim, os movimentos que podem ser verdadeiramente chamados de fascistas. O primeiro desses foi o italiano, que deu nome ao fenômeno, criação de Benito Mussolini. A grande diferença entre a direita fascista e não fascista era que o fascismo existia mobilizando massas de baixo para cima. Pertencia essencialmente à era da política democrática e popular, que os reacionários tradicionais deploravam, e que os defensores do "Estado orgânico" tentavam contornar. Os fascistas

consideravam-se os revolucionários da contrarrevolução e eram vigorosamente antiliberais. (HOBBSAWN, 1996, p. 116-119).

A ascensão da direita radical, após a Primeira Guerra Mundial, foi sem dúvida uma resposta ao perigo da revolução social e do poder operário em geral, à Revolução de Outubro e ao Leninismo em particular.

O fortalecimento da direita radical foi reforçado pelos reveses da esquerda revolucionária. Assim, longe de iniciar outra rodada de revoluções sociais, como esperava a Internacional Comunista, a Depressão reduziu o movimento comunista fora da União Soviética. Isso se deveu, em certa medida, à política suicida do Comintern, que não apenas subestimou grandemente o perigo do nacional-socialismo na Alemanha, como seguiu uma linha de isolamento, decidindo que seu principal inimigo era o trabalhismo de massa, organizado pelos partidos socialdemocratas e trabalhistas (descritos como "social-fascistas"). (HOBBSAWN, 1996, p. 108).

3.8 AS PRIMEIRAS TRÊS DÉCADAS DO SÉCULO XX NO BRASIL

3.8.1 Aspectos gerais

Nos anos que se seguiram à Primeira Grande Guerra Mundial, o Brasil passou por grandes transformações. O ano de 1922, em especial, aglutinou uma sucessão de eventos que mudaram de forma significativa o panorama político e cultural brasileiro. A semana de Arte Moderna, a criação do Partido Comunista, o movimento tenentista, a criação do Centro Dom Vital, a comemoração do centenário da Independência e a própria sucessão presidencial de 1922 foram indicadores importantes dos novos ventos que sopravam, colocando em questão os padrões culturais e políticos da Primeira República. (FERREIRA; PINTO, 2006, p. 1)

Na economia, os anos do pós-guerra foram marcados por altos e baixos. Nos primeiros anos da década de 1920, o declínio dos preços internacionais do café gerou efeitos graves sobre a economia, como a alta da inflação e uma crise fiscal sem precedentes. Por outro lado, verificou-se uma significativa expansão do setor cafeeiro e das atividades a ele vinculadas. Passados os primeiros momentos de dificuldades, o país conheceu um processo de crescimento expressivo que se manteve até a Grande Depressão em 1929. A diversificação da agricultura, um

maior desenvolvimento das atividades industriais, a expansão de empresas já existentes e o surgimento de novos estabelecimentos ligados à indústria de base foram importantes sinais da maior complexidade da economia brasileira. (FERREIRA; PINTO, 2006, p. 2). Assim descreve Belo:

A guerra de 1914 confirmava a inferioridade das nações que dependiam do estrangeiro para as coisas essenciais da vida. Demonstrava, por outro lado, que éramos capazes de improvisar várias indústrias. O nacionalismo econômico nascia, pois, com a guerra, abrindo novas perspectivas ao nosso trabalho. (BELO apud SODRÉ, 2010, p. 252-253).

Ao lado dessas mudanças observadas no quadro econômico, processou-se uma série de transformações na sociedade brasileira. Dentre estas, pode-se destacar: a ampliação dos setores urbanos com o crescimento das camadas médias e da classe trabalhadora e, como decorrência disso, o desenvolvimento do movimento operário. De 1917 a 1920, surgiu um ciclo de greves de grandes proporções nas principais cidades brasileiras, especialmente no Rio de Janeiro e em São Paulo. Assim Costa (apud SODRÉ, 2010, p. 253) descreve: “A massa, ainda pouco consciente, começava a agitar-se e a participar, lenta, confusa, mas progressivamente na vida política”.

Segundo Fausto (1994, p. 299-300), na raiz desse ciclo estavam dois fatores principais: o agravamento da carestia e a influência da vaga revolucionária aberta com as Revoluções de Fevereiro e de Outubro de 1917, na Rússia. O movimento operário passou a ser objeto de preocupação e ganhou a primeira página dos jornais brasileiros. No entanto, essa onda grevista arrefeceu-se a partir de 1920, por duas razões básicas: a crise no interior do movimento anarquista; e a grande repressão pelo Governo, principalmente sobre os dirigentes operários estrangeiros, que tinham papel importante na organização do movimento, sendo muitos deles expulsos do país.

Em 1922, foi criado o Partido Comunista do Brasil (PCB), cujos fundadores, em sua maioria, provinham do Movimento Anarquista. Até 1930, o PCB foi um partido de quadros predominantemente operário, com poucos afiliados. Subordinou-se à estratégia da III Internacional, com sede em Moscou, que pregava para os países coloniais e semicoloniais a revolução democrático-burguesa, etapa preliminar para a revolução socialista. (FAUSTO, 1994, p. 302-304)

Em seu conjunto essas transformações funcionaram como elementos de estímulo às alterações no quadro político vigente, colocando em questionamento as bases do sistema oligárquico da Primeira República.

3.8.2 A Política Brasileira na Primeira República

Um alto grau de instabilidade marcou a tônica dos primeiros anos da República instituída em 1889. Essa instabilidade era decorrente das dificuldades de estabelecimento de relações harmônicas entre os Poderes Executivo e Legislativo e de interação entre poder central e poderes regionais, não equacionadas com a Constituição promulgada em 1891. Esta Carta, inspirada no modelo norte-americano, consagrou como forma de governo a República Liberal Federativa, garantindo ampla autonomia para os estados e instituindo um regime formalmente representativo e democrático.

A República Brasileira só conseguiu lançar bases para sua estabilidade com a criação em 1898 do pacto conhecido como política dos governadores, idealizado por Campos Sales. Segundo Lessa (1987 apud FERREIRA; PINTO, 2006, p. 3) “Com Campos Sales a República encontraria sua rotina”. Esse arranjo político teve como objetivos: confinar as disputas políticas no âmbito de cada estado; chegar a um acordo básico entre a união e os estados; e pôr fim às hostilidades existentes entre Executivo e Legislativo, controlando a escolha dos deputados. A inovação política introduzida para efetivá-la foi a reforma do Regimento Interno da Câmara no tocante à constituição da Comissão de Verificação de Poderes.

Anteriormente, cabia ao parlamentar mais idoso entre os eleitos para a Câmara nomear cinco deputados para formar a comissão encarregada de decidir sobre a legitimidade dos mandatos dos congressistas. Com o novo critério, o encarregado passou a ser o Presidente da Câmara da legislatura anterior e a diplomação dos novos deputados passou a ser realizada pela maioria da Câmara Municipal. Desse modo, a escolha dos deputados passou a ser definida pelos chefes estaduais. Esta mesma concertação era realizada com as lideranças regionais, os coronéis, que exerciam o controle sobre o eleitorado brasileiro, que era predominantemente rural.

O resultado desse modelo foi a estabilidade na política nacional. Durante grande parte da Primeira República, os conflitos políticos, embora não eliminados,

foram minimizados e as sucessões presidenciais foram marcadas por disputas controladas, sendo ao candidato da situação garantido o sucesso no pleito eleitoral. No entanto, contribuiu para a formação de um federalismo desigual, marcado pela preponderância de Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul sobre as demais unidades da federação. Formou-se, assim, uma estrutura política nacional que tinha como base oligarquias escalonadas de primeira e segunda grandeza, além dos chamados estados satélites.

3.8.3 As dissensões oligárquicas e a Reação Republicana

No início da década de 1920, o modelo oligárquico liberal começou a apresentar sinais de esgotamento e as práticas de controle das dissidências começaram a se mostrar menos eficazes. Segundo Fausto (1994, p. 302-304), um exemplo desse esgotamento foram as direções opostas que tomaram as políticas do Rio Grande do Sul e de São Paulo. No primeiro, após uma violenta guerra civil, o Partido Republicano Rio-grandense (PRR) e os seus opositores, positivistas e federalistas, chegaram a um acordo, elegendo Getúlio Vargas como presidente do Estado, em 1927, tendendo, assim, à unidade. No segundo, em 1926, surgiu o Partido Democrata (PD), dissidente do Partido Republicano Paulista (PRP), tendendo à fragmentação.

Em 1922, iniciadas as articulações em torno da candidatura à sucessão de Epitácio Pessoa, os grupos dominantes de Minas e São Paulo fecharam acordo em torno dos nomes de Arthur Bernardes e Urbano Santos. No entanto, diferente das disputas eleitorais anteriores, vozes dissonantes emergiram para contestar a candidatura oficial.

Inconformados com a imposição do candidato situacionista, as oligarquias dos estados de segunda grandeza representados pelo Rio de Janeiro, Pernambuco, Bahia e Rio Grande do Sul articularam um movimento que ficou conhecido como Reação Republicana, lançando as candidaturas de Nilo Peçanha e J.J. Seabra. A campanha da Reação Republicana assumiu um apelo popular, pregando a urgência, de acordo com Peçanha (1921-1922 apud FERREIRA; PINTO, 2006, p. 8) “de arrancar a República das mãos de alguns para as mãos de todos”.

A cooptação de elementos dissidentes da política dos governadores, no entanto, não foi fácil de ser efetivada, e muitas adesões esperadas não se

concretizaram. As práticas políticas vigentes na Primeira República, baseadas no compromisso coronelista, implicavam uma postura de reciprocidade em que cada parte tinha algo a oferecer. No caso da Reação Republicana, poucos eram os trunfos que podiam ser usados para obter o apoio eleitoral dos oligarcas e coronéis do interior. Assim, era fundamental encontrar um novo parceiro político capaz de antepor-se às oligarquias dominantes, sendo os militares o segmento ideal. (FERREIRA; PINTO, 2006, p. 9-10). Sobre isso, descreve Sodré:

Os processos políticos estavam condenados pela opinião nacional, e as escolhas de candidatos eram um resumo desses processos políticos, que retiravam aos cidadãos o direito de intervir, limitando-os a forças já rotinadas no seu uso. A longa vigência desse sistema viciado, apesar das crescentes lutas que acarretava, definiria a situação: era impossível liquidá-lo dentro das normas legais. Essa convicção alastrou-se no país, ligada às condições posteriores à Primeira Guerra Mundial, de tal forma que o desfecho armado passa a constituir preocupação continuada. Ora, esse caminho, o da solução pelas armas, seria impossível sem a participação dos militares. Daí o esforço cada vez maior para envolvê-los nos acontecimentos políticos e, por esse meio, chegar à derrocada do sistema. (SODRÉ, 2010, p. 256)

Os conflitos entre os militares e o governo federal marcaram vários momentos da política republicana. A posse de Epitácio Pessoa e a posterior escolha de civis para ocupar as pastas militares, durante seu governo, só fizeram acirrar as dificuldades (CARVALHO, 1982 apud FERREIRA; PINTO, 2006, p. 10). A não concretização da candidatura de Hermes da Fonseca para a Presidência veio aumentar ainda mais a insatisfação dos militares, o que os tornava aliados em potencial das oligarquias dissidentes. O ponto culminante dessa aproximação se deu com o episódio das chamadas "cartas falsas", supostamente enviadas por Bernardes a Raul Soares, contendo referências desrespeitosas aos militares.

A despeito da agitação política, as eleições presidenciais de 1922 realizaram-se na data prevista. Os resultados eleitorais, controlados pela máquina oficial, deram a vitória a Bernardes, com 466 mil votos, contra 317 mil de Nilo Peçanha (CARONE, 1971 apud FERREIRA; PINTO, 2006, p. 10-11). No entanto, diferentemente dos pleitos anteriores, não houve uma aceitação pacífica dos resultados eleitorais pela oposição. A Reação Republicana não reconheceu a derrota e desencadeou uma campanha, a fim de acirrar os ânimos militares. Assim descreve Mangabeira sobre o momento em questão:

Só pela força se resolveria o problema; todos os caminhos políticos estavam fechados. E fora isso mesmo que Rui Barbosa reconhecera, ao renunciar, em 10 de março de 1921, um ano antes do pleito presidencial, à sua cadeira no Senado, em despedida melancólica: “Busquei servir ao meu país e ao meu Estado enquanto estive no erro de supor que lhes podia ser útil. Mas, acabando, por fim, de ver que não tenho meio de conseguir nada a bem dos princípios a que consagrei a minha vida, e que a lealdade a essas convicções me tornou corpo estranho na política brasileira, renuncio ao lugar que, em quase contínua luta, ocupo neste regime, desde o seu começo, deixando a vida política para me volver a outros deveres” (MANGABEIRA apud SODRÉ, 2010, p. 267)

A “Era das Revoluções” brasileira estava madura para acontecer.

3.8.4 O Movimento Tenentista

As possibilidades de subversão da ordem e de intervenção militar tornaram-se cada vez mais concretas. A crise culminou com a Revolta de 5 de julho de 1922 em guarnições militares das cidades de Campo Grande, de Niterói e do Rio de Janeiro, imediatamente sufocada pelo governo. O principal foco da rebelião na capital foi o Forte de Copacabana que, bombardeado por mar e aviões, caiu na manhã do dia 6. Dezesete militares, com a adesão ocasional de um civil, marcharam ao encontro de tropas legalistas muito superiores, no episódio que ficou conhecido como os 18 do Forte (CACHAPUZ, 2004, p. 160).

O movimento não obteve a adesão de segmentos militares expressivos e as oligarquias dissidentes, que tanto haviam contribuído para acirrar os ânimos militares, não se dispuseram a um engajamento mais efetivo. Epitácio pediu, imediatamente, a decretação do estado de sítio no Estado do Rio e no Distrito Federal, e grande número de deputados dissidentes do Rio Grande do Sul, Bahia e Pernambuco votaram a favor da medida, demonstrando um recuo das oligarquias e a desarticulação completa da Reação Republicana. O motivo para isso é assim descrito por Franco:

Aliás, deve-se reconhecer que tinham razão os políticos, no seu retraimento. De fato, os militares deflagraram a revolta sem qualquer aviso prévio aos correligionários civis, e até mesmo escondendo deles os seus propósitos de irem à ação direta. Otávio Rocha, que era militar, foi tratado com reserva e desconfiança, por ser deputado. A impressão era de que os políticos de farda queriam reservar somente para as classes armadas o uso do poder, caso fossem vitoriosos. Desejavam uma ditadura militar pura, como não houvera nos governos de Deodoro, Floriano e Hermes. Isso foi uma das causas do seu isolamento e do seu fracasso. (FRANCO apud SODRÉ, 2010, p. 269).

O tenentismo recebeu esta denominação por ter na sua composição, principalmente, oficiais de nível intermediário do Exército – os tenentes e os capitães.

Assinala Fausto (1994, p. 313-314) que, durante o Governo do Marechal Hermes da Fonseca, militares e civis formaram um grupo de apoio em torno do Presidente, passando a serem chamados de salvacionistas. Este grupo buscava salvar as instituições brasileiras da influência das oligarquias. Os tenentes podem ser considerados como herdeiros dos salvacionistas.

A tática dos tenentes consistia em aliciar oficiais jovens, muitas vezes antigos colegas do Realengo, e conseguir, com a ajuda deles e, eventualmente, com o auxílio de sargentos, rebelar unidades isoladas. Para a obtenção de adesões era indispensável a presença de um oficial superior de prestígio à frente do movimento. Em 1899, foi Deodoro, em 1922, Hermes, em 1924, Isidoro, em 1930, Góes Monteiro. (CARVALHO, 2005, p. 49)

Para os “tenentes”, as oligarquias haviam transformado o país em “*vinte feudos*” cujos senhores eram escolhidos pela política dominante. Não tinham uma visão muito clara da reformulação política do país. Pretendiam dotar o país de um poder centralizador, com o objetivo de educar o povo e seguir uma política vagamente nacionalista. Imaginavam reconstruir o Estado para construir a Nação. Não acreditavam que o liberalismo autêntico fosse o caminho para a recuperação do país, fazendo restrições às eleições diretas, ao sufrágio universal, insinuando a crença de uma via autoritária para a reforma do Estado e da sociedade. (FAUSTO, 1994, p. 314-315).

Descreve Fonseca (2011, p. 5) que havia tenentes tanto fascistas como comunistas, embora geralmente tivessem em comum o anti-liberalismo, em sintonia com as ideias autoritárias e totalitárias internacionalmente dominantes no período entre-guerras. No entanto, representavam uma força política não desprezível, em razão da representatividade que tinham no plano nacional (vale ressaltar que à época inexistiam partidos nacionais), da disciplina que conservavam e do debate intelectual que promoviam nas escolas militares.

Meses após ter sido debelado o primeiro levante, em novembro de 1922, Arthur Bernardes tomou posse. Visando garantir a estabilidade de seu Governo, o Presidente decretou o estado de sítio no Rio de Janeiro, aprofundando o movimento

de repressão. A Reação Republicana já estava naquele momento completamente diluída, e as oligarquias dissidentes tentavam se rearticular com a situação dominante de forma a evitar as intervenções federais.

Para homenagear o movimento de 1922, dois anos depois, eclodiu o chamado 5 de julho em São Paulo. Em 1924, contudo, a articulação dos militares foi mais bem preparada. O movimento tinha como objetivo a derrubada do governo de Arthur Bernardes, visto pelos tenentes como ícone das oligarquias dominantes.

A ação do grupo foi iniciada com a tomada de alguns quartéis. Apesar dos tenentes conseguirem se instalar na capital paulista, com a ação repressiva do Governo, resolveram abandoná-la, deslocando-se para o interior de São Paulo. Fixando-se em seguida no oeste do Paraná, as tropas vindas de São Paulo enfrentaram os legalistas provenientes do Rio Grande do Sul, onde as revoltas tiveram à frente figuras como João Alberto e Luís Carlos Prestes. Em abril de 1925 as duas forças se juntaram, dando origem à Coluna Miguel Costa - Luís Carlos Prestes.

A Coluna, organizada sem que um plano tivesse sido previamente traçado, com seus 1500 homens, percorreu cerca de 25 mil quilômetros, atravessando 13 estados brasileiros, propagando a revolução e o levante da população contra as oligarquias, até que seus remanescentes dirigiram-se para a Bolívia e para o Paraguai. Com o fim da Coluna Miguel Costa - Luís Carlos Prestes, estava eliminado o último foco de contestação ao regime. (FERREIRA; PINTO, 2006, p. 14).

A eleição em março de 1926 de Washington Luís, governador de São Paulo, apresentado como candidato único, ocorreu sem maiores problemas, indicando que o pacto entre as oligarquias estava temporariamente recomposto.

Segundo Sodré (2010, p. 269-270), o Tenentismo passou por três etapas bem definidas. Na primeira, os seus elementos operavam, isoladamente; os seus pronunciamentos eram exclusivamente militares; abrangiam pessoal militar apenas; reduziam-se aos quartéis e revestiam-se do aspecto de luta armada tão somente. Na segunda, os seus elementos ligavam-se a oposições políticas locais ou regionais, em particular no Rio Grande do Sul, alcançando, assim, amplitude maior, revestindo-se de aspecto diferente, vinculando-se a forças diversas das militares e de natureza partidária quase sempre. Na terceira, finalmente, o vínculo era com a oposição federal, a propósito do problema de âmbito nacional, a sucessão do presidente Washington Luís, deflagrando, como coroamento, a Revolução de 1930.

3.8.5 A Aliança Liberal e a Revolução de 1930

O governo Washington Luís transcorreu em clima de relativa estabilidade. Os confrontos que marcaram os primeiros anos da década de vinte pareciam contornados.

Em 1929, iniciou-se um novo processo de sucessão presidencial. Tudo indicava que as regras que norteavam o funcionamento da política, até então, seriam mais uma vez cumpridas: as forças da situação, por meio do Presidente da República, indicariam um candidato oficial, que deveria ser apoiado por todos os grupos dominantes nos estados.

Dessa vez, contudo, a cisão se processaria no cerne do próprio grupo dominante. Washington Luís, resolvido a fazer seu sucessor, indicou Júlio Prestes, paulista como ele e então Presidente do Estado, como candidato oficial. Com isso, rompeu-se o acordo tácito com Minas, que esperava ocupar a presidência da República. A divergência entre Minas e São Paulo abriu espaço para que outras disputas e pretensões sufocadas pudessem ressurgir.

Nesse contexto, em julho de 1929, contando com o apoio mineiro, foi lançada a candidatura de Getúlio Vargas, ex-Ministro da Fazenda de Washington Luís e então governador do Rio Grande do Sul, tendo como vice, o governador da Paraíba, João Pessoa. Formou-se, assim, a Aliança Liberal, tendo como base de sustentação o situacionismo de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba, e mais alguns grupos de oposição ao governo federal de vários estados, tais como o Partido Democrático (PD) e facções civis e militares descontentes. Com uma composição cuja característica mais pronunciada era a heterogeneidade, a Aliança Liberal explicitava as dissidências existentes no interior das próprias oligarquias estaduais.

Assinala Fonseca (2011, p. 6) que a formação de alianças dessa natureza e o clima de intensa disputa não eram novidade. No entanto, três aspectos, pelo menos, diferiam o momento vivido: a cisão nas hostes da oligarquia mineira, inclusive com o apoio do ex-presidente Arthur Bernardes à Aliança Liberal; a união dos gaúchos, resultado da política de aproximação de Vargas com a oposição; e a popularização da campanha da Aliança Liberal, cujos comícios começaram a representar um ensaio de movimento de massas nas maiores cidades. Este apoio popular expressava um descontentamento e serviu, posteriormente, como

argumento para denunciar a eleição como fraudulenta e legitimar o apelo à revolução.

Sob o lema “Representação e Justiça,” sua plataforma estava voltada fundamentalmente para a regeneração política, o que implicava na luta pela reforma eleitoral, com a criação de uma justiça eleitoral, na defesa do voto secreto, da moralização dos costumes políticos e das liberdades individuais. O programa propunha além das já mencionadas reformas políticas, a anistia para os revoltosos dos anos vinte e medidas de proteção ao trabalho como a aplicação da lei de férias e a regulamentação do trabalho de menores e das mulheres. (FERREIRA; PINTO, 2006, 16-17),

A acirrada disputa eleitoral foi agravada pela profunda crise econômica mundial provocada pela quebra da bolsa de Nova York, em outubro de 1929. No final desse ano, já havia centenas de fábricas falidas no Rio de Janeiro e em São Paulo e mais de um milhão de desempregados em todo o país. A crise atingiu também as atividades agrícolas, especialmente a cafeicultura paulista, produzindo uma violenta queda dos preços do café e liquidando o programa de estabilização do governo que vinha sendo executado.

As eleições se realizaram em março de 1930 e a vitória coube a Júlio Prestes. No entanto, este resultado foi firmemente contestado pela oposição, por denúncias de fraude, prática bastante comum à época. Assim comenta Nogueira Filho sobre este aspecto:

As eleições em vastas regiões eram procedidas apenas no papel como a que certa feita assisti, em Cosmópolis, ao tempo do major Artur Nogueira. Os reguletes locais não se davam sequer ao trabalho de reunir as mesas eleitorais. Tudo falsificado, da primeira à última linha e solenemente legalizado nas capitais. Sob o ponto de vista econômico-social, vivia-se ali em pleno feudalismo agrário, em meio da negreganda miséria das massas. (NOGUEIRA FILHO apud SODRÉ p. 276).

Ainda sobre isso assinala Peixoto:

O voto então só era secreto para o eleitor. Recebia das mãos do coronel, do chefe político ou do cabo eleitoral a cédula dentro de um envelope, já devidamente fechado e sacramentado. Nada dessas bobagens de cabina indevassável, de liberdade de escolha, de juízes, de urnas fiscalizadas, que o ditador Getúlio Vargas inventou depois. Nada disso. Tudo era mais simples. As atas oficiais eram feitas em cima da perna e a vitória era proclamada conforme as conveniências. (PEIXOTO apud GERALDO, 2008, p. 68).

Passadas as eleições, setores da Aliança Liberal não conformados com a derrota buscaram uma aproximação com lideranças do movimento tenentista que, embora derrotadas, continuavam sendo uma força importante por sua experiência militar e seu prestígio. A articulação entre estes segmentos (os setores oligárquicos dissidentes e os tenentes) era lenta, principalmente porque a mais importante liderança tenentista – Luís Carlos Prestes – em maio de 1930, lançou, no exílio, um manifesto no qual condenava o apoio às oligarquias e mostrava-se influenciado pelo comunismo. (FERREIRA; PINTO, 2006, p. 17). Nogueira Filho assim escreve sobre um trecho deste manifesto:

Prestes definia, em seguida, quais eram os inimigos do povo brasileiro: “Contra as duas vigas mestras que sustentam economicamente os atuais oligarcas, precisam, pois, ser dirigidos os nossos golpes – a grande propriedade territorial e o imperialismo norte-americano. Essas as duas causas fundamentais da opressão política em que vivemos e das crises econômicas sucessivas em que nos debatemos.” Apontava a saída: “Só um Governo de todos os trabalhadores, baseado nos conselhos de trabalhadores da cidade e do campo, soldados e marinheiros, poderá cumprir tal programa”. (NOGUEIRA FILHO apud SODRÉ, 2010, p. 282)

No entanto, um acontecimento inesperado deu força à conspiração revolucionária. Em 26 de julho de 1930, o candidato a vice da Aliança Liberal, João Pessoa, foi assassinado em Recife. Embora as razões do crime tenham sido passionais, ele foi transformado em mártir do movimento que se articulava.

Em agosto, Getúlio e Borges de Medeiros, por meio da coordenação de Osvaldo Aranha, chegaram a um acordo sobre o envolvimento do Rio Grande do Sul no movimento e, posteriormente, de parte dos militares. Apesar de alertado por alguns generais, Washington Luís não ordenou nenhuma medida preventiva para deter a revolução, sendo surpreendido pelos acontecimentos. Em 3 de outubro, eclodiu a revolução. (CACHAPUZ, 2004, p. 165).

A 3 de novembro, um mês apenas após o início das hostilidades, Getúlio Vargas tomou posse como chefe do Governo Provisório. Sua chegada ao poder marcou o fim da República Velha e o início de uma nova fase da história política brasileira.

3.9 O EXÉRCITO NAS TRÊS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX

3.9.1 Aspectos gerais

No início do século XX, o Exército Brasileiro passava por um período de grandes dificuldades estruturais. A fim de entender as circunstâncias que determinaram este estado de coisas faz-se necessário uma digressão que remonta ao último quartil do século XIX.

Após a Guerra do Paraguai, os militares viram-se ativamente envolvidos pela política e pelas ideias positivistas de Augusto Comte, difundidas intensamente na Escola Militar. Essas ideias empolgaram a oficialidade, particularmente, os mais cultos. Esses fatos, aliados à onda pacifista surgida então, que abominava os efeitos gloriosos da guerra que acabava de ser vencida, fizeram com que diminuísse, sensivelmente, o espírito militar, sobretudo, após a Proclamação da República. Foi a fase conhecida como a do amortecimento do profissionalismo.

A situação se agravou no início do período republicano. Em 1890, estava em vigor o Regulamento de Benjamin Constant para o ensino, o qual tinha por finalidade dar aos Quadros do Exército uma preparação intelectual voltada para as ciências exatas, Filosofia e Letras, afastando-os mais do efetivo profissionalismo. Contribuía para agravar a situação a repulsa recíproca entre militares e civis, no seio da sociedade, na época. (EME, 1984, p. 23)

Considera Sodré (2010, p. 254) que “o Exército encontrava-se relegado a segundo plano e praticamente liquidado como instituição. O ambiente dos quartéis era de madorna”. Assim descreve Cidade:

Não havendo instrução continuada e metódica, só a administração e a disciplina ocupavam os comandantes de subunidade; daí o costume de afastar os oficiais subalternos do convívio dos soldados. Esta era uma tradição contra a qual arremetiam os aspirantes chegados à tropa a partir de 1909. Muitos capitães acolhiam de braços abertos essa colaboração espontânea e entusiasta, mas outros se fechavam na fórmula – a subunidade é o capitão e o 1º sargento, e se mostravam hostis aos recém-chegados [...] Enquanto um certo número de oficiais, sargentos e outros praças se esbaforiam a escrever, na secretaria, na casa de ordens, na arrecadação (hoje denominado almoxarifado) ou nas dependências do rancho, a maioria dos capitães e tenentes matava o tempo numa sala de Estado-Maior, trepando, isto é, falando da vida alheia, jogando gamão ou dominó. Quando a gritaria dos jogadores ou da assistência se tornava insuportável, o ajudante vinha da parte do major pôr um jato de água fria naqueles entusiasmos. (CIDADE apud SODRÉ p. 254).

Acrescenta, ainda:

Um oficial, que se afoitou a solicitar a atenção de determinada figura de prestígio para a necessidade de levar os oficiais para os corpos de tropa do interior, reduzidos, em regra a uns poucos, e para a necessidade da exigência da arregimentação em caso de promoção, foi submetido a rigoroso inquérito, de que resultou prisão de 30 dias para ele, e para outros que com ele se solidarizaram. Era a mentalidade do tempo. (CIDADE apud SODRÉ p. 255).

A constatação das dificuldades e do atraso em que se encontrava o Exército era dos próprios dirigentes da Instituição. Considerava o General Caetano de Faria (Chefe do EME), que a ação do EME ainda não estava bem definida:

Além do Órgão viver assoberbado pelas questões de serviços correntes e de caráter puramente administrativo, havia conflitos de atribuições nos regulamentos em vigor, criando dualidade de funções impossível de se conciliar com o dever de formar a unidade de doutrina que lhe cabia, preceito esse não só regulamentar, como geralmente imposto a todos os estados-maiores. (EME, 1984, p. 28)

Estas constatações demonstravam ser urgente a modernização da Instituição e, neste contexto, destacaram-se as ações realizadas pelos Jovens Turcos.

3.9.2 Os Jovens Turcos

Conforme descreve Carvalho (2005, p. 27), no período de 1906 a 1910, por sugestão do Ministro Rio Branco, o Presidente Hermes da Fonseca enviou 3 turmas de oficiais brasileiros para servirem arregimentados no Exército alemão, considerado um dos mais bem organizados da época. Os integrantes do último grupo reuniram-se na Alemanha antes de regressar e traçaram um plano para difundir os conhecimentos adquiridos. O espírito reformador desse grupo fez com que passasse a ser conhecido como Jovens Turcos, referência irônica aos jovens reformadores militares de Mustafá Kemal.

Os Jovens Turcos decidiram integrar-se na tropa para dar o exemplo prático aos colegas e em 1913 fundaram a revista A Defesa Nacional. Esta revista era exclusivamente técnica e dedicou-se a traduzir regulamentos do Exército alemão, a difundir seu sistema de treinamento, suas práticas e costumes, e a lutar por medidas como o sorteio, a educação militar, o afastamento da política e a defesa nacional.

No Governo de Wenceslau Braz (1914-1918), o Ministro da Guerra, José Caetano de Faria, simpático à campanha de renovação dos Jovens Turcos, nomeou um deles oficial do seu gabinete. Em 1916, com o apoio de Olavo Bilac, renomado poeta da época, foi criada a Liga de Defesa Nacional e realizou-se o primeiro sorteio para o serviço militar, de acordo com a Lei de 1908, que até então não havia sido colocada em prática. A partir de 1918, passou a ser exigida carteira de reservista aos candidatos a cargos públicos; a Confederação do Tiro de Guerra foi reorganizada, passando ao controle do Exército; e a Guarda Nacional foi extinta (CARVALHO, 2005, p. 23-24). Essas medidas foram importantes para melhorar a qualidade dos recursos humanos do Exército.

De acordo com Carvalho (2005, p. 21-24), até então, a Guarda Nacional incorporava os grupos de renda mais alta do país, criando um verdadeiro divórcio entre o Exército e a elite civil. A extinção da Guarda Nacional significou o fim da dualidade do serviço militar, um destinado às classes baixas e outros às classes altas. O Exército podia agora contar com abundante e qualificado material humano, modernizar e sistematizar o seu treinamento, preparar reservas e promover a educação cívica. Esse monopólio, ao mesmo tempo, reduziu a distância do Exército da elite civil e o tornou uma organização verdadeiramente nacional.

3.9.3 Reflexos da Primeira Guerra no Exército Brasileiro

A I Guerra Mundial contou com a participação do Brasil contra as Potências Centrais, em 1917. Resumiu-se a algumas ações de pilotos da força aérea (na época a Força Aérea Brasileira ainda não havia sido criada, mas havia a aviação do Exército e da Marinha), apoio médico, fornecimento de alimentos e matérias-primas, além do envio de observadores militares, dos quais se destacou o Capitão José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque. A Marinha recebeu a incumbência de patrulhar o Atlântico, com a Divisão Naval em Operações de Guerra (DNOG), evitando a ação dos submarinos inimigos.

Este conflito evidenciou que o fenômeno da guerra tornou-se global para a vida de todos os países e por isso mesmo, as necessidades de previsão e preparação de todos os setores de uma nação tornaram-se imperiosas. Essas necessidades, acrescidas às de atualização naquilo que de mais avançado mostrou na Arte da Guerra, eram flagrantes para o Exército Brasileiro. Assim, ficou patente a

conveniência da contratação de uma Missão Militar de qualquer nacionalidade que trouxesse o conhecimento e o domínio desses avanços.

Considera Nunes (2010, p. 40) que “a contratação de missão militar estrangeira europeia para a organização de forças militares de países menos desenvolvidos tornou-se prática corrente advinda com o fenômeno da modernização”. Sobre isso, acrescenta Nascimento:

No início do século XX a matriz militar só poderia vir de duas fontes: a Alemanha ou a França. Ambos os países possuíam uma forte tradição militar e as maiores indústrias de material bélico do mundo. Embora tenha sido a Inglaterra a precursora da revolução industrial sua condição geográfica fez com que os investimentos militares fossem utilizados muito mais em favor da consolidação de uma marinha de guerra do que na criação de um exército terrestre forte (NASCIMENTO apud NUNES 2010, p.40).

Com a derrota da Alemanha na Primeira Guerra, o Governo brasileiro contratou uma Missão Militar Francesa (MMF). (EME, 1984, p. 59-60). Esta decisão, porém, foi de difícil negociação no Exército, pois até aquele momento era grande a influência da doutrina alemã. Os Jovens Turcos que tinham criado a Missão Indígena para aplicar a doutrina e os métodos que haviam aprendido quando estagiaram no Exército alemão opuseram-se ao plano de trazer a Missão Francesa. Assinala Hayes (1991, p. 122) que a crise foi em parte contornada, deixando-se a instrução básica na Escola Militar a cargo da Missão Indígena, enquanto a MMF ficou encarregada dos cursos mais avançados: o de Aperfeiçoamento de Oficiais, para capitães e tenentes; o de Estado-Maior e o de Revisão de Estado-Maior.

3.9.4 A Missão Militar Francesa (MMF)

Sob a influência da MMF a educação militar brasileira se transformou, tornando-se mais técnica graças à criação de escolas para cada especialidade. No entanto, foi na formação de oficiais de Estado-Maior que a MMF exerceu o seu maior impacto. Até então, o Estado-Maior, embora criado na última década do século XIX, não havia exercido sua verdadeira função que era a formulação da política de defesa nacional. Na verdade, não existiam planos nacionais de defesa, havendo apenas a preocupação com a proteção das fronteiras do Sul e do Sudeste, dentro do conceito estreito de segurança. O EME (1984, p. 33) assim ilustra esta situação:

O Marechal Bento Manuel Ribeiro Carneiro Monteiro, ao assumir as suas funções como Chefe do EME, em fevereiro de 1915, constatou a inexistência de uma doutrina, de um programa lógico e imutável em seus pontos fundamentais e de um plano conjunto traduzindo, rigorosamente, as necessidades de defesa e que servisse de base para os desdobramentos dos problemas a resolver. Inspirado pelo exemplo da França, insistiu na criação do “Conselho Supremo de Defesa Nacional como órgão coordenador, capaz de harmonizar todos os esforços e operações por mais bizarras que sejam, a respeito das questões militares e dirigi-las, convenientemente, no sentido mais lógico, mais aproveitável e patriótico”. (p. 33) Em 1919, conseguiu a contratação da MMF (EME, 1984, p. 35).

De acordo com Carvalho (2005, p. 28-29), a MMF passou a disseminar uma nova visão da defesa nacional de que fazia parte a mobilização de recursos humanos, técnicos e econômicos, graças à formação de oficiais de estado-maior e da reestruturação do EME.

Neste período, a ação da MMF trouxe duas consequências principais para o Exército. Primeiro, para a organização militar, com a reformulação do Estado-Maior, trazendo maior centralização e coesão à Força, reduzindo a probabilidade de quebras da hierarquia pela ação de escalões inferiores, como o tenentismo. A mudança permitia ainda uma extraordinária expansão da noção do escopo do papel do Exército, abrangendo todas as dimensões relevantes da vida nacional, desde a preparação militar propriamente dita até o desenvolvimento de indústrias estratégicas como a siderurgia. (CARVALHO, 2005, p. 29).

3.9.5 Aspectos estruturais da organização do Exército

Assinala Carvalho (2005, p. 30) que durante os primeiros anos da República, o aumento do efetivo do Exército foi acentuado. Entre 1890 e 1930, a população do país cresceu 162%, enquanto os efetivos cresceram 220%. A proporção soldados-população, que era de 0,8% ao final do Império passou para 1,1% em 1930. Segundo dados do Ministro Dutra, referente a 1941, em 1920 o efetivo do Exército era de 30.000 homens, passando a 50.000 em 1930.

No que se refere à localização geográfica dos efetivos militares, houve uma sistemática mudança, a partir da República. Ao final do Império, o Exército distribuía-se em função da defesa das fronteiras do Rio Grande do Sul e Mato Grosso e do policiamento de cidades costeiras, como a Corte, Salvador, Recife e Belém. Duas das províncias mais importantes, detentoras de 32% da população do país, São

Paulo e Minas Gerais, estavam praticamente desguarnecidas. Acrescenta Carvalho (2005, p. 32-33) que, com a República, foram aumentadas as guarnições em Minas Gerais e São Paulo e diminuídas no Mato Grosso e em estados do Norte, como a Bahia e Pernambuco. Houve, ainda, uma maior concentração de tropas no Distrito Federal e uma pequena redução no Rio Grande do Sul, conforme se verifica abaixo:

Província/Estado	1888			1920		
	Contingentes	População	Soldados/mil hab	Contingentes	População	Soldados/mil hab
São Paulo	3,29	9,66	0,28	8,56	14,99	0,80
Minas Gerais	0,96	22,21	0,03	8,82	19,22	0,64
SUBTOTAL	4,25	31,87	0,11	17,38	34,21	0,72
Bahia	5,26	13,39	0,32	3,60	10,89	0,46
Pernambuco	5,54	7,18	0,63	1,64	7,03	0,33
Rio de Janeiro	-	6,11	-	5,22	5,09	1,44
SUBTOTAL	10,80	26,68	0,43	10,46	23,01	0,64
Corte/DF	15,65	3,64	1,31	26,18	3,78	9,70
R. G. do Sul	31,13	6,26	4,08	21,68	7,12	4,26
SUBTOTAL	46,78	9,90	2,39	47,86	10,90	6,15
Mato Grosso	10,80	0,64	13,67	2,60	0,81	4,52
Outros	27,27	30,91	0,73	21,70	31,07	0,98
TOTAL	100,00	100,00	0,82	100,00	100,00	1,00
	N=11.748	N=14.333.915		N=42.920	N=30.635.605	

Fonte: Para 1888, Relatório do Exército de 1888, Censo de 1890; para 1920, Censo desse ano. (CARVALHO, 2005, p. 32)

O grupo politicamente mais atuante no Exército no início da República era dos jovens oficiais e vários foram os aspectos que condicionaram essa maior participação. O primeiro aspecto refere-se à predominância numérica dos tenentes ao longo do período, no universo dos oficiais. De 1899 a 1920, o efetivo de tenentes no Exército era da ordem de cerca de 65%. Como referência a 1972, esse efetivo era de cerca de 10%, conforme se verifica no quadro abaixo. Essa grande predominância aliada ao baixo grau de controle hierárquico, conferia a esse grupo de oficiais condições privilegiadas de rebelião. As lentas promoções forneciam o combustível da insatisfação profissional. (CARVALHO, 2005, p. 35).

Tabela 2 - Estrutura do corpo de oficiais do Exército, 1889-1972 (%)

Estrutura	1889	1920	1929	1972*
Generais	2,5	0,9	0,7	2,1
Coronéis	2,7	2,7	2,2	8,0
Tenentes-coronéis	2,8	3,5	3,4	13,8
Majores	4,7	6,5	6,6	26,6
Capitães	22,8	21,3	22,7	36,6
Primeiros-tenentes	19,9	28,1	37,4	4,4
Segundos-tenentes**	44,6	37,0	27,0	8,5
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00
	(N=1.344)	(N=3.846)	(N=5.275)	(N=6.374)

Fonte: Almanaque do Exército para os respectivos anos.
 * Os dados para 1972 incluem apenas as armas tradicionais de Infantaria, Cavalaria, Artilharia e Engenharia.
 ** Inclui em 1889 os alferes, e em 1920, 1929 e 1972, os aspirantes a oficial
 (CARVALHO, 2005, p. 35)

As origens sociais e o baixo nível de profissionalização desses oficiais introduziam incentivos externos para o seu envolvimento em lutas políticas de caráter contestatório.

Sobre a origem social dos oficiais do Exército é preciso destacar a forma como evoluiu desde a época colonial até a República. À época da independência, muitos oficiais do Exército português eram de origem nobre. Estes eram formados pelo Colégio dos Nobres, pela Academia de Marinha ou pertenciam à instituição do cadetismo. O Colégio e a Academia exigiam qualidade de nobreza aos interessados e o cadetismo foi criado em 1757 para favorecer a entrada de nobres no serviço militar, com privilégios em relação a outros grupos sociais. No entanto, no Brasil, foi relaxado o caráter de nobreza do cadetismo, ampliando o acesso a filhos de oficiais das forças de linha, das milícias, das ordenanças e de pessoas agraciadas com ordens honoríficas. (CARVALHO, 2005, p. 16).

Ao longo do Império, no entanto, o caráter nobre do recrutamento militar modificou-se no sentido de se tornar cada vez mais endógeno à organização, excluindo a classe civil. A organização militar começou a fechar-se sobre si mesma e, assim, a elite civil passou a preferir, para o serviço militar, a Guarda Nacional que exigia menor esforço e interferia pouco nas atividades particulares. Como reflexo disso, verifica-se que quase a totalidade dos líderes tenentistas era proveniente de famílias pobres, a exemplo dos irmãos Távora, Luís Carlos Prestes, Nunes de Carvalho, Siqueira Campos e João Alberto. (CARVALHO, 2005, p. 18-19).

3.9.6 O processo político no Exército

Assinala Hayes (1991, p. 129) que a sociedade que crescia, rapidamente, parecia sofrer as dores do parto enquanto buscava uma nova fórmula ou um conjunto de compromissos que possibilitassem seu funcionamento. Nesta conjuntura, face às tradições históricas do Brasil, o problema da conveniente destinação do Exército veio à tona novamente. Os militares, por fim, novamente tiveram importante participação para o término da Velha República.

No Exército, as primeiras décadas do “breve século XX” foram marcadas por uma grande politização dos seus quadros. Diante da tradição civilista do Império, os militares republicanos se viram obrigados a fornecer ao país e a si mesmos uma justificação do intervencionismo. Foram três as principais justificativas apresentadas durante a Primeira República acompanhando as mudanças no corpo de oficiais, no Exército e na sociedade.

Considera Carvalho (2005, p. 38-40) que a primeira ideologia intervencionista girava em torno da ideia do soldado-cidadão e foi desenvolvida durante a Questão Militar. A ideia de soldado-cidadão servia de instrumento de afirmação militar e, ao mesmo tempo, refletia o sentimento de marginalização e de ressentimento dos oficiais em relação à sociedade civil, sobretudo à elite política. Implicava a suposição de que o soldado, por ser militar, era um cidadão de segunda classe e que devia assumir a cidadania plena sem deixar de ser militar. Os principais colaboradores dessa ideologia provinham dos escalões inferiores e, por isso mesmo, produzia o enfraquecimento da hierarquia, um golpe fatal para qualquer organização militar. Contra esse enfraquecimento lutou outro grupo de oficiais que chegou a conclusões opostas sobre a legitimidade da participação política dos militares.

Esse grupo baseou as suas ideias no não intervencionismo, evidenciando a ideia do soldado profissional. Preocupava-se com a profissionalização militar e via como pré-requisito para isso o afastamento dos militares da política e dos cargos públicos. Os representantes típicos dessa posição compunham o grupo dos Jovens Turcos e simpatizantes, além dos alunos da MMF. Leitão de Carvalho foi o representante mais ilustre dessa corrente, combatendo tenazmente a posição de tenentistas como Juarez Távora. Lutava pela transformação do Exército num órgão nacional dedicado à preparação da defesa do país, longe das lutas políticas, por

considerar que isso desviava a atenção e quebrava o princípio da disciplina. (CARVALHO, 2005, p. 40-41).

Sodré faz críticas a essa corrente, nos seguintes termos:

Defendendo, por outro lado, como ideia básica de reorganização e fundamento de eficiência profissional o distanciamento da política, estava agravando o divórcio entre realidade e projeto. Porque a realidade iria perturbar o projeto, desde os seus primeiros dias: ao mesmo tempo em que se pretende dar ao Exército organização modular e eficiência exemplar, surgem graves questões políticas que o envolvem e perturbam todo esse esforço, perturbação que os idealistas do momento consideram oriunda de atos de vontade, de demérito de pessoas, quando provinha das condições estruturais, de tudo aquilo que, em suma, é objeto de estudo da política. [...] Ora, o que os idealistas da reforma do Exército não viam, precisamente, é que não poderia existir Exército organizado, eficiente, moderno, compatível com as novas exigências da sociedade brasileira, com o predomínio de velhas relações de produção, entre as quais o latifúndio se destacava. (SODRÉ, 2010, p. 255-256)

Assim, no plano prático, essa neutralidade se mostrou impossível e surgiu o modelo de intervenção moderadora, proposto por Bertholdo Klinger, o mais brilhante dos Jovens Turcos e líder do grupo da Defesa Nacional. Este modelo divergia da ideologia do soldado profissional por admitir a intervenção na política, embora com ela concordasse quanto à necessidade de preparação profissional do Exército. Concordava com a ideologia do soldado-cidadão quanto à legitimidade da intervenção do militar na política, mas dela discordava quanto à natureza da intervenção, a qual deveria ser controlada, moderada, levada a efeito pela organização, e orientada por seu órgão de cúpula, o Estado-Maior. A ideologia da intervenção moderadora era uma combinação do intervencionismo tenentista com as transformações estruturais da organização militar promovidas pelos reformadores. (CARVALHO, 2005, p. 41-42)

De uma maneira geral, os grupos ideológicos existentes no seio das forças armadas não intervinham conjuntamente: ou se combatiam, ou promoviam movimentos independentes.

4 GÓES MONTEIRO: DE LEGALISTA A REVOLUCIONÁRIO

4.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente capítulo tem por finalidade apresentar a trajetória do General Pedro Aurélio de Góes Monteiro, durante a República Velha, enfocando, particularmente, a sua posição legalista e a sua ação revolucionária. O objetivo principal desta apresentação é a identificação dos principais acontecimentos e motivações que levaram o General Góes Monteiro a tornar-se um dos principais responsáveis pelo processo de transformação da política do Exército, no Período Vargas. Do mesmo modo, destacar aspectos da sua liderança. Para atingir estas proposições, serão abordados aspectos da sua formação familiar e profissional, da sua ação legalista, do seu papel no combate à Coluna Prestes, da sua ação em São Luiz das Missões e da sua ação nos preparativos e na Revolução de 1930.

Coerente com a proposta deste trabalho, a partir deste capítulo, será dada ênfase especial na utilização de fontes de História oral, destacadamente o livro de autoria do Jornalista Lourival Coutinho, publicado pela Livraria Editora Coelho Branco, em 1956, sob o título de “O General Góes Monteiro Depõe”. Trata-se de importante documento em que o General descreve a sua trajetória como importante personagem da História brasileira. Já no prefácio dessa obra, o General Góes Monteiro adverte: “Essas reminiscências são incompletas, mas contém o essencial, as linhas fundamentais daquilo que, através de tantas vicissitudes, me ficou como impressão de verdadeiro e de *autentico*”. E é exatamente essa impressão que interessa nesta pesquisa, a fim de atingir as proposições acima citadas.

O Jornalista Lourival Coutinho esclareceu que o motivo para a publicação desse livro era a grave crise política que afligia o País, naqueles idos (1956), que poderia ser levado a uma guerra civil. Esta não se confirmou, mas em 1964 ocorreu o Movimento Revolucionário que levou à deposição do Presidente João Goulart. Naquela ocasião, acreditava (e dizia que também o General Góes Monteiro) numa solução democrática e constitucional para a crise. Entendia que o golpe armado poderia conduzir a nação a uma ditadura, que é um retrocesso na evolução política dos povos. Declarava, ainda, que a experiência do General nas lutas armadas e o seu conhecimento dos homens públicos do País poderia modificar para melhor a face dos acontecimentos que agitavam a nação. (COUTINHO, 1956, p. 89).

Considerava, ainda, Coutinho (1956, p. 121) que o clima nas entrevistas para a confecção do livro foi de uma franqueza “sem peias”, pois o General estava seguro da lealdade e da sinceridade da pessoa com quem falava. No entanto, advertia que o mesmo tinha muito cuidado com o que dizia em relação a pessoas desconhecidas ou que achava não merecer a sua confiança.

4.2 FORMAÇÃO FAMILIAR E PROFISSIONAL

Pedro Aurélio de Góes Monteiro nasceu em São Luís do Quitunde (AL), em 12 de dezembro de 1889. Era filho do médico Pedro Aureliano Monteiro dos Santos e de Constança Cavalcanti de Góis Monteiro. Conforme assinala Ramos (2011, p. 1), descendia de proprietários de engenhos que entraram em decadência, em razão das modernas técnicas de produção açucareira. Era o mais velho de nove irmãos, alguns dos quais, como ele, tiveram atuação na vida política: Cícero participou da Revolução de 1930 no Rio Grande do Sul e morreu em combate contra os revoltosos paulistas em 1932; Manuel foi senador de 1935 a 1937; Ismar foi interventor em Alagoas de 1941 a 1945 e senador de 1946 a 1955; Edgar substituiu Ismar na interventoria entre a queda da ditadura Vargas, em outubro de 1945, e dezembro seguinte; e Silvestre Péricles governou Alagoas entre 1947 e 1951.

Em razão das dificuldades enfrentadas por sua família, após a morte do pai, aos 40 anos de idade, Pedro Aurélio decidiu entrar para o Exército, induzido pelas vantagens de uma carreira em que o ensino é gratuito e o aproveitamento profissional, garantido. Sobre isso, Góes Monteiro honestamente declarou:

Escolhi o ofício das armas, não que sentisse vocação para esse ofício, mas porque era o mais consentâneo com as possibilidades de meu pai, o que ocorria, de resto, como ainda ocorre de um modo geral em todo o País, com aqueles que abraçam a carreira das armas unicamente como um meio de vida, uma contingência, portanto. (MONTEIRO apud COUTINHO, 1956, p. 3).

No entanto, Góes Monteiro, mostrou, no curso da sua carreira, ser um predestinado para a profissão das armas, conforme assinala Coutinho:

Dir-se-ia que esse homem, que entrou para o Exército apenas por uma contingência, sem nenhuma vocação para o mister das armas, acabou de tal modo apaixonado por esta profissão que fez dela uma das suas razões de ser, tornando-se um soldado na acepção plena do vocábulo. (COUTINHO, 1956, p. 305).

Tendo optado pela carreira das armas, transferiu-se de sua terra natal para o Rio de Janeiro, em 1903, aos 14 anos de idade, para frequentar o curso que levava ao oficialato. Este se subdividia em duas etapas, sendo a primeira na Escola Preparatória de Realengo e a segunda na Escola Militar da Praia Vermelha. Nesta última, em 1904, ocorreu uma revolta, de que resultou o seu fechamento pelo Governo. Em razão disto, Góes Monteiro foi matriculado na Escola de Guerra, em Porto Alegre, conforme consta nos seus assentamentos: “ Desligamento – Em 13 – III – 906, foi desta Escola por ter de seguir para o Rio Grande do Sul, a fim de continuar seus estudos na Escola de Guerra”. (AN – FGM, SA 16, p. 330).

Segundo Pinto (1999, p. 303), o período de formação no Rio Grande do Sul foi significativo para Góes Monteiro por várias razões. Uma dessas foi o fato de ter sido contemporâneo de Eurico Dutra na Escola de Guerra, tendo inclusive, ambos, integrado o Bloco Acadêmico Castilhista, organizado na Faculdade de Direito por um grupo de estudantes do qual fazia parte Getúlio Vargas. O grupo fundou um jornal que Vargas dirigia, do qual Góes foi colaborador. De 1906 a 1921, Góes afastou-se do Rio Grande do Sul apenas entre 1916 e 1918.

Declarado aspirante, em janeiro de 1910, foi designado para integrar o Batalhão Ferroviário aquartelado em Cruz Alta, conforme registrado nas suas folhas de alterações: “Adido – Em 15 – I – 910, por ordem do Sr. Ministro da Guerra, mandando servir no 3º Batalhão de Engenharia, estando à disposição do Ministério da Viação e Obras Públicas, para construir a estrada de ferro de Cruz Alta à foz do rio *Ijuhi*”. (AN – FGM, SA 16, p. 336). O batalhão estava sob o comando do general Fernando Setembrino de Carvalho, que seria mais tarde Ministro da Guerra no Governo Artur Bernardes (1922-1926).

Promovido a segundo-tenente em abril de 1914, Góes permaneceu no Rio Grande do Sul até 1916. Neste ano, casou-se com Conceição Saint Pastous, de uma família tradicional de Alegrete (RS), e regressou ao Rio de Janeiro para realizar um curso de engenharia militar, interessando-se, simultaneamente, pelos processos de tática e organização militar, adotados pelo Exército alemão e aqui introduzidos pelos Jovens Turcos. Em seu depoimento a Coutinho (1956, p. 2), Góes Monteiro se refere ao “ [...] autodidatismo em assuntos militares, principalmente depois que me deixei empolgar pelos ensinamentos do exército alemão em questões de tática e organização [...]”.

Assinala Ramos (2011, p. 3) que, em 1918, depois de concluído o curso, voltou ao Rio Grande do Sul, aonde veio a comandar um Esquadrão do 6º Regimento de Cavalaria Independente. Em janeiro de 1919, foi promovido a primeiro-tenente e, em 1921, foi chamado ao Rio de Janeiro para realizar o Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais ministrado pela Missão Militar Francesa.

Verifica-se, portanto, a complementaridade das doutrinas alemã e francesa na formação de Góes Monteiro. O mesmo assim se manifesta em relação à sua reputação, à época, de oficial legalista, fiel aos ensinamentos do Exército francês:

As Forças Armadas têm a sua missão bem caracterizada, a que se devem, exclusivamente, circunscrever. Nas lutas políticas, o Exército não deve passar do *Grande Mudo* — condição essencial de sua coesão e eficiência e até mesmo de sua existência como instituição. Sua verdadeira e única política é a *preparação para a guerra*. (MONTEIRO, 1925 apud PINTO, 1999, p. 304).

4.3 A AÇÃO LEGALISTA DE GÓES MONTEIRO

De acordo com Ramos (2011, p. 4-5), em 1922, Góes Monteiro cursava a Escola de Estado-Maior, quando se deu a tumultuada sucessão de Epitácio Pessoa. Góes não tomou parte nos acontecimentos, mas assumiu posição ao lado da legalidade. A revolta foi esmagada no mesmo dia, embora a onda de rebeldia tenha continuado no Sul.

No ano seguinte, os federalistas gaúchos, aproveitando o fato de que Borges de Medeiros tinha lutado a favor da Reação Republicana, reiniciaram as hostilidades contra seus antigos adversários, em protesto contra a quinta eleição de Borges ao Governo do Estado. Diante destes acontecimentos, o Governo Federal viu-se obrigado a intervir para defender o mandato do Governador eleito. Neste contexto, Góes Monteiro, ainda como tenente, foi solicitado a preparar um plano de defesa do governo do Rio Grande do Sul contra as investidas dos federalistas. Góes Monteiro assim descreve o seu procedimento:

Enviei ao meu colega Lúcio Esteves, então Instrutor-Chefe da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, uma espécie de esboço sobre o que me parecia mais lógico do ponto de vista operativo para atender à situação naquele Estado. Disso resultou a organização de numerosas unidades improvisadas pelo caudilhismo que imperava no Rio Grande do Sul, sob o nome de corpos provisórios, os quais, agrupados num arremedo de brigadas, eram denominados, segundo a zona em que operavam, Brigados do Sul, do Norte, do Leste, etc (MONTEIRO apud COUTINHO, 1956, p.7).

Observa-se que desde muito jovem, Góes Monteiro já demonstrava marcantes traços de liderança transformacional, produzindo ideias capazes de promover mudanças organizacionais.

Em janeiro de 1924, promovido a capitão, Góes Monteiro foi nomeado professor estagiário do curso de estado-maior. Sobre isso Góes Monteiro declara a Coutinho:

Eu ainda não havia concluído o curso de Estado-Maior e tive outra surpresa: era nomeado Professor estagiário antes da conclusão do referido curso, o que representava uma exceção [...]. Reporto-me a esses fatos, não como ressaibo de vaidade, já o disse, mas, unicamente, como desejo de situar-me no meio profissional restrito a que até então dedicava tudo quanto era capaz de produzir. Realmente o conceito de que desfrutava era excelente, porém me valeu muitos dissabores e prefiro não comentar. (MONTEIRO apud COUTINHO, 1956, p. 8)

Certamente, trata-se de um importante reconhecimento da capacidade profissional de Góes Monteiro, haja vista o grande rigor dos instrutores franceses e a desconfiança dos mesmos em relação aos oficiais brasileiros. Desse modo, somente um oficial dotado de elevados níveis de atributos afetivos como liderança, vontade, capacidade de julgamento, autoconfiança, competência, dedicação e agilidade mental, poderia ser digno de tal deferência. Góes Monteiro foi o primeiro colocado no referido curso, conforme registrado nos seus assentamentos: “Exames – Em 3 – I – 925, nos de fim do Curso de Estado Maior foi aprovado com nota geral 8,437 (oito quatrocentos e trinta e sete milésimos), menção “muito bem” e classificado, por ordem de merecimento intelectual, em 1º lugar”. (AN – FGM, SA 16, p. 369).

Por ocasião do Movimento Tenentista de 1924, Góes Monteiro fez parte das forças de ataque, como membro do Estado-Maior do General Carlos Arlindo, incumbido do cerco às forças rebeldes. As tropas federais desembarcaram em Santos e, logo em seguida, estabeleceram seu quartel-general em São Caetano do Sul. Além de unidades policiais de Minas, São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo, havia um batalhão de marinheiros que Góes instruiu no sentido de adaptá-lo às operações militares terrestres.

Certo dia, o Almirante José Maria Penido, que comandava a ocupação naval de Santos, foi inspecionar seus marujos em São Caetano e pediu ao Capitão Góes Monteiro suas impressões sobre a maneira como a ofensiva estava sendo conduzida. Assim, Ramos descreve:

Góis deu sua opinião contrária aos bombardeios indiscriminados contra a capital paulista. O almirante Penido pediu-lhe sua opinião por escrito, que foi formalizado em memorando encaminhado ao ministro da Marinha e, posteriormente, ao chefe do Gabinete Militar, passando em seguida a servir de diretiva para o ataque das forças legalistas. No final do mês, as tropas revoltosas retiraram-se para o Paraná. (RAMOS, 2011, p. 6-7).

Durante o seu depoimento a Coutinho, Góes Monteiro mostrou-se extremamente desolado e triste com o que presenciou em São Paulo. Referindo-se ao fato de que a população havia sido largada à própria sorte, o que no seu entender era um crime. Imputava a responsabilidade por tudo isso aos maus políticos, os quais eram capazes de utilizar-se de todos os meios para atingir os seus fins, inclusive o da luta fratricida. Góes Monteiro assim declarou:

Quando regressei de São Paulo, vinha com a alma ulcerada, sobretudo devido às desgraças de que havia sido testemunha. [...] Já no dia Seguinte à minha chegada, estando no Ministério da Guerra, ouvi forte detonação, e, tendo corrido até o local de onde ela partira – a dependência onde funcionava o Estado-Maior – deparei com um quadro que me horrorizou: o Major Souza Reis, que era tido como primeira cabeça do Estado-Maior e fora enviado a São Paulo logo que rebentou o movimento revolucionário, acabava de meter uma bala na cabeça. “*Limojado*” por não ter conseguido debelá-lo, isto é, *agrupadamente* retirado do campo de luta, sentiu-se humilhado e desprestigiado pela perda do conceito em que era tido, resolvendo pôr fim à vida. Eram mais um drama da Revolução de São Paulo, que lá começara e aqui acabara, entre outros muitos outros dramas, como suicídios de Comandantes e sacrifícios de muitos inocentes, inclusive mulheres e crianças. Mas a política brasileira é mesmo desalmada. (COUTINHO, 1956, p. 12).

4.4 GÓES MONTEIRO E O COMBATE À COLUNA PRESTES

Regressando ao Rio, Góes Monteiro retomou suas funções de professor da Escola de Estado-Maior, servindo paralelamente na Seção de Operações do Estado-Maior do Exército (EME).

No início de 1925, reativou-se a ofensiva revolucionária, temporariamente amortecida. O Coronel Álvaro Guilherme Mariante que iria assumir o comando federal na região de Formigas o convidou para chefiar seu estado-maior, constituindo o Destacamento Mariante. Ao chegar a Formiga, Góes Monteiro reorganizou as unidades, que anteriormente haviam sofrido derrotas, e tomou posição, juntamente com outros quatro batalhões, para o ataque aos paulistas aquartelados em Catanduva e Salto, também no Paraná. Sobre este episódio, Góes Monteiro assim se refere:

Na frente do destacamento Almada, depois do primeiro arranco sobre Catanduva, as tropas legais se detiveram e chegaram a recuar, o que causou grande desapontamento ao General Azeredo Coutinho. Fez este, então, apelo ao Coronel Mariante para impulsionar suas tropas no sentido de remover o “impasse”. Atendendo-o, o Coronel Mariante ordenou que eu fosse, pessoalmente, dirigir o ataque das quatro principais unidades encarregadas de assaltar a posição de Catanduva pelas costas. Segui imediatamente com uma pequena escolta através de uma picada de 18 quilômetros, atravessando mato muito espesso, e, ao chegar à estrada, sem perda de tempo, tomei as providências que a situação exigia, incumbindo um dos batalhões de atacar Catanduva pela retaguarda, enquanto outro enfrentaria as forças de Miguel Costa, diante de Salto, e um terceiro faria a cobertura desses ataques, vigiando as principais picadas dentro da floresta. Um quarto batalhão estava marchando ainda dentro da floresta e iria ficar como reserva. (COUTINHO, 1956, p. 20-21).

Evidencia-se nesta passagem a elevada capacidade de Góes Monteiro em exercer a liderança militar direta, efetivamente influenciando e conduzindo os seus liderados ao cumprimento do dever.

No final de março de 1925, Catanduva foi tomada e Salto rendeu-se. No entanto, Góes Monteiro demonstrava grande desapontamento com a luta fratricida que participara. Sobre isso assim se refere a Coutinho:

O Coronel Mariante escreveu, para ser publicado em boletim do destacamento, um honroso elogio sobre a minha atuação naquelas jornadas difíceis. Pedi-lhe, com todo o empenho, que desistisse desse intento, e foi a custo que consegui dissuadi-lo, pois ele, como último argumento, se aferrava à hipótese do prejuízo que representava para a minha carreira de oficial o fato de não se fazer registro da maneira como me tinha desempenhado das tarefas que a mim couberam. Repliquei, então, para convencê-lo, que não desejava, de modo algum, que figurassem nos meus assentamentos louvores de vitória numa luta fratricida, de que não me podia orgulhar. (MONTEIRO apud COUTINHO, 1956, p. 25).

Esta passagem demonstra o dilema pessoal que iria atormentar Góes Monteiro ao longo de boa parte da sua trajetória militar: a defesa da legalidade e, ao mesmo tempo, a indignação com o papel das autoridades políticas que representam o Governo legal.

Os rebeldes, no dia 2 de abril, na altura da localidade de Benjamin Constant (PR), uniram-se às forças gaúchas comandadas por Luís Carlos Prestes, que se haviam rebelado em outubro de 1924, e formaram a Coluna Miguel Costa-Carlos Prestes. (RAMOS, 2011, p. 7).

Góes Monteiro participou ativamente das operações que empurraram a Coluna Prestes para o Paraguai. Depois que os rebeldes entraram no Paraguai, em

abril de 1925, Góes e Mariante passaram breve período no Mato Grosso no estado-maior do general Alfredo Malan d'Angrogne, sendo então chamados de volta ao Rio. Por dois meses, Góes esteve na Escola de Estado-Maior, após o que foi mandado para Uberaba, no Triângulo Mineiro, onde as forças federais tentavam em vão bloquear o avanço dos rebeldes para Goiás. (MCCANN, 2009, p. 358).

Em janeiro de 1926, Mariante, agora general, levou-o novamente como chefe do seu estado-maior, para a Bahia, onde esperava encerrar a coluna rebelde. Góes organizou "grupos de caça", com jagunços contratados a soldo de fazendeiros da região. Mas embora a tropa de Mariante e Góes se deslocasse pela Bahia, Minas Gerais, Sergipe, Goiás e finalmente Mato Grosso, não conseguiu deter, e muito menos derrotar os rebeldes. Sobre a região dessa campanha, Góes Monteiro assim se refere:

Era também a zona da fina-flor da jagunçada, com os respectivos "coronéis", os verdadeiros senhores absolutos da política dos sertões do Brasil colonial, com revestimento ancestral do feudalismo. Travávamos conhecimento com muitos desses verdadeiros donos da terra, uns de fisionomias patibulares, agressivos, outros de semblantes angelicais, cheios de mansuetude, mas, no fundo, todos iguais, todos eles vivendo uma existência facinorosa, à margem da lei e dos ensinamentos de Deus. Eram, entretanto, os grandes eleitores dos governantes e os representantes do pobre povo, explorado pela cupidez dessa gente desalmada. (MONTEIRO apud COUTINHO, 1956, p. 36).

Esta passagem é uma evidência do quanto o seu sentimento antioligárquico crescia. Assim, é possível supor que a sua cisão com o sistema que mantinha esta estrutura de poder seria apenas uma questão de oportunidade.

Quando a coluna se pôs a salvo na Bolívia em março de 1927, Góes, major desde outubro de 1926, voltou a lecionar no Rio.

Em 1927, o General Mariante assumiu o cargo de diretor de Aviação Militar do Exército e Góes foi nomeado seu chefe de gabinete. Nesse cargo, trabalhou ao lado do Coronel Jeunaud, que, na missão militar francesa, tratava de assuntos ligados à especialização aeronáutica. Sobre essa função, Góes Monteiro assim se referiu a Coutinho (1956, p. 44): "A minha primeira iniciativa, na Diretoria de Aviação Militar, foi promover a própria organização da Arma, que se achava apenas em esboço, e prescrever os regulamentos mais indispensáveis". Assim, demonstrava mais uma vez a sua elevada habilidade como líder militar organizacional.

Acreditava Góes Monteiro que a Aviação tinha grande importância para a segurança nacional, seja na defesa contra o inimigo externo, seja na manutenção da ordem interna, acrescentando:

Com o desenvolvimento que *ella* vae tendo entre as *principaes* Nações do mundo, inclusive na América do Sul, deve-se prever que esse papel será preponderante, na paz e na guerra, em futuro não muito distante, disso podendo resultar modificações radicais a serem introduzidas nos processos de combate até hoje adoptados [...]. (AN – FGM, SA 16, p. 501).

O início de 1929 foi marcado pelas conturbações decorrentes das articulações políticas que antecederam a escolha do sucessor do presidente Washington Luís.

Em julho de 1929, no dia em que José Antônio Flores da Cunha deveria entregar ao Presidente Washington Luís a carta de Vargas que oficializava o rompimento político do Rio Grande com o Governo Federal, Góes Monteiro foi fotografado ao cumprimentar membros da bancada gaúcha hospedados no mesmo hotel em que estava o seu amigo Emílio Lúcio Esteves e o seu cunhado Antônio Saint Pastous, que haviam chegado de Porto Alegre. No dia seguinte, sua foto apareceu estampada em vários periódicos que o davam como participante de uma reunião de líderes opositores. O fato não deixou de causar preocupações ao General Mariante, pois o Ministro da Guerra, Nestor Sezefredo dos Passos, havia proibido a presença de oficiais em atos ou solenidades de cunho político. (RAMOS, 2011, p. 9-10).

MCCANN (2009, p. 360) esclarece que Góes Monteiro, pouco depois, recebeu do General Sezefredo dos Passos a notícia de sua designação para servir em São Luís das Missões (RS), perto de São Borja, mesmo depois de pedir pessoalmente para não ser enviado ao Rio Grande do Sul, em razão da sua ligação afetiva com aquele estado. Esta transferência traria consequências importantes na postura futura de Góes Monteiro.

Sobre o posicionamento legalista de Góes Monteiro, Coutinho assim se refere:

Achava-me diante de um homem cuja mocidade fora cedo estiolada pela guerra e na guerra não morrera porque o destino assim não quisera, poupando-lhe os filhos da orfandade e a esposa da viuvez. Mas em nome de que princípios e com que fim lutou esse homem? Em nome dos princípios legais e com o fim nobre de salvar a Pátria do caos? Certamente

foi por isso que se bateu esse maratônio que atravessou sertões. (COUTINHO, 1956, p. 29).

Por outro lado, Coutinho comenta a respeito da solicitação de Góes Monteiro para não ser enviado ao Rio Grande do Sul:

Deduzo, dessas últimas palavras do General, que ele, o “Herói da Legalidade”, já não se sentia, a essa altura, muito seguro das suas convicções conservadoras. As injustiças e as ingratidões de que vinha sendo vítima começavam a minar a sua fidelidade a serviço do Governo. Tinha receio, pois, de partir para o Rio Grande do Sul, o mais aceso foco revolucionário do País. Lá, onde tinha ele as maiores afeições e afinidades, teria duas alternativas apenas: ou romperia de vez com os amigos hostis ao governo, ou então sua resistência de legalista cederia pela primeira vez e ele passaria a combater os poderes constituídos. Era o conflito que começava a esfumar na sua consciência de soldado. (COUTINHO, 1956, p. 52).

Nas despedidas de Góes Monteiro da Diretoria de Aviação, o Gen Mariante, Diretor da Aviação, assim se expressou:

Por ter sido classificado no 3º R.C.I desligo hoje desta Diretoria o Sr. Tenente Coronel PEDRO AURÉLIO DE GÓES MONTEIRO, que foi meu chefe de Estado Maior por duas vezes e, depois, chefe do Gabinete da Diretoria da Aviação, na fase da organização da Arma. Militar de caráter firme e reto, de inteligência privilegiada e de preparo pouco vulgar, deixou em todas essas funções a prova inconcusa de sua dedicação ao serviço e de suas destacadas qualidades de oficial de Estado Maior. Despedindo-me de tão distinto e ilustre camarada, um dos espíritos mais brilhantes do nosso Exército, agradeço-lhe os serviços prestados e o louvo pelo cabal desempenho dado a todos os cargos que lhe foram confiados, alguns dos *quaes* em situações bem difíceis, que exigiram demonstrações de calma, bravura, resistência física e moral, e perfeito julgamento dos problemas apresentados a sua colaboração ou solução”. (AN – FGM, SA 16, p. 379-340).

Trata-se de inequívoco reconhecimento aos valores profissionais de Góes Monteiro como destacado oficial de Estado-Maior.

4.5 GÓES MONTEIRO EM SÃO LUÍS DAS MISSÕES

Góes Monteiro considerava a Guarnição de São Luís das Missões a pior do Brasil. Considerava que essa transferência revestia-se de caráter de perseguição, por haver suspeitas de que ele mantinha contatos com as correntes políticas adversárias aos ocupantes do poder central, num momento de rumores de um movimento separatista no Rio Grande do Sul. Com isso, passou a reconhecer que o ciclo revolucionário da década de vinte não provinha de causas conjunturais, e sim, que encontrava suas motivações em raízes mais profundas - a falência das

instituições da Primeira República - para promover, dentro da lei e da ordem, a correção de rumos em atendimento a anseios da Nação. (FREIXINHO, 1997, p. 43-46).

Considera MCCANN (2009, p. 360) que, embora o caos dos anos 20 houvesse contribuído para sua ascensão na carreira, seu desejo de melhorar o Exército, assim como, sem dúvida a sua ambição, levaram-no, por fim, a concluir que apenas uma mudança radical na liderança nacional criaria o ambiente apropriado para a reforma militar.

Ao chegar a Porto Alegre, Góes Monteiro foi surpreendido por rumorosa recepção por parte de elementos civis e militares. Góes Monteiro assim declarou a Coutinho (1956, p. 57): “Isto me causou certa surpresa, pois até então eu era um anônimo e as minhas relações não eram assim tão numerosas. Devia ter havido, como houve, preparação intencional para esta recepção”. Fazia parte da astuciosa interferência de Oswaldo Aranha, tendo como propósito o seu comprometimento com a articulação revolucionária.

Durante um almoço na casa do Sr Saint Pastous, Oswaldo Aranha o indagou sobre as suas intenções em relação ao possível movimento revolucionário a ser deflagrado contra o Governo, ao que Góes Monteiro (COUTINHO, 1956, p. 57) assim respondeu: “Sou um oficial legalista, venho comandar uma unidade no Rio Grande do Sul e não tenho razões para mudar de opinião”. No entanto, considera Coutinho que Góes Monteiro esforçava-se para enganar-se a si mesmo, pois ao contrário do que afirmara a Oswaldo Aranha tinha todos os motivos para mudar de opinião, assim declarando:

Servia a um Governo odioso e anacrônico, que, aferrado a um conservadorismo *semi-feudal*, a ponto de considerar a questão social no Brasil um caso de polícia, não se apercebia da evolução histórica no sentido de uma realidade mais ampla e mais efetiva dos direitos do homem. Defendia um Governo para o qual as Forças Armadas não passavam de um mero instrumento ao arbítrio de suas vaidades e ambições, quando não dos seus crimes. Estava certo, em suma, e arrependido, talvez, de que se batera, contra irmãos, por uma democracia de papel, nominal apenas, estadeada numa Constituição que o oficialismo oligárquico, como sistema, desrespeitava e desmoralizava. (COUTINHO, 1956, p. 57-58).

Passado este encontro, Góes visitou formalmente o presidente estadual, Getúlio Vargas, e, em seguida, partiu para São Luís das Missões. Em janeiro de 1930, assumiu o comando do 3º Regimento de Cavalaria Independente. De acordo

com Bretas, o contato inicial de Góes Monteiro com o Regimento foi dos piores, sendo assim descrito pelo mesmo em carta a Caiado de Castro:

Tenho cerca de 600 homens. Destes, 450 recrutas, quase todos analfabetos, distribuídos por 2 esquadrões. Estão mal fardados, mal arrumados (não tenho munições nem armas suficientes); mal alojados. Para instruí-los, apenas 4 oficiais, uns 15 sargentos e uns 20 cabos – atrasados, ineptos ou inexperientes. Cavalhada em condições precárias e apenas uns 150 animais em condições de serem montados. É um problema quase insolúvel. (MONTEIRO apud BRETAS, 2008, p. 38).

Diante destas circunstâncias, parecia inevitável que a posição legalista de Góes se diluísse, resultando na mudança de sua postura, a fim de criar um Exército em novas bases. Enfim, estava aberto o caminho para a ação revolucionária de Góes Monteiro.

Em março, Getúlio foi batido nas urnas por Júlio Prestes. Góes prosseguiu em entendimentos com Oswaldo Aranha, João Alberto, Lins de Barros e Flores da Cunha até que, com o afastamento definitivo de Prestes em abril e a morte de Antônio de Siqueira Campos em maio, num desastre aéreo perto de Montevideu, que eram cotados para liderarem militarmente o movimento, começou a admitir a possibilidade de seu ingresso na conspiração. Esta perdeu força, entretanto, quando o Congresso reconheceu, oficialmente, a vitória de Júlio Prestes à Presidência da República. (RAMOS, 2011, p.12-13).

4.6 GÓES MONTEIRO E OS PREPARATIVOS DA REVOLUÇÃO DE 1930

Com a morte de João Pessoa, em 26 de julho, a agitação política, que parecia enfraquecida, voltou a incendiar o país inteiro. Oswaldo Aranha retomou seus contatos e pediu a Saint Pastous que fosse a São Luís das Missões convidar Góes Monteiro para a chefia militar do levante. O convite foi implicitamente aceito. Tanto assim que, dias depois, quando Góes recebeu a visita de João Alberto, igualmente na qualidade de emissário de Aranha, o assunto já havia saído da atmosfera das especulações para uma fase de conclusão dos preparativos revolucionários.

Descreve Ramos (2011, p.13-14) que João Alberto deu a Góes as informações de que este necessitava. Disse-lhe que o comando das operações no Norte-Nordeste estava a cargo de Juarez Távora. No Distrito Federal, o agente de

ligação era Pedro Ernesto Batista, e Virgílio de Melo Franco era quem fazia o contato dos políticos mineiros com os líderes da Frente Única Gaúcha (FUG). Por fim, João Alberto trouxe a informação mais importante para o planejamento operacional da revolução: presidente eleito de Minas, Olegário Maciel havia declarado a Lindolfo Collor, em Belo Horizonte, que o compromisso de Antônio Carlos equivalia a um compromisso de Minas e que ele, Olegário, o manteria decididamente, atribuindo aos gaúchos a incumbência de determinar o dia e a hora do levante.

De posse desses dados, Góes solicitou ao comandante da 3ª RM, general Gil de Almeida, licença para assistir em Porto Alegre a uma intervenção cirúrgica a que sua mulher seria submetida. Deferido o pedido de licença, viajou imediatamente, montando o seu quartel-general na casa de uma irmã de Oswaldo Aranha e assumindo a chefia do estado-maior das forças revolucionárias, das quais Getúlio Vargas era o comandante supremo. Seus dois subchefes seriam João Alberto e Estillac Leal, antigos comandantes de destacamentos na Coluna Prestes, enquanto Virgílio de Melo Franco atuaria como seu secretário e o Comandante Herculino Cascardo, da Marinha, igualmente revolucionário de 1924, como oficial de informações. (RAMOS, 2011, p.14).

Justificando a sua participação no movimento, Góes Monteiro assim declarou a Coutinho (1956, p. 80): “Uma revolução só se pode fazê-la em sigilo. E isso é o que pouco houve na de 30. Se, assim mesmo, fomos vitoriosos, é porque o Brasil em peso, com raras exceções, era revolucionário”.

Às duas horas da madrugada de 1º de outubro de 1930, Oswaldo Aranha, Secretário do Interior do Governo do Rio Grande do Sul e centro propulsor da insurreição, introduziu nos aposentos particulares do Presidente do Estado no Palácio de Piratini o Tenente-Coronel Góes Monteiro, recém-chegado de São Luís das Missões. Declarou Góes Monteiro (COUTINHO, 1956, p. 93): “Até então, não me havia entendido pessoalmente com o Senhor Getúlio Vargas. Em regra as informações e notícias me eram dadas pelos Senhores Oswaldo Aranha, Virgílio de Melo e João Alberto”.

Perguntado por Vargas o que o motivava a participar do movimento, Góes Monteiro respondeu:

Em síntese, ante o dilema que me encontrava nos últimos tempos, isto é, continuar contribuindo para a defesa de uma ordem constitucional já em crise, beneficiando tão-somente oligarquias corruptas, ou então participar de movimento em busca de outro caminho para a vida do povo brasileiro, mesmo derrubando as estruturas vigentes, optei pela segunda hipótese. (FREIXINHO, 1997, p. 214)

Perguntado por Vargas sobre a possibilidade de êxito da Revolução, respondeu o General:

Se depois de dois meses de operação ainda não tenhamos logrado conquistar a capital federal, Rio de Janeiro, com o auxílio das forças revolucionárias de Minas e do Norte, poderemos pleitear, no campo externo, nosso reconhecimento como beligerantes e refluir para o Rio Grande do Sul, oferecendo resistências sucessivas, obtendo então, nos países do Prata, os recursos que nos faltam, ganhando, assim, condições de tempo e de força para negociar a paz com os detentores do poder em condições menos desfavoráveis. (FREIXINHO, 1997, p. 214-215).

4.7 GÓES MONTEIRO E A REVOLUÇÃO DE 1930

Assinala Freixinho (1997, p. 215-216) que desde a entrevista nos aposentos do Palácio de Piratini, Góes Monteiro e o Estado-Maior revolucionário lançaram-se na pormenorização de providências para desencadear e conduzir operações iniciais no Rio Grande do Sul, em Minas e no Norte. Às 17 horas e 30 minutos de 3 de outubro – portanto, três dias após o primeiro encontro de Góes Monteiro com Vargas – iniciaram-se as ações contra os grandes comandos e os quartéis do Exército sediados nas guarnições do Sul e de Minas. Quanto ao Norte, tão-somente ao alvorecer de 4 de outubro é que a ação teve início, devido a um mal entendido nas comunicações entre Juarez Távora e Oswaldo Aranha, com prejuízo para o desejado efeito surpresa.

O plano geral das operações a ser adotado foi assim descrito pelo General Góes Monteiro:

Simultaneidade e subtaneidade do movimento em todos os pontos do País, ataques bruscos e golpes-de-mão nos pontos nevrálgicos, desmantelamento dos Comandos legais; em poucas palavras, valer-se o máximo do efeito da surpresa, e não como habitualmente se processa: advertir o inimigo e surpreender o amigo. (COUTINHO, 1956, p, 90)

Esta passagem é uma demonstração inequívoca da capacidade de planejamento e de visão estratégica de Góes Monteiro, ainda, um jovem tenente-coronel do Exército.

Em Porto Alegre as operações revolucionárias são conduzidas sob a coordenação militar direta de Góes Monteiro, já exercendo as funções de Chefe de Estado-Maior das Forças Revolucionárias. Entram em ação grupos de assalto constituídos basicamente de elementos da Milícia Estadual (a Brigada Militar) e da Polícia Municipal, apoiados por corpos de provisórios. As ações são rápidas e eficientes: derrotam as unidades do Morro Menino de Deus; dominam o Quartel General da 3ª Região Militar, após uma rendição negociada do seu comandante, General Gil de Almeida; e depois de obstinada luta, tomam de assalto o 7º Batalhão de Caçadores. (FREIXINHO, 1997, p. 219-220).

O Boletim Nr 1 das Forças Revolucionárias assim registra os acontecimentos do dia 3 de outubro:

Camarada! O dia hoje fulgurará nas páginas riosas da história pátria como um dos mais gloriosos, um daqueles que não de atravessar os tempos *porvindeiros* com uma perene acentuação coeva ou como uma dessas recordações *immorríveis* que passam a constituir um pedaço mesmo da nossa própria alma. [...] João Neves, Lusardo, Aranha, Flores, Assis, Borges, Américo, Maurício de Lacerda, Antônio Carlos, Olegário Maciel, Assis Chateaubriand, Maurício Cardoso e muitos outros ainda não se tinham entregue a descanso, não haviam nunca esmorecido. Velavam pela Pátria, concertavam planos, ligavam-se aos bravos de 22 e 24, agremiavam novos elementos e incumbiam esse extraordinário GÓES MONTEIRO, esse Moltke do Brasil contemporâneo, de organizar *tecnicamente* o movimento que aniquilaria o despotismo e regeneraria a República. [...] Marcado para deflagrar, hoje, às 17 horas, operou-se ele com uma eficiência, um vigor e um patriotismo insuperáveis, sob o *commando* supremo de GETÚLIO VARGAS, ARANHA E FLORES DA CUNHA, tendo como CHEFE DO ESTADO-MAIOR aquela brilhante figura do nosso Exército. (AN – FGM, SA 791-1, p. 11-16).

Também na tarde de 3 de outubro, em toda parte no interior do Rio Grande do Sul, ocorreram cenas da mesma natureza das assinaladas em Porto Alegre. Assim, a tentativa de resistência foi progressivamente perdendo o ímpeto nos dias 4 e 5 de outubro, à medida que escasseavam os recursos internos de água e de víveres, também, devido ao impacto da notícia de que em todo o Estado eram aprisionados os comandantes de grandes unidades de combate e a maior parte dos comandantes dos corpos de tropa. Sobre isso, assim Góes Monteiro declarou:

Das numerosas guarnições do Rio Grande do Sul, houve reações em algumas além de Porto Alegre, mas as demais aderiram. Houve reações, por exemplo, na cidade de Rio Grande, logo subjugada, e em São Borja, e tentativas em Bagé, Lavras, São Gabriel, Alegrete, Itaqui, Passo Fundo, etc., imediatamente liquidadas. Em D. Pedrito, Livramento, Santiago do Boqueirão, Cruz Alta, Uruguaiana, Quaraí, Rosário, Cachoeira, Santa Maria e demais guarnições, houve quase que imediata adesão, sendo aprisionados e enviados para Porto Alegre os oficiais de cada uma delas

que não quiseram participar do movimento. (MONTEIRO apud COUTINHO, 1956, p. 114-115).

Descreve Ramos (2011, p.15) que, concluída a ocupação do Rio Grande do Sul, Góes enviou destacamentos de vanguarda para as divisas de Santa Catarina, visando a alcançar o território paulista. O destacamento principal deslocou-se por via férrea, sob as ordens de Miguel Costa. Sem maiores obstáculos, chegou a Ponta Grossa (PR), enquanto João Alberto, enviado a Curitiba para coordenar a ação das tropas que estavam sendo transportadas do Rio Grande do Sul, não encontrando dificuldades, avançou até Capela da Ribeira, a leste de Itararé, além da divisa do Paraná com São Paulo.

Em 10 de outubro, acompanhado de todo o estado-maior civil e militar da revolução, inclusive Getúlio Vargas. Góes Monteiro seguiu de trem com destino ao norte do Paraná, prevendo choques violentos com as tropas legalistas comandadas pelo general José Pais de Andrade. O comboio revolucionário estacionou em Ponta Grossa, onde Góes Monteiro planejou o ataque geral que, tomando como base a frente de Itararé, seria desfechado sobre São Paulo no dia 25 de outubro. No entanto, foi informado na véspera que uma Junta Militar, constituída pelos generais Augusto Tasso Fragoso e João de Deus Menna Barreto e pelo almirante Isaías de Noronha, decidiu pela destituição de Washington Luís.

Sobre isso, a Junta Governativa enviou um informe ao comando revolucionário em Ponta Grossa, sem, todavia, definir seus objetivos. Diante disso, Góes Monteiro assinala que Vargas (MONTEIRO apud COUTINHO, 1956, p. 136) assim comentou: “ ‘ Coronel Góes, o Senhor não acha que querem me bigodear? ’ Repliquei com outra pergunta: ‘ Mas o Senhor ainda tem dúvida? ’ ”. Acrescenta Freixinho (1997, p. 238-239) que nesse estado de espírito, Góes Monteiro radiografou à Junta intimidando-a a definir-se claramente sobre a investidura de Vargas no poder às 12 horas do dia seguinte (26 de outubro), sob pena de ser obrigado a ordenar a continuação do avanço das forças insurretas para São Paulo e Rio de Janeiro. Pressionada, a Junta recuou e resolveu passar-lhe o Governo.

Aqui, mais uma vez Góes Monteiro deu mostras do seu valor como líder militar, evidenciando força moral, coragem, autodisciplina, inteligência, iniciativa, capacidade de julgamento, decisão e autoconfiança. Atributos como estes fizeram de Góes Monteiro um líder inspirador e digno do respeito e confiança dos seus subordinados.

Assinala Coutinho (1956, p. 98) que a duração das operações, que Góes Monteiro previu, no máximo, para três meses, na realidade, não passou de três semanas. Considera Sena (2007, p. 62) que “A revolução vitoriosa de 1930 abriu caminho para o ingresso do Brasil no século XX, com 30 anos de defasagem histórica”.

Com a posse de Vargas na chefia do Governo Provisório da República em 3 de novembro de 1930, Góes deu início ao seu duplo procedimento de destacado militar e político do Brasil.

5 GÓES MONTEIRO E OS PRIMEIROS ANOS DO ESTADO GETULISTA

5.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente capítulo tem por finalidade apresentar a trajetória do General Pedro Aurélio de Góes Monteiro nos primeiros anos do Governo Vargas. Os objetivos principais são a identificação desse período como bastante favorável às mudanças institucionais na História Republicana Brasileira; a demonstração do início das transformações na concepção da política institucional do Exército, neste período; e a identificação do General Góes Monteiro como ator importante nesse processo, destacando-se aspectos fundamentais da sua liderança.

Para atingir estas proposições, serão abordados aspectos gerais do Brasil pós-revolucionário, as relações entre Vargas e os militares no período, aspectos do Exército pós-revolucionário, aspectos da Doutrina Góes Monteiro e as ações do General: no início do Governo Provisório de Vargas, no Clube 3 de Outubro, como Comandante da 2ª RM, no combate à Revolução de 1932, na Comissão Constitucional de 1934, como Ministro da Guerra e para uma possível candidatura à Presidência da República.

5.2 O BRASIL PÓS-REVOLUCIONÁRIO

Como verificado no Capítulo 3 deste trabalho, a década de 1920 trouxe uma grande renovação ideológica para todo o mundo. Considera Trevisan (2005, p. 52-53) que a política buscou um modo de revitalizar a ordem do Capital que a I Guerra havia abalado, haja vista que o liberalismo democrático revelou-se lento e inadequado para a reconstrução posterior ao conflito. Desse modo, passou-se a pensar em outras fórmulas para acelerar esta reconstrução, destacando-se o modelo de fortalecimento do Estado, que, segundo a crença, apressaria o desenvolvimento e disciplinaria a sociedade, afastando os descontentes e recuperando o tempo perdido. Neste contexto, surgiram experiências autoritárias como o fascismo italiano e o nazismo alemão.

Foi neste ambiente de profundas mudanças que ocorreu a Revolução de 1930 no Brasil e as suas consequências ficaram indefinidas por algum tempo. Sérias divergências entre os líderes civis, assim também como dentro do Exército,

pareciam estar gerando o espectro de caos, de confusão e, possivelmente, de guerra civil. Necessitava-se, com urgência, de uma fórmula ou estrutura que propiciasse uma acomodação da situação política, social e econômica. (HAYES, 1991, p. 154). Seguiu-se, então, um período em que foram consideradas várias opções, a maioria delas com nítida conotação militar, baseada num estado forte.

Na opinião de Luiz Vergara – Secretário de Getúlio Vargas de 1928-1945 – havia motivos fundados para apreensões, em face da situação que se desenhou após a investidura de Vargas na chefia do Governo, a partir de 3 de novembro de 1930. Assim descreveu o mesmo:

Os elementos que haviam liderado a Revolução e participado diretamente dos acontecimentos eram numerosos e heterogêneos. Não havia uma linha ideológica orientadora que oferecesse um denominador comum na fase fundamental da reconstrução política e administrativa que se iniciava. Tal circunstância era agravada pelo fato de estar o Exército, como instituição, praticamente esfacelado – cuja unidade sempre fora historicamente, no caso brasileiro, condição primordial para a sustentação dos governos num país de dimensões continentais, notadamente em período de crise interna. (VERGARA apud FREIXINHO, 1997, p. 243).

A luta entre as componentes civil e militar não tardaria a desencadear-se, fruto das antigas contradições do Império, que o movimento contra a situação reinante havia escondido por breve período. O grupo civil era ligado aos latifundiários, que acreditavam que a vitória da Revolução se deveria apenas à ação deles. A outra componente, a tenentista, valia pouco, pois, conforme descreveu Alcindo Sodrê:

Esse grupo era um simples reflexo das agitações políticas periódicas em torno das sucessões presidenciais e que, sem colaboração civil, fracassando nas intencões e isolado no exílio, passou a alimentar-se de nebulosas teorias extremistas, desde o comunismo vermelho de Luís Carlos Prestes até as tonalidades mais róseas do misticismo socialista. (ALCINDO SODRÊ, s/d apud SODRÊ, 2010, p. 315).

Assinala Freixinho (1997, p. 63) que Getúlio Vargas tinha plena consciência de que com a vitória do movimento revolucionário abriu-se um vazio na estrutura da direção do País, pela destruição das instituições políticas e administrativas que vigoraram por cerca de quarenta anos na República Velha, e que a implantação de novas estruturas demandariam tempo. Portanto, nesse interregno, o Governo teria que se valer do Exército para exercer e manter o poder, centralizado na pessoa de Getúlio Vargas. Urgia, pois, recompor e reconstruir a instituição militar, seriamente

abalada pelo fato de que a conquista do poder se deu sem a real e efetiva contribuição do Exército, a não ser no momento crítico da transferência do Governo.

De acordo com Carvalho (apud HAYES, 1991, p. 154), assim, abriu-se espaço para um maior desempenho das Forças Armadas no campo político, no Governo Provisório de Vargas, numa relação de “namoro” que duraria até a instituição do Estado Novo, em 1937.

5.3 O EXÉRCITO PÓS-REVOLUCIONÁRIO

A consolidação do poder militar, após a Revolução de 1930, exigiu um longo esforço e o choque entre correntes antagônicas dentro e fora do Exército. Isso por várias razões. A primeira delas é que a revolução não foi resultado do consenso na Força. Pode-se dizer que a maioria dos oficiais não aderiu ou, se o fez, foi quando já não havia condições de resistência. A segunda razão é que a minoria rebelde era composta principalmente de oficiais subalternos, muitos deles remanescentes das revoltas da década de 1920, cuja reintegração e rápida promoção perturbaram profundamente a hierarquia e o sistema de promoções. (CARVALHO, 2005, p. 62-63).

O General Geisel ao ser perguntado se a Revolução de 30 gerou alguma quebra de hierarquia dentro do Exército, assim respondeu:

Muitas. Muitos dos oficiais mais antigos, que tinham sido contra a revolução, se reformaram, mas outros continuaram. Eram os tenentes de um lado, como eles chamavam a ala moça, tenentes e capitães, e de outro lado os ‘carcomidos’, os que tinham sido contra, os que eram a favor do governo de Washington Luís. Então houve realmente muita quebra de hierarquia. Foi um problema sério, que com o decorrer do tempo se resolveu. (D’ARAÚJO; CASTRO, 1997, p. 50-51).

Assim, o Exército que emergiu da revolução era uma organização bastante fragmentada. Sobre isso, comenta Góes Monteiro (apud COUTINHO, 1956, p. 150): “Nos primeiros meses do novo Governo, havia, praticamente, como uma espécie de Exército duplo: o que obedecia diretamente às ordens do G.Q.G (Grande Quartel General) revolucionário e o que obedecia ao Ministério da Guerra”.

Considera Carvalho (1982, p. 110-111) que pelo menos duas clivagens percorriam a organização: uma horizontal, separando praças de oficiais; outra vertical, separando intervencionistas reformistas dos neutralistas, estes em geral

mais conservadores. Esta segunda divisão era ideológica e dividia principalmente a oficialidade, correspondendo a modelos distintos de relações do Exército e política.

O estado disciplinar que tomou conta do Exército após a vitória pode ser demonstrado pela simples listagem das revoltas, levantes, conspirações, agitações, protestos coletivos, ou até mesmo greves, que marcaram o período de 1930-1945:

Tabela 3 - Movimentos Militares, 1930-1945

Participação Principal	Out. 1930-34				1935-39				1940-1945				Total Geral			
	Ag.	Pr	Rev	Tot	Ag.	Pr	Rev	Tot	Ag.	Pr	Rev	Tot	Ag.	Pr	Rev	Tot
Generais	5	4	-	9	2	4	-	6	2	-	-	2	9	8	-	17
Outros oficiais	10	3	2	15	5	2	4	11	2	-	-	2	17	5	6	28
Praças	14	1	5	20	8	3	2	13	1	-	-	1	12	-	3	15
Mista	3	-	3	6	8	-	-	8	1	-	-	1	12	-	3	15
TOTAL	32	8	10	50	23	9	6	38	6	-	-	6	61	17	16	94

Ag. = agitação; Pr. = protesto; Rev. = revolta

Agitação inclui conspiração. Revolta inclui casos de motim. Uma greve de cadetes de 1934 foi classificada como protesto de oficiais.

Quadro organizado por Lucia Lahmeyer Lobo.

Fonte: "Forças Armadas e política, 1930-1945", in A Revolta de 30. Seminário Internacional. Brasília, UnB, 1982, p. 151-79.

Note-se que há uma clara dinâmica temporal nos movimentos. A partir de uma média de nove por ano nos dois primeiros períodos, verifica-se uma queda brusca para apenas um na fase final. Fica evidente a grande fragmentação da Força Terrestre, no período pós-revolucionário.

Esclarece Hayes (1991, p. 155-156) que a agitação na cúpula era provocada pelos generais que se consideravam em condições de assumir a Presidência da República ou, no mínimo, um alto cargo no Governo. As revoltas de praças tinham por fim melhorar as condições profissionais, influenciados por grupos comunistas. Os movimentos de oficiais intermediários e subalternos dividiam-se em duas facções rivais: uma representante dos soldados cidadão que apoiavam um amplo programa de reformas sociais, políticas e econômicas; e outra pelos Jovens Turcos, que advogavam pelo não envolvimento da classe na política.

O General Geisel (apud D'ARAÚJO; CASTRO, 1997, p. 79), ao ser perguntado sobre quais as pessoas, a seu ver, mais importantes para unificar, dar um espírito de corpo a esse Exército fragmentado depois de 30, respondeu que: "Em

parte foi o Góes. Dutra também teve atuação destacada. O próprio João Gomes”. Aqui, uma demonstração da liderança transformacional de Góes Monteiro, ao buscar influenciar mudanças nas atitudes e comportamentos dos membros do Exército e na criação de comprometimento com a missão e com os objetivos.

5.4 INÍCIO DA AÇÃO POLÍTICA DE GÓES MONTEIRO

Góes Monteiro, após 1930, conquistou posição ímpar no cenário nacional e alto prestígio no Exército, devido à sua participação no movimento e pelos seus atributos pessoais marcantes para contatos de natureza política. A Revolução representou um enorme impulso na carreira política-militar de Góes Monteiro. (FREIXINHO, 1997, p. 39). Sobre esta ascensão, o General declara:

Na manhã de 4 de outubro de 1930, olhei para o céu, contemplando a aurora que desponta e, então, uma sequência de reflexões me assaltou a mente. Até à véspera era eu um simples Comandante de tropa de fronteira, completamente anônimo, e, no entanto, em poucas horas passara a ter nas mãos o destino do Brasil, que, em grande parte, já começara a condicionar-se e continuaria a condicionar-se à minha atuação. O contraste era muito grande e daí ferir minha imaginação e provocar pesadelos nas minhas meditações. Quase que desconhecido, as minhas diretivas acatadas em toda a extensão do território nacional, onde se sucediam os levantes que tinham escopo, ainda indefinido, a mudança do regime cujas linhas fundamentais só mais tarde e gradualmente seriam delineadas... (MONTEIRO apud COUTINHO, 1956, p. 118-119).

Sobre a sua visão sobre o movimento assim comenta:

Ainda antes do embarque com destino ao Rio de Janeiro, enchi o pouco tempo que me sobrava das ocupações operativas rabiscando uma espécie de conduta política para os revolucionários, no caso de vitória. Como medidas preliminares, por exemplo, escrevi, naquela ocasião, que o Governo Federal deposto deveria ser substituído por um Governo Provisório, a princípio instalado em Porto Alegre e em seguida no Paraná, até estabelecer-se definitivamente no Rio de Janeiro, enquanto que os dos Estados seriam substituídos por governadores nomeados por esse mesmo Governo Provisório; que a dissolução do Congresso deveria ser imediata, ao mesmo tempo que considerava insubsistente a Constituição, e que deveria ser decretado o estado de sítio e a lei marcial nas partes do território nacional ocupadas pelas forças revolucionárias. (MONTEIRO apud COUTINHO, 1956, p. 130).

Sobre o seu papel no Governo Provisório o General assim declara:

Antes de passar por Sorocaba o trem do GQG, o Sr Getúlio Vargas fez-me outras perguntas de caráter político sobre a organização do futuro Governo, terminando por convidar-me para seu primeiro Ministro da Guerra [...].

Respondi ao Sr Getúlio Vargas que, pelo mesmo motivo que não aceitara a minha comissão de General de Divisão, não devia ser também o seu primeiro Ministro da Guerra. (MONTEIRO apud COUTINHO, 1956, p. 145).

Nesta passagem, verifica-se a grande confiança que Vargas depositava em Góes Monteiro, fruto da liderança e competência militar que havia demonstrado no curso das operações revolucionárias. Do mesmo modo, a sua demonstração de franqueza, caráter, lealdade, capacidade de julgamento e de decisão, atributos indispensáveis aos grandes líderes.

Assinala Freixinho (1997, p. 62-63) que foi surpreendente para muitos, à época, a atitude revolucionária de Góes Monteiro em relação ao círculo de seus camaradas mais próximos.

Inicialmente, aliado aos líderes tenentistas que haviam aderido à Aliança Liberal, opôs-se à convocação de uma Constituinte e ofereceu a Vargas apoio militar para um governo ditatorial. Logo, porém, o crescimento do poder do grupo provocou o descontentamento das oligarquias, acirrando a divisão no âmbito militar e criando dificuldades para a política conciliatória do Governo. Diante da crise e da constatação de que o progressivo isolamento do movimento tenentista comprometia seu projeto político-militar, Góes afastou-se do grupo. (PINTO, 1999, p. 301).

O General Geisel, integrante do movimento tenentista, ao ser perguntado se Góes Monteiro era um chefe militar típico das aspirações que tinham na época, respondeu:

Não era. Góes Monteiro inclusive tinha servido num destacamento do Paraná, comandado pelo general Mariante, que combatia a Coluna Prestes. E lá ele se destacou. Teve uma promoção excepcional nessa ocasião. Mas depois, não sei por que ele mudou. Talvez a situação nacional o tivesse convencido da necessidade de uma revolução. (GEISEL apud D'ARAÚJO; CASTRO, 1997, p. 48).

Conclui Freixinho (1997, p. 227) que começava a criar raízes no espírito de Góes Monteiro a convicção de que, no futuro, era preciso criar condições para evitar movimentos que desagregassem o Exército. Acreditava que, passada a revolução, poderia contribuir, já na esfera da condução política do País, objetivando assegurar ao Exército Nacional a unidade e a coesão indispensáveis ao desempenho de seu papel institucional como um dos instrumentos da política nacional.

5.5 GÓES MONTEIRO E O CLUBE TRÊS DE OUTUBRO

Os conflitos entre os grupos militares divergentes foram intensos, nos primeiros anos do novo Governo. Os oficiais reformistas desistiram, durante algum tempo, de tentar controlar a estrutura militar oficial (inclusive o Clube Militar) e criaram o Clube Três de Outubro.

O Clube foi fundado durante uma reunião na residência do chanceler Afrânio de Melo Franco, sendo Góes Monteiro nomeado o seu primeiro presidente. Os seus objetivos eram impedir ou deter a divisão nas forças armadas e as incompatibilidades no meio político e congregar civis e militares para defender os princípios e as obras da revolução. Sobre isso comenta Góes Monteiro (apud COUTINHO, 1956, p. 157): “O objetivo que tive com a fundação desse clube foi impedir que os tenentes levassem questões políticas para os quartéis, ficando estas adstritas ao Clube, o que resguardaria a disciplina”. Assinala Rosa como principais pontos do programa do Clube 3 de Outubro:

Programa de classe média, igualmente distante dos extremos burgueses e proletários. Um capitalismo moderado, pequeno-burguês – o individualismo democrático recheado com organizações sindicais, cooperativas de produção e consumo, leis de salário-mínimo, legislação sobre número de horas de trabalho, regularização do trabalho de mulheres e menores e etc. E, ainda mais, com tendências pronunciadas, o combate gradativo ao latifúndio, a nacionalização das minas, quedas d’água e do comércio a varejo. (ROSA, 1933 apud SODRÉ, 2010, p. 320).

A cisão no quadro de oficiais transformou-se num confronto ostensivo, a partir de agosto de 1931, em razão da publicação de uma lista de promoções. Foram promovidos os tenentes revolucionários em detrimento dos que tinha optado por uma postura legalista no período revolucionário. Os primeiro foram apelidados de picolés, por terem sido formados rapidamente, através de decreto, e por se comportarem de forma fria em relação aos colegas legalistas. Os picolés apelidavam os legalistas de rabanetes, dando a entender que eram revolucionários de ocasião, sendo a coloração vermelha do movimento apenas externa, como um rabanete. (HAYES, 1991, p. 160).

Esta controvérsia quase levou ao fechamento do Clube Três de Outubro, pois a entidade reunia integrantes dos dois grupos. Góes Monteiro ficou em uma posição chave, pois possuía características de picolé (era um revolucionário autêntico), mas tinha credenciais profissionais legítimas como aluno da MMF.

5.6 GÓES MONTEIRO NO COMANDO DA 2ª RM

Assinala Ramos (2011, p. 19) que a situação política em São Paulo tomou rumos perigosos, após a Revolução. A decisão de Vargas confirmando João Alberto na interventoria daquele Estado não agradou às lideranças políticas e militares paulistas. O General Isidoro Dias Lopes, por envolver-se em abril de 1931 numa tentativa de levante da Força Pública contra João Alberto, foi exonerado do Comando da 2ª RM. Góes assumiu então, por ordem de Vargas, aquele comando, em 1º de junho.

No mês seguinte, João Alberto demitiu-se da interventoria, que foi assumida pelo magistrado Laudo de Camargo, acalmando a situação política no Estado. No entanto, um incidente recrudescer a crise. João Alberto chegou a São Paulo à procura do interventor, em nome de Vargas, para lhe propor modificações no secretariado. Laudo, certificando-se da autenticidade das credenciais de João Alberto, demitiu-se, por considerar ser esta uma intromissão abusiva.

Diante disso, Vargas convidou Góes Monteiro para assumir a interventoria, mas ele recusou e o Governo paulista foi entregue a Manuel Rabelo. Esta nomeação complicou muito a posição do Governo Provisório, que passou a enfrentar, além da hostilidade dos partidos paulistas, as incontinências da Legião de Outubro, sob a liderança de Miguel Costa. Dessa forma, reavivou-se o “caso de São Paulo”, que havia perdido intensidade com a ascensão de Laudo de Camargo. Como resultado, formou-se a Frente Única Paulista (FUP), que passou a promover ostensivas manifestações, pregando a imediata constitucionalização do País. (RAMOS, 2011, p. 19-20).

As sucessivas manifestações de rua organizadas pelos partidários da FUP tinham o General Góes como um dos alvos principais. Com o aumento do número destes atos, Góes remeteu a Vargas um “plano estratégico para normalização de São Paulo”, conforme abaixo transcrito:

A situação em São Paulo não comportará mais meias medidas e o Governo se não quis ver as dificuldades acrescidas, e as *cousas* tomaram rumo assás inconvenientes para a estabilidade dele, terá que encarar energicamente a mesma [...] empregando os meios de força capaz de liquidá-la, à custa mesmo dos maiores sacrifícios. Consequentemente [...] cumpre adotar urgentemente medidas emergenciais: organização do Governo de acordo com os interesses nacionais; instituição do Governo militar de São Paulo [...]; *reforçamento* da guarnição militar; decretação do

estado de sítio para São Paulo e do controle militar sobre todos os serviços que possam interessar à ordem e às disposições militares; remessa de forças navais, inclusive aviação, ao porto de Santos; Aviação militar à disposição do Governo militar de São Paulo; crédito extraordinário e outros meios materiais; e demissão dos elementos do Exército [...] suspeitos ao Governo ou que contra ele tramarem. Deportação dos *extretas*. Censura da imprensa. (MONTEIRO, 1932, p. 1).

Nesta passagem, verifica-se, mais uma vez, traços da liderança de Góes em nível de comando estratégico, demonstrando completo entendimento dos objetivos que se deseja atingir e dos meios disponíveis, bem como capacidade para trabalhar ativamente para moldar o ambiente de forma favorável à consecução desses objetivos.

Acrescenta Ramos (2011, p. 21) que Vargas, no entanto, preferiu o caminho político e, a 14 de maio de 1932, publicou o Decreto nº 21.402, criando uma comissão para elaborar o anteprojeto da futura constituição e fixando o dia 3 de maio do ano seguinte para a realização de eleições constituintes. O decreto, no entanto, não conteve a insatisfação paulista, que ganhou as ruas sob a forma de novas manifestações.

Estimulados pelos “*perrepistas*” e democráticos, manifestantes incendiaram a sede da Legião de Outubro, de que era chefe o coronel Miguel Costa. Os partidários da Legião que se encontravam nas imediações decidiram resistir. Houve tiros de lado a lado, resultando em quatro mortes no lado paulista: Mário Martins de Almeida, Cláudio Bueno Miragaia, Dráusio Marcondes de Sousa e Américo Camargo de Andrade. Eram todos jovens e conhecidos no âmbito de suas relações por Martins, Miragaia, Dráusio e Camargo. Das iniciais desses nomes e prenomes formou-se a sigla MMDC para designar o movimento que se transformaria numa das místicas mais significativas da Revolução Constitucionalista. (RAMOS, 2011, p. 21-22).

Diante desses acontecimentos, as lideranças revolucionárias foram paulatinamente substituídas, por membros da FUP, nos principais cargos no Governo de São Paulo, culminando com o afastamento de Góes do comando da 2ª RM. Ainda por interferência da FUP, Vargas nomeou o general Luís Inácio Pereira de Vasconcelos para comandar a 2ª RM.

No entanto, as notícias recebidas de São Paulo não eram tranquilizadoras para o governo federal e a situação permanecia tensa. Góes Monteiro pressentia que uma nova revolução sacudiria o País.

5.7 GÓES MONTEIRO NO COMBATE AOS CONSTITUCIONALISTAS

5.7.1 A preparação contrarrevolucionária

As precauções de Góes tinham fundamento e a 9 de julho de 1932, foi anunciado o início das operações militares contra o Governo Provisório.

De acordo com Ramos (2011, p. 23), Góes foi chamado ao palácio Guanabara ainda naquela noite, sendo informado dos pormenores do levante. Tentou contato com as autoridades paulistas, mas percebeu logo, pelas evasivas, que estes estavam solidários aos revoltosos. Góes Monteiro acreditava que outros também deveriam estar, assinalando o seguinte:

Naquela mesma noite, transmiti, pelo telefone, várias ordens ao meu Chefe de Estado-Maior, General Pantaleão Pessoa. Entre elas, ocupar imediatamente Barra do Pirai e dar ordem a todas as unidades sediadas no Distrito Federal e no Estado do Rio para saírem de seus quartéis àquela mesma hora. [...] É que eu sabia que o General João Gomes e numeroso grupo de oficiais iriam tentar sublevar as unidades aquarteladas na Vila Militar. [...] Ora, com a tropa na rua e em movimento para certos pontos que designei, dificilmente, se poderia tentar revoltá-las. (MONTEIRO apud COUTINHO, 1956, p. 192).

Aqui, verifica-se, mais uma vez, traços da liderança de Góes em nível de comando estratégico, demonstrando elevada capacidade em formular metas estratégicas e conceitos-chaves ao cumprimento da missão.

Ainda naquela noite, passou a planejar as operações, tomando como base a imediata penetração em território paulista de tropas governamentais de todas as procedências possíveis, com o fim de isolar a insurreição em seu ponto principal de irradiação. O plano previa ainda o deslocamento de tropas da 5ª RM para a rota de Itararé, ocupando de imediato o eixo da Estrada de Ferro Sorocabana; a concentração de efetivos no vale do Paraíba, guardando as linhas de comunicações rodoviárias e ferroviárias com o Rio de Janeiro; o cerco naval do porto de Santos e a utilização de esquadrilhas aéreas para observar a movimentação do inimigo em suas áreas de atuação. (RAMOS, 2011, p. 23-24).

Verifica-se nesta passagem a atuação de Góes Monteiro como líder estratégico, trabalhando num ambiente não estruturado e ambíguo, onde as soluções para os problemas deixam de ser claras e passam a ser difusas.

O General Cordeiro de Farias (apud CAMARGO; GÓES, 1981, p. 218), ao ser perguntado sobre quem definiu a estratégia militar das forças governistas em 1932, assim respondeu: “Eram duas frentes inteiramente distintas. Acredito que a frente de Minas estivesse subordinada a uma estratégia traçada no estado-maior de Góes Monteiro, com seu assentimento”.

Ao alvorecer de 10 de julho, Vargas, depois de vencer sérias resistências da parte de Góes Monteiro, conseguiu convencê-lo a assumir o Comando em Chefe das Forças do Leste (Vale do Paraíba).

Depreende Freixinho (1997, p. 261-262) que Góes Monteiro assumia, naquela ocasião, o papel de paladino da legalidade em defesa do Governo provisório discricionário, colocando sua espada e seu prestígio a serviço da lei e da ordem. Sem dúvida, uma atitude perfeitamente lógica à luz da sua formação militar, pois que, agora, em 1932, estava em jogo uma causa muito mais profunda: a preservação da unidade e da integridade do País – ameaçada pelo radicalismo de alguns democráticos paulistas. Revertera, pois, à posição legalista que sempre sustentou na carreira das armas.

Descreve Ramos (2011, p. 24) que Góes combinou com o chefe de polícia do Distrito Federal, capitão João Alberto, medidas preventivas de segurança na retaguarda, para evitar que manifestações públicas de simpatia aos rebeldes servissem de estímulo para que alguns generais descontentes com o governo repetissem contra Vargas a atitude que a junta de 1930 havia tomado contra Washington Luís. Góes presumia que essa era a expectativa dos paulistas, único motivo que explicava a paralisação das tropas rebeldes de Euclides Figueiredo em Cruzeiro (SP), quando a lógica seria que elas avançassem pelo menos até Barra do Piraí (RJ). Por outro lado, procurava ganhar tempo na esperança que surgisse fato novo capaz de encaminhar a crise para uma solução pacífica, evitando a luta fratricida.

5.7.2 As operações militares

Assegurada a segurança em sua retaguarda, Góes Monteiro seguiu para a frente do Vale do Paraíba. Conseguiu, em prazo relativamente curto, a quebra do moral combativo dos rebeldes, antes mesmo que fosse necessário desencadear a

ofensiva geral em preparo, envolvendo um efetivo da ordem de quarenta mil homens do Exército do Leste, sob o seu comando. (FREIXINHO, 1997, p. 278).

O General Cordeiro de Farias, ao ser perguntado sobre as características desse conflito, assim se referiu:

A convicção de que o confronto era de natureza política e não ideológica entre o Brasil e São Paulo determinou o caráter das batalhas militares. Havia sempre, pelo menos de nossa parte, o propósito de evitar derramamento de sangue. Não éramos inimigos, mas adversários. Quando duas tropas se encontravam, procurava-se evitar o confronto e negociar uma rendição pacífica. (CORDEIRO DE FARIAS apud CAMARGO; GÓES, 1981, p. 218-219).

Diante do mau logro da campanha paulista, Góes Monteiro foi designado para negociar um armistício com os rebeldes, representando o Governo, conforme descrito na correspondência de Getúlio Vargas para o General, abaixo transcrita:

O Governo Federal concorda com a suspensão das hostilidades com os rebeldes de S. Paulo, por meio de um convênio em que se estabeleça prazo para a deposição das armas e outras medidas de *character* militar, sem que possa ser objeto de discussão, durante este prazo ou posteriormente, quaisquer acordos políticos ou condições de paz. Para a realização desse objetivo, o General Pedro Aurélio de Góes Monteiro tem poderes de Delegado do mesmo Governo. (VARGAS, 1932, p. 1).

Esta designação é indicativa da confiança que Getúlio Vargas depositava em Góes Monteiro, bem como da liderança que o mesmo exerceu nos combates aos revolucionários de 1932.

Por determinação de Góes Monteiro, a Força Pública Paulista assumiu o governo do Estado e o comando da 2ª RM (São Paulo e Mato Grosso) foi assumido pelo General Daltro Filho, um dos comandantes de destacamento do setor do Vale do Paraíba que, de imediato, ocupou a capital bandeirante com tropas do Exército. (FREIXINHO, 1997, p. 292-293).

5.7.3 Consequências da Revolução

A Revolução de 1932 trouxe uma série de implicações que interferiram significativamente no curso da História Republicana e do Exército Brasileiro. Muitas destas tiveram a influência direta da ação do General Góes Monteiro.

Ao final do conflito, Vargas convidou Góes Monteiro para assumir o cargo de Interventor de São Paulo, o qual foi recusado. Ao regressar ao Rio de Janeiro, Góes

Monteiro foi promovido a general-de-divisão atingindo, aos 43 anos de idade, o último posto então existente no Exército. Por conseguinte, foi nomeado Inspetor do Grupo de Regiões Militares, abrangendo o território nacional, desde o Rio de Janeiro até o extremo norte. Assim, afastou-se, aparentemente dos problemas relacionados à Revolução de 1932.

Atento ao desarmamento dos espíritos em favor dos que tomaram parte da Revolução Paulista, Góes passou a advogar pela efetivação de medidas políticas de clemência e de anistia. Sobre isso, declarou o General:

Como sei que, por educação ou atavismo, entre os defeitos das elites brasileiras, mal formadas, predominam a intolerância, o egoísmo e as rivalidades sem conta, que atingem às raias do impatriotismo e da falta de bom senso, da negação do espírito de justiça ou equidade – meus temores não cessavam de crescer. Logo tratei de alcançar medidas de clemência e de anistia, mesmo parcialmente, até que a Assembleia Constituinte, que fora convocada para reunir-se naquele mesmo ano, resolvesse em definitivo. (MONTEIRO apud COUTINHO, 1956, p. 235).

Entende Freixinho (1997, p. 294) que a vitória do Governo Federal sobre os rebeldes paulistas, em outubro de 1932, assegurou a supremacia da União ante os estados mais poderosos e restabeleceu a disciplina formal e hierárquica nas Forças Armadas. No entanto, persistiam crises potenciais entre os membros da alta direção do Exército, quanto ao encaminhamento de determinadas questões políticas e administrativas. Forjaz (1988 apud PINTO, 1999, p. 296) faz menção a Góes Monteiro como “[...] aquele que se tornaria a partir de 32 o promotor da homogeneização das Forças Armadas”.

Nesse novo quadro, Góes passou a advogar a tese de que, para ter êxito, qualquer intervenção militar no cenário político nacional deveria ser conduzida e respaldada pela mais alta hierarquia das instituições militares. Assim, esgotou-se, após a Revolução de 1932, a mística tenentista e os seus integrantes se dispersaram, tomando rumos distintos: retornando às Forças Armadas, como Cordeiro de Farias, vinculando-se a posições político-administrativas, como Juracy Magalhães, ou passando a ser militantes das correntes autoritárias comunista ou integralista, como Luiz Carlos Prestes. (FREIXINHO, 1997, p. 295).

Considera Bretas que esta transformação no pensamento de Góes Monteiro, ocorrida em 1932, é claramente perceptível em seu livro *A Revolução de 30 e a Finalidade Política do Exército*, assim descrevendo:

Nos primeiros artigos discute as possibilidades da revolução de 1930, a infinidade de problemas que ela devia encarar e mesmo algumas conquistas imediatas: “a) de um modo geral moralidades na administração pública; b) saneamento parcial; c) respeito aos direitos individuais, apesar dos poderes discricionários das autoridades; d) aplicação lógica das rendas e economia intransigente [...]; e) indícios claros de tendências progressistas no domínio político-social e jurídico com adoção de novas normas do governo que poderão nos conduzir a nos fixarmos num sistema ou num regime que mais nos convenha, encaminhando e assegurando as soluções vitais da nacionalidade sobre a base da unidade política, autonomia administrativa, representação de classes e associações do interesse coletivo, centralização maior pelo Estado, etc.; f) [...] a indisciplina fatal, fruto da revolução, tende a desaparecer; g) instituição de um Governo Provisório forte e que se manterá dentro dos princípios e imposições da moral e do direito, capaz de organizar as forças vivas da nação e impeli-las no caminho da ordem e do progresso”. (BRETAS, 2008, p. 48).

Assinala Carvalho (2005, p. 95) que apesar da vitória na Revolução de 1932, a campanha demonstrou a precariedade do Exército como máquina de guerra e Góes Monteiro passou a pressionar o Governo no sentido de dotar o País de Forças Armadas aparelhadas para executar suas tarefas internas e externas. Para isso, formulou um documento que enviou a Vargas, no início de 1934, propondo uma série de medidas de caráter militar, incluindo a criação do Conselho Superior de Defesa Nacional. Fortalecia-se, assim, a liderança do General Góes Monteiro na condução do Exército.

O General Geisel ao ser perguntado se, até o golpe de 37, outras lideranças rivalizavam com Góes Monteiro pelo poder, dentro do Exército, respondeu:

Sim. Um dos problemas que o Góes teve, depois da Revolução de 32, foi com o General Valdomiro Lima. O General Valdomiro tinha passado para a reserva no tempo de Bernardes, mas participou da Revolução de 30 e reverteu ao Exército como General. Na Revolução de 32, foi o comandante das Forças legais do Sul. Logo após a vitória do Governo, foi o interventor federal em São Paulo. Depois voltou para o Exército e aí começou a disputar com o Góes. E houve sério conflito entre eles. Acabou o Valdomiro sendo preso, destituído de comando, apesar de ter uma certa boa vontade de Getúlio por causa do parentesco que tinha com dona Darcy. (GEISEL apud D'ARAÚJO; CASTRO, 1997, p. 78).

O General Cordeiro de Farias (apud CAMARGO; GÓES, 1981, p. 225), ao ser perguntado se havia uma grande disputa de liderança entre Góes Monteiro, Daltro Filho, Guedes da Fontoura e Valdomiro Castilho de Lima, respondeu: “Bom, entre o Guedes e o Góis eu concordo. Mas era uma luta entre um gato e um leão. Quanto ao Valdomiro, não sei”.

O general Néilson de Melo (LIMA, 1986 apud PINTO 1999, p. 294), participante do movimento tenentista e aliado de Vargas até o regresso da FEB,

assim se referiu à participação de Góes na Revolução de 1932: “Voltou vitorioso e fortíssimo e aí dominou politicamente o Brasil durante muitos anos”. (PINTO, 1999, p. 294).

Entende Hayes (1991, p. 161) que a Revolução de 1932 serviu para relembrar os chefes militares sobre os valores da mística, que levaram o Exército a se tornar guardião da integridade política e territorial nacional e propiciou ao Governo a oportunidade de se livrar de muitos oficiais que pertenciam ao velho regime.

5.8 GÓES MONTEIRO E A COMISSÃO CONSTITUCIONAL DE 1932

Após a derrota dos paulistas, teve início um esforço político de reconciliação nacional. Em novembro de 1932, sob a presidência do chanceler Afrânio de Melo Franco, foi composta a chamada Subcomissão do Itamarati, com a finalidade de elaborar um anteprojeto de Constituição, que seria levado à apreciação da Assembléia a ser eleita em maio do ano seguinte. (RAMOS, 2011, p. 26). O General fez parte dessa Subcomissão, mas, no entanto, as suas concepções políticas encontraram forte resistência dentro na mesma, pois a maioria dos seus membros advogava por se fazer apenas uma revisão da Constituição de 1891.

Góes Monteiro defendeu nessa Subcomissão a ideia de um Estado integral, corporativo, composto de um Executivo forte, de uma câmara classista e de um conselho político, representando igualmente todos os estados, com poder de veto sobre as decisões da câmara. Assim, considerava o General:

O interesse nacional e, por conseguinte, o interesse coletivo deve ser a resultante dos interesses parciais, isto é, dos interesses das classes; e a lei, que corresponde às necessidades de tais interesses, deve resultar da colaboração do governo com a assembleia assim constituída. Se alguma vez houvesse uma colisão dos interesses das classes com os interesses gerais ou nacionais, então interviria um órgão capaz de vetar essa resolução, composto de dois representantes políticos de cada estado, mas sem as funções do antigo Senado. Seria o grande Conselho da República ou o Conselho Supremo Nacional, como foi dito. (MONTEIRO apud BRETAS, 2008, p. 52).

Descreve Ramos (2011, p. 27) que Góes defendeu também a concessão da anistia aos militares que lutaram do lado de São Paulo em 1932, como forma de eliminar as tensões dentro das forças armadas. Participou ativamente das

discussões em torno do capítulo constitucional denominado “Defesa nacional”, sustentando a institucionalização do critério de merecimento para reger as promoções militares. Em sua opinião, o Conselho Superior de Segurança Nacional, cujas atribuições seriam mais tarde fixadas pelo artigo 159 da Constituição, deveria ser o órgão responsável pela determinação de diretrizes políticas para o setor, sem intromissão nas atividades específicas do Exército.

Ainda na Subcomissão do Itamarati, Góes manifestou-se contrário à extinção das forças policiais dos estados, contrariando o ponto de vista de Augusto do Amaral Peixoto. Opôs-se também à idéia de federalização dessas milícias, sob a alegação de que isso acarretaria encargos financeiros insuportáveis para a União. (RAMOS, 2011, p. 27).

Assinala Carvalho (2005, p. 82) que outra preocupação de Góes Monteiro nessa Subcomissão foi com a legislação sobre a participação de militares em organizações de caráter político-partidário. Defendeu a proibição total desta participação, a proibição de voto, a agregação de vantagens decorrentes de cargos eletivos e a obrigatoriedade de que uma vez eleito o militar deveria passar imediatamente para a reserva. O objetivo dessas medidas era eliminar contaminações que pudessem minar o Exército. Segundo Góes Monteiro, só se podia admitir a atuação do Exército “como força militar em bloco”, sem contestações internas.

Em texto de Góes Monteiro sobre a Revolução de 1932, o General já apresentava esse pensamento, assim descrevendo:

A experiência [...] tem demonstrado sobejamente o quanto é prejudicial, para a Nação e para o Exército, não impedir constitucionalmente que os militares pertençam a associações partidárias e exerçam o direito *activo* do voto, como os demais cidadãos. [...] Formando *officiaes* partidários dos políticos A ou B, ou das facções C ou D, presos a interesses regionalistas e prestando-se, consciente ou inconscientemente, aos manejos em proveito desses políticos e dessas facções, certo é que os outros militares, toda vez que se oferece oportunidades, não queiram imitar os exemplos ou não se deixem influenciar por eles. (AN – FGM, SA 688-6, p. 458-459).

No entanto, por ocasião das votações da Constituinte, quase todas essas sugestões foram derrotadas.

5.9 GÓES MONTEIRO E A PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Com o fortalecimento político de Góes Monteiro, após a Revolução de 1932, vários parlamentares passaram a assediá-lo para que se candidatasse à Presidência da República. Estes chegaram a apresentar uma lista contendo cento e vinte e oito assinaturas dos constituintes que votariam em Góes Monteiro. Vargas, pressentindo o crescimento do nome de Góes Monteiro à sua sucessão e ambicionando continuar no poder, com o propósito de esvaziar a manobra da oposição, nomeou o General para o Ministério da Guerra. Acreditava que com isso, seguramente, Góes se inibiria moralmente de competir com o amigo e o chefe que lhe manifestava tanta confiança e admiração. (FREIXINHO, 1997, p. 297). Sobre esta nomeação, Góes Monteiro assim comenta:

[...] solicitei com certa veemência que não a consumasse. Respondeu-me o Presidente que o decreto de nomeação já se achava em via de publicação no Diário Oficial e que ele não o cancelaria. Retruquei que [...] feria meus melindres ter de aceita-lo da forma como era colocado em minhas mãos – uma espécie de imposição. O Sr Getúlio, sempre sorridente, levantou-se e disse-me, pausadamente: “Se é disso somente que o senhor vem tratar comigo, estamos entendidos e o assunto encerado. Vá preparar-se para assumir o seu novo posto [...] Não tive outro remédio senão despedir-me e tomei posse no mês de janeiro de 1934, verdadeiramente acabrunhado”. (COUTINHO, 1956, p. 255).

Descreve Ramos (2011, p. 27-29) que, no entanto, as articulações para a candidatura de Góes Monteiro continuaram. A iniciativa foi lançada em sessão da Constituinte no dia 11 de abril de 1934, por intermédio do deputado mineiro Cristiano Machado, do Partido Republicano Mineiro (PRM). Esta proposição não prosperou, em razão da oposição da bancada paulista, ressentida pela derrota na Revolução de 1932, e das oposições de Benedito Valadares (Governador de Minas Gerais) e Flores da Cunha (Governador do Rio Grande do Sul), favoráveis à candidatura de Getúlio Vargas.

Considera Freixinho (1997, p. 40) que Góes Monteiro não se engajou decisivamente para essa candidatura, assim afirmando: “Parece que Góes Monteiro tinha mais prazer em empenhar-se em articulações políticas em torno da conquista e manutenção do poder, do que em exercê-lo pessoalmente, com toda a plenitude. Quando essa oportunidade surgia, esquivava-se”.

Sobre isso, acrescenta Cordeiro de Farias:

Góis foi uma figura decisiva. Era um homem de inteligência fora do normal, profundo conhecedor de história militar. [...] Foi um eterno candidato à presidência da República, embora jamais tenha apresentado abertamente sua candidatura e ido até às últimas consequências. Em 1934, Góis se colocou contra Getúlio. Ao perceber a derrota inevitável, retirou-se. (CORDEIRO DE FARIAS apud CAMARGO; GÓES, 1981, p. 167-168).

A opinião de Nero Moura, que foi piloto de Vargas durante o Estado Novo e Ministro da Aeronáutica em seu segundo Governo, coincide em vários pontos com a do general Cordeiro:

O Góis era um político fino, inteligente e honesto. Agora, tinha uma ambição: ser presidente. Mas nunca conseguiu ser e ele tinha força para isso, o Exército inteiro o respeitava. Desde 30 ele tinha ascendência sobre todo o pessoal do Exército. Ele conduzia os generais todos a seu bel-prazer e de acordo com o Getúlio. (LIMA, 1986 apud PINTO, 1999, p. 294).

Por outro lado, Alzira Vargas do Amaral Peixoto (1960 apud PINTO, 1999, p. 294) não concorda com essa pretensa candidatura: “Seu sonho sempre foi implantar no Brasil [...] um governo tutelado pelo Exército do qual seria ele o fiador. [...] Em 1934 tentou ser o amigo perigosamente indispensável e não candidato a Presidência, como supus inicialmente”.

As posições sobre a possível candidatura de Góes Monteiro à Presidência, em oposição a Vargas, são conflitantes, não sendo possível afirmar taxativamente se o mesmo nutria esta ambição. Oficialmente, porém, Góes negava essa pretensão, conforme se verifica nas correspondências trocadas com o Cap Pedro de Magalhães Filho, Patrono do Centro dos Reformados, Reservistas e Auxiliares da Força Pública do Estado de São Paulo a Góes Monteiro, em 1934:

Tendo sido levantada a candidatura de V. Excia à Presidência da República, pelo Club 3 de Outubro, pelo Partido Evolucionista e pelo Sr. Christiano Machado deputado por Minas, em nome do Partido Republicano Mineiro, e agora V. Excia pelos jornais em entrevistas declarando não concordar com a sua candidatura, o abaixo assinado vem pelo presente, à presença de V. Excia para pedir a ela não se opor, porque para o bem do Brasil V. Excia não tem o direito de a recusar, mesmo que rolem cabeças, pois se tal acontecer, é porque é preciso. [...] Sr Ministro, V. Excia, como cidadão de grande saber e merecimento, estimado como cavalheiro puro e honesto, sendo como é, a encarnação mais completa, mais vibrante e mais autêntica dos fundadores da República nova, não pode recusar para felicidade da Nação, o sacrifício que o povo lhe quer impor, qual seja o de aceitar a Presidência da República, pois a nova República precisa de um homem forte como V. Excia, para governa-lo e [...].(AN – FGM, SA 218-1-1, 1934, p. 321).

Em resposta, Góes Monteiro assim se pronunciou:

Agradeço do fundo do coração, as bondosas referências feitas à minha pessoa, e devo declarar-lhe que elas servem não para me envaidecer, porque reconheço o meu lugar, minha capacidade e minhas possibilidades, mas confortar-me, principalmente sob o ponto de vista moral. Nunca aspirei nem aspiro a elevada função de Chefe da Nação. Acostumado, desde a infância, ao trabalho impessoal, logo que ingressei no Exército a ele tenho dado todas as minhas energias e espero continuar a trabalhar em prol de sua grandeza. (AN – FGM, SA 219-2, p. 324).

5.10 GÓES MONTEIRO E O MINISTÉRIO DA GUERRA

Assinala Carvalho (2005, p. 82-84) que a nomeação de Góes Monteiro para o Ministério da Guerra, em 1934, foi o ápice da recomposição do Exército, diante das inúmeras ameaças à hierarquia e à disciplina, surgidas após a Revolução de 1930. Uma demonstração clara disso é que, em 1935, todos os generais-de-brigada já tinham sido promovidos pelo Governo Revolucionário, com a participação decisiva de Góes Monteiro. A correspondência, abaixo transcrita, do General Daltro a Góes Monteiro, em 1934, é indicativa desta participação:

Meu caro Góes. Anda constando por aqui, que você se preocupa com a promoção de novos brigadeiros. Em conversa já lhe falei nos nomes dos Coronéis João Marcelino Ferreira da Silva, Heitor Pires de Carvalho Albuquerque e José Fernandes Affonso Ferreira. São realmente *optimos* comandantes, razão pela qual eu insisto em chamar sua atenção para todos eles. (AN – FGM, SA 201-9, 1934, p. 49).

Ao ser convidado por Vargas para assumir o cargo de Ministro da Guerra, Góes enviou-lhe uma carta, contendo subsídios para realizar uma reforma substancial no Exército. Tratava-se não mais de uma exposição de ideias, mas de uma proposta de política de Estado, antecedida por uma crítica contundente ao Governo Provisório. (PINTO, 2005, p. 97). Considera Bretas, que com a posse de Góes Monteiro no Ministério da Guerra, este documento serviu de base às reformas realizadas e acrescenta:

É aqui que encontramos o projeto político e militar do General Góes Monteiro expresso em sua forma mais acabada. O documento se divide em três partes: uma carta a Getúlio em que aborda a política brasileira, uma parte intitulada “Política da Guerra” em que defende a preparação do Brasil para um conflito internacional e uma parte intitulada “Problemas do Exército”, na qual apresenta as reformas de que este necessita. (BRETAS, 2008, p. 47).

Ao abordar a política da guerra, Góes tratava da organização nacional, do trabalho, da produção, das comunicações e de questões sociais. Por fim, reafirmava que a Constituinte produziria uma Carta nos moldes da de 1891 e restariam as Forças Armadas, que deviam permanecer atentas. Para Góes, o Exército moderno é o instrumento de ação política de que a nação dispõe para resolver as questões do interesse dela, “quando falham outros recursos ou quando convém empregar a violência justificada, como medida extrema e salvadora [...]”. (PINTO, 2005, p. 97).

No que se refere aos problemas do Exército, salientava que só seria possível assumir as responsabilidades do cargo se houvesse garantia do Governo para o atendimento das necessidades inadiáveis. Assim, assinalava Góes Monteiro:

[...] se for mantido o regime instituído em 1891, se o movimento revolucionário continuar a rodar sobre si mesmo, sem estabelecer uma nova ordem de coisas, diferente da atual e capaz de disciplinar todas as forças e revigorar o organismo da Nação – será difícil impedir novos colapsos na coletividade brasileira, e o Exército dificilmente poderá ser concertado. De outro modo, devo dizer a V Exa, prefiro continuar a prestar a minha contribuição ao Exército, fora do Governo, prontificando-me, quando for oportuno e se fizer a recomposição ministerial, auxiliar V Exa na escolha do novo Ministro da Guerra, se for do agrado de V Exa. (MONTEIRO, 1934b, p. 1).

Góes Monteiro (1934b, p. 3) acrescenta na proposta a necessidade de revisão dos quadros, pelos processos mais enérgicos, de modo a *homogenizá-los* pela seleção de valores e permitir o seu mais amplo rendimento, inclusive a formação de técnicos e especialistas. Para isso, devem então regular em novas leis ou em alterações das existentes: a reorganização geral do Exército em tempo de paz; serviço militar; a mobilização geral; a lei dos quadros (reajustamento dos atuais, promoções, movimento, técnicos e especialistas); organização e preparação das reservas; e outras leis complementares.

Considera que o plano de reorganização progressiva deve permitir a sua integral realização dentro de um *septenato*, e conter linhas flexíveis para a introdução de variantes que as circunstâncias vindouras possam determinar. Ao fim do *septenato*, o Exército deverá ter em pleno funcionamento os órgãos essenciais do Comando e dos serviços e lançadas as bases principais da mobilização geral que a preparação do pessoal e do material permitir, de modo a se contar com o domínio aéreo e marítimo, e com um Exército de campanha, para o primeiro choque, “representado por um certo número de GU, desdobráveis, constituídos em divisões

de Infantaria e de Cavalaria, tipo brasileira, aligeirado [...]”. (MONTEIRO, 1934b, p. 3-4).

Considera Freixinho (1997, p. 314-317) que tudo indicava que Góes Monteiro, ao assumir a chefia do Exército em janeiro de 1934, estava movido por claras e fortes intenções de empreender uma evolução na instituição, visando transformá-la em instrumento atuante na política nacional, sob a direção da alta hierarquia militar. Acreditava Góes que o Exército deveria ter uma política própria no seu relacionamento com as demais instituições do País e que essa política deveria ser formulada, manifestada e posta em execução pelo comando superior da Força Terrestre, única e exclusivamente. Nesse contexto, só o Ministro da Guerra, como chefe do Exército, devia falar e agir em nome da instituição.

De acordo com Bellintani (2009, p. 402-403), à frente do Ministério da Guerra, Góes Monteiro estabeleceu uma série de mudanças, com vistas à reorganização do Exército. Dentre estas, destacam-se: o Regulamento do EME, a Lei de Organização Geral do Ministério da Guerra, a Lei de Reorganização Geral do Exército, a Lei do Serviço Militar, a Lei de Regulamentação do Movimento de Quadros do Exército em Tempos de Paz, a Lei do Estado de Sítio e Agressão Estrangeira. Sobre isto, acrescenta Magalhães:

O biênio de 1934-1935 foi marcado por uma grande tentativa de realização de reformas orgânicas profundas no Exército. O valor das leis de 1934-1935 é fartamente atestado pelos fatos, alguns dos quais não admitem interpretações. Formam um conjunto de capital importância definindo uma reestruturação geral do mecanismo militar do país. Parecia um desafogo de aspirações e concepções entretidas de data anterior, pelos tipos de melhor cultura profissional dos nossos quadros militares, acentuadamente após a atuação da MMF. (MAGALHÃES, 2001, p. 343-344)

A Lei de Promoções de 1934 buscava, em sua essência, ajustar o mecanismo de acesso na hierarquia dos quadros de oficiais do Exército, pois, até então, prevaleciam normas estabelecidas no tempo da Monarquia, com pequenas modificações e interpretações trazidas no período republicano. A preocupação de eficiência da escala hierárquica dessa lei é acentuada em vários dispositivos, como os que definem o merecimento, valorizando o tempo de serviço na tropa, o valor moral e a capacidade de ação. (MAGALHÃES, 2001, p. 345-347). Estas preocupações já eram claramente manifestadas por Góes Monteiro, conforme se verifica em trechos das suas reminiscências do Destacamento Mariante, publicadas em 1925:

Quando um *systema* mais racional de promoções estabelecerem, realmente, princípios que tragam recompensa ao mérito e ao trabalho profissional, em vez de fulminar aspirações lícitas, pelo uso e abuso de processos que só acarretam discórdias e desânimos, ter-se-á vencido um grande passo para o melhoramento do Exército. O colapso *actual*, se bem se investigar suas origens, não está longe de ter raízes na falta de confiança dos subordinados em seus superiores hierárquicos, cuja ascendência intelectual e moral sobre *aquelles*, muitas vezes é nenhuma. Um subalterno não se balançará a querer sublevar sua unidade com uma simples imposição da própria vontade, se reconhecer em seu comandante as qualidades de um verdadeiro chefe responsável. (AN – FGM, SA 636-6, p. 578).

Ao informar ao Presidente Getúlio Vargas sobre a entrada em vigor da Lei de Promoções de 1934, Góes Monteiro assinalou: “Inaugura-se, pois, uma nova *phase* no que concerne à formação e à seleção dos quadros de *officiaes*, cujo saneamento moral e profissional ainda deixa muito a desejar”. (AN – FGM, SA 185-11-1, p. 579).

O critério que presidiu a elaboração dessa Lei foi o mesmo da Lei de Movimentações dos Quadros, também de 1934. Esta visava valorizar os quadros, amortecendo a influência dos personalismos e aliviar os órgãos dirigentes de subalternas e desgastantes preocupações. Considera Magalhães (2001, p. 348-349) que os principais objetivos desta Lei eram: promover uma distribuição equitativa do ônus e das vantagens da prestação de serviços aos oficiais; assegurar, aos diversos elementos da organização, os quadros necessários ao seu funcionamento; e dar a toda a oficialidade a possibilidade de atuação na tropa e nas regiões militares principais do país, facilitando, no entanto, servirem, quanto possível, conforme suas preferências, sem o desmoralizante e injusto recurso aos pistolões.

Outra importante contribuição de Góes Monteiro à frente do Ministério da Guerra foram as mudanças na Lei do Serviço Militar, em 1934, que tornaram o Exército uma organização com canais mais abertos de entrada e saída.

Assinala Carvalho (2005, p. 75-76) que nas vias de entrada, o recrutamento e o sorteio passaram a atingir todas as camadas da população, com destacada contribuição dos tiros de guerra, das escolas de instrução militar e das escolas de instrução militar preparatória. Contribuiu para isso também a obrigatoriedade do certificado de serviço militar para o exercício de cargo público, incorporado à Constituição de 1934, por insistência de Góes Monteiro. Apertava-se, assim, o cerco ao cidadão na busca do objetivo do serviço militar obrigatório, pessoal e universal.

Não menos importantes foram as medidas nas vias de saída. O Exército, até então, recebia os soldados da sociedade e só os devolvia apenas por expulsão ou por final de carreira. Com o sorteio, isso foi progressivamente sendo alterado, passando a predominar no efetivo do Exército os soldados recrutas que serviam um ano e voltavam à vida civil. A formação de reservas de oficiais começou a ser feita nos NPOR e CPOR, obrigando os alunos de escolas superiores a cumprirem o serviço militar. O serviço militar passou a atingir todas as classes e os soldados passaram a ser treinados e devolvidos à sociedade, favorecendo à ampla penetração do Exército na sociedade, a qual podia melhor influenciar. (CARVALHO, 2005, p. 77).

Acrescenta Carvalho (2005, p. 79-81) que além de abrir a sociedade ao Exército, fazia-se necessário fechá-lo à sociedade. As medidas tomadas para isolar a organização concentraram-se na seleção e na formação do corpo de oficiais. Foram estabelecidas regras mais rígidas para o ingresso nas escolas preparatórias de cadetes e nos colégios militares, impondo-se restrições em relação à situação familiar dos candidatos, nacionalidade, religião, orientação política e condição moral. O objetivo era homogeneizar ideologicamente o oficialato e imunizá-lo contra doutrinas consideradas corrosivas à corporação.

Assinala Magalhães (2001, p. 350-352) que um aspecto característico das reformas do biênio de 1934-1935 é que o mecanismo do Exército passou a ser fixado em leis orgânicas, destinadas a durar longo tempo, e que definem o arranjo que lhe pode ser dado, conforme as condições circunstanciais que se apresentem, a exemplo da Lei de Organização Geral do Exército, que fixa o conjunto de princípios a obedecer para dar efetividade à existência do Exército. Esta Lei dá ao Ministro, além de sua função política, o papel de coordenador da ação do comando e da administração do Exército. Por esta Lei, ainda, fica estabelecido que o Chefe do Estado-Maior do Exército não é um mero dependente do Ministro da Guerra, mas um colaborador, possuindo responsabilidade exclusiva, sob certos aspectos, junto ao Governo.

As mudanças implementadas por Góes Monteiro evidenciam a elevada liderança transformacional, traço marcante na sua personalidade.

Com base nessas mudanças, o Exército deixou de funcionar apenas como uma instituição burocrática e começou a ganhar o perfil de uma verdadeira instituição militar. (BELLINTANI, 2009, p.408). Considera Moraes (2009, p. 78-79)

que sob as ordens de Góes Monteiro, a instituição se modernizou e a hierarquia se restabeleceu. Uma demonstração clara dessa modernização é que depois de 1930 todas as ações político-militares ocorridas no País, com exceção da revolta de 1935, foram efetivadas pelos oficiais dos mais altos postos, não havendo mais espaços para o tenentismo político. Em síntese, começou a história da ação político-militar de matriz institucional do Exército.

De acordo com Freixinho (1997, p. 314-317), no entanto, a implantação da linha de atuação por Góes Monteiro à frente da pasta da Guerra tornou-se impraticável, principalmente pelo descontentamento de alguns chefes militares, com o episódio da participação do General na disputa pela Presidência da República; pelo desgaste decorrente da questão do reajustamento dos vencimentos dos militares; e, pelo desentendimento do Ministro com o Governador do Rio Grande do Sul, Flores da Cunha, que desfrutava, naquela ocasião, de crescente prestígio no cenário político do País. Sobre isso, comenta Góes Monteiro:

Como Ministro, começaram cedo os meus desgostos. Pouco antes da promulgação da Constituição, já tivera um desentendimento com o Sr. Flores da Cunha, devido ao meu suposto "*bonapartismo*"; mas a intervenção de amigos comuns encerrou o caso, tendo ficado dele, porém, alguns ressentimentos. (COUTINHO, 1956, p. 258).

Como decorrência desses desgostos, em 7 de maio de 1935, Góes enviou correspondência a Getúlio Vargas, pedindo demissão do Ministério da Guerra. Abaixo, trechos da transcrição da resposta de Getúlio ao General:

Deante do firme propósito manifestado, e que agora reitera pela terceira vez, não me julgo no direito de continuar a insistir pela sua permanência naquele elevado posto da administração nacional. Tendo acompanhado a sua brilhante carreira militar, de Tte. Cel. A General de Divisão, e mantido convivência continuada durante quase cinco anos, através de acontecimentos de grande repercussão na vida do país [...] pude não apenas fazer-me seu amigo como também conhecer de perto as suas qualidades mais notáveis, de caráter, inteligência, de capacidade profissional e espírito de dedicação. Foi o reconhecimento dessas qualidades, que tão merecido prestígio lhe criaram no seio do Exército e no país, que me levou a confiar-lhe o alto cargo de Ministro da Guerra. O que fez como Ministro, dedicada e patrioticamente, de todos conhecido. O seu amor ao Exército se traduziu num trabalho proveitoso e pertinaz, em iniciativas e medidas de grande alcance profissional. Dentro e fora do Exército, jamais desprezou oportunidade ou poucos esforços para bem servir ao país e à nobre classe a que pertence. (VARGAS, 1935, p. 5).

Desse modo, em maio de 1935, Góes Monteiro deixou o Ministério da Guerra, sendo substituído pelo general João Gomes.

5.11 SÍNTESE DO PENSAMENTO POLÍTICO DE GÓES MONTEIRO

5.11.1 Influências ideológicas

Conforme se pode verificar no presente capítulo, diante do ambiente caótico dos primeiros anos do Governo Vargas, Góes Monteiro distanciou-se dos ideais tenentistas e retomou a sua posição legalista. Passou a desenvolver uma série de ideias, as quais foram consubstanciadas numa doutrina que recebeu o seu nome. Os principais fundamentos desta Doutrina foram publicados pelo General, em 1934, no livro intitulado *A Revolução de 30 e a finalidade política do Exército*. (FUNDAÇÃO LIBERDADE E CIDADANIA, 2011, p. 4).

No exame do conjunto das ideias de Góes Monteiro, verifica-se a grande presença do pensamento autoritário, que se formou no Brasil, sobretudo, a partir da Primeira República, tendo Alberto Torres e Oliveira Viana como os seus principais representantes.

Assinala Pinto (1999, p. 301-302) que Alberto Torres tinha inspirações positivistas em sua formação, destacando-se na sua obra: o grande nacionalismo; a preocupação com as ameaças da ordem internacional imperialista e a defesa de um governo forte e hierarquizado, em que a autoridade seria legitimada pela capacidade de elites selecionadas. Góes Monteiro tinha grande afinidade com o pensamento desse autor, a quem chegou a referir-se como “o maior de nossos pensadores políticos”.

Dos aspectos da obra de Oliveira Viana, vários podem ter inspirado os escritos de Góes, destacando-se: a preocupação com o estudo do Brasil; o predomínio do interesse coletivo; o horror ao conflito; a crítica ao individualismo e ao bacharelismo; e a defesa da centralização política, cabendo ao Estado promover as transformações, educar o povo com ênfase no civismo, manter a paz social, enfim, tutelar a nação. (PINTO, 1999, p. 302).

5.11.2 A Doutrina Góes Monteiro e a guerra

Um dos pilares do pensamento político de Góes Monteiro é a sua ideologia de guerra. Defensor de uma concepção “darwinista” das relações internacionais,

Góes não acreditava na possibilidade da paz mundial, em razão da agressividade inerente ao homem. Sobre isso, declara o General:

A guerra é natural porque humaniza mais o homem, tornando-o igual ao seu semelhante, pelas próprias contingências em que ela se passa. Fora da guerra, na “calma dos *paúes*”, o homem torna-se mais lobo do homem e não há medida capaz de aferir o drama vivido pelas sociedades, nas *quaes* o egoísmo e os vícios mais torpes tudo avassalam. [...] A paz é a guerra branca que não mata com brutalidade, mas, violenta os seres infelizes com torturas *physicas e moraes* de um requinte inominável. Mata a fogo lento. (AN – FGM, SA 688-6, p. 460-461).

Para ele, a guerra era inevitável e o imperialismo era uma característica natural das nações ascendentes e em processo de desenvolvimento. Considerava que as nações fracas e despreparadas para a guerra estariam, portanto, condenadas a serem dominadas ou a desaparecer, vítimas do imperialismo das grandes potências. Acrescenta Góes Monteiro:

O forte civiliza porque ataca para se defender. O sábio é um forte que procura desvendar os enigmas da natureza. O fraco, o débil só pode aspirar à paz tumular, vencido pela sua própria vontade. O forte luta para viver e sobreviver na espécie. O fraco tende a desaparecer pelo imperativo da seleção natural. (AN – FGM, SA 688-6, p. 461).

Para Góes Monteiro, de acordo com Saes (2011, p. 5-6), o Brasil era um país fraco e atrasado, sendo necessário, portanto, prepará-lo para que fosse capaz de sobreviver no contexto de luta selvagem que se anunciava. Assinalava o General:

A organização militar do *paiz* deve ser aparelhada de modo que *atenda eficazmente* às exigências da guerra, que é a sua suprema finalidade, e se torne, sobretudo, capaz de: utilizar, num prazo mínimo, os recursos de que pode dispor; empregar, tanto quanto possível, todos os recursos nacionais em homens, *animaes* e material de toda espécie. (AN – FGM, SA 824-3, p. 223). [...] Cumpre, porém, interessar a Nação pelo instrumento de sua defesa. Na guerra, não é o Exército que se *mobilisa*, é toda a Nação, que, *mobilizando* integralmente suas forças vivas, se vae bater. (AN – FGM, SA 636-6, p. 576). [...] Na futura guerra – as surpresas aéreas, eletro-químicas e mecanização poderão exceder a qualquer previsão. Não é sem apreensões que um Estado fraco e desprovido de meios industriais e de técnicos-especialistas deverá sentir a iminência de um conflito armado. (AN – FGM, SA 185-12-1, p. 592).

5.11.3 A Doutrina Góes e a política

Considera Prestes (1999, p. 13) que a Doutrina Góes incorporava as ideias provenientes das teorias corporativistas, coincidindo com as concepções adotadas

pelos setores ligados à burocracia civil, em particular no que se refere à preocupação com a superação dos conflitos sociais e a conseqüente promoção da conciliação das classes. Para Góes Monteiro a questão social da época podia ter duas soluções: “uma, a materialista, *defluente* das teorias de Carl Marx e Engels; outra, a *christã*, deduzida da *Encyclica* DE RERUM NOVARUM de Leão XIII”. (AN – FGM, SA 83-1-1, p. 807). Sobre este ponto, Góes assim se posicionava:

[...] A primeira solução, preconizada que foi pelo General Luiz Carlos Prestes, fez com que dele nos afastássemos. Ficamos com a segunda menos dolorosa e mais humana. [...] A segunda solução deu origem na Itália ao Fascismo, e em nosso *Paiz* poderá resolver, criteriosamente conduzida, a questão social agora aberta pelo General Luiz Carlos Prestes. [...] Eduquemos, então, depois desta transformação social, o patriciado para que não explore e o proletariado para que se não deixe explorar, reservando ao Estado o papel de regulador do equilíbrio das classes, dentro da Nação. (AN – FGM, SA 83-1-1, p. 807-810).

Para a solução das questões nacionais, Góes Monteiro sugeria um vasto elenco de medidas políticas que iam desde a promoção da indústria nacional, até planos que envolviam a educação moral, cívica e física, a imprensa e a organização sindical. Insistia no combate ao estadualismo, no reforço ao espírito de nacionalidade, na regulação da vida econômica, na reforma das instituições do Estado e lamentava não ter sido criado um partido social-nacionalista que fornecesse quadros para o Estado e guias para as massas. (CARVALHO, 2005, p. 95-96).

Atribuía importância decisiva à indústria nacional, em particular, na criação das indústrias de base, enquadradas como forças vivas da Nação, que considerava fundamentais para a modernização das Forças Armadas. Assinalava Góes (AN – FGM, SA 688-6, p. 463) que “A política que não se propuser a despertar e impulsionar as forças vivas da Nação, pela organização do Estado capaz da maior *somma* de produtividade delas, importará mais cedo ou mais tarde na tendência para a decomposição nacional”.

Considerava que as nações são constituídas pela massa anônima e seus condutores, pregando, assim, uma visão hierarquizada da sociedade, que entendia ser um destino fatal. A massa social, todavia, em geral, não apresenta características desejáveis de vigor racial, mentalidade uniforme, comunhão de interesses e compreensão da necessidade de organizar o trabalho e os meios de defesa. Desse modo, a mobilização nacional devia envolver, além dos recursos

materiais, a preparação do homem, incluindo a educação moral, física e cívica, além da formação de uma mentalidade coletiva que sobreponha o interesse nacional ao individualismo. (PINTO, 2005, p. 95).

Para Góes Monteiro, um grave defeito da República brasileira era o modelo de federalismo adotado em 1891, que concedeu exagerada autonomia aos estados, solapando os fatores unitivos da Nação e impossibilitando a formação de um Estado Nacional forte. Considera o General que:

Foi a pratica defeituosa de um regime inadequado que impediu a formação de uma ideologia nacional, que se manteve apenas por efeito das forças reflexas do passado, e não permitiu a organização da opinião pública, correspondente ao todo, isto é, á União, mas sim ás partes constitutivas. O Brasil tornou-se, como já disse, um corpo sem alma e por isso “caiu como cai um corpo morto” (MONTEIRO, s/d apud MORAIS JUNIOR, 2011, p. 10).

Esta era uma crítica tenaz ao estadualismo, sob as bases do caudilhismo, cujos ideais Góes assim considerava:

[...] ou submissão ou secessão. Para este fim um trabalho *systemático*, insidioso e continuado vem sendo posto em prática, sem desfalecimento, a partir de 1930. Não se detém uma Nação que pensa; mas, uma Nação que se detém imola-se. Com toda verossimilhança, antes dessa época o caudilhismo já existia, recôndito e inconfundível, desdobrando-se para além, cautelosamente. Pouco a pouco, foi tomando folego, impulso e vulto, e, hoje, se revela corporificado e dominador, através das suas tortuosidades e sensações, apenas desconhecidas dos ingênuos e dos ignorantes, dos cúmplices e dos oportunistas, que não querem vê-lo e senti-lo. Desmantelados todos os elementos de reação e de coesão nacional, resta o Exército, claudicante e convalescente, quando tudo mais for *arrazado* e reduzido à impotência. É contra ele, então, que a ofensiva se desencadeia, até quebrar-lhe a espinha dorsal e atirá-lo à tumba ou ao curral. (AN – FGM, SA 688-6, p. 443).

Considerava, ainda, o General (AN – FGM, SA 185-12-1, p. 590) que, naquela ocasião, a situação estava subordinada às manobras partidárias, “sobretudo tendo como centros de atração e de direção as facções dominantes nos Estados mais importantes da União, e claramente se desvendam no sentido de restabelecer o *statu-quo ante-revolutione* [...]”.

Entendia Góes que a burguesia brasileira não abria mão de privilégios em benefício da nação e persistia, a despeito da comprovada falência do regime, na intenção de reproduzir seus erros, que causaram os males cuja origem é a democracia liberal. (PINTO, 2005, p. 95). No contexto desse regime, fazia severas críticas à eleição direta, que qualificava “como uma burla e uma imoralidade”.

Entendia tratar-se “de processo ilógico de escolha, senão quando se trata de interesses também diretos e celulares”. “Fora daí – prosseguia - no que concerne aos interesses mais completos, só a eleição em graus sucessivos constituirá uma forma de democracia organizada”. (FUNDAÇÃO LIBERDADE E CIDADANIA, 2011, p. 4).

Sobre os partidos políticos nacionais, considerava que atendiam a interesses “particulares”. Em face disso, “ficam o Exército e a Marinha como instituições nacionais e únicas forças com esse caráter e só à sombra delas é que, segundo a nossa capacidade de organização, poderão organizar-se as demais forças da nacionalidade”. (FUNDAÇÃO LIBERDADE E CIDADANIA, 2011, p. 5). Acrescenta Góes Monteiro:

O Exército e a Marinha são, por conseguinte, os responsáveis máximos pela segurança interna da Nação, precisando para este fim serem evidentemente tão fortes quanto possível [...]. Nestas condições, as forças militares têm de ser, naturalmente, forças construtoras, apoiando governos fortes, capazes de movimentar e dar nova estrutura à existência nacional, porque só a força é que se pode construir, visto que com a fraqueza só se constroem lágrimas [...]. (MONTEIRO apud TREVISAN, 2005, p. 58-59).

A história ensina que nenhum povo pode vencer as dificuldades internas e se fortalecer senão pelo nacionalismo. Superada essa etapa, quando chega ao apogeu, à plena prosperidade econômica, tem necessidade de expandir-se e torna-se imperialista. Para pôr em prática o nacionalismo, o Estado precisa ter poder para regular toda a vida coletiva e disciplinar a nação; no nosso caso, é preciso aumentar progressivamente esse poder, sendo admissível, como transição, o partido único, nacional. (PINTO, 1999, p. 297). Fica evidente nesta passagem o caráter fascista da doutrina Góes.

Considera Góes que só com a organização da produção e a formação de uma mentalidade confiante, forte, em harmonia com nossa continuidade histórica, será possível superar a crise atual. Só esse espírito nacional, que tem mantido nossa unidade de raça, língua, religião e, sobretudo, política, poderá dirigir a evolução da nacionalidade. (PINTO, 1999, p. 297).

Assinala Góes Monteiro (AN – FGM, SA 185-12-1, p. 584) que a Revolução de 30 não produziu os efeitos esperados e que isso ocorreu porque o Governo Revolucionário mantém os vícios e as ligações do passado em proveito da parte mínima da sociedade, “asfixiando as energias da população brasileira e as forças

vivas, provocando o desânimo, as incertezas, as decepções e as desconfianças na atuação governamental”. Acrescenta o General:

Como se apresenta o Brasil na quadra atual, organicamente? Uma Federação de Estados desiguais, heterogêneos nas suas condições de administração, de riqueza e de latitudes. [...] A massa da população rural quase uniformemente empobrecida, ignorante e jacente à mercê das mais ignóbeis explorações, deseducada e infeliz. As classes mais cultas, presas a teorias do século passado, demagoga e prenhe de um espírito jurídico incompatível com o fato brasileiro que só atinge o pobre. (AN – FGM, SA 185-12-1, p. 587). [...] A revolução deverá, em princípio: fortalecer ao máximo o espírito da nacionalidade; regular a vida econômica do País, de modo a impedir o colapso na nossa produção e aumentar a nossa riqueza; reduzir as instituições do Estado Brasileiro e sanear a administração geral, até conseguir aqueles objetivos. Para esse fim, logo que o Governo Revolucionário assumiu o poder, deveria, apoiado na força armada, tratar imediatamente de revolver *du fond em comble* a organização nacional, para assentá-la em bases mais seguras [...].(AN – FGM, SA 185-12-1, p. 589).

5.11.4 A Doutrina Góes e a Segurança Nacional

Considera Góes Monteiro (TREVISAN, 2005, p. 61) que o modo de formar uma mentalidade que sobrepuja a tudo os interesses da Pátria é: “[...] estabelecer, em bases sólidas, a segurança nacional, com o fim, sobretudo, de disciplinar o povo a obter o máximo de rendimento em todos os ramos da atividade pública [...]”. Assim, considera Trevisan que, muito antes do que se imagina, o conceito de Segurança Nacional surge com Góes Monteiro, sendo uma receita para o desenvolvimento nacional e para o fortalecimento do Exército. Esta também é a opinião de Pinto (2005, p. 82-83) que vincula o conceito de segurança nacional e a Doutrina Góes à concepção de Guerra Total advinda da Primeira Guerra Mundial.

Estas ideias foram consubstanciadas na Lei de Segurança Nacional, promulgada em 1935, durante a gestão de Góes Monteiro no Ministério da Guerra. Esta Lei tornou crime contra a ordem política as tentativas de mudança da constituição pela violência, a oposição ao livre funcionamento dos poderes constituídos, toda disposição contra a ordem política, a desobediência, a rebelião ou a deserção de militares, a distribuição entre militares de documentos suspeitos e as rivalidades entre elementos militares. Declara também crime contra a ordem social a excitação entre as classes sociais, as disputas religiosas e os atentados contra pessoas por motivos doutrinários, políticos ou religiosos. (BELLINTANI, 2009, p.429).

5.11.5 A Doutrina Góes e as Forças Armadas

Góes Monteiro (FUNDAÇÃO LIBERDADE E CIDADANIA, 2011, p. 5) considera que as Forças Armadas são a espinha dorsal do Estado, afirmando que “têm que ser, naturalmente, forças construtoras, apoiando governos fortes, capazes de movimentar e dar nova estrutura à existência nacional, porque só com a força se pode construir, visto que com a fraqueza só se constroem lágrimas”.

Assinala Trevisan que, pela primeira vez na História, um militar estende as funções das Forças Armadas além de suas obrigações normais, dando-lhes a característica de forças construtoras, deixando clara a função do Exército: “um órgão essencialmente político”, a quem interessa, sob todos os aspectos, a política verdadeiramente nacional, de que emanam a doutrina e o potencial da guerra. Acrescenta Góes que “A política geral, econômica, industrial, agrícola e internacional, o sistema de comunicações, todos os ramos de atividades, de produção e de existência coletiva, inclusive a construção e a educação do povo, o regime político-social, tudo enfim afeta a política militar do País [...]”. (TREVISAN, 2005, p. 59-60).

Considera Góes Monteiro (apud PINTO, 1999, p. 298) que: “Sendo um órgão essencialmente político, deve-se fazer a política *do* Exército e não a política *no* Exército. Todo o mal consiste em tornar-se o militar político-partidário”. E isso será feito, não com o rebaixamento, mas com a exaltação do militar. (LOPES; TORRES, apud MORAIS p. 204). Acrescenta ainda que:

A política do Exército é a preparação para a guerra, que envolve todas as manifestações e atividades da vida nacional, no campo material — economia, produção e recursos de toda natureza — e no campo moral, sobretudo a educação do povo e a formação de uma mentalidade que sobreponha a tudo os interesses da pátria, suprimindo, quanto possível, o individualismo ou qualquer outra espécie de particularismo. A liberdade deve ser compatível com a segurança nacional. (GÓES MONTEIRO apud PINTO, 1999, p. 298).

Considera Góes Monteiro que é necessário dispor de um Exército forte para dar sustentação a um estado também forte. No entanto, adverte que não se trata de possuir, permanentemente, grossos efetivos, mas apenas o necessário para a formação das reservas e um corpo técnico competente. Acrescenta Góes (AN – FGM, SA 636-6, p. 574) que “O essencial é contar-se com todos os meios materiais: fábricas, vias de comunicações, riqueza, esquadra e aeronáutica convenientes à

situação do *paiz* e estado moral alevantado pela eliminação das discórdias e rivalidades”.

Em países como o Brasil, dizia Góes Monteiro (apud CARVALHO, 2005, p. 95-96): “um Exército bem organizado é o instrumento mais poderoso de que dispõe o governo para a educação do povo, consolidação do espírito nacional, neutralizador das tendências dissolventes introduzidas pelo imigrantismo”. No entanto, considerava que o Exército estava bem aquém desse patamar de organização, sendo necessária a sua reestruturação, em particular no que se refere ao material, à tropa e aos chefes. Esta preocupação fica evidente na carta de Góes Monteiro a Getúlio Vargas, em 1934:

Prezado Dr. Getúlio Vargas. Pode acontecer que, proximamente, V. Ex. se veja na necessidade de começar a introduzir profundas mudanças nas coisas relativas ao Ministério da Guerra [...]. Essas modificações devem atingir a Alta Administração como um primeiro passo dado, no sentido de colocar nos termos mais favoráveis os problemas relativos à Defesa Nacional, segundo um plano racional e progressivo da organização militar [...]. (AN – FGM, SA 185-12-1, p. 583).

Considera Pinto (2005, p. 96) que, com relação ao material, a prioridade de Góes Monteiro era a indústria bélica. A qualidade da tropa era um problema nacional, pois em sua opinião não podia haver Exército disciplinado em nação indisciplinada e o meio mais racional para disciplinar o povo seria utilizar os princípios da organização militar. Quanto aos chefes, propunha a adoção de medidas radicais de saneamento. Para o oficialato, em geral, e os sargentos, rigorosa seleção para ingresso na carreira e promoções. Uma justiça militar severa e rápida deveria ser criada para viabilizar o emprego de tais medidas, cabendo ao Exército resolver essas questões, sem intromissões externas.

Considerava o General que, à medida que as Forças Armadas ganhassem força e coesão, estariam em condições de atuar com maior autonomia em relação ao Governo, passando à imposição da política militar. (PINTO, 2005, p. 96). Assim assinala Góes Monteiro:

O Exército moderno repousa em bases políticas fixas, para ser o instrumento de força da Nação [...]. E é, assim, o instrumento de ação político nacional resolutivo das questões que a esta interessam, quando falham outros recursos ou quando convém empregar a violência justificada, como medida extrema e salvadora, sem atender a consideração de outra espécie. (AN – FGM, SA 185-12-1, p. 591).

A doutrina não escondia uma pretensão de moralizar e disciplinar a sociedade brasileira nos termos da formação militar, de modo que Góes Monteiro preconizava:

O meio mais racional de estabelecer, em bases sólidas, a segurança nacional, com o fim, sobretudo, de disciplinar o povo e obter o máximo de rendimento em todos os ramos da atividade política, é justamente adotar os princípios de organização militar (...). (MONTEIRO apud SVARTMAN, 2006, p. 149).

Estas declarações de Góes Monteiro constituem a mais avançada expressão do conceito de nação armada desde que ele começou a ser formulado, no período colonial. (HAYES, 1991, p. 166).

Essa perspectiva ajuda a compreender as reformas levadas a cabo por Góes e Dutra, a partir das quais o Exército passou a reivindicar o papel de formador da cidadania e da nacionalidade brasileira. Mais do que formar reservas, o serviço militar se apresentava como essencial para a nacionalização da política, para o controle social e para a racionalização da produção. O modelo do “grande mudo” e o drama do Exército convulsionado pelas agitações políticas deveriam dar lugar a um projeto intervencionista controlador, o qual apresentava os militares como os verdadeiros e únicos guardiões da República – moralizada, moderna e industrial. (SVARTMAN, 2006, p. 150).

5.11.6 A aceitação da Doutrina Góes Monteiro

A Intentona Comunista de 1935 facilitou muito na fixação da Doutrina Góes, propiciando um inimigo comum e provocando o aparecimento da solidariedade institucional do Exército. Góes Monteiro aproveitou-se muito bem disso, convencendo os oficiais de que suas ideias eram as únicas que efetivamente neutralizavam a ameaça comunista.

Assinalava Góes Monteiro que só a política do Exército, ocupando todos os espaços, vigiando tudo - da agricultura à indústria, das comunicações à educação principalmente, da produção interna à política internacional - formaria uma mentalidade que sobrepujaria a todos os interesses da pátria. Para Góes Monteiro, este seria o único antídoto realmente eficaz frente ao proselitismo vermelho. (TREVISAN, 2005, p. 64-65).

A aceitação dessa Doutrina consolidaria o modelo intervencionista tutelar das Forças Armadas na política brasileira.

6 GÓES MONTEIRO E O ESTADO NOVO

6.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente capítulo tem por finalidade apresentar a trajetória do General Pedro Aurélio de Góes Monteiro durante o Estado Novo. Os objetivos principais desta seção são: a identificação desse período como bastante favorável às mudanças institucionais na História Republicana Brasileira; a demonstração das transformações na concepção da política institucional do Exército, neste período; a identificação do General Góes Monteiro como ator importante nesse processo, destacando-se aspectos fundamentais da sua liderança; e a demonstração de que traços marcantes do pensamento de Góes Monteiro fazem parte da política da Força Terrestre Brasileira até os dias atuais.

Para atingir estas proposições, serão abordados aspectos da preparação e do golpe do Estado Novo; da relação da Doutrina Góes Monteiro com o Estado Novo; das ações de Góes Monteiro no EME; da aproximação do Brasil com os EUA e da participação brasileira na 2ª Guerra Mundial; da redemocratização; da queda do Estado Novo e dos reflexos políticos da Doutrina Góes Monteiro.

6.2 PREPARAÇÃO DO GOLPE DO ESTADO NOVO

Góes Monteiro, após se demitir do cargo de Ministro da Guerra, em maio de 1935, permaneceu sem função no Exército, por alguns meses. No entanto, saiu de cena só aparentemente, pois continuou agindo nos bastidores, incentivado pelo próprio Presidente Vargas, com quem mantinha frequentes contatos. Assinala Ramos (2011, p. 31) que, por ocasião da deflagração da Intentona Comunista, em novembro de 1935, no Rio de Janeiro, Recife e Natal, pela Aliança Nacional Libertadora (ANL), mesmo sem função, Góes Monteiro tomou parte ativamente na repressão ao movimento, participando do ataque desfechado contra o 3º Regimento de Infantaria (RI), na Praia Vermelha, no Rio. Sobre isso comenta o General:

Poucos dias depois, 27 de novembro, estava eu dormindo quando, cerca de 1 hora da madrugada, o telefone me despertou. Eram dois oficiais da minha confiança que estavam na zona da Urca e me comunicavam que havia qualquer coisa anormal no 3º Regimento de Infantaria [...]. Diziam ouvir numerosos disparos partidos de dentro do quartel. [...] Os dois oficiais

disseram-me ainda dispor de uma só metralhadora, pedindo-me instruções. Ordenei-lhes que colocassem a metralhadora de modo a enfiar o portão do quartel e recomendei-lhes ainda que me avisassem de tudo quanto fosse ocorrendo, enquanto eu iria tomar outras providências. (MONTEIRO apud COUTINHO, 1956, p. 270).

O Ministro da Guerra, General João Gomes, fez uma reunião para discutir as implicações do levante, convidando Góes Monteiro, que ainda estava sem função no Exército. Como os demais generais participantes da reunião, Góes Monteiro (COUTINHO, 1956, p. 274) fez uma longa declaração de voto escrita, na qual propôs que a Constituição fosse alterada no prazo de 48 horas, dando ao governo plenos poderes, assim se referindo: “Escrevi um voto incisivo, declarando francamente que era necessário reformar a Constituição que não julgava apropriada às condições de nosso País”. Góes Monteiro sugeriu, ainda, neste voto, como solução para o problema, um golpe de estado. Embora fosse uma solução perigosa, devido à efervescência do momento, considerava ser essa a única solução capaz de evitar as desordens da sociedade e do Exército. (AN – FGM, SA 642, p. 731).

O Governo acatou a sugestão de Góes e o Ministro da Justiça, por ordem de Vargas, entrou em entendimentos com as principais lideranças partidárias para tratar da reforma da Carta. Desta forma, a 18 de dezembro de 1935, o Congresso promulgou as emendas números 1, 2 e 3, que estabelecia punição severa a militares e civis envolvidos em movimentos subversivos. Assinala Ramos (2011, p. 32-33) que essas emendas foram, posteriormente, reforçadas com a instituição do estado de guerra e com a criação do Tribunal de Segurança Nacional, para o julgamento sumário dos incursos nas leis de exceção, em 1936.

De acordo com Pinto (2005, p. 99), nessas negociações, Vargas ainda tentou obter apoio para uma reforma constitucional que prorrogasse o seu mandato, mas a oposição de alguns governadores inviabilizou essa alternativa, tornando o golpe de estado a única possibilidade para a sua permanência no poder. Nesse contexto, Getúlio estreitou a sua aproximação com Góes, que passou a ocupar-se do plano estratégico, cujos objetivos principais eram o combate ao comunismo; a adoção de medidas preventivas contra ameaças do Rio Grande do Sul; a realização de reformas institucionais e o fortalecimento do poder militar. Assim, no início do primeiro semestre de 1936, Vargas nomeou Góes Monteiro Inspetor das Regiões Militares do Norte.

Em agosto de 1936, Góes Monteiro foi chamado ao Palácio do Catete para discutir com o Presidente assuntos relativos à situação nacional. Sobre este acontecimento, Góes Monteiro, assim declarou:

O Presidente [...] interrogou-me sobre o que fazer se o Congresso Nacional criasse obstáculos ou se opusesse a essas reformas indispensáveis. Respondi-lhe: dissolvê-lo. Ele concordou e pediu-me para escrever num memorial tudo que eu lhe relatara, o que fiz vinte e quatro horas após. O Presidente, depois de ler o documento que lhe apresentei, lembrou-se da possível resistência de Flores da Cunha, apoiado em seus provisórios, contra as providências que eu lhe sugerira. Opinei, então, que deveria ele começar a ação para eliminar a anomalia dos provisórios do Rio Grande do Sul, conforme a opinião que sempre lhe manifestei. Concordou. Incumbiu-me, então de pôr em prática as minhas idéias quanto aos provisórios, prometendo dar-me o mais completo apoio. E como eu objetasse a respeito da possível resistência do Ministro da Guerra, ele – O Presidente – declarou que o procurasse em seu nome a fim de ser-me facultado tudo quanto achasse necessário para desempenhar a minha tarefa. (MONTEIRO apud FREIXINHO, 1997, p. 330).

Nesta passagem, verifica-se a elevada sensibilidade política de Góes Monteiro, assim como traços da sua liderança transformacional, definindo claramente o que fazer, analisando as capacidades para a sua concretização, antecipando às dificuldades e criando projetos realistas para isso.

Góes Monteiro expôs ao Ministro da Guerra, General João Gomes, a missão recebida do Presidente e para tanto solicitou que fosse transferido para o cargo de Inspetor das Regiões do Sul, abrangendo os estados de SP, PR, SC, MG, GO, MT e RS; que fossem colocadas à sua disposição todas as forças de terra, mar e do ar, inclusive as policiais; e que lhe fosse dada carta branca para agir, onde e como entendesse. O Ministro rejeitou o pedido de Góes Monteiro, o que resultou na sua exoneração do cargo pelo Presidente da República. Este episódio é assim descrito por Macedo Carvalho:

Ao tomar conhecimento que o então Ministro da Guerra, não participante do 'complot' de 1937, declarava que ia coloca-lo na prisão, redarguiu – 'Não vai ser mais ministro! Chamou o Comandante da 1ª Região Militar e informou-lhe que se preparasse para assumir o cargo de Ministro da Guerra. Em seguida, foi a Getúlio e solicitou a exoneração de João Gomes e a nomeação de Eurico Gaspar Dutra. (MACEDO CARVALHO, 1990, p. 16).

Ficam claros, aqui, o enorme prestígio e confiança que Góes gozava em relação a Getúlio, mercê das demonstrações de liderança e capacidade operativa do General em importantes eventos do Governo Vargas.

Ao assumir a função de Inspetor das Regiões do Sul, Góes fixou o seu quartel-general em São Paulo e pediu ao Governador de São Paulo que colocasse sob seu comando sete batalhões da Força Pública, deixando-o a par das disposições do Governo Federal em relação a Flores da Cunha. O Governador tentou desviar-se do assunto, mas Góes (RAMOS, 2011, p. 34-35) retrucou que “São Paulo não era uma potência autônoma, fazia parte da União e não estava dispensado das responsabilidades de manutenção de sua integridade”. O governador acabou cedendo e Góes viajou para o Sul, a fim de obter o apoio de chefes militares daquela região do país.

Ao regressar a São Paulo, Góes encontrou-se com Dutra, o qual revelou que importantes documentos referentes à ação contra Flores da Cunha haviam sido divulgados, com a cumplicidade de oficiais do Estado-Maior do Exército (EME), cuja chefia Góes deveria assumir em substituição ao general Armando de Sousa Pais de Andrade.

Estavam, assim, criadas as condições que resultariam no Golpe do Estado Novo.

6.3 O GOLPE DO ESTADO NOVO

Góes Monteiro exerceu influência decisiva no Golpe do Estado Novo. O General Néelson de Melo (apud PINTO, p. 292-293), participante do Movimento Tenentista e aliado de Vargas até o regresso da FEB, assim comentou sobre este Golpe: “Os tenentes de 1930 não apoiaram o Estado Novo. Já tínhamos perdido todas as posições. Quem fez o Estado Novo foi o Góis Monteiro, junto com o Dutra e todos os outros generais”.

A observação é confirmada pelo depoimento do Brigadeiro Francisco Teixeira, que nos anos 30 era oficial da Marinha:

Eles [os generais] dariam o golpe mesmo sem Getúlio. Naturalmente, para eles era mais cômodo dar com o Getúlio, não é? Teriam mais cobertura. E o Getúlio era hábil o suficiente para não perder aquela oportunidade de ter plenos poderes. O golpe de 37 foi um golpe militar, do Exército. A idéia que predominou na estratégia do Exército foi a do Góis: a intervenção controladora do Estado. (LIMA, 1986 apud PINTO, 1999, p. 293).

Alzira Vargas do Amaral Peixoto afirma sobre Góes Monteiro:

Seu sonho sempre foi implantar no Brasil, não direi uma ditadura militar, mas um governo tutelado pelo Exército do qual seria ele o fiador. [...] Em 1935, se apresentou, como salvador, o conselheiro desprezado, mas sempre imprescindível. Em 1937, está enfim pronto para receber o fruto de seu longo trabalho e persistentes estudos. Solapou todos os ministros da Guerra que interferiam em seus planos e destruiu todos os generais que lhe podiam fazer sombra. O ministro da Guerra de 1937, o general Eurico Dutra, era por todos os motivos para ele o homem ideal. [...] Podia agora fazer quantos planos quisesse, como chefe do Estado-Maior, na certeza de que o ministro da Guerra os executaria. (PEIXOTO, 1986 apud PINTO, 1999, p. 294).

Nelson Werneck Sodré, assim se refere sobre a participação de Góes Monteiro no Golpe do Estado Novo:

O bonapartismo colonialista assumiria, assim, de forma específica, levando à ditadura pretoriana, aquele tipo de ditadura em que a fonte de poder provém de forças militares. A cúpula militar estava preparada para o exercício dessa função, desde que se desencadeara a reação. Mais do que o próprio titular da pasta da Guerra, era, por isso mesmo, o chefe do estado-maior, general Góis Monteiro, um dos mentores da operação bonapartista. (SODRÉ, 2010, p. 341).

As agitações em torno de levantes de natureza comunista voltaram a se intensificar, em setembro de 1937. No dia 30 deste mês, a existência de um suposto plano de conflagração violenta patrocinado pelos comunistas, nominado de Plano “*Cohen*”, foi noticiado pela imprensa. Diante do estardalhaço decorrente deste acontecimento, Góes, Dutra e o ministro da Marinha, Aristides Guilhem, pressionaram Getúlio para que recorresse ao estado de guerra. Assim, no dia 1º de outubro, uma mensagem presidencial nesse sentido chegou à Câmara, sendo aprovada de imediato.

Assinala RAMOS (2011, p. 37) que se apertou, em seguida, o cerco ao Governador Flores da Cunha, intimado a colocar a Brigada Militar gaúcha sob o comando do Exército. Flores aconselhou-se com seu secretariado e recebeu a sugestão de renunciar, o que acabou fazendo a 17 de outubro. No dia seguinte, refugiou-se no Uruguai e o General Daltro Filho, com a indicação de Góes Monteiro, foi nomeado interventor do Rio Grande do Sul. Desse modo, a 10 de novembro, inaugurou-se o regime do Estado Novo no Brasil, garantindo a permanência de Vargas no Governo com poderes ditatoriais. A indicação de Daltro Filho demonstra a liderança que Góes exercia no Exército e na política nacional.

Não houve reação significativa pelos opositores, que temiam que fossem tomadas medidas repressivas como as adotadas contra os participantes dos levantes de 1935.

Considera Pinto (2005, p. 100) que a manutenção de Vargas à frente do Governo se deveu graças à sua reconhecida habilidade política e à aliança que construiu com os militares, especialmente com o Exército, liderado por Góes e Dutra. O primeiro foi o estrategista que concebeu o projeto político de um Estado centralizador, nacionalista e autoritário, forte o bastante para operar as transformações consideradas essenciais à nação, sustentado e tutelado pelas Forças Armadas, e formulou uma doutrina para pô-lo em prática. Assim, pode-se dizer que o Estado Novo foi a materialização da Doutrina Góes Monteiro.

6.4 A DOCTRINA GÓES MONTEIRO E O ESTADO NOVO

A política do Estado Novo seguiu as orientações estabelecidas por Góes Monteiro, enfatizando a defesa interna e externa, a promoção das indústrias de base e as exportações. O Estado Novo veio coroar e levar às últimas consequências o modelo visualizado por Góes Monteiro, eliminando a política partidária na sociedade e nas Forças Armadas. Sobre isso, comenta Edmundo Campos Coelho:

O Estado Novo era “essencialmente um regime militar” e “a implantação do regime e a institucionalização do Exército eram uma mesma e única tarefa”. Os chefes militares viam a necessidade de proteger sua solidariedade orgânica como um passo necessário na sustentação do Estado Novo. A essência do regime envolve o conceito de militarização do estado [...] e o Exército [...] coexiste com a própria estrutura do estado [...]. Estado e nação constituem uma união, que é completada pela perfeita integração das Forças Armadas na organização da política, como elementos de execução nas aspirações do estado. Assim, estabelece-se uma colaboração harmoniosa entre o Exército e o Estado, que é a expressão orgânica da própria nação. (COELHO apud HAYES, 1991, p. 167).

Acrescenta Carvalho (2005, p. 109-110) que isso pode ser verificado pelo aumento significativo da presença de militares nos postos políticos e na alta administração do Estado. Dos 87 interventores nomeados no Estado Novo, 40 eram militares. Ocupavam, ainda, postos em diversos setores como na Comissão Nacional de Siderurgia, na Comissão Nacional do Petróleo, na Companhia Siderúrgica Nacional e na Fábrica Nacional de Tratores.

Trevisan (2005, p. 66-67) assinala que a Doutrina Góes, partia do conceito do Estado forte e tinha, de fato, objetivos muito mais amplos, de absoluto interesse militar. O Estado forte era só um meio. O que de fato a Doutrina pretendia era a aplicação sistematizada de uma política coerente, praticada em etapas, visando à disciplina do corpo social, que provocaria o desenvolvimento econômico. A consequência natural deste desenvolvimento seria a construção de uma sólida e eficiente defesa nacional. Esta função privativa do militar deveria passar a ser razão de toda a sociedade e motivo de vida de qualquer brasileiro. O Estado Novo é, antes de tudo, a prática desta Doutrina.

De acordo com Azevedo Amaral (apud BELLINTANI, 2009, p. 418), no Estado Novo, não havia poder civil, porque o regime envolvia o conceito de militarização do Estado e não havia poder militar, porque o Exército estava integrado à nação. Sobre isso, afirma Góes Monteiro:

Urge formar a mentalidade capaz de pensar militarmente [...] enraizar na consciência das novas gerações a convicção de que o Brasil só poderá sobreviver como nação independente, se os brasileiros estiverem preparados [...] para enfrentar a guerra, quando ela se tornar inevitável. (MONTEIRO apud BELLINTANI, 2009, p. 418).

Considera Carvalho (2005, p. 99-100) que, por trás da retórica da identificação Exército-Estado e da visão de ambos como expressão orgânica da Nação, havia, na verdade, um projeto que se caracterizava pela nacionalização da política, pelo industrialismo e pela ideologia de nova ordem não liberal.

6.5 A AÇÃO DE GÓES MONTEIRO NO EME

Góes Monteiro foi o grande estrategista e formulador da política militar da sua época. Boa parte desta política foi traçada quando da sua passagem pela chefia do Estado-Maior do Exército (EME), de julho de 1937 a dezembro de 1943, na segunda mais longa gestão da História desse órgão até hoje.

Ao assumir a chefia do EME, Góes proferiu contundente discurso em que atribuía a este órgão a missão de transformação da instituição, numa ofensiva contra a paisanização do militar e a precariedade da formação técnica. Assim, de acordo com Góes Monteiro:

O EME é a oficina espiritual do Exército. Neste laboratório de pesquisas, de análises e de cálculos continuados não há lugar para a rotina, camada isolante que obstrui o sistema respiratório do organismo, impedindo as transformações vivificadoras. [...] No Estado-Maior do Exército reside a célula *mater* – o coração, o cérebro do Exército”. (ESTEVEES apud MORAIS, 2009, p. 95).

Para ele, o momento era de mobilidade, de saída da inércia. Segundo as palavras do Chefe do EME:

[...] Será então necessário sair do ponto morto e recomeçar esta obra de transformação com prudência e firmeza, desde a formação técnica dos quadros em todos os graus, motivando seu papel social na preparação educacional da tropa, moldando o caráter com rigidez de pedra de toque, até a revisão geral da organização estrutural do Exército. Cada um é solicitado a concorrer pela disciplina intelectual, pelo trabalho, a essa obra de revigoramento e restauração a que está entregue o Exmo. General Ministro da Guerra, e é em torno dele que se fundará a nossa unidade de vistas e a nossa unidade de ação [...]. (ESTEVEES apud MORAIS, 2009, p. 96).

A questão incontornável da mudança se encontra na ação do corpo institucional contra qualquer manifestação de interesse pessoal. De acordo com Góes Monteiro:

[...] É princípio substancial a necessidade de preponderância dos órgãos e das funções sobre os indivíduos que o servem, isto é, a exigência do anti-individualismo é incontestável, e por isso mesmo ela impõe a rigorosa seleção dos valores individuais, para atingir o mais alto grau de utilidade, rendimento e justiça. [...] Destarte a obra dos nossos sucessores será facilitada e aberta a via do incessante engrandecimento do Exército [...]. (ESTEVEES apud MORAIS, 2009, p. 97).

Nestas passagens, evidenciam-se outras demonstrações da liderança transformacional de Góes Monteiro, ao estabelecer a direção estratégica a seguir, comunicando as metas a serem atingidas aos recursos humanos e motivando-os para que as mesmas sejam cumpridas.

Ainda em 1937, Góes Monteiro fez um estudo atualizado sobre as capacidades, as necessidades e os objetivos do Exército Brasileiro, baseado na Lei de Organização do Exército de 1934, também de sua iniciativa. Considerava o General que esta atualização era decorrente da não aplicação de disposições daquela Lei; da necessidade de introduzir aspectos relativos ao provável inimigo brasileiro, pois até aquele momento não havia disposições a este respeito; dos avanços surgidos após a edição daquela Lei; e em razão das contribuições trazidas com o maior estreitamento de relações do EME com a MMF. (MONTEIRO, 1938, p.

5). A transcrição abaixo do trecho da Carta de Góes Monteiro ao General Huntzinger, membro da MMF, é sugestiva sobre este estreitamento:

Com imenso prazer e muito sensibilizado acuso recebida vossa cordial carta de 6 de fevereiro do corrente ano, por motivo da minha *ascensão* ao elevado cargo de Ministro dos Negócios da Guerra. Agradecendo os vossos sinceros agradecimentos de colaboração por parte dos membros da MMF no Brasil, tenho o prazer de vos declarar que faz parte do meu programa aproveitar a valiosa ajuda doutrinária dessa plêiade de *escól* do glorioso Exército *Francez*. (AN – FGM, SA 204-2, p. 117).

O estudo definia o caráter não expansionista da política externa brasileira, o que resultava na necessidade de adoção de uma organização defensiva para as forças militares brasileiras. Definia, ainda, como possível inimigo do Brasil, uma coligação de forças composta pela Argentina, Paraguai e Uruguai, e afirmava que a primeira tinha uma grande superioridade bélica em relação ao Brasil. (MONTEIRO, 1938, p. 10).

Considerava que, ao se estabelecer um confronto entre os exércitos de paz e de guerra do Brasil, verificava-se que “se tornou imperativo pedir um grande esforço para o primeiro, a fim de ser possível, com a rapidez necessária, e no momento azado, contar com o segundo”. Assinalava que, “praticamente, no momento *actual*, de pouco dispomos no que concerne à Segurança Nacional, sendo necessário criar, no mais curto prazo possível, um instrumento de força capaz de salvaguardar a honra e a integridade do Brasil”. Para isso, era imperativo traçar um plano de trabalho que, levando em conta as possibilidades reais do país, atendesse às necessidades inadiáveis da segurança da Nação. (MONTEIRO, 1938, p. 43-46). Acrescenta o General que:

Estudos acurados convenceram-nos que, sob pena de ficar comprometido o futuro da Nação, a organização do Exército do tempo de paz prevista, deve se achar completamente realizada no prazo máximo de um quinquênio, a contar do corrente *anno*. [...] repartido em etapas bem definidas no tempo, ou *phases*, correspondendo a cada uma dessas *phases* ou etapas, realizações parciais concretas no que respeita à montagem progressiva do instrumento de força que queremos *crear*. Para as realizações a empreender em cada uma das *phases*, serão, sem dúvida, levados em conta: em primeiro lugar, as necessidades mais urgentes do ponto de vista da Segurança Nacional; à seguir, as possibilidades da Nação do ponto de vista econômico-financeiro; e os prazos necessários para colocar o Exército, no que respeita ao pessoal e instalações, em condições de receber e utilizar-se dos novos meios postos ao seu alcance. (MONTEIRO, 1938, p. 46-47).

No primeiro ano de execução (1938) deverão ter início medidas como: aumento na admissão de cadetes; funcionamento dos cursos de observação aérea para oficiais de Estado-Maior de Artilharia; funcionamento dos cursos de motorização e mecanização e de gases de combate; intensificação dos cursos técnicos e de especialização para oficiais, de aperfeiçoamento para oficiais e sargentos, de praças especialistas, de candidatos a sargentos e cabos das armas; estudos, experimentações e decisões sobre os materiais necessários à organização a ser executados no quinquênio; seriação de encomendas [...]; ampliação e renovação dos edifícios existentes e construções de novos; ampliação do equipamento dos estabelecimentos fabris do Exército e preparação de novos estabelecimentos; e remodelação das fortificações do litoral. (MONTEIRO, 1938, p. 51-52).

Nesse estudo, Góes Monteiro evidencia, destacadamente, a sua capacidade de liderança no nível de comando estratégico, apresentando a sua visão de futuro, e formulando metas estratégicas e conceitos chaves para a instituição.

As reformas planejadas por Góes Monteiro foram, em grande medida, implementadas durante o Estado Novo, em três planos simultâneos e relacionados: infraestrutura física, organizacional e relações com a sociedade e com o Estado.

Considera Svartman (2006, p. 150-151) que, no plano da infraestrutura física, houve grande avanço na questão do reaparelhamento do Exército, decorrência do cenário internacional da 2ª Guerra Mundial, das ameaças das forças policiais dos estados e do temor de novos levantes comunistas. Assim, foi crescente o volume de recursos destinados ao Exército, os quais foram empregados na ampliação dos seus efetivos; na criação de novas unidades; e no início de um programa de construção de quartéis, arsenais, moradias e escolas. No Relatório dos Trabalhos do EME, durante o ano de 1937 são citados os projetos do EME para a organização do Centro de Instrução de Motorização e Mecanização; do Centro de Instrução de Defesa Contra Aviões e do Centro de Instrução de Artilharia Antiaérea. (AN – FGM, SA 649-1, p. 896).

No plano organizacional, as reformas, de modo geral, procuraram isolar o Exército das influências políticas e ideológicas externas. Novas regulamentações do ensino militar estabeleceram outros mecanismos de filtro para o ingresso e progressão na carreira do oficialato. Sobre isso, assinala Hayes:

O quadro de oficiais do Exército tornou-se ainda mais imune à subversão política quando se impediu o acesso à Escola Militar de candidatos com “antecedentes inadequados”. A ideia era aproveitar apenas o pessoal que apresentasse vocação militar. Passaram a ser aceitos apenas os alunos provindos do Colégio Militar do Rio de Janeiro e das Escolas Preparatórias de Cadetes. (HAYES, 1991, p. 169).

Para isso, por iniciativa do EME, foi criada pelo decreto 1833, de 24 de julho de 1937, a Inspetoria Geral do Ensino do Exército, para centralizar, coordenar e superintender todos os assuntos relativos aos estabelecimentos militares de ensino. (AN – FGM, SA 649-1, p. 896).

A transferência da Escola Militar para Resende, em 1944, foi um passo importante para que o Exército reforçasse o monopólio na formação profissional e política da nova oficialidade. De acordo com Moraes (2009, p. 102-103), o isolamento do centro político proporcionou o desligamento dos cadetes do mundo civil, para que se pudesse instituir nos corpos o absoluto espírito militar, ou seja, a identidade castrense. Acrescenta, ainda, que: “Este modelo converge com o pensamento de Góes Monteiro na formação da nova identidade militar, valorizando a hierarquia e a disciplina”.

Também no plano organizacional, leis e regulamentos foram reformulados, buscando aumentar o controle sobre a tropa. Como exemplo, pode-se destacar a própria Constituição de 1937, que proibia os militares de votarem. Considera Bellintani (2009, p. 428) que, com isso, o Exército estava livre da fragmentação ideológica; a sua unidade de doutrina estava consolidada e o interesse geral da Instituição passou a ser definido juntamente com o Estado. Deste modo, desapareceu totalmente a ideia de Exército como vanguarda do povo.

Ainda no plano organizacional, considerava Góes Monteiro (MONTEIRO, 1938, p. 58) que “As vastas proporções do organismo que se tem em vista *crear* [...] exige que se procure assegurar os meios para a sua formação; *crear* os órgãos necessários à sua subsistência e direção e regular as diretrizes da sua passagem do pé de paz para o de guerra”. Com base nestas necessidades, o EME reformulou três leis fundamentais, como primeiro passo na restauração do Exército: a Lei de Organização do Ministério da Guerra; a Lei de Organização do Exército e a Lei de Quadros e Efetivos do Exército. (AN – FGM, SA 649-1, p. 895).

No plano das relações com a sociedade e com o Estado, o esforço para o cumprimento da Lei do Serviço Militar tornou o Exército uma organização com

canais mais abertos de entrada e saída. Ao mesmo tempo, o Exército passou a identificar-se como expressão orgânica do próprio Estado, resultando numa maior participação dos militares na estrutura do Governo, conforme anteriormente descrito.

Em dezembro de 1943, pressionado por força de acontecimentos políticos, Góes Monteiro deixou o EME. No seu pronunciamento de despedidas, o General assim se referiu:

Doente e cansado, o dever de honestidade me impôs a renúncia do cargo de Chefe do EME nesta hora de pesadas responsabilidades para quem o desempenhar. [...] Todavia, se alguma vez soar o sinal de rebate, para advertir do perigo, e se as condições para ser um Chefe e um guia emurcheeceram em mim, espero em Deus possuir ainda ânimo suficiente e resoluto para ir bater-me pela nossa Pátria, como simples soldado – que é o posto mais honroso no dever comum de todos nós. (AN – FGM, SA 785-1, p. 712).

6.6 A APROXIMAÇÃO DO BRASIL COM OS EUA E A 2ª GUERRA MUNDIAL

Embora boa parte dos acontecimentos deste tópico tenha ocorrido durante a gestão de Góes Monteiro no EME, optou-se por tratá-lo de forma particular, em razão da riqueza de informações que marcaram a aproximação do Brasil com os EUA e a decisão do Brasil em participar, com o envio de tropa, na 2ª Guerra Mundial.

A posição brasileira em relação aos eventos relacionados à 2ª Guerra Mundial foi marcada por uma grande ambiguidade entre o apoio aos países do Eixo, sob a liderança da Alemanha, e Aliados, liderados, inicialmente, pela Inglaterra e França. Esta dubiedade era decorrente do choque de posições entre duas personalidades-chave na condução da política externa brasileira: o Ministro das Relações Exteriores, Oswaldo Aranha, e o Ministro da Guerra, General Eurico Dutra. O primeiro, empenhado em acelerar a aproximação política e militar do Brasil com os EUA; e o segundo, embora não se manifestando contrário àquela aproximação, adotando uma posição mais cautelosa.

Assinala Ramos (2011, p. 37) que o posicionamento de Dutra se justificava pelas boas relações entre o Brasil e o Reich, do qual comprava armamentos. Havia mesmo indicações de que vários generais brasileiros com funções de destaque no Alto Comando tinham afinidades com as doutrinas de guerra do Exército germânico, cujas normas administrativas e disciplina, inspiradas na tradição prussiana, eram acentuadas pela ideologia nazista.

Considera Freixinho (1997, p. 375) que, quanto a Góes Monteiro, Chefe do EME, este secundava o Presidente Vargas no propósito de ganhar tempo, enquanto o cenário internacional não se definisse mais claramente. Nesse contexto, um e outro, somando esforços ao General Dutra, adiavam a tomada de posição brasileira em relação às alianças formadas.

No entanto, a despeito dessas considerações, o Brasil mantinha estreita colaboração com os EUA, particularmente, no âmbito da política pan-americana. Neste quadro, foi combinada uma visita do Chefe do Estado-Maior do Exército norte-americano, General Marshall, cujos entendimentos foram assim descritos no Diário de Getúlio Vargas:

A 19 de fevereiro de 1939 - À noite, recebi o Ministro da Guerra (general Eurico Gaspar Dutra) e o general Góis (Pedro Aurélio de Góis Monteiro - Chefe do Estado-Maior do Exército) que mandara chamar. Dei-lhes conhecimento de um novo telegrama do Oswaldo que precisava de urgente resposta. Tratava-se de uma consulta do Governo americano sobre a vinda do Chefe do Estado-Maior do Exército americano em visita ao nosso (Góis), para combinar os meios de cooperação e assistência. (VARGAS apud OLIVEIRA, 1996, p. 34).

A visita se concretizou, em maio de 1939, quando Marshall aportou no Brasil à frente de numerosa comitiva militar. Em seus contatos com Góes Monteiro, o Chefe do Estado-Maior norte-americano ficou desapontado com o despreparo das forças armadas brasileiras, carentes de treinamento adequado e armamentos modernos, questionando, também, sobre o material bélico importado da Alemanha. Aponta Ramos (2011, p. 38-39) que, diante disso, Marshall sugeriu que o governo brasileiro enviasse uma missão militar aos Estados Unidos. Com a aprovação de Vargas, em junho, no mesmo navio em que Marshall regressava para os Estados Unidos, viajaram o General Góes e uma comitiva de oficiais.

Nas alterações do General esta visita ficou assim registrada: “Em 1 – VI, deixou a chefia do Estado Maior do Exército, por ter de embarcar para os Estados Unidos da América do Norte, no dia 7 do mesmo mês, pelo *Crusador Americano* NASHVILL, em retribuição a visita de S. Excia. o Sr. General George C. Marshall, chefe do E. M do referido país”. (AN – FGM, SA 16, p. 411).

A comitiva brasileira nos Estados Unidos passou a visitar arsenais, fábricas de munições e instalações de adestramento de pessoal militar. Góes Monteiro esteve com Roosevelt na Casa Branca e dele ouviu a afirmação convicta de que a

guerra estouraria ainda naquele ano. O General ficou impressionado com o poderio dos Estados Unidos, comentando o seguinte:

Tudo que me era mostrado fazia-me pensar no nosso atraso, sob todos os aspectos. Embora os males que pude lá observar, como, por exemplo, a questão racial e o domínio capitalista, receei adquirir complexo de inferioridade em contato com aquele modo de viver tão diferente do nosso. (MONTEIRO apud COUTINHO, 1956, p. 362).

Em carta ao presidente Vargas, Góes exprimiu a sua súbita admiração pelos americanos e aconselhou ao Governo brasileiro maior estreitamento das relações comerciais, culturais e militares entre os dois países. Assinala Balocco (2011, p. 9-10) que diante do que Góes Monteiro viu nos EUA, este considerava que a “zona de influência” norte-americana poderia render significativos benefícios ao Brasil e que era necessário encontrar uma maneira de tirar o máximo proveito destas vantagens. Outra conclusão a que Góes chegou é que os EUA estabeleceriam um ponto de atuação na América do Sul independente da aceitação do Brasil em ceder o Nordeste brasileiro, sendo a Argentina a segunda opção, o que traria grandes prejuízos ao equilíbrio de poder sul-americano.

A 1º de setembro de 1939, as tropas de Hitler invadiram a Polônia. Dois dias depois, a França e a Inglaterra declararam guerra ao Reich, deflagrando a Segunda Guerra Mundial. Em decorrência disso, ainda em setembro, as nações americanas reuniram-se na cidade do Panamá, a fim de discutir temas relativos à segurança do hemisfério. Uma política mais vigorosa de cooperação militar entre o Brasil e os Estados Unidos foi, no entanto, protelada porque o Congresso Brasileiro, ainda não aceitava as advertências de Roosevelt de que a intensificação da guerra na Europa e no norte da África alcançaria, inevitavelmente, o continente americano.

No início de dezembro de 1941, os japoneses bombardearam *Pearl Harbor*, precipitando o ingresso dos EUA na Guerra. Diante desta agressão, realizou-se, no Rio de Janeiro, a III Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, ficando resolvido que os governos participantes romperiam de imediato com as potências do Eixo. Dutra e Góes Monteiro alertaram o Governo sobre as consequências econômicas e militares deste rompimento, as quais não tardaram por meio do torpedeamento de navios brasileiros pela Alemanha. Assim, o governo brasileiro, depois de receber forte pressão da opinião pública, indignada

com as agressões sofridas, expediu o ato formal de declaração de guerra à Alemanha e à Itália. (RAMOS, 2011, p. 42).

A partir de então, as atividades do EME, tendo Góes Monteiro como Chefe, voltaram-se para o planejamento da defesa do território e da mobilização geral. Assinala Ramos (2011, p. 43) que, no começo de 1943, os entendimentos entre o Brasil e os EUA evoluíram para aumentar o nível da participação brasileira na guerra, do que resultou a formação da Força Expedicionária Brasileira (FEB). No entanto, a organização dessa tarefa não coube ao EME, sendo constituído um estado-maior autônomo. Assim, a 2 de julho de 1944, o 1º escalão da FEB, sob o comando do General João Batista Mascarenhas de Moraes, embarcou no porto do Rio de Janeiro com destino a Nápoles, na Itália.

A ditadura do Estado Novo, portanto, paradoxalmente, marcou com maior intensidade a aproximação do Brasil com os Estados Unidos, que se aclamava como guardião da democracia e da liberdade, e o General Góes Monteiro foi, no campo militar, um elemento-chave no fortalecimento desta aliança.

Em decorrência da participação brasileira na 2ª Guerra Mundial, os efetivos do Exército aumentaram consideravelmente, quase que dobrando de 1940 a 1944, conforme se pode verificar abaixo:

ANOS						
Efetivos	1930	1932	1934	1936	1940	1944
Oficiais	4.185	5.037	6.103	6.585	6.429	10.087
Praças	43.812	57.358	74.079	74.284	-	161.213
TOTAL	47.997	62.395	80.182	80.869	93.000	171.300

Fontes: para 1930, 1932, 1934, 1936 e 1940, Almanaque do Ministério da Guerra, 1931, 33, 35, 37, 41. Os dados para as praças em 1936 são da Coleção de Leis (Lei 131 de 9 de dezembro de 1935). O total para 1940 foi tirado de General Eurico Dutra, O Exército em dez anos do Presidente Vargas, p. 27. Os dados de 1944, de documento do Arquivo Getúlio Vargas. GV 44.06.00. Neste último ano, estão classificados como praças 1.080 cadetes, 732 alunos de escolas preparatórias e 6.330 dos CPOR e NPOR. O quadro foi montado por Lúcia Lahmeyer Lobo. CARVALHO, 2005, p. 87.

Do mesmo modo, no que se refere a recursos orçamentários, estes também aumentaram consideravelmente, conforme se pode observar:

Tabela 5 - Gastos Militares, 1929-1946 (%) Ministérios

Anos	Exército	Marinha	Aeronáutica	Total	Anos	Exército	Marinha	Aeronáutica	Total
1929	12,5	7,2	-	19,7	1938	19,2	11,2	-	30,4
1930	12,3	7,3	-	19,6	1939	18,1	7,2	-	25,3
1931	13,3	6,0	-	19,5	1940	19,0	7,8	-	26,8
1932	25,0	6,4	-	31,4	1941	19,3	7,3	-	26,6
1933	17,6	7,3	-	24,9	1942	23,5	7,5	5,5	36,5
1934	19,6	7,6	-	27,2	1943	17,4	7,0	5,8	30,2
1935	18,1	6,7	-	24,8	1944	18,4	7,2	6,5	32,1
1936	17,6	6,7	-	24,3	1945	16,3	6,3	6,3	28,9
1937	19,9	9,7	-	29,6	1946	18,8	7,8	9,2	35,8

Fonte: Balanços da União, 1929-1946

CARVALHO, 2005, p. 89

Com o fim da 2ª Guerra Mundial, em maio de 1945, o panorama político brasileiro mudou significativamente, sob a influência dos ideais democráticos e o paradoxo da ditadura instalada no País. Deste modo, abriu-se o caminho para a redemocratização do Estado brasileiro.

6.7 A REDEMOCRATIZAÇÃO

Em dezembro de 1943, Góes deixou a chefia do EME e em janeiro de 1944 embarcou para Montevidéu na qualidade de embaixador extraordinário do Brasil junto ao Comitê de Emergência e Defesa Política da América. Na capital uruguaia, tomou conhecimento de várias ocorrências nos meios político e militar do Brasil, indicando que o Estado Novo começava a se desagregar e que antigos aliados de Vargas discutiam abertamente sobre a volta do Brasil ao regime constitucional. Diante destes acontecimentos, passou a ser assediado por elementos do seu círculo de amizade para que regressasse ao Brasil. Em carta-resposta enviada a Georgino Avelino, em 1944, tratando sobre a possibilidade de seu regresso ao Brasil, Góes Monteiro assim se expressou:

O meu regresso – Tenho de acreditar ao desejo para mim honroso, dos meus amigos, de que eu regresse já, como V. e o Dutra, uma dose bem sentimental para mitigar o azedume com que vou vencendo este exílio a que me sujeitei por força das contingências, talvez conduzido por secreções do meu *pathos* contra as que tenho de opor um *ethos* de soldado. [...] Se apresentar-se alguma conjuntura ou razão de força maior que tenha de obedecer – não farei resistência, *expontaneamente*, entretanto, será para mim um constrangimento e *capitis diminutio*. (MONTEIRO, 1944, p. 4-5).

Com a saída de Oswaldo Aranha do Ministério das Relações Exteriores em agosto de 1944, em decorrência do fechamento da Sociedade Amigos da América, da qual o chanceler brasileiro era vice-presidente, Góes decidiu largar seu posto no Comitê de Emergência e regressou ao Brasil. Ao chegar, verificou que vários oficiais da Cúpula do Exército advogavam pela mudança do regime. Sobre isso comenta o General:

Ao desembarcar na “gare” Pedro II, tive a surpresa de uma recepção festiva, fato raro no transcurso da minha vida. [...] Não deixei de ficar sensibilizado, mas pude logo compreender que ainda esperavam de mim alguma atuação no cenário nacional. Quando a sós com o General Dutra, logo depois, ele me referiu os acontecimentos mais importantes em 1944. Queixou-se de que o Presidente Getúlio nada dizia sobre as suas intenções e, não tendo havido plesbicitos e a guerra caminhando para o seu término, pressentia-se, nas diferentes camadas sociais, o desejo de constitucionalização do regime. (MONTEIRO apud COUTINHO, 1956, p. 404).

Aqui, mais uma vez, pode-se verificar a grande liderança que Góes Monteiro, mesmo afastado dos acontecimentos políticos nacionais, ainda exercia junto à classe política e entre os militares. Passados cerca de 15 anos da Revolução de 30, Góes continuava a ser a grande referência como estrategista e articulador político do País.

Diante do que viu e sentiu, Góes resolveu levar o assunto ao conhecimento do Presidente da República, que lhe pediu que, juntamente com o Ministro da Guerra e do Trabalho, buscassem a melhor forma de se chegar à constitucionalização do país. A 28 de fevereiro de 1945, saiu publicado o Ato Adicional nº 9, marcando eleições presidenciais e constituintes para o dia 2 de dezembro.

Para as eleições presidenciais, foram lançadas as candidaturas do Brigadeiro Eduardo Gomes, pela UDN (União Democrática Nacional) e do General Eurico Gaspar Dutra, pelo Partido Social Democrático (PSD), constituído por antigos interventores e prefeitos do Estado Novo. O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), criado por inspiração de Vargas e baseado nas organizações sindicais, não se afeiçoava ao nome do Ministro da Guerra, que era apoiado pelo Governo. O Partido Comunista do Brasil (PCB), em sinal de descontentamento com as duas candidaturas militares, advogava pela convocação de uma assembleia nacional constituinte, com Getúlio no poder, associando-se ao PTB na campanha

“queremista” - simplificação popular da fórmula “Queremos Getúlio”. (RAMOS, 2011, p. 44).

Essa associação assustava as camadas dominantes da sociedade brasileira e a grande maioria dos chefes militares, receosos da ameaça comunista e da possibilidade de que Vargas, em aliança com Prestes, tentasse permanecer no poder, desprestigiando Dutra e Eduardo Gomes. Assinala Hayes (1991, p. 179-180) que a maior aproximação de Vargas com os trabalhadores urbanos parecia indicar que ele buscava alterar a coalizão de forças do seu Governo, com a possível exclusão dos militares. Ainda sobre isso, comenta Coutinho:

[...] quem quer que faça um exame retrospectivo da política então seguida pelo Sr Getúlio Vargas observará, de imediato, que foi ele aos poucos alijando de seu caminho, ou eliminando definitivamente, todos aqueles, ou quase todos, que o ajudaram a subir, substituindo-os, precisamente, pelos que sempre o haviam combatido. (COUTINHO, 1956, p. 397).

O general Góes Monteiro, ao assumir novamente o Ministério da Guerra a 9 de agosto de 1945, em substituição ao general Dutra, que se desincompatibilizou para concorrer às eleições, estabeleceu como condição para ocupar a pasta o não comprometimento do Governo com as campanhas políticas desencadeadas pelo PCB. (RAMOS, 2011, p. 46).

6.8 A QUEDA DO ESTADO NOVO

As forças armadas assumiram o papel de fiadoras da realização de eleições livres em 2 de dezembro. Afirma Ramos (2011, p. 46) que: “Essa determinação, de iniciativa do general Góis, pulverizou de fato qualquer possibilidade de êxito da campanha pró-Constituinte”.

No dia 29 de outubro, João Alberto, chefe de polícia do Distrito Federal, procurou o Ministro da Guerra e disse-lhe que Getúlio havia nomeado o seu irmão, Benjamim Vargas, para substituí-lo no comando policial. João Alberto seria o novo prefeito do Rio e Henrique Dodsworth, que deixaria este cargo, seria contemplado com um posto diplomático. Góes ficou irritado e afirmou que tal notícia derrubava as combinações celebradas entre o Governo e as Forças Armadas, segundo as quais o calendário eleitoral estabelecido não seria modificado, considerando este ato como um golpe. (RAMOS, 2011, p. 47). Sobre isso, comenta o General:

[...] para mim, o fato estava consumado, não poderia mais ter confiança num homem a quem servira com tanto desprendimento e sinceridade e que, naquele momento, julgando-me igual aos canalhas com os quais se habituara a tratar, queria colocar-me no mesmo nível, o que eu repelia. Como soldado, preferia morrer a submeter-me a uma humilhação que seria a negação do meu passado e me lançaria no opróbrio. (MONTEIRO apud COUTINHO, 1956, p. 443).

Aponta Freixinho (1997, p. 396) que, diante desses acontecimentos, Góes Monteiro decidiu exonerar-se do cargo de Ministro da Guerra, enviando logo após a todos os comandantes de região militar o seguinte telegrama: “Em vista nomeação novo chefe de Polícia demiti-me e vou tomar atitude”. Assumiu o comando da reação e nomeou o General Oswaldo Cordeiro de Farias para a chefia de seu estado-maior que, de imediato, iniciou as providências militares para cercar o Palácio Guanabara, visando à deposição de Vargas.

Com a presença dos dois candidatos à Presidência da República – Eduardo Gomes e Eurico Dutra – os generais da Alta Cúpula das Forças Armadas, reunidos no gabinete do General Góes Monteiro, estabelecem que Vargas seria afastado do Governo, naquela noite de 29 de outubro de 1945. Assinala Freixinho (1997, p. 397), que, concluída aquela espécie de assembleia que, virtualmente, depôs Getúlio, fez-se uma reunião fechada, com Dutra, Eduardo Gomes e Góes, tendo como tema a constituição do novo governo. Sobre este acontecimento, registra o Marechal Cordeiro de Farias, em suas Memórias:

Na verdade, Góes, aclamado Ministro da Guerra e apoiado por todas as Forças Armadas, poderia caso desejasse, assumir a Presidência da República. Afinal, era ele o chefe do movimento. Não sei se uma ideia dessa natureza passou por sua cabeça, mas deve ter passado. O fato, porém, é que se quisesse assumir a Presidência da República, poderia tê-lo feito. Mas Dutra, numa prova de grande sagacidade, abriu a conversa dizendo que concordava com tudo, entendendo, no entanto, que o sucessor de Getúlio, até que a Nação elegeisse o novo Presidente, não deveria ser um militar. E que se deveria dar ao caso uma solução constitucional, conforme estabelecido na Carta de 1937. Ora, não havia vice-presidente, nem Câmara dos Deputados. A Presidência da República, com o afastamento de Vargas, caberia, em consequência, ao Presidente do Supremo Tribunal Federal, José Linhares. Justamente quando Dutra pronunciou a última palavra de sua proposta, Eduardo estendeu-lhe a mão, dizendo: De pleno acordo. (CORDEIRO DE FARIAS apud FREIXINHO, 1997, p. 397-398).

Skidmore (apud RAMIRES PINTO, 2010, p. 19) assim descreveu a responsabilidade pela deposição do Presidente Vargas: “O Gen Góes Monteiro

assumiu inteira responsabilidade pela deposição do presidente, emitindo declarações sucessivas, a 29 de outubro, explicando porque a ação era necessária”.

Assim, na madrugada do dia 30 de outubro, no Gabinete do Ministro da Guerra, foi empossado na chefia do Governo o Ministro José de Linhares, quando Góes Monteiro leu a seguinte nota:

O General Pedro Aurélio de Góes Monteiro, em nome das classes armadas, declara que o Exmo Senhor Presidente da República, diante dos últimos acontecimentos e para evitar maiores inquietações por motivos políticos, se afastará do Governo, transmitindo o poder ao Presidente do Supremo Tribunal Federal [...] concorrendo para que a ordem pública não sofra solução de continuidade e se mantenha inalterado o prestígio do Brasil. (MONTEIRO apud FREIXINHO, 1997, p. 398).

A deposição de Vargas foi o ápice da manifestação da Doutrina Góes Monteiro, no que se refere ao intervencionismo tutelar dos militares na política nacional. Representou o máximo da ação política da corporação, agindo em bloco e de forma institucional, alheia aos personalismos e individualismos dos seus integrantes. Góes Monteiro serviu de exemplo neste contexto, pois diante da clara possibilidade de aproveitar-se do poder pessoal que detinha naquela oportunidade, agiu em perfeita sintonia com a Doutrina que propagou dentro e fora do Exército.

Também nesta ocasião, Góes Monteiro deu mostras da sua liderança: direta, atuando pessoalmente sobre os demais oficiais gerais, influenciando-os a tomar partido em favor da deposição de Vargas; e indireta, no nível estratégico, ao estabelecer o consenso entre os chefes militares, encontrando uma proposta aceitável por todos e transmitindo, ao mesmo tempo, o compromisso com a busca da solução.

Nas eleições de 2 de dezembro de 1945, Dutra derrotou o Brigadeiro Eduardo Gomes, com grande vantagem. Com isso, lentamente, o general Góes Monteiro foi-se apagando do cenário político. Continuou Ministro da Guerra de Dutra até as vésperas da promulgação da Constituição de 18 de setembro de 1946, quando se exonerou e seguiu novamente para Montevideu, reassumindo o cargo de Delegado Brasileiro junto ao Comitê de Emergência e Defesa Política da América, ainda em funcionamento.

A saída de Góes Monteiro da política nacional repercutiu intensamente, conforme se pode verificar no trecho do Jornal Diário Trabalhista, de 21 de setembro

de 1946, sob o tema - O Brasil precisa ainda muito de Góis Monteiro, de autoria do jornalista Eurico de Oliveira:

A retirada do ilustre general Góis Monteiro do cenário político-administrativo do país [...] não é fato que possa passar sem registro. Raros homens no Brasil terão feito sentir sua atuação, nestas duas últimas décadas da República, com o brilho, o relevo e a eficiência que o grande soldado soube imprimir às suas atitudes. Poder-se-lhe-ão, talvez, imputar alguns equívocos, alguns desacertos, nunca, porém, erros ou procedimentos *anti-patrióticos*, claudicações do sentimento de civismo, com que ele sempre serviu à pátria; até com o sacrifício abnegado dos seus legítimos interesses pessoais e da sua própria saúde. Político, no alto sentido do vocábulo; sociólogo de percuciente observação; soldado de acrisoladas virtudes militares; sobretudo homem de enciclopédica e vasta cultura; estadista de alta mentalidade e generoso espírito público, sua passagem pelo cenário político social do Brasil tem refulgências que a todos deslumbram e seduzem. O país não pode aceitar a irrevocabilidade da decisão do ilustre soldado. Quando a democracia ressurgir no Brasil o seu extremo paladino, e um dos seus grandes artífices, não pode retirar-se à penumbra da vida privada. A pátria precisa ainda dos serviços do seu ilustre filho. (AN – FGM, SA 848-3, p. 451).

O mesmo Jornal assim publicou, no dia seguinte:

Fala-se no afastamento voluntário do general Góis Monteiro do cenário administrativo do país e, mais ainda, dos arraiais políticos da nação. Não concordamos. E nossas razões são as seguintes: responsável direto pelo movimento que nos trouxe a aurora da liberdade que já se eleva em nosso horizonte social com os raios solares de nossa Constituição, o nosso general, que combateu desde as primeiras horas do dia não pode abandonar os seus soldados antes mesmo do sol a pino. O general não pode deixar o cenário público que sempre o lê, e por isso mesmo o considera mais um mentor político do que um militar alheio aos meandros de nossa pátria. O DIÁRIO TRABALHISTA lança a candidatura do general Pedro Aurélio de Góis Monteiro – quer por Alagoas, quer por outro Estado brasileiro para que [...] ele continue a ser um dos representantes basilares da defesa de supremos interesses da Pátria [...]. (AN – FGM, SA 848-4, p. 452-453).

Era o anúncio de que este não seria o fim da atuação política de Góis Monteiro. Disputou uma cadeira ao Senado pelo Estado de Alagoas, sendo eleito para a Legislatura de 1947/1951. Ao retornar ao Exército, assumiu mais uma vez a Chefia do Estado-Maior do Exército (1951/1952) e, em seguida, tomou posse como Ministro do Superior Tribunal Militar, até o seu falecimento, em 1956, já sem o mesmo prestígio político que dispôs nas décadas de 30 e 40.

6.9 REFLEXOS DA DOCTRINA GÓES MONTEIRO

O declínio político de Góes Monteiro não significou, necessariamente, que as suas ideias deixaram de ter eco no cenário nacional e no seio do Exército. Considera Trevisan (2005, p. 87) que, com o fim do Estado Novo, em 1945, a Doutrina Góes foi repensada e modernizada, mas a essência continuou a mesma, sendo a Escola Superior de Guerra (ESG) o seu polo irradiador.

A ESG foi criada pela Lei Nr 785, de 20 de agosto de 1949, após o apoio e o envio de uma missão militar norte-americana ao Brasil, para dar suporte à sua implantação. O General Cordeiro de Farias foi o seu primeiro comandante, seguido por Juarez Távora, ambos tenentistas históricos e íntimos colaboradores de Góes Monteiro durante a Era Vargas. (LOZANO, 2006, p. 35). Portanto, é lícito supor que estes oficiais tenham introduzido muitas das ideias do antigo chefe nas formulações doutrinárias da ESG. Convém destacar que, embora não exercendo funções oficiais, Góes Monteiro foi assíduo colaborador da Escola.

Trevisan (2005, p. 87) defende que a ESG incorporou os conceitos da Doutrina Góes na Doutrina de Segurança Nacional, sendo a motivação para isso a Guerra Fria e a conseqüente ameaça comunista. A mesma opinião é defendida por Lozano que assinala:

Nos anos 60-70 intencionava-se implementar a reconstrução da nação brasileira e para tanto, a elite civil-militar [por meio da ESG] arquitetou um projeto desenvolvimentista, assegurado pelo poderio das Forças Armadas. Neste empreendimento foram incorporados diversos aspectos da Doutrina de Segurança Nacional, os quais “já existiam em linhas gerais no pensamento de Góes Monteiro”, entre eles a valorização do Exército na condução da política nacional, a “guerra total” contra o avanço do suposto comunismo internacional, justificando-se, dessa maneira, qualquer tipo de violência na salvaguarda do bem-estar social. (LOZANO, 2006, p. 115).

Considera Trevisan (2005, p. 87-88) que tanto no conceito da ESG como na Doutrina Góes, o conceito de Segurança Nacional significa o mesmo processo: “o País inteiro deve estar coeso, em clima de ordem, produzindo para a segurança nacional, sem dúvidas, sem questionamentos e sem oposição”. Acrescenta que “Só esta atitude, só o cumprimento da política do Exército traria o desenvolvimento ao País, com a neutralização do agressor interno – a ameaça comunista”.

Neste contexto, a ESG construiu sua ideologia, focando seu discurso no triângulo nação-segurança-desenvolvimento, sendo assim definido por Lozano:

A nação vista como o espaço supremo e próspero ocupado pela sua “brava gente”, a segurança como uma condição inestimável para a edificação da pátria, capaz até de suprimir qualquer ato de insubordinação que constituísse uma ameaça à coletividade, e o desenvolvimento como progresso atrelado à industrialização de cunho capitalista. (LOZANO, 2006, p. 38).

Para a ESG, caberia à elite militar e civil definir os objetivos nacionais, traçando as metas e planejando os meios para consumá-los. Assumia, assim, segundo Lozano (2006, p. 50), o discurso da “guerra total”, onde os recursos utilizados englobavam uma vasta gama de variedades, “armas, negociações, alianças, pressões, boicotes, propagandas, chantagens, ameaças [...]”, praticamente todos os setores da vida nacional estavam na mira do inimigo. Aqui presente aspectos da Doutrina Góes que dispõe que a Nação deve mobilizar todos os recursos disponíveis para a defesa nacional, “pois na guerra não é o Exército que se *mobilisa* é toda a Nação”. (AN – FGM, SA 636-6, p. 576).

No período pós-estado novo até a Revolução de março de 1964, continuaram os esforços da Cúpula Militar para a eliminação da ação política individual dos membros do Exército, conforme as diretrizes da Doutrina Góes Monteiro. Coube ao primeiro governo militar (1964/1967), exercido pelo General Castello Branco, a missão de inviabilizar, na prática, a ingerência militar na política, limitando a permanência no generalato a doze anos. A par disto, o afastamento das Forças Armadas para concorrer ou exercer cargos políticos, alheios à corporação, tornou-se definitivo. (FUNDAÇÃO LIBERDADE E CIDADANIA, 2011, p. 5-6).

O período dos Governos Militares representou a consolidação do Exército como instituição política, eliminando, quase que totalmente, a ação política de forma individual. Este fortalecimento institucional foi paulatinamente aperfeiçoado, culminando com a organização do Sistema de Planejamento do Exército (SIPLEX), que materializa a política do Exército. Este Sistema foi instituído por meio da Portaria nº. 077- EME, de 4 de dezembro de 1985. (SILVA, 2009, p. 75). Assim detalha o documento “Metodologia do Sistema de Planejamento do Exército (SIPLEX)”, publicado pelo EME:

Em 1984, o Ministro do Exército determinou ao Estado-Maior do Exército a realização de estudos a fim de formalizar em documento único a missão do Exército e de estabelecer um sistema de planejamento estratégico para a Força. A metodologia do Sistema de Planejamento do Exército (SIPLEX) foi aprovada em 1985 e, desde então, é a grande ferramenta de apoio à

decisão do Comando do Exército. Desde a sua formulação, o sistema previa a revisão sempre que mudanças relevantes acontecessem e se tornasse recomendável modificá-lo. Assim, em 1991, 1992, 1996, 1998, 2000 e 2002, ocorreram atualizações do SIPLEx, com a introdução de novos dados e, por vezes, alterações metodológicas. (EME, 2007, p. 6).

Ainda segundo o mesmo documento, essa metodologia teria sido inspirada e apoiada na Doutrina da Escola Superior de Guerra (ESG), em especial em seu “Método para o Planejamento da Ação Política”, assim descrevendo:

Foram estudadas e comparadas diversas metodologias de planejamento estratégico a fim de verificar a sua adequação à instituição do Exército Brasileiro. Observou-se que o planejamento formal proposto pela metodologia da ESG e apropriado pelo SIPLEx atendia às necessidades do Exército. (EME, 2007, p. 08).

Portanto, é lícito supor que o SIPLEX incorpore no seu corpo traços da Doutrina Góes Monteiro. A própria característica programática é típica do pensamento do General. Isso pode ser verificado com muita clareza nas ações de Góes Monteiro, quando da sua passagem pelo Ministério da Guerra: na carta a Vargas, expondo a sua proposta para o Estado Novo, a sua visão sobre a Política de Guerra e sobre os problemas do Exército; e a formulação de leis orgânicas, com vistas a reorganizar o Exército. Do mesmo modo, quando da sua passagem pelo EME, particularmente, no estudo sobre as capacidades, necessidades e objetivos do Exército.

O Capítulo II da “Metodologia do SIPLEx” discorre sobre a Missão do Exército, expondo os fundamentos legais que balizam o seu alcance: “uma instituição pública e permanente e que só pode realizar aquilo que estiver previsto na lei”. Em seguida, estabelece que “a missão do Exército é institucional, tem caráter permanente, norteia as suas ações e sempre será orientada pelos fundamentos legais”. (EME, 2007, p. 11). Assim, inviabiliza-se qualquer possibilidade de ingerência militar individual na política. Nesta passagem, observa-se claramente a materialização da Doutrina Góes: “a ação política de matriz institucional”, e “o Exército moderno repousando em bases políticas fixas, para ser o instrumento de força da Nação”. (AN – FGM, SA 185-12-1, p. 591):

Sinteticamente, de acordo com o SIPLEX 1 (EME, 2008, livro 1, p. 14) a missão do Exército é preparar a Força Terrestre para defender a Pátria; garantir os poderes constitucionais, a lei e a ordem; participar de operações internacionais; cumprir atribuições subsidiárias; e apoiar a política externa do País.

De acordo com o SIPLEX 3 (EME, 2008, livro 3, p. 27), a Política Militar Terrestre (PMT) é decorrente da Missão do Exército, dos objetivos e diretrizes estabelecidos na Política Nacional de Defesa, das orientações contidas na Política Militar de Defesa, na Estratégia Militar de Defesa e na Doutrina Militar de Defesa e das indicações levantadas na Avaliação do Exército Brasileiro (SIPLEX 2 - EME, 2008, livro 2). Esta Política é expressa por meio de objetivos, que condicionam as estratégias do Exército Brasileiro.

A seguir, serão destacados os objetivos da PMT que mais se relacionam com a Doutrina Góes Monteiro. Obviamente, não há a intenção de afirmar que estas ideias têm inspiração direta na citada Doutrina, mas demonstrar que traços da mesma estão presentes nesses objetivos. Dos vinte objetivos existentes na atual PMT, dezesseis deles encontram pontos de convergência com a Doutrina Góes.

Integrar-se permanentemente à Nação. Relaciona-se com a ideia de Góes Monteiro para tornar o Exército uma organização com canais mais abertos de entrada e saída. Nas vias de entrada, o recrutamento atingindo todas as camadas da população, objetivando instituir o serviço militar obrigatório e universal. Nas vias de saída, os soldados passando a ser treinados e devolvidos à sociedade, após o cumprimento do serviço militar, aumentando a influência do Exército nesta.

Garantir elevada capacidade de dissuasão à Força Terrestre e ampliar a sua capacidade de projeção de poder. Esta intimamente relacionada à visão civilizatória da Doutrina Góes (SAES, 2011, p. 5-6) que considera que “a guerra é inevitável e que as nações fracas e despreparadas [...] estariam, portanto, condenadas a serem dominadas ou a desaparecer, vítimas do imperialismo das grandes potências”. Assim, o Exército precisa, para este fim, ser evidentemente tão fortes quanto possível para dissuadir possíveis ameaças e projetar poder.

Operar de forma eficaz e integrada com a Marinha do Brasil e a Força Aérea Brasileira. Este objetivo constitui uma das premissas da Doutrina Góes: as Forças Armadas agindo de forma corporativa e em bloco, realizando a sua política institucional, como no caso da deposição do Presidente Getúlio, em 1945. Cabe destacar que o termo “operar” é aqui entendido numa perspectiva ampla, não se limitando ao aspecto tático-operacional.

Assegurar eficiente apoio logístico à Força Terrestre e desenvolver a sua capacidade de mobilização. Representa uma das maiores preocupações da Doutrina Góes: o desenvolvimento de uma estrutura eficaz que possibilite uma rápida

passagem do estado de paz para o de guerra, devendo o Exército ser capaz de utilizar, de modo eficiente os recursos de que dispõe. Estabelece a Doutrina (AN – FGM, SA 185-12-1, p. 592) que “A organização militar do *paiz* deve ser aparelhada de modo que *attenda efficacmente* às exigências da guerra, que é a sua suprema finalidade”.

Ampliar a capacitação profissional dos seus quadros e valorizar os recursos humanos da Instituição. Esta é outra grande prioridade da Doutrina Góes (1934b, p. 3): “A revisão dos quadros de modo a *homogeneizá-los* pela seleção de valores e permitir o seu mais amplo rendimento, inclusive a formação de técnicos e especialistas”. Para isso, foram editadas novas leis, como a de promoções, que valorizou a meritocracia como critério para a ascensão na carreira; a de movimento, tornando mais justos os critérios para as movimentações; a de efetivos, regulando a composição da Força e a formação de técnicos e especialistas; e a do serviço militar, organizando a preparação das reservas. Assinala a Doutrina (AN – FGM, SA 185-12-1, p. 592): “não é sem apreensões que um Estado fraco e desprovido [...] de técnicos-especialistas deveria sentir a iminência de um conflito armado”.

Completar, aprimorar, consolidar e integrar os sistemas existentes na Instituição. A Doutrina Góes (MONTEIRO, 1938, p. 58) preconizava a necessidade de uma ampla reforma organizacional e sistêmica para que se executassem as transformações necessárias para a modernização do Exército, “*crear* os órgãos necessários à sua subsistência e direção e regular as diretrizes da sua passagem do pé de paz para o de guerra”. Com base nestas necessidades, Góes Monteiro, na direção do EME, reformulou leis importantes, como: a de Organização do Ministério da Guerra; a de Organização do Exército e a de Quadros e Efetivos do Exército.

Racionalizar e modernizar a sua gestão, a sua estrutura organizacional e os seus processos administrativos, e assegurar e otimizar a gestão dos recursos orçamentários e financeiros necessários à Instituição. Aqui presente a visão programática da Doutrina Góes. A necessidade de realização de estudos acurados; a organização de planos de trabalho, repartidos em etapas bem definidas no tempo; e a verificação dos resultados parciais a cada etapa. Para estas realizações, levar em conta: as necessidades mais urgentes; as possibilidades econômico-financeiras da Nação; e os prazos para colocar o Exército em condições de receber e utilizar-se dos novos meios postos ao seu alcance.

Reduzir o hiato tecnológico em relação aos exércitos de países desenvolvidos e a dependência de material de emprego militar importado. A Doutrina atribuía importância decisiva à indústria nacional, em particular, na criação das indústrias de base, consideradas fundamentais para a modernização das Forças Armadas. Assinalava Góes (AN – FGM, SA 185-12-1, p. 592) que “Na futura guerra – as surpresas aéreas, *eletro-químicas* e mecanização poderão exceder a qualquer previsão. Não é sem apreensões que um Estado fraco e desprovido de meios industriais [...] deverá sentir a iminência de um conflito armado”.

Manter a necessária prontidão para colaborar com o desenvolvimento nacional e a defesa civil. A Doutrina pretendia realizar a aplicação sistematizada de uma política coerente, praticada em etapas, visando disciplinar o corpo social, o que provocaria o desenvolvimento econômico. A consequência natural deste desenvolvimento seria a construção de uma sólida e eficiente defesa nacional. Portanto, de acordo com a Doutrina, ao cooperar com o desenvolvimento nacional coopera-se, também, com a defesa nacional.

Contribuir para o desenvolvimento e o fortalecimento da consciência de defesa nacional em todos os segmentos da sociedade brasileira. Preconizava a Doutrina (MONTEIRO apud BELLINTANI, 2009, p. 418) que urgia “formar a mentalidade capaz de pensar militarmente [...] enraizar na consciência das novas gerações a convicção de que o Brasil só poderá sobreviver como nação independente, se os brasileiros estiverem preparados [...] para enfrentar a guerra, quando ela se tornar inevitável”. Assim, com essa mentalidade se fortalece a consciência da necessidade de esforços para prover a defesa nacional.

Do exposto, verifica-se que traços marcantes do pensamento de Góes Monteiro fazem parte da política da Força Terrestre Brasileira até os dias atuais.

7 CONCLUSÃO

A liderança do General Góes Monteiro, à frente dos principais órgãos da alta administração do Exército, foi fundamental nas transformações políticas do Exército Brasileiro no Período Vargas. Na sua trajetória político-militar, Góes Monteiro foi um líder transformacional, comportando-se como um visionário, inovador e autossuficiente, exercendo a sua liderança militar nos níveis de pequenos escalões, organizacional/tático e estratégico.

Traços marcantes do pensamento do General Góes Monteiro fazem parte da política da Força Terrestre Brasileira até os dias atuais. No entanto, a sua consolidação como líder do Exército se deu por meio de um longo período de lutas, cujas origens remontam ao início do século XX.

O panorama histórico das três primeiras décadas do século XX foi marcado profundamente pela Primeira Guerra Mundial, que bateu recordes em perdas humanas e materiais. Como consequências diretas desse conflito destacam-se: a Revolução Russa de 1917, que trouxe significativas contribuições ao processo de emancipação colonial na Ásia e na África, e para outros movimentos revolucionários por todo o mundo; o surgimento de governos autocráticos, totalitários e militaristas de direita, destacadamente o nazismo alemão e o fascismo italiano, reflexos da paz mal selada pelo Tratado de Versalhes; e a emergência dos EUA como potência econômica, temporariamente interrompida pela Grande Depressão, ao final dos anos 20.

Para o Exército Brasileiro, a Primeira Guerra Mundial deixou patente a necessidade de atualização da sua doutrina e da sua reorganização, resultando na contratação da MMF, em 1919.

Na política brasileira, no início da década de vinte, o modelo oligárquico liberal começou a apresentar sinais de esgotamento. Reflexo disso era a grande politização dos quadros do Exército, que se dividia basicamente em três principais correntes ideológicas: a intervencionista reformista, a não intervencionista (neutralista) e a intervencionista moderadora. As possibilidades de subversão da ordem e de intervenção militar tornaram-se cada vez mais concretas, resultando no Movimento Tenentista dos anos 20.

Neste cenário político, ainda nos primeiros postos da carreira militar, Góes Monteiro manteve-se em defesa da constitucionalidade, assumindo uma posição

legalista. Auxiliou na Revolução de 1923, no Rio Grande do Sul, recomendando a formação de corpos de provisórios, o que muito contribuiu para o êxito das forças legalistas. Neste episódio, ficaram evidentes traços marcantes de sua liderança transformacional, produzindo ideias capazes de promover mudanças organizacionais.

Góes Monteiro combateu na Revolução de 1924 e perseguiu a Coluna Prestes, com algumas interrupções, de 1925 a 1927, integrando o Estado-Maior do General Mariante. Ao longo desta campanha, demonstrou elevada capacidade de liderança militar direta, efetivamente influenciando e conduzindo os seus liderados ao cumprimento do dever, a exemplo da sua participação no cerco a Catanduva.

O desejo de Góes Monteiro de melhorar o Exército; a sua desilusão com a política oligárquica da Velha República; as perseguições de que se achava vítima; as ligações políticas da família da sua esposa com lideranças da FUG; assim como, sem dúvida, a sua ambição, levaram-no a concluir que apenas uma mudança radical na liderança nacional criaria o ambiente apropriado para transformações no cenário nacional e militar. Assim, Góes Monteiro passou de legalista a revolucionário.

Como Chefe do Estado-Maior Revolucionário de Getúlio Vargas, em 1930, as ações de Góes Monteiro como planejador e estrategista, nos preparativos e no curso da Revolução, ainda como um jovem tenente-coronel, foram inequívocas. Deu mostras, ainda, do seu grande valor, como líder militar, ao dar um “ultimatum” à Junta Governativa para que a mesma passasse o Governo do país a Getúlio, ficando evidente a sua força moral, coragem, autodisciplina, inteligência, iniciativa, capacidade de julgamento, decisão, autoconfiança, dentre outros atributos inerentes à liderança militar.

Diante do vazio aberto na estrutura política do País com a vitória da Revolução e das divergências entre os líderes que o apoiaram, Getúlio Vargas se valeu do Exército para manter o poder, numa relação de “namoro” com os militares que durou até o Golpe do Estado Novo, em 1937.

O Exército que emergiu da Revolução de 30 era uma organização bastante fragmentada, dividida por clivagens: uma vertical, separando oficiais de praças, e outra horizontal, separando oficiais reformistas dos neutralistas, acarretando sérios prejuízos à disciplina e à coesão da instituição.

Após 1930, Góes Monteiro conquistou posição de grande destaque no cenário nacional e no seio do Exército, fruto da grande confiança que Vargas

depositava na sua pessoa e da liderança e competência militar que havia demonstrado no curso das operações revolucionárias. Diante do estado de desagregação do Exército, Góes Monteiro foi progressivamente se afastando do tenentismo. A fim de impedir que os “tenentes” levassem questões políticas para os quartéis, fundou o Clube 3 de Outubro, mantendo as discussões políticas adstritas a este. Iniciava-se, assim, a tarefa de recomposição institucional da Força.

No Comando da 2ª RM, em 1931, Góes apresentou destacados traços de liderança nos níveis de comando estratégico e organizacional, na elaboração do “Plano para Normalização de São Paulo”. Nesta ocasião, demonstrou completo entendimento dos objetivos que se desejava atingir e dos meios disponíveis, trabalhando ativamente para moldar o ambiente de forma favorável à consecução desses objetivos.

Na Revolução de 32, Góes exerceu influência decisiva, comandando as Forças do Leste, oportunidade em que atuou como líder estratégico, trabalhando num ambiente não estruturado e ambíguo. Em face da confiança que Getúlio Vargas depositava na sua pessoa, foi designado para negociar a rendição das Forças Paulistas e indicou o General Daltro Filho como interventor de São Paulo.

A partir de 1932, Góes passou a advogar a tese de que para qualquer intervenção militar ter êxito no Brasil era imperioso ser conduzida e respaldada pela mais alta hierarquia das instituições militares, dando início à política de matriz institucional do Exército.

Designado por Getúlio para compor a Comissão Constitucional, ainda em 1932, Góes defendeu a ideia de um Estado integral; corporativo; composto de um Executivo forte; de uma câmara classista; e de um conselho político, representando igualmente todos os estados, com poder de veto sobre as decisões da câmara. Defendeu também a anistia aos militares que lutaram do lado paulista em 1932; a institucionalização do critério de merecimento para as promoções militares; a não participação de militares em organizações político-partidárias; e a criação do Conselho Superior de Segurança Nacional. Manifestou-se contrário à extinção das forças policiais dos estados, bem como à sua federalização.

As posições sobre a possível candidatura de Góes Monteiro à Presidência em oposição a Vargas, em 1934, são conflitantes, não sendo possível afirmar, taxativamente, que o mesmo nutria esta ambição. Oficialmente, porém, Góes negava essa pretensão.

O biênio de 1934-1935 foi marcado por uma grande tentativa de realização de reformas orgânicas no Exército. À frente do Ministério da Guerra, Góes Monteiro estabeleceu uma série de ações, com vistas à reorganização do Exército, como a elaboração do Regulamento do EME, da Lei de Reorganização Geral do Ministério da Guerra, da Lei de Reorganização Geral do Exército, da Lei do Serviço Militar, da Lei de Regulamentação do Movimento de Quadros do Exército em Tempos de Paz, e da Lei do Estado de Sítio e Agressão Estrangeira.

Essas ações deram início a mudanças significativas no Exército. Reforçou-se o corporativismo de matriz institucional, alheio a individualismos; ganhou ênfase a visão de planejamento programático e de organização sistêmica; valorizou-se a meritocracia como critério para a ascensão profissional; a organização ganhou canais mais abertos de entrada e saída, aumentando a sua influência sobre a sociedade; e ganhou ênfase a preocupação da instituição com a preparação e mobilização para a guerra. Com base nessas mudanças, o Exército deixou de funcionar apenas como uma instituição burocrática e começou a ganhar o perfil de uma verdadeira instituição militar.

No exame das ideias de Góes Monteiro, verifica-se a grande presença do pensamento autoritário, que se formou no Brasil, sobretudo, a partir da Primeira República, tendo Alberto Torres e Oliveira Viana como os seus principais representantes.

O conjunto dessas ideias passou a constituir a chamada Doutrina Góes Monteiro que, em síntese, preconizava o fortalecimento do nacionalismo; a preocupação com as ameaças da ordem internacional imperialista; a defesa de um governo forte e hierarquizado; o horror ao conflito social; a crítica ao individualismo; a tutela da Nação pelo Estado, tendo as Forças Armadas como forças construtoras; a crença na inevitabilidade da guerra; a apropriação do conceito de “guerra total” na defesa nacional; a promoção da indústria nacional; e o papel do Exército como órgão essencialmente político, alheio aos individualismos. Esta Doutrina teve papel destacado na política nacional, particularmente a partir do Estado Novo.

O Golpe do Estado Novo foi uma reação do Governo Getulista às agitações de natureza comunista da década de 30 e ao posicionamento autonomista de Flores da Cunha, Governador do Rio Grande do Sul. Góes Monteiro exerceu influência decisiva tanto na preparação como na execução deste Golpe, demonstrando elevada sensibilidade política e liderança transformacional, definindo claramente o

que fazer, analisando as capacidades para a concretização do que fazer, antecipando-se às dificuldades e criando projetos realistas para isso.

A política do Estado Novo seguiu as orientações da Doutrina Góes Monteiro, enfatizando a defesa interna e externa, a promoção das indústrias de base e as exportações, e eliminando a política partidária da sociedade e nas Forças Armadas.

Góes Monteiro, também, foi o grande estrategista e formulador da política militar da sua época, sendo boa parte desta traçada quando da sua passagem pela chefia do EME, de julho de 1937 a dezembro de 1943. Atribuía ao EME a missão de transformação da instituição, considerando-o como “a oficina espiritual do Exército”. As mudanças planejadas por Góes Monteiro foram executadas em três planos simultâneos: infraestrutura física, organizacional e relações com a sociedade e com o Estado.

No plano da infraestrutura física, houve grande avanço na questão do reaparelhamento do Exército, decorrência do cenário internacional da 2ª Guerra Mundial, das ameaças das forças policiais dos estados da Federação e do temor de levantes comunistas. Assim, foi crescente o volume de recursos destinados ao Exército, os quais foram empregados na ampliação dos seus efetivos; na criação de novas unidades; e no início de um programa de construção de quartéis, arsenais, moradias e escolas.

No plano organizacional, as reformas, de modo geral, procuraram isolar o Exército das influências políticas e ideológicas externas. Novas regulamentações do ensino militar estabeleceram mecanismos de filtro mais rígidos para o ingresso e progressão no oficialato.

No plano das relações com a sociedade e com o Estado, o Exército, efetivamente, tornou-se uma organização com canais mais abertos de entrada e saída. Nas vias de entrada, o recrutamento passou a atingir todas as camadas da população, com o fim de instituir o serviço militar obrigatório e universal. Nas vias de saída, os soldados passaram a ser treinados e devolvidos à sociedade, após o cumprimento do serviço militar, aumentando a influência do Exército sobre esta. O Exército passou a identificar-se como expressão orgânica do próprio Estado.

A posição brasileira em relação aos eventos relacionados à 2ª Guerra Mundial foi marcada, inicialmente, por uma grande ambiguidade entre o apoio aos países do Eixo ou aos Aliados. Góes Monteiro foi, no campo militar, um elemento-chave na aproximação do Brasil com os últimos. Com a participação brasileira nesse

conflito, enviando a FEB à Itália, em 1944, abriu-se caminho para o fim do Estado Novo.

Góes Monteiro exerceu influência decisiva no processo de redemocratização do País, liderando o movimento militar que resultou na deposição de Vargas, em 1945. Este episódio foi o ápice da manifestação da Doutrina que recebe o seu nome, no que se refere ao intervencionismo tutelar dos militares na política nacional: a corporação agindo em bloco e de forma institucional. Neste episódio, Góes Monteiro deu mostras da sua liderança: direta, atuando pessoalmente sobre os demais oficiais generais, influenciando-os a tomar partido em favor da deposição de Vargas; e indireta, no nível estratégico, ao estabelecer o consenso entre estes chefes, encontrando uma proposta aceitável por todos e transmitindo, ao mesmo tempo, o compromisso com a busca da solução.

Nas eleições de 2 de dezembro de 1945, Dutra derrotou o Brigadeiro Eduardo Gomes, com grande vantagem. Com isso, lentamente, o general Góes Monteiro foi-se apagando do cenário político.

O declínio político de Góes Monteiro não significou o esquecimento das suas ideias. Com o fim do Estado Novo, a sua Doutrina foi repensada e modernizada pela Escola Superior de Guerra (ESG), que incorporou os seus conceitos na Doutrina de Segurança Nacional. Esta tinha como motivação a Guerra Fria e a conseqüente ameaça comunista, que marcou a tônica dos debates políticos no período de 1946 a 1964.

O período dos Governos Militares (1964-1985) representou a consolidação do Exército como instituição política, eliminando, quase que totalmente, a ação política de forma individual. Este fortalecimento institucional foi paulatinamente aperfeiçoado, culminando com a organização do Sistema de Planejamento do Exército (SIPLEX), que materializa a política do Exército. Este Sistema foi instituído em 1985, sob inspiração e apoio na Doutrina da ESG. Portanto, é lícito supor que o SIPLEX tenha incorporado no seu programa ideias da Doutrina Góes Monteiro.

Um aspecto característico dessa incorporação é a definição da Missão do Exército pelo SIPLEX: “uma instituição pública e permanente e que só pode realizar aquilo que estiver previsto na lei”. Nesta definição fica clara a materialização da Doutrina Góes: “a ação política de matriz institucional”, e “o Exército moderno repousando em bases políticas fixas, para ser o instrumento de força da Nação”, inviabilizando qualquer possibilidade de ingerência militar individual na política.

A Política Militar Terrestre (PMT) descrita no SIPLEX 3 é expressa por meio de objetivos, que condicionam as estratégias do Exército Brasileiro. Dos vinte objetivos existentes na atual PMT, dezesseis deles, *a priori*, encontram pontos de convergência com a Doutrina Góes, conforme se verifica abaixo:

Integrar-se permanentemente à Nação. Relaciona-se com a ideia de Góes Monteiro para tornar o Exército uma organização com canais mais abertos de entrada e saída.

Garantir elevada capacidade de dissuasão à Força Terrestre e ampliar a sua capacidade de projeção de poder. Esta intimamente relacionada à visão civilizatória da Doutrina Góes, que considera a guerra como inevitável e que as nações despreparadas estão condenadas a desaparecer. Assim, o Exército precisa ser tão forte quanto possível para dissuadir possíveis ameaças e projetar poder.

Operar de forma eficaz e integrada com a Marinha do Brasil e a Força Aérea Brasileira. Este objetivo constitui uma das premissas da Doutrina Góes: as Forças Armadas agindo de forma corporativa e em bloco, realizando uma política institucional, não se limitando esta “operação” ao aspecto tático-operacional.

Assegurar eficiente apoio logístico à Força Terrestre e desenvolver a sua capacidade de mobilização. Representa uma das maiores preocupações da Doutrina Góes: o desenvolvimento de uma estrutura eficaz que possibilite uma rápida passagem do estado de paz para o de guerra, devendo o Exército ser capaz de utilizar, de modo eficiente os recursos de que dispõe.

Ampliar a capacitação profissional dos seus quadros e valorizar os recursos humanos da Instituição. Esta era outra grande prioridade da Doutrina Góes: a homogeneização dos quadros pela seleção de valores, por critérios mais justos de ascensão profissional e de movimentação, e pelo aprimoramento do serviço militar, inclusive a formação de técnicos e especialistas. Assinala a Doutrina (AN – FGM, SA 185-12-1, p. 592): “não é sem apreensões que um Estado fraco e desprovido [...] de técnicos-especialistas deveria sentir a iminência de um conflito armado”.

Completar, aprimorar, consolidar e integrar os sistemas existentes na Instituição. A Doutrina Góes preconizava a necessidade de uma ampla reforma organizacional e sistêmica, criando os órgãos necessários à subsistência e direção do Exército, bem como regulando as diretrizes para a passagem da paz para a guerra.

Racionalizar e modernizar a sua gestão, a sua estrutura organizacional e os seus processos administrativos, e assegurar e otimizar a gestão dos recursos orçamentários e financeiros necessários à Instituição. Aqui presente a visão programática da Doutrina Góes: a necessidade de realização de estudos acurados; a organização de planos de trabalho, repartidos em etapas bem definidas no tempo; e a verificação dos resultados parciais a cada etapa. Nestes estudos, levar em conta as necessidades mais urgentes, as possibilidades econômico-financeiras da Nação, e os prazos para colocar o Exército em condições de receber e utilizar os novos meios.

Reduzir o hiato tecnológico em relação aos exércitos de países desenvolvidos e a dependência de material de emprego militar importado. A Doutrina atribuía importância decisiva à indústria nacional, em particular, na criação das indústrias de base, consideradas fundamentais para a modernização das Forças Armadas, pois a tecnologia será fundamental na guerra do futuro. Conforme defende a Doutrina (AN – FGM, SA 185-12-1, p. 592): “não é sem apreensões que um Estado fraco e desprovido de meios industriais [...] deverá sentir a iminência de um conflito armado”.

Manter a necessária prontidão para colaborar com o desenvolvimento nacional e a defesa civil. A Doutrina pretendia realizar a aplicação sistematizada de uma política coerente, praticada em etapas, visando disciplinar o corpo social, o que provocaria o desenvolvimento econômico. A consequência natural deste desenvolvimento seria a construção de uma sólida e eficiente defesa nacional.

Contribuir para o desenvolvimento e o fortalecimento da consciência de defesa nacional em todos os segmentos da sociedade brasileira. Preconizava a Doutrina (MONTEIRO apud BELLINTANI, 2009, p. 418) que urgia “formar a mentalidade capaz de pensar militarmente [...] enraizar na consciência das novas gerações a convicção de que o Brasil só poderá sobreviver como nação independente, se os brasileiros estiverem preparados [...] para enfrentar a guerra, quando ela se tornar inevitável”.

Assim, verifica-se que traços do pensamento de Góes Monteiro fazem parte da política da Força Terrestre Brasileira até os dias atuais.

O General Pedro Aurélio de Góes Monteiro foi um personagem marcante da História brasileira, alguém com quem, certamente, as novas gerações do Exército têm muito a aprender. A existência do seu acervo pessoal, acessível ao público: no

Arquivo Nacional, completamente microfilmado; no CPDOC, com boa parte disponível na internet; e no Arquivo do Exército, apresenta-se como ótimas oportunidades para esse aprendizado. As possibilidades de pesquisa são múltiplas: a sua relação com Getúlio Vargas, Oswaldo Aranha e Eurico Dutra; os conflitos quase pessoais com Flores da Cunha; o sofrimento psicológico de que era vítima e os seus reflexos, decorrente da morte prematura do seu único filho varão; o precoce problema de saúde e as implicações no seu desempenho profissional; a sua ligação com a MMF; dentre outros.

Góes Monteiro não é uma personalidade que possa passar despercebida na História brasileira. É provável que não mereça ser reconhecido como o grande renovador do Exército moderno e, certamente, não como belicista e terrível antidemocrata, como muitos o consideram. Talvez as palavras que melhor possam resumir a sua atuação político-militar sejam as do jornalista Eurico de Oliveira (AN – FGM, SA 848-3, p. 451), publicadas no Jornal Diário Trabalhista, em setembro de 1946: “*Poder-se-lhe-ão, talvez, imputar alguns equívocos, alguns desacertos, nunca, porém, erros ou procedimentos anti-patrióticos, claudicações do sentimento de civismo, com que ele sempre serviu à pátria; até com o sacrifício abnegado dos seus legítimos interesses pessoais e da sua própria saúde*”.

O esquecimento a que Góes Monteiro é relegado, na atualidade, justifica-se pela interpretação ambígua que muitos têm da sua personalidade: “para os civis era um militar e, para os militares, agia como civil”. Conforme assinala Bretas (2008, p. 32-33): “O preço pago pelo sucesso de seu projeto militar foi a sua própria condenação como desviante, fator que Góes provavelmente não ignorava, pois mais de uma vez se referiu às próprias atitudes como destinadas a evitar que fatos semelhantes ocorressem no seio da organização”.

Por fim, cabe destacar que a trajetória político-militar do General Góes Monteiro representa uma singular referência ao processo de transformação em voga no Exército, a fim de que este possa enfrentar os desafios do presente e do futuro, em razão das novas demandas de defesa que se apresentam.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **História Oral: a experiência do CPDOC**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1990.

AVELAR COUTINHO, Sérgio Augusto de. **O Exercício do comando: a chefia e a liderança militares**. Rio de Janeiro: BIBLIX, 1997.

BALOCCO, Felipe Duarte. **Góis Monteiro e a Segunda Guerra Mundial – As Forças Armadas como personagem na política externa brasileira**. Revista A Defesa Nacional, Rio de Janeiro, n. 816, 3º jan/abr, 2011.

BARROS, José D'Assunção. **História Política, Discurso e Imaginário: Aspectos de uma Interface**. Saeculum - Revista de História, n. 12. João Pessoa, jan./ jun. 2005.

BELLINTANI, Adriana Iop. **O Exército Brasileiro e a Missão Militar Francesa: instrução, doutrina, organização, modernidade e profissionalismo (1920-1940)**. Volume I. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2009.

CACHAPUZ, Paulo Brandi. **A Revolução de 1930**. In: SILVA, Raul Mendes; CACHAPUZ, Paulo Brandi; LAMARÃO, Sérgio (org.). Getúlio Vargas e seu tempo. Parte 2 – Os grandes marcos da História política. Rio de Janeiro: BNDES, 2004.

CAMARGO, Aspásia; GÓES, Walder de. **Meio século de combate: diálogo com Cordeiro de Farias**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Elsevier, 13a ed. , 1997.

CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e Política no Brasil**. Editora Zahar, Rio de Janeiro, 2005.

_____. **Forças Armadas e Política 1930-1945**. In: A Revolução de 30: seminário internacional realizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea da Fundação Getúlio Vargas. Brasília, D.F.: Ed. Universidade de Brasília, 1982. 722 p. (Coleção Temas Brasileiros, 54).

_____. **Vargas e os Militares: Aprendiz de Feiticeiro**. In: D'ARAÚJO, Maria Celina (Org). As Instituições Brasileiras da Era Vargas. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. 212p.

COELHO, Eduardo Campos. **Em busca da identidade: O Exército e a política na sociedade brasileira**. Editora Forense, Rio de Janeiro, 1976.

COURTOIS, Gaston. **A arte de ser chefe**. Tradutor: Job Lorena de Sant'Anna. Rio de Janeiro: BIBLIX, 1984.

COUTINHO, Lourival. **O General Góes Monteiro depõe**. Editora Coelho Branco, Rio de Janeiro, 1956.

DA MOTTA, Marly Silva. **O relato biográfico como fonte para a história**. Revista **Vidya**, Santa Maria (RS), n. 34, p.101-122, jul./dez. 2000.

D'ARAÚJO, MARIA CELINA; CASTRO, CELSO (Orgs). **Ernesto Geisel**. Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

DE OLIVEIRA, Semí Cavalcante. **Evolução política e econômica mundial no período das duas grandes guerras**. Revista FAE, Curitiba, v.5, n.2, p.31-36, maio/ago. 2002.

ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. **Trabalhos Acadêmicos na ECEME**. Rio de Janeiro: ECEME, 2004.

ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. **História do Estado-Maior do Exército**. Rio de Janeiro: BIBLIX, 1984.

_____. **Manual de Campanha C 20-10 – Liderança Militar**. 2a. ed. Brasília: EGGCF, 2011.

_____. **O processo de transformação do Exército**. 2ª ed. Brasília, 2010.

_____. **Metodologia do Sistema de Planejamento do Exército (SIPLEX)**. Brasília, 2007.

_____. **Sistema de Planejamento do Exército 1 (SIPLEX 1) – Missão do Exército**. Livro 1. Brasília, 2008.

_____. **Sistema de Planejamento do Exército 2 (SIPLEX 2) – Avaliação**. Livro 2. Brasília, 2008.

_____. **Sistema de Planejamento do Exército 3 (SIPLEX 3) – Política Militar Terrestre**. Livro 3. Brasília, 2008.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 1994.

FERREIRA, Marieta de Moraes; DE ABREU, Alzira Alves [et al]. **Entrevistas: abordagens e usos da história oral**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1998. 316 p. il.

_____; PINTO, Surama Conde Sá. **A Crise dos anos 20 e a Revolução de Trinta**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006. 26f.

FERRO, Marc. **A História Viglada**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

FREIXINHO, Nilton. **Instituições em crise: Dutra e Góes Monteiro**. Biblioteca do Exército, Rio de Janeiro, 1997.

GERALDO, Alcyr Lintz. **A Aliança Liberal e a Revolução de 1930**. Revista A Defesa Nacional, Rio de Janeiro, n. 812, set/dez, 2007.

GLÉNISSON, Jean. **Introdução aos Estudos Históricos**. São Paulo: Bertrand Difel, 1986.

HAYES, ROBERT AMES. **Nação Armada: a mística militar brasileira**. Tradução de Darcy G. Doubrawa. Rio de Janeiro: BIBLIX, 1991.

HOBSBAWM, Eric J. **Era dos Extremos : o breve século XX : 1914-1991**. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão... [et al.]. 5 ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

LOZANO, Andréia Aparecida Casanova. **Os livros didáticos de História e a Doutrina da Segurança Nacional**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2006.

MACEDO CARVALHO, Luiz Paulo. **Repensando o General Góes**. Revista A Defesa Nacional, Rio de Janeiro, n. 748, p. 7-18, abr/jul. 1990.

MAGALHÃES, João Batista. **A evolução militar do Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: BIBLIX, 2001.

MCCANN, Frank D. **Soldados da Pátria: História do Exército Brasileiro, 1889-1937**. Tradução Laura Teixeira Motta – São Paulo: Companhia das Letras; Rio de Janeiro: BIBLIX, 2009.

MONTEIRO, Góes. **A Revolução de 1930 e a finalidade política do Exército**. Ed Andersen, Rio de Janeiro, 1934.

NUNES, Richard Fernandez. **O Exército Brasileiro nas primeiras décadas da República: fundamentos históricos de sua profissionalização**. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialista em Política, Estratégia e Alta Administração Militar) – ECEME, Rio de Janeiro, 2010.

OLIVEIRA, Sérgio. **Getúlio Vargas Depõe: O Brasil na II Guerra Mundial**. Porto Alegre: Revisão Editora, 1996.

PEREIRA, Sérgio José. **O exercício da liderança no nível estratégico**. PADECEME – 2º Quadrimestre. Rio de Janeiro, 2001.

RAMIRES PINTO, Fabrício. Generais Dutra e Góes Monteiro: **O Exército Brasileiro na Redemocratização Política Nacional (1945-1951)**. Dissertação (Mestrado em Ciências Militares) – ECEME, Rio de Janeiro: ECEME, 2010.

RAPOSO FILHO, Amerino. **Dimensões da Estratégia: Evolução do Pensamento Estratégico – Vol 2**. Rio de Janeiro: BIBLIX, 1990.

RÉMOND, René. **Por que a História Política?**. Rio de Janeiro: CPDOC, Estudos Históricos: vol. 7, n. 13, 1994, p. 7 -19.

SENA, Davis Ribeiro. **Revolução de Trinta: a ação tenentista garantiu a vitória**. Revista A Defesa Nacional, Rio de Janeiro, n. 809, 3º quadrimestre, 2007.

SILVA, Carlos Eduardo de Melo Viegas da. **O sistema de planejamento estratégico do Exército Brasileiro (SIPLEx) : uma análise da doutrina militar terrestre do Exército Brasileiro e do seu planejamento (2002- 2007)**. Tese (Doutorado em Ciência Política) – UFSCar, São Carlos, 2009.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História Militar do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SVARTMAN, Eduardo Munhoz. **Guardiões da Nação: Formação profissional, experiências compartilhadas e engajamento político dos generais de 1964**. Tese (Doutorado em Ciência Política) – UFRS, Porto Alegre, 2006.

THOMPSON, Paul. **A Voz do Passado**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1998.

INTERNET

ALVES, Sérgio. Liderança organizacional: **Discussão sobre um conceito-chave à Administração**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco. Disponível em <<http://www.uff.br/rpca/Volume%208/Lideranca.pdf>>. Acesso em: 29 maio 2011, 17:30:00.

BRETAS, Marcos Luiz. **O general Góes Monteiro: a formulação de um projeto para o Exército**. Revista *Militares e Política*, n.º 2 (jan-jun. 2008), pp. 31-61. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, 2008. <[http://www.lemp.historia.ufrj.br/revista/Militares e Política LEMP n 02. pdf](http://www.lemp.historia.ufrj.br/revista/Militares_e_Politica_LEMP_n_02.pdf)>. Acesso em: 13. Dez. 11, 17:20:00.

FACULDADE DE ENGENHARIA DA UNIVERSIDADE DO PORTO. **Liderança e gestão de equipas**. Disponível em <http://paginas.fe.up.pt/~contqf/qualifeup/UOI/documents/Docs_Workshops_Formacao/Manual%20de%20Lideranca%20e%20Gestao%20de%20Equipas.pdf>. Acesso em 15 abr. 2011, 22:30:00.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **A gênese regional da revolução de 30**. Disponível em: http://www.ufrgs.br/decon/publionline/textosprofessores/fonseca/REVOL_30-REE.pdf .Acesso em 23 jan. 2011, 18:20:50.*

FREITAS, Natália Gomes Freitas; RODRIGUES, Manoel Gonçalves. **Uma Reflexão sobre liderança e motivação sob enfoque organizacional**. Disponível em: <[http://www.aedb.br/seget/artigos09/32 Nati_publicacao-final.pdf](http://www.aedb.br/seget/artigos09/32_Nati_publicacao-final.pdf)>. Acesso em: 27 maio 2011, 20:30:00.

FUNDAÇÃO LIBERDADE E CIDADANIA. **Pedro Aurélio de Góes Monteiro**. Disponível em: <http://www.flc.org.br/personalidades/texto023.pdf>. Acesso em: 12 out. 11, 19:50:00.

JORGE, Fátima Jorge; SILVA, Paulo. **Instrumento para o Desenvolvimento Organizacional de PME's** - Programa Leonardo da Vinci – Capítulo 3 - Comunicação, liderança e cultura organizacional. Porto (Portugal): Universidade de Évora. Disponível em: <http://www.ensino.uevora.pt/fasht/modulo6_cqf/texto1.PDF>. Acesso em: 28 maio 2011, 20:30:00.

LEVEK, Andrea Regina H. Cunha; MALSCHITZKY, Nancy. **Liderança - Capítulo 3**. Coleção Gestão Empresarial - Capital Humano. Disponível em: <<http://www.oocities.org/br/moschetta/Lider.doc>>. Acesso em: 30 maio 2011, 19:30:00.

MAIA, José Nelson Bessa. **Aplicação das três Imagens ou Níveis de Análise ao Exame das Origens e Causas da Primeira Guerra Mundial**. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/39957888/Artigo-Sobre-a-Primeira-Guerra-Mundial>. Acesso em: 19 jul. 2011, 21:40:00.

MONTEIRO, Pedro Aurélio de Góes. **Nota de Góes Monteiro expondo plano para pacificação de São Paulo, envolvendo medidas militares e políticas**. 1932. (Vol. V/76). Disponível em: <<http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=CorrespGV2&pasta=GV%20c%201932.05.00/5>>. Acesso em 08 dez. 11, 16:10:00.

_____. **Carta de Góes Monteiro a Getúlio Vargas sobre necessidades inadiáveis do Exército**. Rio de Janeiro, 1934a. (Vol. XIV/15 e 17). Disponível em: <<http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=CorrespGV2&pasta=GV%20c%201934.01.18/2>>. Acesso em 08 dez. 11, 17:30:00.

_____. **Anexo à Carta de Góes Monteiro a Getúlio Vargas sobre necessidades inadiáveis do Exército**. Rio de Janeiro, 1934b. (Vol. XIV/15 e 17). Disponível em: <<http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=CorrespGV2&pasta=GV%20c%201934.01.18/2>>. Acesso em 08 dez. 11, 17:30:00.

_____. **Carta de Góes Monteiro a Georgino Avelino tratando de reformas políticas para o Brasil e comunicando seu regresso. Montevideu, 1944**. (Vol. XLIV/27). Disponível em: <<http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=CorrespGV2&pasta=GV%20c%201944.06.28/3>>. Acesso em 08 dez. 11, 21:40:00.

_____. **Estudo de Góes Monteiro sobre a capacidade, as necessidades e o objetivo do Exército brasileiro**. Rio de Janeiro, 1938. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=GV_Confid&pasta=GV%20confid%201938.02.07>. Acesso em 08 dez. 11, 22:10:00.

MORAIS, Ronaldo Queiroz. **Do Exército Moderno à República Militar: Caserna, Política e Tensão (1913-1977)**. Tese (Doutorado em História Social) - Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em:

http://www.teses.usp.br/teses_/disponiveis/8/8138/tde-30112009-123226/en.php.Acesso em 12 out. 11, 21:00:00.

MORAIS JUNIOR, Dianari Inácio. **Exército, Forças Públicas e Estado Nacional (1930/1937)**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, 2011. Disponível em: < <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/> >.1299963181_ARQUIVO_TextoDianariJuniorANPUH2011.pdf. Acesso em: 13 dez. 11, 15:00:00.

PINTO, Sérgio Murilo. **A doutrina Góis: síntese do pensamento militar no Estado Novo**. In: Repensando o Estado Novo. Organizadora: Dulce Pandolfi. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999. 345 p. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br.>>. Acesso em: 14 set. 11, 20:15:00.

_____. **Exército e política: um século de pensamento e ação rumo à intervenção centralizada (1831-1937)**. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005. In: Militares e Política , n. ° 5 (jul. - dez. 2009) , pp. 82-101. Disponível em: <http://www.lemp.historia.ufrj.br/revista/Militares_e_Politica_LEMP_n_05.pdf>. Acesso em 11 out. 11. 20:30:00.

PRESTES, Anita Leocadia. **Anos 1930 no Brasil: a formação de uma burocracia civil e militar em crescente conflito com as oligarquias agrárias**. Rev. Eletr. Hist. do Brasil, Juiz de Fora, UFJF, v. 3, n. 1, jan./ jul. 1999. Disponível em: < <http://www.ufjf.br/rehb/files/2010/05/v3-n1-1999.pdf> >. Acesso em 13 dez. 11, 22:45:00.

RAMOS, Plínio de Abreu. **Pedro Aurélio de Góis Monteiro**. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2011. Disponível em: <http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/Busca/BuscaConsultar.aspx>. Acesso em: 10 Set. 11. 15:30:00.

SAES, Guillaume Azevedo Marques de. **Militarismo e Indústria no Estado Novo: Por dentro do projeto econômico da oficialidade que dividiu o poder com Getúlio Vargas no período de 1937-1945**. <http://www.fea.usp.br/feaecon/media/fck/File/GUILLAUME%20AZEVEDOOUT.%202011.pdf>. Acesso em: 13 dez. 11, 16:10:00.

SANTIAGO, Flávio Zola. **Liderança – Características e habilidade: Um estudo em organizações prestadoras de serviços e consultoria em seguros no Estado de Minas Gerais**. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas) – FUMEC, Belo Horizonte, 2007. Disponível em < http://www.face.fumec.br/cursos/mestrado/dissertacoes/completa/flavio_zola_santiago_zelia.pdf> Acesso em: 14 abr. 2011, 21:10:00.

STROUGO, Carlos Vitor. **Liderança**. Rio de Janeiro: ABRH – Rj, 2007. Disponível em: <http://www.abrhj.org.br/typo/fileadmin/user_upload/REFTEMA/Lideranca.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2011, 20:40:00.

TREVISAN, Leonardo. **O Pensamento Militar Brasileiro**. Digitalização: Néelson Jahr Garcia. Edição eletrônica: Ed Ridendo Castigat Mores, 2005. Disponível em: www.jahr.org. Acesso em: 15 set. 11, 19:30:00.

VARGAS, Getúlio Dorneles. **Telegrama de Getúlio Vargas a Góes Monteiro apresentando as condições para estabelecimento de um armistício com São Paulo e delegando ao General a representação do Governo Provisório nas eventuais negociações.** 1932. Disponível em: < http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=CorrespGV2&past_a=GV%20c%201932.10.01/1 >. Acesso em 08 dez. 11, 20:00:00.

_____. **Carta de Getúlio Vargas a Góes Monteiro concedendo-lhe exoneração do cargo de Ministro da Guerra.** Rio de Janeiro, 1935. (Vol. XVIII/58 e 60). Disponível em: < <http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=CorrespGV2&pasta=GV%20c%201935.05.01> >. Acesso em 08 dez. 11, 21:00:00.

VIEIRA, Belchior. **Liderança Militar.** Porto (Portugal): Academia Militar, 1998. Disponível em: [https://dspace.ist.utl.pt/bitstream/2295/168161/1/\(Livro_Lideran_Militar_GEN_Belchior_Vieira\).pdf](https://dspace.ist.utl.pt/bitstream/2295/168161/1/(Livro_Lideran_Militar_GEN_Belchior_Vieira).pdf). Acesso em: 20 abr. 2011, 19:35:00.

ARQUIVOS

Arquivo Nacional, Fundo Góes Monteiro, microfilme 045-97, notação SA 16. **Folhas de alteração do período de 13 a 16 de março de 1906, na Escola Militar da Praia Vermelha, p. 330.**

_____. **Folhas de alteração do período de 13 – I a 9 – V – 910, na Escola de Guerra de Porto Alegre, p. 336.**

_____. **Folhas de alteração do período de 3 – II – 922 10 – I – 925, na Escola de Estado Maior, p. 369.**

_____. **Folhas de alteração do período de 26 – VI – 927 a 9 – I – 930, na Diretoria de Aviação, p. 379-340.**

_____. **Folhas de alteração do 1º semestre de 1939, no Estado Maior do Exército, p. 411.**

_____. **Documento Nr 141, secreto, de 22 de junho de 1928, do Gabinete da Diretoria de Aviação, sobre considerações sobre a organização da Arma de Aviação – Necessidades da Escola de Aviação para 1928-1929, p. 501.**

_____, microfilme 045-97, notação SA 83. **Carta de Góes Monteiro a Getúlio Vargas, de 13 de setembro de 1930, escrita, por ordem, pelo Cap Frederico Christiano Buys, sob o tema organizar para realizar, p. 807-810.**

_____, microfilme 046-97, notação SA 185.
Documento Nr 491, do Gabinete do Ministro da Guerra, de 21 de setembro de 1934, p. 579-581.

_____, notação SA 185-12-1.
1. Carta de Góes Monteiro a Getúlio Vargas, p. 583-592.

_____, microfilme 047-97, notação SA 201. **Carta do General Daltro Filho, Comandante da 2ª RM, 20 abr. 1934, p. 49.**

_____, notação SA 204-2.
Carta de Góes Monteiro ao General Huntzinger, membro da MMF, 23 fev. 1934, p. 117.

_____, notação SA 218-1-1.
Carta do Cap Pedro de Magalhães Filho, Patrono do Centro dos Reformados, Reservistas e Auxiliares da Força Pública do Estado de São Paulo a Góes Monteiro, 1934, p. 321.

_____, notação SA 219-2.
Carta de Góes Monteiro ao Cap Pedro de Magalhães Filho, Patrono do Centro dos Reformados, Reservistas e Auxiliares da Força Pública do Estado de São Paulo, 17 abr. 1934, p. 324.

_____, microfilme 050-97, notação SA 636-6. **O Destacamento Mariante no Paraná Occidental (reminiscências), jun. 1925, pelo Cap Góes Monteiro, p. 574-578.**

_____, notação SA 649-1.
Relatório dos Trabalhos do EME, durante o ano de 1937, p. 895-896.

_____, microfilme 051-97, notação SA 688-6.
Texto de Góes Monteiro sobre a Revolução de 1932, p. 443-463.

_____, microfilme 053-97, notação SA 785-1.
Boletim do Estado Maior do Exército, sobre a passagem da Chefia do EME, p. 712.

_____, microfilme 054-97, notação SA 791-1.
Boletim Nr 1 das Forças Nacionais Revolucionárias, de 3 de outubro de 1930, assinado pelo Maj Elpídio Martins, p. 11-16.

_____, notação SA 824-3.
Lei de Organização Geral do Exército, de 8 de março de 1934, p. 223.

_____, notação SA 848-3.
Recorte do Jornal Diário Trabalhista, de 21 set. 1946, sob o tema: O Brasil precisa ainda muito de Góis Monteiro, de autoria do jornalista Eurico de Oliveira, p. 451.

_____, notação SA 848-4.
Recorte do Jornal Diário Trabalhista, de 22 set. 1946, sob o tema: General Góis, volte ao seu lugar, de autoria não revelada, p. 452-453.

ANEXO A NOMEAÇÃO DE GÓES COMO MINISTRO DA GUERRA

~~81-16~~

SA 11.1

GUERRA

O Presidente da República
resolve nomear o General de Divisão PEDRO AURÉLIO DE GOIS MONTENHEIRO para as funções de Ministro de Estado e Secretário dos Negócios da Guerra.

Rio de Janeiro, 3 de agosto de 1945, 1247 da Independência e 577 da República.

Getúlio Vargas
João Delfino

PALACIO DA PRESIDENCIA DA REPUBLICA

P. Cunha

Ten. Cel. RHEIS/JD/.

MINISTERIO DA JUSTICA E NEGOCIOS INTERIORES
Expediente n.º 612 de livro 188402
Departamento de Assessoria e de Justiça - D. A. P.
em 3 de agosto de 1945
Maria Luíza F. Ferreira Azeiteiro

ANEXO B
FOLHA DE DADOS INDIVIDUAIS DE GÓES MONTEIRO

I. N. N.	ESCOLA PREPARATORIA E DE TÁTICA	5416.1
Essa Zona	Guarnição da Capital Federal	N.º 3.ª Categ.
FOLHA DE IDENTIDADE		
Nome	PEDRO AURELIO DE GÓES MONTEIRO	
Filho de	Dr. PEDRO AURELIANO MARTINS DOS SANTOS	
Nasceu em	12 de Dezembro de 1909	
Natural de	Estado de Alagoas	
Município de		
Estado Civil	Casado	
Profissão	Oficial General do Exército	
Côr	Branco	
Cabelos	Castanhos	
Barbas		
Esportes		
Olhos		
Altura		
Vacinado?		
Sabe nadar?		
Cicatrices, etc		
Outras notas		

Pedro de Albuquerque
Com. 1.ª Classe
J. V. Pereira da Silva
(CHEFE V. SERVIÇO DA SAÚDE)
MONTEIRO (1914) DE A. G.

ANEXO E
RESULTADO FINAL DE GÓES NO CURSO DE ESTADO-MAIOR

I.M.E. **ESCOLA DE ESTADO MAIOR** N.
2a. ZONA **GUARNIÇÃO da Capital Federal** **I CATEGORIA**
ALTERAÇÕES **Continuação do período de 3-II-922 a 10-I-925.**

Capitão da Arm de Cavalaria

PEDRO AURELIO DE GÓES MONTEIRO

Reconhecimento - Em 3-VIII-924, foi público pelo boletim nº 17, ter o Sr.Gen.Cmt.do Destacamento declarado o seguinte: " Ao Sr.Capitão PEDRO AURELIO DE GÓES MONTEIRO, chefe da 3a. Seção do Estado Maior do Destacamento, louvo com o mais vivo entusiasmo, não só pelas constantes e inequívocas provas de competência, serenidade de ânimo, lealdade, resistência à fadiga, nítida compreensão dos seus deveres militares e perfeito conhecimento dos serviços concernentes à respectiva seção, que sempre deu durante os calamitosos dias de luta contra os rebeldes, como também pelas suas invejáveis qualidades de calma e refletida bravura, reveladas em todas as ocasiões em que foi destacado para a linha de frente, com o fim de prestar aos comandantes de corpos o seu inteligente concurso.

Exame - Em 3-I-925, nos de fim do Curso de Estado Maior foi aprovado com nota geral 8, 437 (oito quatrocentos e trinta e sete milésimos), menção "muito bem" e classificado, por ordem de merecimento intelectual, em 1º lugar.

Conclusão de curso - Em 3-I-925, concluiu o desta Escola.

Desligamento - Em 10-I-925, foi desligado desta Escola pelo motivo acima.

.....
.....

*Comprou - Juntas de Obsequios - Capitão - P. A. G. -
Com. est. - P. A. G. -*

SECRETARIA GERAL DO M. E.

ANEXO G
HISTÓRICO DE CAMPANHA DE GÓES MONTEIRO

SA 15.46

I.M.E. ESCOLA DE ESTADO MAIOR
 2a. ZONA GUARNIÇÃO da Capital Federal I CATEGORIA

ALTERAÇÕES

Continuação do período de 14-I-1925 a 2-VII-1927

em Goiás; em 3-IX, apresentou-se a esta Escola, por ter regressado do Estado de Goiás, onde servia nas Forças em operações; em 20-II-1926, apresentou-se ao E.M.E. por ter sido mandado seguir para o Estado da Bahia, como chefe do E.M. do Destacamento em operações; ainda na mesma data, apresentou-se ao D.G. pelo mesmo motivo; em 16-IX, apresentou-se ao D.G. por se achar em trânsito com o quartel General das Forças em operações contra os rebeldes; em 23-IX, apresentou-se ao D.G., por ter de seguir para Goiás; em 11-III-1927, apresentou-se ao D.G., por ter sido dissolvido o Grupo de Destacamentos "Marriante"; em 12-III, apresentou-se a esta Escola por ter sido reconduzido no cargo de Professor Estagiário e regressado de Mato Grosso com o Q.G. do extinto Grupo de Destacamentos "Marriante".

Páris - Em 30-I-1925, entrou no gozo das regulamentares e a 12 apresentou-se.

Histórico de campanha - Em 19-II-1925, seguiu afin de reunir-se às P.O.; em 16-II, chegou a Ponta Grossa, com procedência a do Rio Grande do Sul; em 19-II, apresentou-se ao Q.G. das P.O. e na mesma data foi designado para Chefe do E.M. do Destacamento "Santa Catarina" (depois Destacamento Marriante); em 20-II, assumiu o cargo para o qual fôra designado, em Formigas; em 26-III, deslocou com o Q.G. do Destacamento para Sítio e a 29-III, seguiu para Fazenda Floresta; em 1-IV, deslocou-se para a Fazenda Queimada e a 5-IV, para Salto, onde estacionou com o Q.G.; em 26-IV, seguiu para Porto Santa Helena e regressou a 29; em 12-V, passou a exercer as funções de Chefe do E.M. do novo Destacamento "Marriante", constituído nessa data; em 14-V, deslocou com o Q.G. para Toledo e a 15, para Porto Mendes e a 16, para Guaira, onde estacionou; em 1-VI, deixou a Chefia do E.M. do Destacamento e foi do mesmo

Major da Arma de Cavalaria

PEDRO AURÉLIO DE GÓES MONTEIRO

ANEXO G
HISTÓRICO DE CAMPANHA DE GÓES (CONTINUAÇÃO)

I.M.E.

ESCOLA DE ESTADO MAIOR

2a.

ZONA

GUARNIÇÃO da Capital Federal

I CATEGORIA

ALTERAÇÕES

Período de 14-I-1925 a 2-VII-1927

Continuação.

Major da Arma de Cavalaria

FRENTE AUXÍLIO DE GÓES MONTEIRO

Desligado por ter de acompanhar o Sr. Gen. Mariante, designado para um novo Cmdc.; em 4-VII, embarcou em S. Paulo, em composição especial da São Paulo Railway, destino Uberabinha, Estado de Minas Gerais, onde foi público haver chegado em composição especial da Cis. Mogiana de R.F. do dia 6; em 26-VII embarcou com o Q.G. em Uberabinha, Estado de Minas Gerais, destino Tavares, Estado de Goiás em composição especial da Cis. Mogiana de R.F., conforme fez público o boletim de 27, chegando naquela localidade no mesmo dia; em 27-VIII, apresentou-se a este Q.G., por ter de seguir para a Capital Federal, em virtude de requisição feita pelo Sr. Chefe do I.M.E.; em 28-VIII, foi desligado do Q.G.; em 22-II-1926, embarcou na Capital Federal, pelo paquete "Itapuhí", desembarcando a 25 na Cidade de S. Salvador seguindo na mesma data para a cidade de Joazeiro, onde chegou a 27, e na mesma data foi nomeado chefe do I.M. do "Grupo de Destacamentos Mariante"; em 24-III, embarcou a bordo do vapor "Antonio Muniz" na cidade de Joazeiro, com o Q.G. a serviço, para subir o rio S. Francisco; a 30, atingiu a cidade de Torrinha, onde foram instalados o Q.G. e serviços; em 7-IV, continuou a subir o rio S. Francisco; a 15, chegou a Pirapora, onde foram instalados o quartel general e serviços que ficaram funcionando a bordo; em 19-V, embarcou a bordo do vapor "Antonio Muniz", por terem sido o quartel general e serviços instalados na cidade de Pirapora; em 18-VI, embarcou na cidade de Pirapora com destino ao Estado da Baía, chegando a Capital Federal a 20; em 25, embarcou no vapor "Itajiba" e a 28, chegou em S. Salvador, seguindo na mesma data para o Estado de Sergipe com o quartel general e serviços; em 11-IX, embarcou em Aracaju, no vapor "Itajiba", chegando e desembarcando a 15 na Capital Federal; em 23-IX, seguia com destino a Goiás, chegando no Estado de S. Paulo a

ANEXO H
DESPEDIDA DE GÓES DA DIRETORIA DE AVIAÇÃO (CONT)

GA 16-59

M. G. DIRETORIA DA AVIAÇÃO N.
2a ZONA GUARNIÇÃO da Capital Federal I CATEGORIA
ALTERAÇÕES Continuação do período de 28-VI-927 a 9-I-930

Tenente Coronel da Arma de Cavalaria
PEDRO AURELIO DE GÓES MONTIPIO

fase da organização da Arma. Militar de caráter firme e reto, de inteligência privilegiada e de preparo pouco vulgar, deixou em todas essas funções a prova inconcursa de sua grande dedicação ao serviço e de suas destacadas qualidades de oficial de Estado Maior. Despedindo-me de tão distinto e ilustre camarada, um dos espíritos mais brilhantes do nosso Exército, agradeço-lhe os serviços prestados e o louvo pelo cabal desempenho dado a todos os cargos que lhe foram confiados, alguns dos quais em situações bem difíceis, que exigiram demonstrações de calma, bravura, resistência física e moral, e perfeita compreensão e julgamento dos problemas apresentados a sua colaboração ou solução".

.....
.....

Companheiro - Participe do Despedimento do Sr. Góes - D. G.
Ass. Cel. *V. Bencio da Silva*
(GEN. V. BENCIO DA SILVA)
SECRETÁRIO GERAL DO M. G.

ANEXO I
HISTÓRICO DE CAMPANHA DE GÓES EM 1932

5416 66

Q.G. _____ DESTACAMENTO DO EXÉRCITO LESTE N. _____

ZONA _____ GUARNIÇÃO _____ CATEGORIA _____

ALTERAÇÕES _____ Período de 12-VII a 23-I-33

1a. Parte:

Entrada: Em 12-VII-32 da 1a. Região Militar.

Em função: De 12 a 15-VII-32, comandando a 1a.D.I. em operações de guerra; de 15-VII a 15-X, no comando das 1a. e 4a.D.I. em operações de guerra; de 15-X a 23-I-33, no Q.G. do Destacamento do Exército de Leste de S. Paulo na Capital Federal.

Afastado das funções:

Saida: Em 23-I-33, para o 12 Grupo de Regiões, 2a. zona.

2a. Parte:

T. C.	(Arreg.	Oa -	Ca -	11d
T. C.	(N.Arreg.....	Oa -	Ca -	Od
T. N. C.	Oa -	Ca -	Od

3a. Parte:

Comando - Em 12-VII-32, assumiu o da 1a.D.I. em operações de guerra.

Histórico de campanha - Em 15-VII-32, deslocou-se por via férrea, com a 1a.D.I., para a cidade de Barra do Pirai, onde chegou no mesmo dia; em 15, deslocou-se por via férrea da Barra do Pirai para Barra Mansa, onde chegou no mesmo dia; em 3-VIII, deslocou-se com o Q.G. para a Cidade de Resende, onde chegou no mesmo dia; em 24-IX, deslocou-se com o Q.G. da Cidade de Resende para Cruzeiro; em 15-X, regressou com o Q.G. para a Capital Federal, por via férrea, da Cidade de Cruzeiro.

Promoção - Em 6-X-32, foi, por decreto desta data, promovido ao posto de General de Divisão.

Nominação - Em 16-VII-32, o Sr. Chefe do Governo Provisório, de acordo com o parecer do E.M.E., nomeou-o comandante das 1a. e 4a. D.I. (Dest. do Exército de Leste de S. Paulo) em operações; em 8-XI, foi público ter sido nomeado por Decreto de 3, Inspetor do 12 Grupo de Regiões.

Recompensas - Em 27-VII-32, foi público ter o Sr. Ministro

General de Divisão
PEDRO AURELIO DE GÓES MONTeiro

ANEXO I HISTÓRICO DE CAMPANHA DE GÓES EM 1932 (CONTINUAÇÃO)

541647

Q. G.	DESTACAMENTO DO EXÉRCITO DE LESTE	N.
ZONA	GUARNIÇÃO	CATEGORIA
ALTERAÇÕES		

Continuação do período de 19-VII a 23-I-33

da Guerra, em nome do Exmo. Sr. Chefe do Governo Provisório, determinado viessem a constar dos seus assentamentos os seus francos elogios e louvores, merecê da agradável impressão que causaram a S. S. Excia., quando da visita às forças em operações, no Vale do Paraíba, em 19 do corrente, o elevado estado moral da tropa, a sua viva e inteligente manifestação de disciplina e de alta compreensão dos deveres de patriotismo, fatores estes determinantes da grande fé que anima na luta pela vitória da causa que defende.

Desligamento - No 23-I-33, foi desligado deste Destacamento de Exército e Quartel General.

.....

General de Divisão
 PEDRO AURELIO DE GÓES MONTENEGRO

Companha feita de 1932-33. Chefe - D. L. ...

ANEXO K EXONERAÇÃO DE GÓES DO CARGO DE MINISTRO DA GUERRA

5A-16-35

N. G. DEPARTAMENTO DO PESSOAL DO EXERCITO N.
 Da ZONA GUARNIÇÃO da Capital Federal I CATEGORIA
 ALTERAÇÕES Período de 9-V a 30-VI-935.

1a. Parte:

Entrada: Em 9-V-935, do Ministério da Guerra

em função: De 9-V a 30-VI-935, Adido.

Atribuição das funções:

ação:

2a. Parte:

T. C. (Arreg..... Oa - Om - Od.
) N. Arreg... Oa - Om - Od

T. N. C. Oa - Im - 21d

3a. Parte:

APRESENTAÇÃO - Em 9-V-935, apresentou a este Departamento, em virtude de sua exoneração do cargo de Ministro de Estado e Negócios da Guerra.

Adido - Em 9-V-935, ficou a este Departamento pelo motivo acima.

Férias - Em 4-VI-935, entrou no gozo de 2 períodos.

.....

General da Divisão
 PEDRO AURÉLIO DE GÓES MONTENARI

Com o presente a Supremacia do Gen. A. de Lima
Gen. A. de Lima

(GEN. V. BENCIO DA SILVA)
 SECRETARIO GERAL DO M. G.

ANEXO L NOMEAÇÃO DE GÓES COMO CHEFE DO E.M.E

SA 16-237

ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO
 da Capital Federal
 22 Semestre de 1937

Sa. ZONA GUARNIÇÃO I CATEGORIA
 ALTERAÇÕES

1a. Parte:

No semestre anterior não houve alteração.

Entrada: Em 9-VII-1937, do 22 G.R.M.

Em funções: Chefe do Estado Maior do Exército.

2a. Parte:

T.C. - 5 meses e 29 dias.

3a. Parte:

Chefia do Estado Maior do Exército - Em 9-VII, assumiu o cargo de chefe do Estado Maior do Exército para o qual foi nomeado por decreto de 14-VI-1937.

Comissão - Em 9-VII, foi público ter sido nomeado, de acordo com as atribuições conferidas pelo art. 66, item 12, da Constituição e com o estabelecido no art. 42, § 22 do decreto nº 23.873, de 18-II-1934, MEMBRO DA COMISSÃO DE ESTUDOS DO CONSELHO SUPERIOR DE SEGURANÇA NACIONAL, na forma prescrita nos artigos 22, § 12 e 42, §§ 22 e 32 do decreto nº 991 de 27-VII-1936. (D.O. de 8-VII-1937).

General de Divisão

PEDRO AURELIO DE GÓES MONTeiro

.....

*Companhia
 Pedro de Albuquerque
 no. at. 22*

Capital Federal, 26 de Janeiro de 1938
 ESTEVÃO LEITÃO DE CARVALHO
 Gen.Bda.12 Sub-Chefe do Estado Maior do Exército.

V. Bencio da Silva
 (GEN. V. BENCIO DA SILVA)

ANEXO M
VIAGEM DE GÓES MONTEIRO AOS E.U.A

6A1685

M. G.	ESTADO MAIOR DO EXERCITO	N.
2a. ZONA	GUARNIÇÃO da Capital Federal	1a. CATEGORIA
ALTERAÇÕES	12 semestre de 1939.	

1a. Parte:

No semestre anterior houve alteração.

Entrada: Em 2-VII-37, da Inspeção Geral do 22 Grupo de Regiões Militares.

Em função: Chefe do Estado Maior do Exército; de 1-I a 24-II, na chefia do Estado Maior do Exército; de 25-II a 5-V, no gozo de férias; de 6 a 31-VI, na Chefia do Estado Maior do Exército; de 1 a 30-VI, afastado do Estado Maior do Exército em consequência de sua viagem aos Estados Unidos da América do Norte.

2a. Parte:

T.C. - Não arregimentado - Ca - Gm - Od.

3a. Parte:

Apresentação - Em 6-V, por ter interrompido as férias em cujo gozo se achava.

Comissões Diversas - Em 25-II, deixou a chefia do E.M.E. por ter entrado no gozo de férias; em 6-V, reassumiu as funções de chefe do Estado Maior do Exército; em 1-VI, deixou a chefia do Estado Maior do Exército, por ter de embarcar para os Estados Unidos da América do Norte, no dia 7 do mesmo mês, pelo Cruzador Americano "NASHVILL", em retribuição a visita de S. Excia. o Sr. General George C. Marshal, chefe do E.M. do referido país; em 7-VI, seguiu para os Estados Unidos da América do Norte, a bordo do Cruzador Americano "NASHVILL", em Missão do Governo Brasileiro.

Documento - Folha de alterações: em 8-III, público haver lhe sido entregue a referente ao 22 semestre do ano de 1938.

Recompensas - Férias e permissão - Em 25-II, foi público haver o Exmo. Sr. Ministro da Guerra, lhe concedido 2 períodos de férias regulamentares e permissão para goza-los no Estado do Rio Gran

General da Divisão

PEDRO AURELIO DE GÓES MONTEIRO

ANEXO N
NOMEAÇÃO DE GÓES COMO EMBAIXADOR ESPECIAL

J. E. G. G. 541630

2a. ZONA ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO
Z. M. L. SECRETARIA GERAL DO MINISTÉRIO DA GUERRA N.
ALTERAÇÕES GUARNIÇÃO DA CAPITAL FEDERAL CATEGORIA 1a
2o SEMESTRE DE 1943.
(PERÍODO DE)

1a. Parte

No semestre anterior houve alteração

Entrada: em 2.7.37, da Inspeção do 2o G.R.M. - 2a. Zona.

Em função: Chefe do Estado Maior do Exército

De 12.7 a 26.12 em suas funções.

Saída: em 31.12.43 para a Comissão Consultiva de Emergência para a Defesa Política do Continente.

2a. Parte

P. C. - Ca. 6as. Od.

3a. Parte

AGREGAÇÃO: Em 28.12 foi público ter sido, por decreto de 17 do mesmo mês, mandado agregar ao respectivo quadro, de acordo com o disposto no art. 38, letra A, do Decreto-lei nº 3 940, de 15.12.41.

PASSAGEM DE CHEFIA: Em 27.12 passou a Chefia do Estado Maior do Exército ao Exmo. Sr. General de Divisão Eurício José Cardoso.

DESIGNAMENTO: em 31.12 foi designado deste Estado Maior.

EXONERAÇÃO: em 27.12 foi público ter sido, por decreto de 17 do mesmo mês, exonerado do cargo de Chefe do Estado Maior do Exército, visto ter tido outra Comissão.

CONCRESSÃO: em 27.12 foi público ter sido, por decreto de 13 do mesmo mês, nomeado para, com honras e vantagens de Embaixador, exercer a função de Delegado do Brasil à Comissão Consultiva de Emergência para a Defesa Política do Continente, criada em virtude da Resolução XVII da 3a. Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas.

RECUPERAÇÃO: Referências elogiosas: Em 30.12 foi público ter o Exmo. Sr. General de Divisão Eurício Gaspar Dutra, Ministro da

(CONTINUA)

*Ford
Avel Chef 5/3*

General de Divisão

EURÍCIO AURÉLIO DE GÓES RIBEIRO

ANEXO O GRADE CRIPTOGRÁFICA USADA POR GÓES

34 27.2

0	A B C D E F G H I J K L M N O P Q R S T U V W X Y Z
1	B C D E F G H I J K L M N O P Q R S T U V W X Y Z A
2	C D E F G H I J K L M N O P Q R S T U V W X Y Z A B
3	D E F G H I J K L M N O P Q R S T U V W X Y Z A B C
4	E F G H I J K L M N O P Q R S T U V W X Y Z A B C D
5	F G H I J K L M N O P Q R S T U V W X Y Z A B C D E
6	G H I J K L M N O P Q R S T U V W X Y Z A B C D E F
7	H I J K L M N O P Q R S T U V W X Y Z A B C D E F G
8	I J K L M N O P Q R S T U V W X Y Z A B C D E F G H
9	J K L M N O P Q R S T U V W X Y Z A B C D E F G H I
10	K L M N O P Q R S T U V W X Y Z A B C D E F G H I J
11	L M N O P Q R S T U V W X Y Z A B C D E F G H I J K
12	M N O P Q R S T U V W X Y Z A B C D E F G H I J K L
13	N O P Q R S T U V W X Y Z A B C D E F G H I J K L M
14	O P Q R S T U V W X Y Z A B C D E F G H I J K L M N
15	P Q R S T U V W X Y Z A B C D E F G H I J K L M N O
16	Q R S T U V W X Y Z A B C D E F G H I J K L M N O P
17	R S T U V W X Y Z A B C D E F G H I J K L M N O P Q
18	S T U V W X Y Z A B C D E F G H I J K L M N O P Q R
19	T U V W X Y Z A B C D E F G H I J K L M N O P Q R S
20	U V W X Y Z A B C D E F G H I J K L M N O P Q R S T
21	V W X Y Z A B C D E F G H I J K L M N O P Q R S T U
22	W X Y Z A B C D E F G H I J K L M N O P Q R S T U V
23	X Y Z A B C D E F G H I J K L M N O P Q R S T U V W
24	Y Z A B C D E F G H I J K L M N O P Q R S T U V W X
25	Z A B C D E F G H I J K L M N O P Q R S T U V W X Y

ANEXO P
DOCUMENTO CRIPTOGRAFADO POR GÓES

SA 55.1.1

Ministro Guerra
 Com. 3ª Região Palepe
 VLXVW - LKJWW - t x a o j
 o j z g p - t m o t g - u p t u u
 o a t g k - g l e m w -
 x k j k k - - - -
 w j l e a p - t y h x t - l e p v h a
 o m t y l - o m p f l - o e l x j
 n n l g k - u u y g t -
 u l e j u u - z r n k f -
 z n j k u - z x a x p - t c h u y
 g l h y e - m l k x l - t m l a k
 o e t x z - g l w k z - c x h y z -
 a l e w k p - z j z d n - z n h j r -
 l d n o k - u j y a w -
 u l o x t - g r u n y o

ANEXO Q

VISÃO DE GÓES SOBRE A QUESTÃO SOCIAL

Exmo. Sr. Dr. Getúlio D. Vargas

Organizar para realizar

Permita V. Excia. que lhe offereça o presente trabalho.

Encerra, em synthese breve, o que se comprehende ante a angustia do tempo e a fulminante rapidez dos ultimos acontecimentos, a maneira porque encaram, a maioria absoluta dos camaradas, a orientação politica do General Luiz Carlos Prestes, a questão social e o manifesto de Maio.

A questão social na epoca contemporanea, pode ter duas soluções: uma, a materialista, defluente das theorias de Carl Marx e Engels; outra, a christã, deduzida da Encyclica DE QUIBUS NOVARIUM de Leão XIII.

A primeira, apoiada na concepção materialista da Historia, delimita-se, faz abstracção, pelo seu caracter de relatividade e subordinação ás circumstancias de espaço e de tempo.

Para Marx, o aperfeiçoamento humano é consequencia das funcções de nutrição, distanciando-se de Comte e de Durkheim, que subordinam o factor economico ao complexo dos outros factores vitaes. O homem é o animal que come, affirma Feuerbach.

Abstrae mais, tal concepção, da propria humanidade, considerando que a natureza humana é mudavel e que se differencia no lugar e no tempo, de accordo com a situação da creatura relativamente ás contingencias existenciaes.

Cada classe, assim, possui uma concepção propria do que seria a melhor organização social. E, como o principio da maioria é geralmente accedido, conforme observa T. G. Masarik, representa os apologistas da primeira solução, a humanidade, pela massa proletaria.

A primeira solução, preconizada que foi pelo General Luiz Carlos Prestes, fez com que delle nos afastassemos. Ficamos com a segunda, menos dolorosa e mais humana. Preferimol-a, pósto na contingencia de optar entre uma e outra.

A segunda solução deu origem na Italia ao Fascismo, e em nosso País poderá resolver, criteriosamente conduzida, a questão social agora aberta pelo General Luiz Carlos Prestes,

ANEXO Q

VISÃO DE GÓES SOBRE A QUESTÃO SOCIAL (CONTINUAÇÃO)

CÓPIA

(2)

Exmo. Sr. Dr. Getúlio D. Vargas.

Dentro da segunda solução teremos de encarar: 1) o problema agrário; 2) o problema do proletariado urbano; 3) o problema da economia nacional em si; 4) o problema da economia nacional nas suas anarrções á economia estrangeira.

Quanto ao primeiro problema, lembramos:

- a) revisão das concessões feitas pelo Governo Federal ou dos Estados a particulares ou á Companhias Nacio -
naes ou Extranjeiras;
- b) expropriação das terras cujas concessões forem jul-
gadas illegitimas, lesivas, inconvenientes ou prejudiciaes;
- c) imposto territorial progressivo;
- d) incentivamente e auxilio á pequena propriedade;
- e) promover e intensificar a colonisação nacional e ex-
tranjeira;
- f) Saneamento e assistencia rural.

Quanto ao segundo problema, lembramos:

- a) promover a organisação de villas operarias, saneadas,
facilitando por todos os meios, a cada familia operaria,
a aquisição do predio em que residir;
- b) promover, estimular e auxiliar as obras de assisten-
cia social, sobretudo as que visem asparar o lar, a mu-
lher e a creança;
- c) combate ao jogo e ao alcoolismo;
- d) animar a propagação e fundação das associações, cor-
porações e syndicatos de classe;
- e) reconhecer juridicamente os syndicatos e sujeital-os
ao controle do Estado;
- f) admittir a efficacia juridica dos contractos collecti-
vos de trabalho;
- g) estabelecer a magistratura compulsoria do trabalho.

ANEXO Q

VISÃO DE GÓES SOBRE A QUESTÃO SOCIAL (CONTINUAÇÃO)

COPIA

(3)

Excmo. Sr. Dr. Getulio D. Vargas.

Quanto ao terceiro problema, lembramos:

- a) estabelecimento de um plano economico de produçãõ e consumo;
- b) estatística de produçãõ e de consumo, nacional e estrangeira;
- c) controle da produçãõ;
- d) aumento da produçãõ nacional e da exportaçãõ da materia prima;
- e) aboliçãõ progressiva do proteccionismo a indústrias ficticias;
- f) aboliçãõ da interferencia directa do Estado, no Comercio, pelas valorisações;
- g) confisco dos bens de particulares, adquiridos com prejuizo do Erario publico;
- h) rigorosa fiscalisaçãõ na applicaçãõ dos dinheiros publicos;
- i) coarctaçãõ da evasãõ das rendas;
- j) reduçãõ do funcionalismo;

Quanto ao quarto problema, lembramos:

- a) consolidaçãõ da dívida externa federal, estadual e municipal, responsabilizando-se o Governo Federal pelo pagamento dos juros e amortisações;
- b) os juros e dividendos resultantes da applicaçãõ do capital alienigena ficarãõ sujeitos a um limite maximo. O excedente deverã ficar no Paiz, ou invertido na melhoria e desdobramento da propria industria ou na fundaçãõ e desenvolvimento de outras;
- c) duas terças partes dos empregados - em todas as categorias - das empresas estrangeiras estabelecidas no Paiz, deverãõ ser nacionais.

Enquadrada e resolvida nesses termos a questãõ social, serã possivel admitir-se a idea de Schmoller, perfilhada por Ziegler, de

ANEXO Q
VISÃO DE GÓES SOBRE A QUESTÃO SOCIAL (CONTINUAÇÃO)

9482.1.9

COPIA

Exmo. Sr. Dr. Getúlio D. Vargas

(4)

" que o antagonismo gerador do perigo social, não é um antagonismo de fortuna, mas de cultura e de educação".

Eduquemos, então, depois desta transformação social, o patriciado para que não explore e o proletariado para que se não deixe explorar, reservando ao Estado o papel de regulador do equilíbrio das classes, dentro da Nação.

Tais as theses que julgamos acertado fazer chegar ao alto conhecimento de V. Excia., em cujo critério justo e ponderação equanime, tomarão - estamos certos - a forma mais sábia e acomodada aos imperativos do momento nacional.

Queira V. Excia. aceitar os protestos da nossa solidariedade mais absoluta.

Porto Alegre 18- 8- 500.

Por ordem, Cap. Frederico Christiano Buys.

ANEXO R
LEIS ORGÂNICAS DO EXÉRCITO 1934-1935



Sabinete do Ministro

Ministério da Guerra

Rio de Janeiro, 21 de Setembro de 1934.

Sr. Presidente

491

O original foi com as listas de processo ao Falscio (informação do Major Osorio, sobre estas listas que eu não vi).
em 21.IX.34.-

Entraram automaticamente e gradualmente em vigor, a partir de 7 de Setembro do corrente anno, as leis organicas do Exército, inclusive a de promoções. Esta, porém, até ao Março de 1935, terá a plena applicação de todas as suas disposições, afim de que, durante a transição, haja possibilidade de se transformarem os processos, as praxas e a mentalidade, que têm prejudicado os interesses no Exército, dando margem a que se desfaçam complicações introduzidas nos diferentes quadros, em virtude dos accidentes por que tem passado a vida nacional no derradeiro decennio, com perturbadores reflexos na vida das instituições armadas. Inaugure-se, pois, uma nova phase na que concerne á formação e á selecção dos quadros de officiaes, cujo desenvolvimento moral e profissional ainda deixa muito a desejar.

As contingencias predominantes na evolução do Exército e da Nação não favoreceram a formação rigurosa e homogenea dos quadros: as noções erroneas, os vicios arraigados no nosso meio e a falta permanente de recursos materiaes, só permitiram muitas vezes a selecção negativa, o retardamento da nossa preparação militar, a permanencia da rotina e da mediocridade, o premio á incapacidade notoria, o enfraquecimento do nosso aparelhamento militar e o desvirtuamento da sua função no ambito das forças e instituições do Estado, com graves prejuizos e perigos para a segurança externa e interna da Nação.

Além da constante deficiencia de meios materiaes, que a industria nacional e as condições da vida financeira do país não po-

ANEXO R

LEIS ORGÂNICAS DO EXÉRCITO 1934-1935 (CONTINUAÇÃO)

- 2 -

dem remover, ha outros factores de origem varia, mas convergentes na maneira de actuar, material e moralmente, em sentido contrario aos verdadeiros interesses das forcas armadas.

Entre estas causas devem ser principalmente accentuadas as de caracter politico não eliminaveis, as quaes se foram agravando por forca mesmo da pratica do regime adoptado e das perturbações deste, ao lado das attrações facciosas inevitaveis, que perturbam a finalidade do Exercito.

Além disso, a ingerencia ostensiva ou encoberta do partidariismo politico nas questões vitaes e nas attribuições de commando, em todos os escalões, nas promoções, geram o favoritismo, a demoralização, a indisciplina, a inconsistencia e a desordem.

O Chefe, de qualquer gráo, deverá ter autoridade em função da responsabilidade que lhe couber: do contrario, nas occasiões criticas, o minimo que lhe poderá acontecer é ser posto á margem com crescente descredite e diminuição do valor combativo da tropa, além da fatal inconveniencia das substituições improvisadas e das improvisações de toda especie.

A tal ponto subiram os desregramentos inauditos, que é forçoso confessar: o Exercito não dispõe de uma maioria de chefes capazes, e mesmo mediocres, até nos altos postos.

Se a escala hierarchica, é medida que subir, fôr preenchida por elementos incapazes de assumir as responsabilidades do posto - que consistem em saber commandar - está vieto que se irá contaminando com o mau exemplo e apodrecendo tambem na parte inferior, não havendo então medida renovadora e moralizadora, capaz de a tornar homogenea e solida, porque se fechará um circulo vicioso.

Um Exercito com bases tão frageis não irá á batalha e, se fôr, irá claudicando e em fragmentos, fadado á ruina certa: são claros os ensinamentos advindos da experiencia da Historia e das lições dolorosas que temos soffrido.

O Exercito, como todo organismo que vive, precisa de renovar suas celulas; mas, se as cancerosas permanecerem, elle acabará em consumpção.

ANEXO R

LEIS ORGÂNICAS DO EXÉRCITO 1934-1935 (CONTINUAÇÃO)

SA 185.11.3

- 3 -

Quem quiser investigar bem as causas irremovíveis da partida dos officiaes para o Rio de Janeiro, a repulsa da maioria delles pelas guarnições provinciais, verificará que, além das difficuldades das condições de existencia e da evides natural pelo fôco de maiores recursos, a desconfiança e temor das preterições clamorosas muito influem no animo dos que não querem ser esquecidos e desejam permanecer ao alcance das facilidades de encontrar empregos.

Ninguém, igualmente, poderá assumir commodos de unidades desmanteladas, onde os esforços se perdem sem resultado e sem compensações.

Enfim, se os processos de seleção não obedecerem a normas mais sadias, em beneficio da homogenização do enquadramento do Exército, este, em caso de guerra ou de commoções graves, estará sempre inepto para desempenhar a sua missão - o enquadramento da Nação para a luta armada.

Não se podem mais occultar debaixo do manto opaco da lisonja, com laços de imaginação, as deficiencias de uma organização e o trabalho systematico, lento, porém officaz, que levará o Exército á ruina.

É tempo - já muito alto - de retroceder dessa direcção tão nebulosa e cheia de imprevistos azagadores para a estabilidade nacional.

Dando inicio á execução da nova lei de promoções, na phase biennial que marca o periodo de transição, a Comissão de Promoções apresentou a lista para o ultimo semestre de 1934, tendo em vista as vagas abertas e as que se abrirão, nos differentes postos, por motivo do reajustamento provisório dos quadros do Exército e por motivos eventuaes.

De um modo geral, a Comissão escolheu entre os officiaes que lhe pareceram representar maiores valores, posto que se tenham registrado certas omissões com que talvez se possam justi-

ANEXO R
LEIS ORGÂNICAS DO EXÉRCITO 1934-1935 (CONTINUAÇÃO)

- 4 -

ficar preterições. Releva, porém, accentuar que tais omissões correm por conta do modo imperfeito de conhecer e julgar, que ainda não atinge condições bem definidas.

No entanto, o Governo, ao examinar as propostas, fica habilitado a corrigir demais ou injustiças flagrantes, no uso de faculdade ao seu alcance; e, com o correr do tempo, se não imperarem intromissões indebitas, certamente tais anomalias irão desaparecendo para dar lugar a escolhas mais acertadas.

Seja, porém, como for, a medida que trouxer a V. Excia. as listas apresentadas, nellas registrarei as lacunas de que, porventura, venham resentidas.

P. V. N. T.